



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

---

**JOSÉ CLÁUDIO ROCHA**

**A REINVENÇÃO SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA DA  
UNIVERSIDADE**

**UM ESTUDO SOBRE REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO  
BRASIL**

Salvador  
2006

**JOSÉ CLÁUDIO ROCHA**

**A REINVENÇÃO SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA DA  
UNIVERSIDADE**

**UM ESTUDO SOBRE REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO  
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Celma Borges.

Salvador  
2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da FACED UFBA

---

A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade – Um Estudo de Caso Múltiplo sobre Rede de Extensão Universitária no Brasil. José Cláudio Rocha (autor); Celma Borges Gomes (orientadora), Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

315p

- |                        |                           |
|------------------------|---------------------------|
| 1. Redes Sociais       | 2. Extensão universitária |
| 3. Cidadania           | 4. Educação Superior      |
| 1. Rocha, José Cláudio |                           |
-

A

Denise, minha querida esposa, pelo amor e carinho dedicado nas horas mais difíceis de construção deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui meus agradecimentos àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Agradeço a Deus, aos meus pais e minha família pelo apoio emocional e por precisar subtrair-lhes de atenção durante a realização deste estudo. E, em especial, meu carinho e amor a minha esposa Denise, companheira infatigável de todas as horas, pela sua paciência e colaboração.

A minha orientadora, professora Dra. Celma Borges Gomes, que me orientou e auxiliou no decorrer de toda a pesquisa, com toda a sua competência, experiência e dedicação, discutindo comigo sobre os encaminhamentos de todas etapas do trabalho e das reflexões e análise que juntos íamos fazendo, além, do estímulo, apoio e críticas nas horas mais difíceis, mas que foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores Dr. Edivaldo Machado Boaventura, Dra. Kátia Siqueira Freitas e Dra. Elvia Fadul pela gentileza de terem aceitado participar do exame de qualificação, em que seus comentários foram essenciais à qualidade da tese, e da banca de apresentação do trabalho.

Ao professor José Antonio Pinho Gomes pela gentileza de ter aceitado participar da banca de apresentação do trabalho.

A minha irmã, professora Margarida Rocha, pelas sugestões e revisão do texto final.

Aos companheiros e companheiras da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) pelo apoio e incentivo no desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA), instituição onde cursei a graduação em economia (1988) e direito (1996), e pós-graduação *strcito-sensu* mestrado (2001), pela oportunidade de realizar mais esse trabalho de pesquisa.

Aos colegas do curso de pós-graduação em educação da UFBA.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em especial ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XIX Camaçari, instituição que me acolheu como docente e pesquisador durante a realização dessa pesquisa.

A todos aqueles que participaram desse estudo que, pacientemente, ofereceram informações sem as quais seria impossível trabalhar, e, em especial, aos extensionistas da Rede Nacional de Extensão Universitária (RENEX), a Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU) e a Rede Unicidade.

A todos e todas muito obrigado!

**Tecendo a manhã**

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos  
E se encorpando em tela, entre todos  
se erguendo tenda, onde entrem todos  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação  
A manhã, todo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

*João Cabral de Melo Neto*

(Poema utilizado nos encontros sobre redes)

Este mundo é inconcluso:  
Além, há continuação,  
Invisível, como a música,  
Evidente, como o som.

*Emily Dickinson*

## RESUMO

A tese intitulada *A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil* discute as mudanças advindas da globalização, e em grande parte em reação a ela, e as possibilidades de (re)construção conceitual da extensão universitária, frente a essa sociedade mundializada. A partir da observação de experiências de articulação da extensão universitária em rede, o estudo investiga como essas articulações colaboram para a construção da cidadania de seus membros e da sociedade como um todo e se apresentam como um significativo recurso organizacional, tanto pelo ângulo das relações pessoais quanto pelo ângulo da estruturação social. A pesquisa orientou-se pelas diretrizes da pesquisa-ação aplicando e adaptando métodos da observação participante, da antropopedagogia e da pedagogia aberta.

**Palavras-chave:** Redes universitárias, Extensão universitária, Cidadania, Educação Superior



## ABSTRACT

The thesis intitled *the solidary and participative reinvention of the university: a study about nets of university extension in Brazil* discuss the happened changes of the globalization, and, in a large extent, in reaction against it, and the possibilities of conceptual (re)building of the university extension, facing to this globalized society. From observation of experiences of articulateness of the university extension in net, the study investigates as these articulatenesses collaborate for the construction of the citizenship of their members and the society as a whole and if they present as a significant organizacional resource, as much for the angle of the personal relations how much for the angle of the social structuration. The research was oriented for the lines of direction of the research-action applying and adapting methods of the participant observation, of the anthropopedagogy and the free pedagogy.

**Keywords:** nets of university, extension university, Citizenship, university education

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Representação do Desenvolvimento do Pensamento Complexo segundo Edgar Morin	34
Figura 2	Representação do Circuito Retroativo e Recursivo do Pensamento Complexo segundo Edgard Morin	36
Figura 3	Modelo de organização social	49
Figura 4	Relação dialógica entre o global e local na formação das redes	78
Figura 5	Princípios de Regulação da Modernidade	88
Figura 6	Modelo 1 - Gestão pública organização hierárquica	103
Figura 7	Modelo 2 - Gestão pública organizada em rede	104
Figura 8	A universidade na sociedade globalizada	130
Figura 9	Nova institucionalidade na universidade: produção do conhecimento universitária em sistemas abertos (redes), concepção pluralista de produção do conhecimento	142
Figura 10	Esquema do Problema da Pesquisa	157
Figura 11	Fases da pesquisa ação	163
Figura 12	Etapas da pesquisa: Pesquisa Exploratória	164
Figura 13	Etapas da pesquisa: Pesquisa Exploratória e Pesquisa Bibliográfica	166
Figura 14	Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Documental	169
Figura 15	Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Levantamento de Campo	171
Figura 16	Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo e Entrevistas Abertas	173
Figura 17	Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo, Entrevistas Abertas e Observação	175

Figura 18	Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo, Entrevistas Abertas, Observação e TESE	176
Figura 19	Articulação entre a RENEX e o Fórum de Pró-Reitores das IES públicas	223
Figura 20	Esquema da Certificação Profissional de Agentes de Cidadania e Direitos Humanos baseada em Competências	255
Figura 21	Níveis de Participação dentro da Rede Unicidade	257
Figura 22	Exemplos de fractais	282

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01	Características principais dos paradigmas científicos da modernidade	43
Quadro 02	Evolução das formas de organização do Estado	82
Quadro 03	Abusos na extensão universitária	179

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Atividades de extensão universitária por região do país	205
Gráfico 2	Distribuição percentual da extensão por atividade	205
Gráfico 3	Distribuição percentual da extensão por área temática	206
Gráfico 4	Evolução da prática extensionista por ano	207
Gráfico 5	Percentual de IES públicas na RENEX por região	227

## LISTA DE SIGLAS

AATR	Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
ABRESC	Associação Brasileira de Escolas Superiores Católica
ABRUSC	Associação Brasileira de Escolas Superiores Comunitárias
ALCA	Associação Latino Americana de Livre Comércio
ANEXU	Ação Nacional de Extensão Universitária
ARPA	Aliança Popular Revolucionária Americana
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBEU	Congresso Brasileiro de Extensão
CEB	Câmara de Educação Básica
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPEX	Congresso de Pesquisa e Extensão
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
EUA	Estados Unidos da América
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEMDH	Fórum de Entidades e Movimentos de Direitos Humanos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FPREUPB	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
GATT	Acordo Geral Sobre Comércio
IES	Instituições de Ensino Superior

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MLAL	Movimento Leigo Para América Latina
MNU	Movimento Negro Unificado
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MST	Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	Pesquisa Econômica Ativa
PFL	Partido da Frente Liberal
PNE	Plano Nacional de Extensão
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido Social Democrata do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
RENAJU	Rede Nacional de Assessorias Jurídicas Universitárias
RENEX	Rede Nacional de Extensão Universitária
SEMOC	Semana de Mobilização Científica
SEMPE	Seminário Metodológico de Pesquisa e Extensão
SEMPRI	Serviço de Militância nas Prisões
SESU	Secretaria de Ensino Superior
SIEX	Sistema de Informações da Extensão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TG's	Teoria Geral dos Sistemas
TINA	<i>There is No Alternative</i>
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICIDADANIA	Universidade e Cidadania



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>28</b>
2.1	A ORIGEM DA DISCUSSÃO: A ABORDAGEM SISTÊMICA OU TEORIA DA COMPLEXIDADE	28
2.2	A EDUCAÇÃO EM REDE	45
2.3	GLOBALIZAÇÃO E A SOCIEDADE EM REDE	54
2.4	A ARTICULAÇÃO DIALÓGICA ENTRE O GLOBAL E O LOCAL	68
2.5	O ESTADO E A GESTÃO PÚBLICA EM REDE	78
<b>2.5.1</b>	<b>Origem e Conceituação do Estado</b>	<b>80</b>
<b>2.5.2</b>	<b>Crise e Reinvenção do Estado</b>	<b>86</b>
2.6	A UNIVERSIDADE EM UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA	105
<b>2.6.1</b>	<b>Antecedentes teóricos, históricos e políticos</b>	<b>105</b>
<b>2.6.2</b>	<b>A Crise da universidade no Brasil</b>	<b>119</b>
<b>2.6.3</b>	<b>Uma nova institucionalidade para a universidade</b>	<b>130</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>143</b>
3.1	O PROBLEMA E AS QUESTÕES DA PESQUISA	143
3.2	O MÉTODO E AS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	158
<b>4</b>	<b>A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM REDE E A REINVENÇÃO SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA DA UNIVERSIDADE</b>	<b>177</b>
4.1	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM OBJETO EM CONSTRUÇÃO	177
<b>4.1.1</b>	<b>A Evolução da Extensão Universitária no Brasil</b>	<b>181</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Aspectos Jurídicos da Extensão Universitária</b>	<b>199</b>

<b>5</b>	<b>AS REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL</b>	<b>210</b>
5.1	A REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (RENEX)	219
5.2	AÇÃO NACIONAL EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (ANEXU)	238
5.3	A REDE UNICIDANDIA	247
<b>6</b>	<b>UM OLHAR SOBRE AS REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL</b>	<b>264</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>291</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>210</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>324</b>

## 1. INTRODUÇÃO

---

A crise por que passa a universidade no mundo inteiro está a exigir da comunidade universitária um desempenho político e acadêmico cada vez mais consistente, uma vez que as dificuldades sentidas crescem progressivamente levando, na maioria das vezes, ao ceticismo ou a um ativismo intuitivo, sem uma clara percepção dos fins e objetivos a serem alcançados. No caso particular da extensão universitária, professores, estudantes e até pró-reitores têm apresentado uma série de dificuldades para a implantação de programas, projetos e atividades em face do novo perfil que se desenha para essas instituições, numa sociedade complexa e cada vez mais mundializada.

Por outro lado, estudantes e movimentos sociais se queixam, também, de que nos espaços da extensão universitária predomina uma organização vertical atrelada aos reitores e pró-reitores das universidades, sem a participação de representantes dos estudantes ou da sociedade civil organizada. Essas dificuldades apontadas decorrem tanto da falta de pesquisa que ajude na fundamentação teórica destes trabalhos, quanto da inexistência de mecanismos e instrumentos políticos-acadêmicos que tornem esses programas, projetos e atividades ações mais efetivas e eficazes.

Foi pensando nisso que decidimos realizar a presente tese chamada *A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil*, com o propósito de estudar a extensão universitária, enquanto função articuladora do ensino e da pesquisa, e propor medidas que visem o seu fortalecimento e democratização dentro e fora da universidade.

Tomando como ponto de partida as recentes discussões sobre a (re) construção conceitual da extensão universitária no Brasil, buscamos investigar a emergência de uma concepção para a extensão universitária – que tem por base a emergência de um novo

paradigma social lastreado nas novas tecnologias da informação e comunicação da qual resulta uma nova estrutura social: a sociedade rede – e de como ela pode contribuir para a efetivação do compromisso social da universidade em construir e socializar conhecimentos, atitudes e valores que tornem os cidadãos indivíduos mais éticos, solidários e participativos.

A partir da observação de 03 (três) experiências de redes de extensão universitária no Brasil, o estudo investiga como essas articulações se apresentam como novos atores sociais que colaboram para a construção da cidadania de seus membros e da sociedade em geral e se apresentam como um significativo recurso organizacional, tanto pelo ângulo das relações pessoais quanto pelo ângulo da estruturação social, para a superação dos obstáculos à ela sejam eles geográficos, econômicos, sociais ou culturais.

Partimos do pressuposto de que a extensão universitária se apresenta como um *lócus* privilegiado para a produção do conhecimento de forma coletiva e em interação com a realidade, se constituindo em um dos caminhos mais promissores para a construção de uma universidade mais aberta, ética, solidária e participativa, que nos conduza a uma educação mais pluralista, transgressora e emancipatória, que possibilite as futuras gerações o direito de repensar o mundo de forma mais colaborativa e sustentável.

Sem a menor dúvida, desde a antiguidade a imagem da rede tem estado presente nas mais diversas culturas como um entrelaçamento de representações simbólicas, místicas, mágicas, inconscientes, plásticas, rituais, religiosas e ontológicas. Contudo, nos dias atuais, com o avanço das tecnologias de comunicação e informação, a idéia de rede tem tomado um novo significado que está a exigir uma mudança de postura da ciência e uma visão mais construtivista e interacionista da educação em oposição ao instrumentalismo e à competitividade dominantes.

Nessa ótica, as redes representam hoje um grande avanço na renovação dos parâmetros educativos, uma vez que a educação em rede supera as fronteiras das ciências, dos

povos, das nações e viabiliza a inter ou transculturalidade da educação. Para Gadotti (2005), o conceito de rede na educação tem em Paulo Freire um dos precursores<sup>1</sup> quando este se antecipou em relação ao tema criando verdadeiras redes informacionais, a partir de sua própria concepção de educação, fundada nos círculos de cultura.

A pedagogia freiriana além de potencializar a expansão e a dinamização das possibilidades da interatividade humana, potencializa ainda a reflexividade da sociedade atual, ou seja, socialização das informações e da ciência, independentemente dos credencialismos acadêmicos. Deste modo, a concepção freiriana de educação teria se antecipado à era da informática, como instrumento de construção da inteligência coletiva a que se refere Pierrri Levy (2003).

Para Gadotti (2005), se Freire estivesse vivo o casamento da pedagogia do oprimido com a *cibercultura*, a partir da metodologia dos círculos da cultura, seria veementemente defendido por ele que era um pioneiro defensor e utilizador da tecnologia disponível nos projetos educacionais<sup>2</sup>.

Nesse prisma, a idéia de rede é, talvez, a mais notável noção da educação contemporânea, revelando um potencial enorme que precisa ser estudado pela educação tendo em vista a construção de uma pedagogia mais aberta e colaborativa.

Nesse aspecto, este trabalho procura superar a polêmica do “ser a favor” ou “ser contra” a tecnologia, ressaltando que o que importa nas relações da humanidade com os avanços científico-tecnológicos são as formas de sua utilização e socialização dessas conquistas como afirma Gilberto Gil (1969) na música cérebro eletrônico:

---

<sup>1</sup> Conforme constatado por Alvin Toffler em 2001 autor de *Third Wave* (Teceira Onda).

<sup>2</sup> Paulo Freire pode ainda ser lembrado nesta discussão sobre redes quando se pensa na universalização dos meios tecnológicos para o acesso ao ciberespaço e o direito a informação. A construção de uma sociedade da *cibercultura* só será possível com a alfabetização digital, com uma verdadeira *alfabytização*. Não uma *alfabytização* qualquer, alienante, bancária, mas a que retomasse os princípios dos olhares dos oprimidos e para que as riquezas dessas novas tecnologias de informação e comunicação não sejam postas, mais uma vez, a serviço da dominação (GADOTTI, 2005).

*O cérebro eletrônico faz tudo.  
 Faz quase tudo  
 Faz quase tudo  
 Mas ele é mudo  
 O cérebro eletrônico comanda  
 Manda e desmanda  
 Ele é quem manda  
 Mas ele não anda  
 Só eu posso pensar  
 Se Deus existe  
 Só eu  
 Só eu posso chorar  
 Quando estou triste  
 Só eu  
 Eu cá com meus botões  
 De carne e osso  
 Eu falo e ouço. Hum  
 Eu penso e posso  
 Eu posso decidir  
 Se vivo ou morro por que  
 Porque sou vivo  
 Vivo pra cachorro e sei  
 Que cérebro eletrônico nenhum me dá socorro  
 No meu caminho inevitável para a morte  
 Porque sou vivo  
 Sou muito vivo e sei  
 Que a morte é nosso impulso primitivo e sei  
 Que cérebro eletrônico nenhum me dá socorro  
 Com seus botões de ferro e seus olhos de vidro*

Sendo assim, a organização em rede pode servir para fortalecer a universidade como instituição indutora de projetos e processos emancipatórios superando o atual modelo tradicional que a coloca como receptora e consumidora de idéias. As novas tecnologias de informação colocam a disposição da humanidade para a comunicação e mundialização do conhecimento, diferentemente da globalização econômica neoliberal, a possibilidade de democratização do acesso em todos os sentidos, inclusive, no da universalização do usufruto do produto social, como afirma Gadotti (2005): “Não podemos deixar que, mais uma vez, prevaleça um projeto de sociedade que exclui a maioria da população do banquete civilizatório”.

Ante o exposto, com base no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e no fato de que a extensão é por natureza diversificada,

transdisciplinar, participativa e articuladora de aspectos educativos (ensino), investigativos (pesquisa) e comunicativos (extensão), tivemos como objetivo geral estudar as mudanças advindas da globalização, e em grande parte em reação a ela, que podem ser sentidas na educação superior, em particular na extensão universitária, que dizem respeito à emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes horizontais e interconexas de colaboração solidária.

O objetivo geral formulado acima foi subdividido em objetivos específicos que consistem em analisar:

- I) as possibilidades de formulação de um conceito de extensão universitária (extensão universitária em rede) que tenha por base a emergência de um novo paradigma social baseado na organização da sociedade em rede;
- II) a prática social dos diversos atores que fazem a extensão universitária no Brasil à emergência desse novo modelo de articulação em rede e as possibilidades de construção coletiva do conhecimento;
- III) as possibilidades da organização da extensão universitária em rede favorecer o fortalecimento da extensão universitária como função da universidade;
- IV) quais os significados das ações coletivas propostas pelas redes de extensão universitária, qual a posição de seus atores, os meios e recursos utilizados e os efeitos dessas ações em relação às instâncias de poder dentro e fora da universidade;
- V) as formas de interação, participação ou de cooperação entre universidade e sociedade civil, que são possíveis no modelo emergente de rede, buscando delimitar as inovações que demonstram uma ruptura com as formas tradicionais de se organizar e fazer à extensão universitária no Brasil;

- VI) como esse novo modelo corta a reprodução e favorece a emancipação de pessoas e grupos envolvidos, na medida em que forja, em cada um dos sujeitos, sua capacidade emancipatória, de autonomia, de leitura e interpretação dos códigos da sociedade e da adequada percepção do mundo que os rodeia;
- VII) como essa nova forma de articulação pode contribuir para a formação de uma cultura organizacional voltada para o envolvimento da universidade com a concretização da democracia e da cidadania no país.

Por fim, propomos sugestões e mecanismos institucionais, políticos e administrativos que favoreçam a superação dos obstáculos impostos a uma cultura de rede dentro das universidades e, em especial, dentro da extensão universitária.

Do ponto de vista metodológico, nossa pesquisa se enquadrou como um estudo de caso múltiplo onde foram estudadas 03 (três) redes de extensão universitária: A Rede Nacional de Extensão universitária (RENEX); a Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU); e a Rede UNICIDADANIA (Universidade + Cidadania); a partir não só de uma extensa revisão bibliográfica do assunto como da prática social concreta desses atores. As diretrizes utilizadas foram as da pesquisa-ação que consistem em:

1. coletar informações relevantes e mapear situações (olhar/*look*);
2. explorar e analisar o que acontece (pensar/*think*);
3. elaborar, implementar e avaliar categorias de pesquisa objetivando aprender o significado das diversas ações coletivas, a posição dos atores envolvidos, os meios e recursos utilizados e os efeitos dessa ação em relação às instâncias de poder (agir/*act*).

Na primeira parte do trabalho – chamada de *Fundamentação Teórica* – apresentamos as categorias revisitadas (globalização, Estado, universidade, extensão



universitária, complexidade, redes, cidadania etc.) que são atualmente bastantes polêmicas tanto em razão das abordagens teóricas como das diversas utilizações na prática política dos movimentos sociais, buscando delimitar, em seus diversos sentidos, sua forma atual trabalhada não só na teoria política contemporânea, mas também, pelos movimentos sociais.

Na segunda parte do trabalho – chamada de *Metodologia* – apresentamos as etapas de desenvolvimento da pesquisa e os dados e informações que foram coletados através da combinação de várias técnicas de pesquisa como: pesquisa exploratória; pesquisa bibliográfica (leitura e análise de livros, artigos, teses, dissertações etc); pesquisa documental (coleta, leitura e análise de relatórios, planos, projetos, estatutos, cartas e *sites* das redes estudadas); e levantamento de campo (participação em eventos-campo, registro em diário, entrevistas, depoimentos e observação participante).

Na terceira parte do trabalho, chamada de – *A Extensão Universitária em Rede e a Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade* – apresentamos o estudo de caso realizado, bem como as propostas e sugestões quanto à formação de redes na extensão universitária no Brasil. Como não se pretende tratar a temática das redes de extensão com a intenção de esgotá-la, dada as limitações desse trabalho, a conclusão não contém proposições definitivas. Contudo, buscamos desenhar uma ordem lógica de apresentação das idéias que pudesse demonstrar, de forma dinâmica e processual, a realidade das redes de extensão no Brasil.

Não podemos deixar de ressaltar que o presente trabalho de pesquisa se alimentou não só de leituras assíduas, mas também de experiências profissionais e pessoais acumuladas junto à universidade como estudante, professor e coordenador de programas e projetos de pesquisa e extensão nos últimos 10 anos. Podemos destacar a nossa participação no:

1) *Programa de Formação e Assessoria em Políticas Públicas e Cidadania*, coordenado pelo falecido professor Elenaldo Celso Teixeira, que fez parte das ações do UFBA

em Campo e foi devidamente registrado no livro “*Políticas Públicas e Cidadania*” de Elenaldo Celso Teixeira e Isadora Browne Ribeiro, publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1999;

2) *Programa de Extensão para Elaboração de 30 (trinta) Planos de Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos de Reforma Agrária (PDSA)*, coordenado pelos professores Celma Borges e Antonio Dias Nascimento, convênio INCRA/CRH/UFBA;

3) *Programa de Formação de Lideranças em Direito Social* realizado pelos campi Barreiras e Bom Jesus da Lapa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB);

4) programa para Formação em *Direitos Humanos Violência e Impunidade*, UNEB/MLAL; entre outros.

Além disso, coordenamos o *Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE)*, o curso de *Direito e assumimos a direção do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT)*, Campus XIX Camaçari, da UNEB durante a realização dessa pesquisa.

Alimentou-se, também, da experiência acumulada como militante e, ocasionalmente, dirigente de organizações não governamentais (ONG’s) aonde esse tema vem sendo amplamente discutido. Nesse período coordenamos algumas organizações não governamentais e movimentos como:

1) a *Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR)*, com 12 anos de militância e sendo presidente da entidade por dois mandatos:

2) a *Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) Regional NE II*;

3) o *Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)*;

4) o *Fórum de Entidades e Movimentos de Direitos Humanos da Bahia*, entre outros.

Por fim, a oportunidade de pesquisar este tema nem precisaria ser sublinhada na medida em que compreendemos a relevância social das redes para o fortalecimento da democracia neste país. O princípio da solidariedade social presente nas redes e o seu caráter emancipatório parecem ser o melhor caminho para a construção de uma sociedade mais ética e responsável em nosso país.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

---

### 2.1. A ORIGEM DA DISCUSSÃO: A ABORDAGEM SISTÊMICA OU TEORIA DA COMPLEXIDADE

Na base de nossa discussão sobre a possibilidade de reinvenção solidária e participativa da universidade está uma nova forma de ver a ciência e compreender o mundo a partir do paradigma da complexidade. Esse paradigma foi introduzido nas ciências humanas pela abordagem sistêmica ou teoria da complexidade no início do século XX, mas, ganha vigor somente nas últimas três décadas com as novas tecnologias de comunicação e informação. Nesse sentido, rever esta teoria nos ajuda a compreender melhor o processo de reinvenção solidária e participativa da universidade, a partir da compreensão da extensão universitária como um sistema aberto de produção e difusão do conhecimento.

Para a abordagem sistêmica ou teoria da complexidade, nada pode ser completamente compreendido isoladamente. Tudo deve ser estudado como parte de um sistema dinâmico e multiestratificado. As relações são tudo. A atividade do sistema compreende a interação simultânea e interdependente de suas muitas partes componentes. A natureza do sistema é sempre maior do que a mera soma de suas partes separadas. Nesse aspecto, a teoria dos sistemas vem romper com o paradigma mecanicista da ciência moderna que predominou até o final do século XX.

Thomas Kuhn foi o responsável pela formulação da noção de paradigma científico. Kuhn define o paradigma científico como “uma constelação de realizações, concepções, valores, técnicas etc. compartilhada por uma comunidade científica e utilizada por essa comunidade para definir problemas e soluções legítimos” (KUHN, 1962 *apud*

CAPRA, 2003, p.24). Nesse sentido, as mudanças de paradigma ocorrem sob a forma de rupturas descontínuas e revolucionárias denominadas mudanças de paradigmas.

Para analisar as transformações culturais que estamos vivendo em meio à globalização, Capra generalizou a definição de Kuhn de um paradigma científico até obter um paradigma social definido como “uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza” (CAPRA, 2003, p.24).

Nessa perspectiva, estamos agora no princípio dessa mudança fundamental de visão de mundo na ciência e na sociedade. Porém, essa compreensão ainda não despontou entre a maioria de nós e o reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa sobrevivência, ainda não atingiu a maioria das pessoas, sobretudo, aqueles que estão no poder político e econômico. Segundo Capra (2003, p.24), “nossos representantes no poder não só deixam de reconhecer como diferentes problemas estão inter-relacionados, mas também se recusam a reconhecer como as suas soluções afetam as gerações futuras”.

Nesse sentido, Capra (2003) alerta que o grande desafio do nosso tempo é criar uma economia ou economias sustentáveis, isto é, ambientes sociais e culturais onde todos possam satisfazer as suas necessidades de aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras. Para este autor, o paradigma que dominou nossa cultura ocidental por vários séculos, que agora retrocede, consiste em várias idéias e valores entrelaçados, entre os quais:

- I) A visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares;
- II) A visão do corpo humano como uma máquina;
- III) A visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela

- existência;
- IV) A crença no progresso material ilimitado a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico;
- V) A crença em que uma sociedade na qual a mulher é, por toda a parte, classificada em posição inferior à do homem é uma sociedade que segue uma lei básica da natureza.

Na opinião de Capra (2003), todas essas suposições têm sido decisivamente desafiadas por eventos recentes. Em verdade, está ocorrendo, na atualidade, uma revisão radical disso. Esse novo paradigma para ciência passa a ser chamado de uma visão holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. A base desse princípio é a compreensão da interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que enquanto indivíduos e sociedade estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza e, em última análise, somos todos dependentes desses processos.

A teoria da complexidade vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes, concebendo os seres humanos com um fio particular da teia da vida. A base dessa teoria é o reconhecimento de que a natureza de muitas de nossas estruturas sociais e econômicas está arraigada em um sistema dominador de organização social<sup>3</sup>.

A mudança de paradigma requer não só uma mudança no pensamento, mas também uma mudança de valores. As mudanças entre pensamentos e valores podem ser vistas como mudança da auto-afirmação para a integração. Essas duas tendências, a auto-afirmativa e a integrativa, são aspectos essenciais de todos os sistemas vivos. Nessa perspectiva,

---

<sup>3</sup>A palavra rede é bem antiga e vem do latim *retis* significando o entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra Rede foi ganhando novos significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações.

podemos afirmar que estamos num momento de mudança de paradigma. Se o motor da sociedade no século XX foi o conflito, no novo século a solidariedade aparece como alternativa ao processo de globalização excludente.

As redes se organizam a partir do princípio de solidariedade social que pode ser compreendido como um processo de alteridade, onde um sujeito se reconhece e se nutre na ação do outro. Nas redes temos a superação do sujeito individual pelo sujeito coletivo. Nesse novo paradigma, as redes de colaboração solidária surgem como uma nova forma de articulação da sociedade e até do próprio Estado.

Nesse sentido, nos últimos anos, diversos pesquisadores<sup>4</sup> têm contribuído com uma nova visão, não apenas do método, mas da própria ciência. Podemos dizer que o pensamento complexo defendido por esses autores é uma nova maneira de ver a ciência casando o singular com o todo o particular com o geral. Para estes autores, a teoria da complexidade é hologramática, ou seja, mostra-nos que não é através de um único parâmetro que se tem a dimensão da realidade, mas, através de um conhecimento polissêmico, multi, inter, transdisciplinar.

Esse paradigma ingressou na ciência com Werner Heisenberg (1971 *apud* CAPRA, 2003) e está estritamente relacionado com a visão da realidade física como uma teia de relações implicando em uma visão da realidade como uma rede inseparável de relações. Se imaginarmos o que é a complexidade dessa rede poderemos facilmente entender que isolar um padrão nessa rede complexa desenhando uma fronteira ao seu redor e chamar esse padrão de objeto parecerá um tanto arbitrário.

No modelo científico cartesiano, acreditava-se que as descrições são objetivas, isto é, independentes do observador humano e do processo de conhecimento. O novo paradigma científico implica que a epistemologia, a compreensão do processo de

---

<sup>4</sup> Como Edgard Morin (2002), Capra (2003) e Castells (2003), Maturama (2002).

conhecimento, precisa ser explicitamente incluída na descrição dos fenômenos naturais. A proposta da teoria da complexidade é religar os conhecimentos dispersos exigindo uma nova postura do sujeito diante da dinâmica dos sistemas vivos e planetários, o que implica recusar a cisão entre as ciências e humanidades e mais que isso, entre as ciências da natureza e a cultura<sup>5</sup>.

Para Morin (2002a), o que a teoria da complexidade pretende é educar educadores de modo mais sistêmico, isto é gerar, intelectuais polivalentes, abertos capazes de refletir sobre a cultura em sentido amplo. Para isso torna-se urgente incentivar professores de todos os níveis a religarem seus programas e projetos, assim como investir em reformas curriculares que propiciem uma reflexão sobre o tema, com pontos de vista que *rejuntem* natureza e cultura, homem e cosmo e edifiquem uma aprendizagem cidadã capaz de repor a dignidade da condição humana<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> O princípio da incerteza de Heisenber diz, essencialmente, que não existe meio de medir com precisão as propriedades mais elementares do comportamento subatômico. Ou melhor, quanto mais precisamente você mede uma propriedade, digamos, o movimento de um elétron, menos precisamente você pode conhecer outra, nesse caso, sua posição. Em verdade, mais certeza de uma, mais incerteza de outra. Em termos práticos, o que o princípio da incerteza sugere é que você não pode tratar partículas quânticas como se fossem iguais aos objetos de nossa vida diária. Os aspectos essenciais de uma partícula (posição, velocidade, quantidade de movimento, energia) nunca podem ser imediatamente observados com precisão, o próprio ato da observação, inevitável e irremediavelmente, distorce pelo menos uma dessas características. Na melhor das hipóteses, podemos fazer medições e predições *prováveis* ou estatísticas. Isso não quer dizer que não temos a técnica necessária para as medições. O ponto é que técnica alguma jamais poderá superar a incerteza fundamental do comportamento das grandezas quânticas. HEISENBERG, Werner. Física e Filosofia. UNB:Brasília, 1999.

<sup>6</sup> No direito a Teoria Quântica, o Quantismo jurídico é a tese de que o direito se insere na harmonia do universo e, ao mesmo tempo, dela emerge, como requintada elaboração dos seres humanos. Uma relação jurídica é sempre uma interação quântica. O direito é a ordenação quântica das sociedades humanas. Mas, em matéria de ordenação, por meio do direito, tudo é possível. Assim como a proteína reguladora deve ser considerada como um produto especializado em *engineering* molecular, assim também o direito deve ser considerado como um produto de uma inteligência especializada em *engineering* social. Assim como nenhuma imposição química decide da atuação das referidas proteínas, assim também nenhuma imposição absoluta determina o direito. Assim como essas proteínas se dirigem com autonomia, em conformidade com interesses fisiológicos da célula, também o direito, livre de imposições absolutas, se pode dirigir pelos interesses reais da sociedade, de acordo com os sistemas de referencia efetivamente vigorantes. O direito não pode se sujeitar a não ser aos fins que a sociedade almeja. A ciência do direito não anunciará jamais que um homem, ou um determinado grupo de homens, poderá desta ou daquela maneira agir como a física não pode, prever o percurso que um elétron ou um grupo de elétrons irá fazer. As leis humanas são, portanto, leis de probabilidade, como as demais leis da sociedade cósmica. A ordenação jurídica é a própria ordenação universal, é a ordenação universal no setor humano. TELLES JUNIOR, Gofredo. O Direito quântico. Ensaio sobre o fundamento da Ordem Jurídica, Max Limond, 1971, p.9-10, 284-286.



Edgar Morin, em seus seis livros que formam o método de investigação da teoria da complexidade, deixa claro que a complexidade não é complicação. A ambição do pensamento complexo é dar conta das articulações entre domínios disciplinares que são quebrados pelo pensamento disjuntivo. Este isola o que ele separa e oculta tudo que o liga, interage e interfere. A complexidade aparece onde o pensamento simplificador falha, isto é, a complexidade conduz à eliminação da simplicidade.

[...] A complexidade se impõe primeiro como impossibilidade de simplificar. Ela surge lá onde a unidade complexidade produz suas emergências, lá onde se perdem as distinções e clarezas nas identidades e causalidades, lá onde as desordens e as incertezas perturbam os fenômenos, lá onde o sujeito-observador surpreende seu próprio rosto no objeto de sua observação, lá onde as antinomias fazem divagar o curso das racionalizações (MORIN, 2002, p.456).

Diante da dificuldade de compreender e dominar o complexo, nossa tendência é adaptarmos a uma atitude reducionista e de nos voltarmos para os pontos de vistas mais simplistas. A complexidade sempre existiu, mas ela se amplia continuamente. Esta complexificação incessante é o sentido da evolução da vida. À medida que certos aspectos da complexidade são entendidos, outros se manifestam através do imprevisto, o incerto ou ingovernável. Embora não se limite a este aspecto, o termo “complexidade” designa primeiro aquilo que nos escapa, aquilo que temos dificuldade em compreender e dominar, neste aspecto, complexidade se distingue da complicação de que, com esforço, conseguimos chegar ao fim.

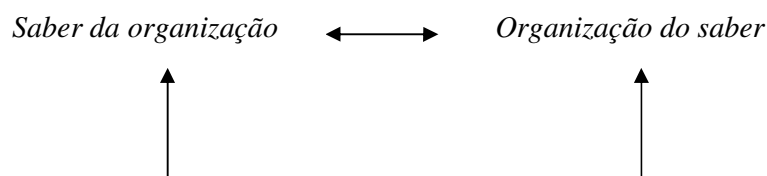
Para Morin (2002), complexidade não é complicação. O que é complicado pode se reduzir a um princípio simples como um emaranhado ou um nó cego. Certamente o mundo é muito complicado, mas se ele fosse apenas complicado, ou seja, emaranhado, multidependente etc, bastaria operar as reduções bem conhecidas: jogo entre alguns tipos de partículas nos átomos, jogo entre 92 tipos de átomos nas moléculas, jogo entre quatro bases no código genético, jogo entre alguns fenômenos na linguagem. Este tipo de redução,

absolutamente necessária, torna-se, simplista assim que se torna suficiente, ou seja, pretende explicar tudo. O verdadeiro problema, portanto, não é devolver a complicação dos desenvolvimentos a regras de base simples. A complexidade está na base.

É claro que a universidade e a extensão universitária não estão isentas dessa complexidade. Ela se manifesta, sobretudo, do volume de teorias e modelos de administração, modismos temporários e milagrosos, a incerteza das organizações e a ampliação das interdependências. Adicionado a isto, a globalização da economia, a reforma do Estado, o fortalecimento da sociedade civil, as profundas mudanças da ciência, que têm acelerado ainda mais este movimento para o paradigma da complexidade. A transformação social, muitas vezes, é obtida por complexificação. É aí que os dirigentes encontram o maior desafio que é dotar-se de métodos de pensamento que lhe permitam ao mesmo tempo reinventar o progresso e limitar seus efeitos nocivos. Podemos chamar de complexo o que não podemos compreender e dominar completamente, e que se manifesta em 03 níveis:

- I) A realidade é presumida e complexa em si mesmo;
- II) Os fenômenos não são complexos se o observador não os vê como tal;
- III) Nossa compreensão da realidade condiciona nosso comportamento, ou seja, a complexidade é construída a partir de nossas representações de nosso repertório cultural e lingüístico (MORIN, 2002).

**Figura 01 – Representação do Desenvolvimento do Pensamento Complexo segundo Edgar Morin**



Em um primeiro estágio, podemos concluir que na complexidade a realidade percebida fica sempre inacabada e incompleta. Além disso, o todo e as suas partes estão ligados em uma dialética dinâmica, o complexo é a conjunção entre ordem e desordem e a instabilidade e a evolução provocam mudanças de estado nos sistemas complexos. Por fim, lógicas diferentes, às vezes antagônicas, coexistem em um diálogo no seio de um sistema complexo (MORIN, 2002).

Quanto à representação da complexidade, Morin (2002a) diz que a realidade não é independente de quem a contempla, as coisas, os acontecimentos, as pessoas, as situações assumem a forma que lhes damos em virtude de nossa visão de mundo, de nossas intenções no momento e do contexto que tudo isto se desenrola. Aqui levantamos um ponto importante que é a dificuldade de representar realidades complexas.

Diante dessa dificuldade, nós nos enganamos e deixamos de lado o sombrio, o incerto e construímos representações artificialmente simples, compreensíveis e transmissíveis. Cada pessoa tem uma forma diferente de compreender a realidade, e é este sistema individual que transforma a realidade que chamamos de sistema de representação. Segundo a natureza deste sistema, certos aspectos da realidade serão selecionados e ordenados de um certo modo em nossa representação da realidade.

Para Morin (2002), há uma parte no nosso sistema de representação que não podemos modificar, que é inata a nossa personalidade, mas há outra parte sobre a qual podemos agir, que podemos ao menos controlar. Os componentes deste sistema de representação são:

- I) Os paradigmas presentes, a visão geral do mundo à qual nos referimos;
- II) O contexto no qual nos encontramos;

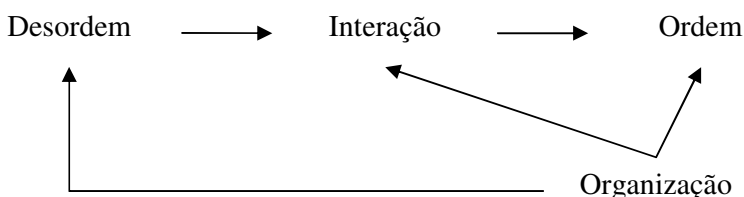
III) A intenção pessoal, o projeto íntimo que condiciona nossas interpretações.

A teoria da complexidade nos mostra uma dimensão importante do conhecimento que por mais parecidas que as pessoas sejam, trabalhando na mesma universidade, fazendo o mesmo tipo de trabalho, podem ter visões completamente diferentes da realidade e inclusive, com medo do incerto e das mudanças, buscam não intencionalmente, visões simples e reducionistas da realidade. Na universidade, enquanto organização complexa, mistura-se e se sobrepõe lógicas diversas, o próprio pensamento deve se complexificar para apreender as situações e melhor orientar as organizações.

O reconhecimento das particularidades, até mesmo, dos antagonismos, a articulação de lógicas diferentes deve substituir a exclusão que separa a realidade a uma parte de sua riqueza. Lógicas diferentes que podem ser ao mesmo tempo complementares, concorrentes e até mesmo antagonicas, se encontram reunidas e coexistem em uma mesma unidade, sem que suas diferenças não sejam por isso coladas por esta unidade.

Para Morin (2002), não é suficiente, para se conceber o princípio de complexidade, associar noções antagonicas de maneira concorrente e complementar. É preciso considerar também o próprio caráter da associação. Não é somente uma relativização desses termos uns em relação aos outros; é a sua integração no seio de um metassistema que transforma cada um desses termos no processo de um circuito retroativo e recursivo.

**Figura 02 – Representação do Circuito Retroativo e Recursivo do Pensamento Complexo segundo Edgard Morin**



Edgar Morin (2002), propõe o processo de *disjunção-conjunção* como alternativa a este modo mono-variável de assumir os problemas: as lógicas são distinguidas uma das outras e suas diferenças são afirmadas, mas não são separadas da problemática global a que pertencem. Sem negar suas respectivas existências, articulam-se uma à outra em virtude de uma lógica superior que as integra sem reduzir suas especialidades. Essa tentativa se opõe completamente àquela que consiste em tirar um elemento de seu contexto, e excluí-lo do todo no qual ele toma sentido.

O principal que se defende é a análise do todo, atualmente a tendência é considerar o ser humano ao mesmo tempo força de trabalho, inteligência, afetividade e individualidade não limitando sua vida às fronteiras das instituições, levando-se em consideração também sua unidade e, na relação com os demais a combinação de bio-psíquico-social distinguindo uma das outras sem separá-las da visão do global do indivíduo.

Reinventar o pensamento para reinventar a educação e reinventar a educação para reinventar o pensamento é o que propõe a teoria da complexidade. Para esta teoria é impossível conhecer a parte sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes. A teoria da complexidade nos leva a um pensamento para além de um conhecimento fragmentado que, por tornar invisíveis as interações entre um todo e suas partes, anula o complexo e oculta os problemas essenciais. Levam, igualmente, para além de um conhecimento que, por ver apenas globalidade, perde o contato com o particular, o singular e o concreto.

A visão complexa remedia a desunião entre o pensamento científico, que desassocia os conhecimentos e não reflete sobre o destino humano, e o pensamento humanista que ignora as conquistas das ciências, enquanto alimenta suas interrogações sobre o mundo e sobre a vida. Reconhecendo a complexidade da situação investigada, são como um farol a

orientar esse trabalho que pretende articular o todo com a parte e a parte como todo, religando conhecimentos que estão dispersos.

Nesse aspecto, o paradigma que dominou nossa cultura ocidental por vários séculos e que agora está retrocedendo, consiste em várias idéias e valores entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, uma visão mecanicista do corpo humano como um conjunto de peças.

Nos últimos anos, a mudança do paradigma mecanicista para o sistêmico (complexo) tem ocorrido em diferentes formas e com diferentes velocidades nos vários campos científicos. Não se trata de uma mudança uniforme, ela envolve revoluções científicas, retrocessos bruscos e balanços pendulares. Um pêndulo caótico, no sentido da teoria do caos, oscilações que se repetem, porém não perfeitamente, aleatórias na aparência e, não obstante formando um padrão complexo e altamente organizado.

A tensão básica é a tensão entre as partes e o todo a ênfase nas partes tem sido chamada de mecanicista, reducionista ou atomística. A ênfase no todo de holística, sistêmica ou complexa. Na ciência do século XX a perspectiva holística tornou-se conhecida como complexa e a maneira de pensar que ela implica passou a ser chamada como pensamento complexo. A principal característica do pensamento complexo emergiu simultaneamente em várias disciplinas na primeira metade do século XX, especialmente na década de 20. Os pioneiros do pensamento complexo foram os biólogos, que enfatizam a concepção dos organismos vivos como totalidades integradas.

Foi posteriormente enriquecido pela psicologia da Gestalt e pela nova ciência da ecologia, e exerceu os efeitos mais importantes na física quântica, uma vez que a idéia central do novo paradigma refere-se à natureza da vida. Para Capra (2003), Aristóteles foi o primeiro biólogo de tradição ocidental que criou um sistema de lógica formal e um conjunto de

concepções unificadoras, que aplicou as principais disciplinas de sua época. Biologia, física, metafísica, ética e política, sua filosofia e sua ciência dominaram o pensamento ocidental ao longo de dois mil anos depois de sua morte, durante os quais sua autoridade tornou-se quase tão inquestionável quanto à da igreja<sup>7</sup>.

Nos séculos XVI e XVII, a visão do mundo medieval, baseada na filosofia aristotélica e na teologia cristã, mudou radicalmente. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi sendo substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo tornou-se a metáfora dominante da era moderna<sup>8</sup>. Essa mudança radical foi realizada pelas novas descobertas em física, astronomia e matemática, conhecidas como a revolução científica e associada aos nomes de Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton (CAPRA, 2003).

René Descartes (1999) criou o método do pensamento analítico, que consiste em quebrar fenômenos complexos em pedaços a fim de compreender o comportamento do todo a partir das propriedades das suas partes. Descartes baseou sua concepção da natureza na divisão fundamental de dois domínios independentes e separados: o da mente e o da matéria. O universo do material, incluindo os organismos vivos, era uma máquina para Descartes e, poderia, em princípio, ser entendido completamente analisando-o em termos de suas menores partes.

Durante o início do século XX os biólogos que se opunham a uma visão mecanicista abordaram o problema da forma biológica aprimorando muitas das idéias básicas de Aristóteles, Goethe e Olivier. Segundo Capra (2003), o bioquímico Lawrence Henderson

---

<sup>7</sup> A Gestalt surgiu nas primeiras décadas deste século como uma espécie de resposta ao atomismo psicológico, escola que pregava uma busca do todo psicológico através da soma de suas partes mais elementares; o complexo viria pura e simplesmente da reunião de seus elementos mais simples, era uma escola de adição. A Escola da Gestalt ou Escola da Forma dizia o contrário: não podemos separar as partes de um todo pois dele elas dependem e não fazem sentido, pelo menos o mesmo, senão enquanto partes formadoras daquele todo. O todo e as partes têm suas propriedades, mas, a interdependência das partes dá ao todo propriedades que são diferentes daquelas que estão em cada uma das suas partes.

<sup>8</sup> Como na trilogia do Senhor dos Anéis.

foi influente no seu caso pioneiro do termo “sistemas” para denotar tanto organismos vivos como sistemas sociais.

Dessa época em diante, um sistema passou a significar um todo integrado cujas propriedades essenciais surgem das relações entre suas partes, e pensamento sistêmico, a compreensão de um fenômeno dentro de um contexto de um todo maior. Esse é de fato, o significado raiz da palavra sistema, que deriva do grego *synhistanai* (colocar junto). Entender as coisas sistemicamente significa, literalmente, colocá-las dentro de um contexto, estabelecer a natureza de suas relações.

A base dessa concepção está na idéia de que uma das características chaves da organização dos organismos vivos com a sua natureza hierárquica. Uma propriedade que se destacava em toda a vida é a sua tendência para fundar estruturas multiniveladas de sistemas dentro de sistemas. Cada um desses sistemas forma um todo com relação às suas partes, enquanto que, ao mesmo tempo, é parte de um todo maior. Desse modo, as células combinam-se para formar tecidos, os tecidos para formar órgãos e os órgãos para formar organismos. Estes, por sua vez, existem dentro de sistemas sociais e de ecossistemas. Ao longo de todo o mundo vivo, encontramos sistemas vivos aninhados dentro de outros sistemas vivos.

Desde os primeiros dias da biologia, essas estruturas multiniveladas foram denominadas hierarquias. Entretanto, esse termo pode ser enganador, uma vez que deriva das hierarquias humanas, que são estruturas de dominação e de controle absolutamente rígidas muito diferente da ordem multinivelada que encontramos na natureza. A importante concepção de rede – a teia da vida – fornece uma nova perspectiva sobre as chamadas hierarquias da natureza.

Aquilo que os primeiros pensadores sistêmicos reconheciam com muita clareza é a existência de diferentes níveis de complexidade com diferentes tipos de leis operando em cada nível de fato, a concepção de complexidade organizada tornou-se o próprio assunto da



abordagem sistêmica. Em cada nível de complexidade os fenômenos observados exibem propriedades que não existem no nível inferior.

As idéias anunciadas pelos biólogos sistêmicos durante a primeira metade do século XX ajudaram a dar luz a um novo modo de pensar – o pensamento sistêmico ou complexo – em termos de conexidade de relações de contexto. De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui.

Elas surgem das interações e das relações entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma das partes. A emergência do pensamento complexo representou uma profunda revolução na história do pensamento científico ocidental.

A crença segundo a qual em todo sistema complexo o comportamento pode ser entendido inteiramente a partir das propriedades de suas partes é fundamental no paradigma cartesiano. O grande impacto que adveio com a ciência do século XX foi à percepção de que os sistemas não podem ser entendidos pela análise. As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo mais amplo.

Desse modo, a relação entre as partes e o todo foi revertida. Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo. Em consequência disso o pensamento complexo concentra-se não em blocos de construção básicos. O pensamento complexo é contextual o que é o oposto do pensamento analítico. A análise significa isolar alguma coisa a fim de entendê-la. O pensamento sistêmico significa colocá-la no contexto de um todo mais amplo (CAPRA, 2003).

Nesse sentido, a física quântica mostra que não podemos decompor o mundo em unidades elementares que existem de maneira independente quando desviamos nossa atenção dos objetos macroscópicos para os átomos e as partículas subatômicas, a natureza não nos mostra blocos de construção isolados, mas, em vez disso, aparece como uma complexa teia de relações entre as várias partes de um todo unificado. O mundo aparece assim como um complicado tecido de eventos, no qual conexões de diferentes tipos se alternam, se sobrepõem ou se combinam e, por meio disso, determinam a textura do todo<sup>9</sup>.

Para Castells (2003), a nova ciência da economia enriqueceu a emergente maneira sistêmica de pensar introduzindo novas concepções – comunidade e rede – considerando uma comunidade como um conjunto de organismos aglutinados num todo funcional por meio de suas relações mútuas. Os ecologistas facilitaram a mudança de foco aplicando os mesmos tipos de concepções a diferentes níveis de sistemas. Desde o começo da ecologia, as comunidades ecológicas têm sido concebidas como reuniões de organismos conjuntamente ligados à maneira de rede por intermédio de relações de alimentação.

Segundo Capra (2003), a teia da vida é, naturalmente, uma idéia antiga que tem sido utilizada por poetas filósofos e místicos ao longo de eras para transmitir seu sentido de entrelaçamento e de interdependência de todos os fenômenos. À medida que a concepção de rede tornou-se mais e mais proeminente na ecologia, os pensadores sistêmicos começaram a utilizar modelos de rede em todos os níveis dos sistemas, considerando os organismos como redes de células, órgãos e sistemas de órgãos, assim como os ecossistemas são entendidos como redes de organismos individuais.

A concepção de sistemas vivos como redes fornece uma nova perspectiva sobre as chamadas hierarquias da natureza. Desde que os sistemas vivos, em todos os níveis, são redes, devemos visualizar a teia da vida como sistemas vivos (redes) interagindo à maneira de rede

---

<sup>9</sup> A teoria quântica com a sua nova conceituação sobre a matéria e os seus intrigantes postulados, gerou debates não só no âmbito das ciências exatas, mas também no da filosofia, provocando assim uma grande revolução intelectual no século XX.

com outros sistemas (redes). Podemos descrever esquematicamente um ecossistema como uma rede com alguns nodos. Cada nodo representa um organismo o que significa que cada nodo, quando amplificado, aparece, ele mesmo como uma rede.

Em outras palavras, a teia da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. Tendemos a arranjar esses sistemas, todos eles aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico colocando os superiores acima dos inferiores, à maneira de uma pirâmide, mas isso é uma projeção humana. Na natureza, não há acima ou abaixo e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de redes.

No quadro analítico abaixo apresentamos uma comparação entre o paradigma mecanicista que predominou na ciência do século XX e o paradigma sistêmico, complexo ou holístico introduzido pela abordagem sistêmica na teoria política contemporânea.

#### **Quadro 01 - Características principais dos paradigmas científicos da modernidade**

<b>Paradigma mecanicista</b>	<b>Paradigma complexo</b>
A totalidade é a soma de suas partes.	O sistema é maior do que a soma de suas partes. Em última instância, partes são abstrações, a natureza e seus fenômenos não podem ser compreendidos a não ser por meio de suas relações com a totalidade do sistema que é dinâmico e multiestratificado.
Fenômenos e eventos são estudados de forma isolada.	Os fenômenos e eventos são estudados como interconexões dinâmicas e sistêmicas no tempo e no espaço

<b>Paradigma mecanicista</b>	<b>Paradigma complexo</b>
O observador está separado daquilo que observa. A completa objetividade é impossível, principalmente porque o observador pode separar os fatos dos valores qualitativos.	Observador e observado estão em relação recíproca. Aquilo que o observador escolhe para observar, o modo como ele estuda e interpreta suas descobertas é afetado por suas prioridades, valores, premissas teóricas e perspectivas. Somente a objetividade relativa é possível.
O conhecimento racional e o pensamento lógico estão separados e são superiores à intuição, emoção e espiritualidade.	Para a plena realização do potencial humano, sem distorções, o racional e o lógico devem ser complementados e estar em sinergia <sup>10</sup> com o emocional, o intuitivo e o espiritual.
Uma preferência pela análise, redução e estudo através da fragmentação de algo em suas partes separadas e raciocínio por exclusão.	Uma preferência pela síntese e visão de conjunto.
Os problemas são vistos como eventos lineares/ solução e causa/efeito. Uma resolução técnica é possível.	No sistema, os problemas são aspectos interligados de uma rede causal multifacetada e dinâmica: as soluções e seus efeitos repercutem em todo o sistema, produzindo novos efeitos que agem como causas em outras partes do sistema. Resoluções técnicas não são possíveis.
O conhecimento é dividido em especialidades, disciplinas separadas e em modalidades estanques de experiência econômica, ambiental, política, social etc.	O conhecimento é fundamentalmente indivisível em especialidades e modalidades estanques de experiência.
Os seres humanos são diferentes do mundo natural e dos sistemas naturais, podendo dominar e controlar ambos.	A vida humana está imersa na natureza e os seres humanos estão contidos em sistemas naturais; agir como se assim não fosse, destrói a natureza e coloca em risco a sobrevivência de nossa espécie.
A natureza fragmentada da realidade – e da nossa própria fisiologia e psicologia – exigem a existência do conhecimento especializado de profissional para nos ajudar.	Uma visão mais ampla do potencial humano permite-nos adquirir gradualmente a capacidade de resolver nossos problemas e transformar nossas vidas. Nossa dependência de especialistas irá diminuir à medida que isso ocorrer.

Fonte: PIKE, Graham e SELBY, David. Educação Global. São Paulo: Texto Novo, 1999.

<sup>10</sup> Sinergia é o efeito combinado da interação interdependente das partes.

Ante o exposto, a abordagem sistêmica ou teoria da complexidade nos fornece o suporte epistemológico necessário para o estudo do fenômeno de surgimento de redes em todos os espaços sociais, inclusive, na universidade e na extensão universitária. É esse fenômeno de reestruturação da sociedade e das instituições em redes que estamos examinando a partir de uma análise do movimento extensionista no Brasil. Sendo assim, cumpre ainda esclarecer alguns aspectos relacionados às redes no campo da educação.

## 2.2. A EDUCAÇÃO EM REDE

Desde o início dos tempos a idéia de rede ou teia tem estado presente no imaginário coletivo da humanidade. Para Jamie Sans (2004) A teia da vida é criada por um fluxo divino de consciência e de força vital, e também pelas coisas não-físicas que os seres humanos criam, como sentimentos, pensamentos, inspiração, opiniões, julgamentos, imaginação, sonhos, aspirações, intenções e criatividade pura. Todos estes elementos contêm energia, mas nós não os vemos como objetos físicos, percebemos estes apenas quando os experimentamos em nós mesmos; só então se tornam reais para nós. Poucos dentre nós, entretanto, entendem que as energias invisíveis criadas pelos seres humanos criam redes mentais, emocionais e espirituais de força vital, que interagem e influenciam toda a dimensão física.

A teia da vida é a rede de todas as energias criativas humanas que interage com a força vital contida em cada átomo da criação e abrange todas as coisas do nosso universo. Antes que essa rede de energia assuma características ou forma física, ela é criada por nossos sentimentos, pensamentos e pontos de vista, que estão repletos de energia.

Cada vez que agimos, ou reagimos a algo que acontece em nossas vidas, um pensamento, sentimento, ponto de vista ou julgamento está presente. Estes pensamentos possuem força vital própria e influenciam diretamente a forma como vivemos. Quando mudamos nossa forma de pensar, sentir, ou as opiniões que temos, nossa experiência de vida também se modifica. A teia da vida reage às mudanças que fazemos em nós mesmos e nos oferece novas oportunidades a cada vez que abrimos a percepção para novas possibilidades, alterando os hábitos que nos mantinham presos a rotinas fechadas.

Na mitologia grega as redes nos remetem as representações que simbolizam a natureza imaterial e espiritual da vida. O deus das forjas, Hefesto, capturou com uma rede de malha metálica Afrodite e seu amante Ares. Segundo Chevalier (1998 *apud* GOMÉZ, 2005) a rede ou *dam* é uma arma espiritual que Deus e os anjos confiaram a Binyamin como o receptáculo das forças divinas, atribuindo-lhe a função de caçador divino. Binyamin, sendo o detentor da rede, representa a humanidade e, com seu esforço, evoca a busca eterna pela divindade que escapa de quem não a persegue apaixonada e aventurosamente (GOMÉZ, 2005).

Na Índia, a rede ou teia da vida é uma espécie de símbolo da ordenação cósmica e, por sua estrutura em forma de raios, é também um símbolo da irradiação do espírito divino. Entre os indígenas a rede ou teia dos sonhos é um símbolo de proteção contra os espíritos malignos aproximando-se dos círculos criativos de vida, entrelaçando harmoniosamente ser humano, cosmo e natureza.

A idéia de que o universo se organiza em uma grande teia formada pela inter-relação de todas as coisas e que o pensamento científico deve prover meios para assimilar essa concepção vem sendo adotada por diversos autores. Nesse sentido, o filósofo e teólogo Leonardo Boff afirma:

[...] todos nós somos inter-retro dependentes uns dos outros, que formamos uma vasta teia que é a grande comunidade dos seres da terra, do universo. De que somos um elo, de que falávamos antes da cadeia da vida, e de que tudo tem a ver com tudo em todos os pontos, em todos os movimentos. Que a tese central da física quântica de Werner Heisenberg e Nilse Borth, a ponta da física hoje que está na base da compreensão da nova realidade.

Continua Boff,

[...] O universo não é a soma de todas as coisas que existem, o universo é a articulação de todas as relações que existem, porque todos estamos enredados nessas relações. Então o que se impõe é respeitar toda a alteridade, respeitar cada ser (BOFF, 2005, p.41).

As sociedades, compreendidas como sistemas, também se organizam em redes assim como os organismos vivos. Castells em seus três livros: *A Sociedade em Rede* (2003), *O Poder da Identidade* (2002), e *Fim de Milênio* (2000) se desdobra na análise e identificação de uma nova estrutura social marcada pela presença e o funcionamento de um sistema de redes interligadas que ele chamou de sociedade rede. Sua análise revela, assim, os contornos de uma sociedade globalizada e centrada no uso e aplicação da informação e na qual a divisão do trabalho se efetiva não tanto segundo divisões territoriais, embora isso também continue a ocorrer, mas, sobretudo segundo um padrão complexo de redes interligadas. Para Castells (2003), no fim do segundo milênio da era cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Em outras palavras:

[...] o capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e de sua organização em rede, tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do capital em relação ao trabalho; com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada (geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o Estado do bem estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas da sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos (CASTELLS, 2003, p.27).

Para Castells (2003), todo esse processo representa a emergência de um novo paradigma social lastreado nas novas tecnologias da informação e comunicação, do qual resultariam uma nova estrutura social (a sociedade em rede) uma nova economia (a informacional global) e uma nova cultura (a virtualidade do real). Na perspectiva defendida por este autor, as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura nas sociedades e instituições.

Sobre isso Castells (2003) reconhece em sua obra que as redes nas sociedades não são uma coisa nova. A sociedade em rede tem pelo menos cinco séculos, contudo, ele afirma que apesar das redes terem existido em outros tempos e espaços, nos últimos trinta anos, podemos observar que as redes se tornaram uma nova forma de organização social nunca antes vista, onde a tecnologia da informação e da informática seria a base para uma rede que tudo alcança no mundo todo.

Nesse sentido, na atualidade, as redes seriam concebidas como um conjunto de nós ou elos (*clusters*<sup>11</sup>) interconectados em tempo real com uma forma de organização sem hierarquia, horizontal, autônoma, conectada, participativa e democrática em que o centro do poder está em toda à parte e onde, portanto, controle, avaliação e outros mecanismos de gestão são vistos muitas vezes como cerceadores de sua liberdade natural.

Segundo Euclides André Mance (1999), a revolução das redes poderá permitir uma autônoma transformação cultural das sociedades, afirmando-se uma ética e uma visão de mundo mais solidária. A expansão de redes de colaboração solidária locais, regionais, nacionais e mundiais tende a permitir a democrática construção de uma viável alternativa pós-capitalista à globalização em curso, possibilitando o desenvolvimento sustentável que tenha

---

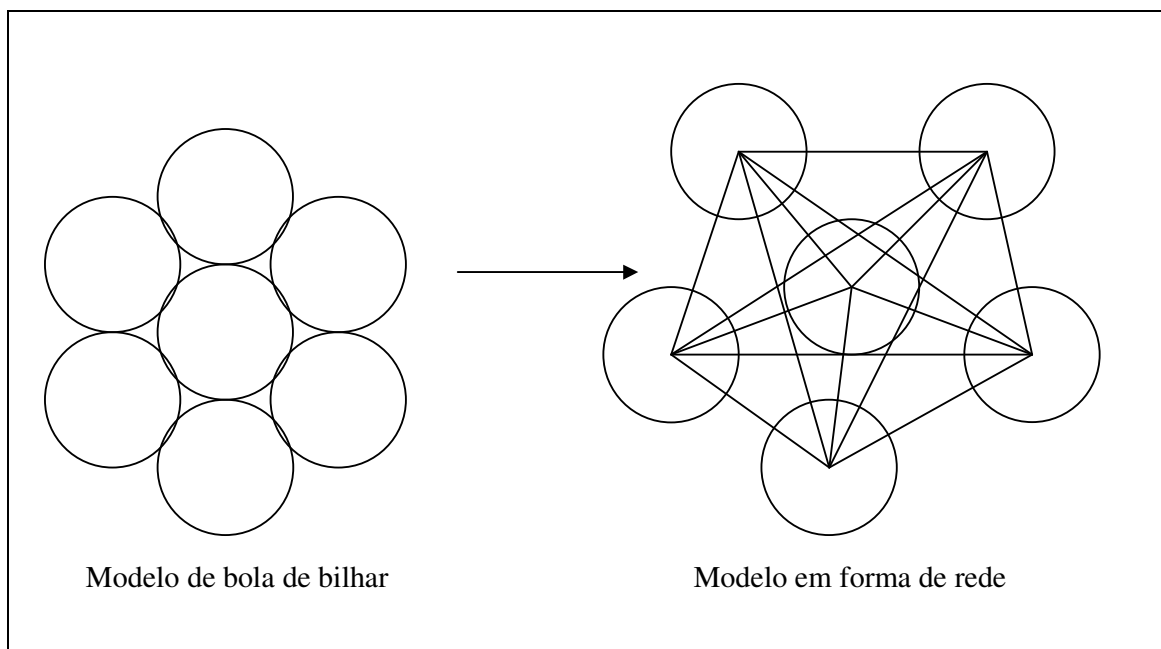
<sup>11</sup> O termo *cluster* ou aglomerado é usado para indicar uma inter-relação entre pessoas, grupos ou outros agentes. Ele caracteriza-se pela existência de interdependências entre os agentes. Este tipo de arranjo facilita a aprendizagem coletiva e a inovação através de coordenação implícita e explícita.



como horizonte imediato e último à expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente, referenciadas<sup>12</sup>.

Autores como Warren (2003) afirmam que a proliferação de redes caracteriza a movimentação atual das organizações sem fins lucrativos. Percebe-se, portanto, a evolução em direção à complexidade nas abordagens e propostas, com opção de estruturas organizacionais que permitam a diversidade e compartilhamento de objetivos comuns, mantendo-se as diferenças de identidade.

**Figura 03 – Modelo de organização social**



Fonte: Pike e Silbe, 1999.

---

<sup>12</sup> O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

O que estamos falando pode ser ilustrado pelas figuras acima onde a transformação do mundo de uma coleção de partes, em uma rede pode ser representada, simbolicamente, com um modelo de bola de sinuca e uma rede global. Na figura abaixo, na mesa de sinuca, somente a superfície externa das bolas (partes) está em contato. A interação é de superfície, até mesmo as colisões ocasionais, mas a estrutura relacionamento dentro de cada bola (partes) continua em geral a mesma. No mundo moderno o modelo sinuca cedeu lugar ao modelo mais complexo e intrincado da rede de relacionamento onde as partes se encontram interligadas.

Portanto, a organização em rede permite essa liberdade. Nessa perspectiva, as novas formas de gestão baseada em flexibilidade, trabalho em equipe, agilidade na distribuição de informações etc culminaram com o desenvolvimento de organizações articuladas em rede. Nossa hipótese é de que essa forma de organização está sendo cada vez mais utilizada, permitindo uma maior troca de informações e cooperação, não só em níveis operacionais, mas também no âmbito estratégico dessas organizações.

Nesse sentido a participação ativa das pessoas envolvidas é fundamental para que as instituições realizem transformações sociais. Sendo estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas que se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social.

Deste modo, existe toda uma nova compreensão da ciência, bem como, da organização social a orientar o processo de formação de redes sociais. Pessoas, grupos e instituições buscam cada vez mais se organizar na forma de rede. Nesse aspecto, a realidade social tem um enorme dinamismo, que se manifesta por inesperados caminhos e em irradiações nem sempre visíveis para aqueles que olham a realidade em seus aspectos mais aparentes.

Nesse sentido, temos evidências empíricas de que nas últimas décadas as sociedades modernas passaram por transformações que passaram da valorização das organizações (*Works organizations*), como agentes do desenvolvimento, para mais recente o reconhecimento crescente da importância das articulações, intercâmbios e formação de redes temáticas (*network organizations*).

Na educação a rede tem como eixos os seres humanos, como sujeitos do processo, a mediação pedagógica e o desenho participativo, pois, o homem, ao estar sendo, em relação a si mesmo e em relação ao outro, mediatizado pelo mundo, gera um processo cultural do qual os dispositivos da rede fazem parte. Na rede, o diálogo e a comunicação dão sustento a uma educação mediada pelas novas tecnologias e nesses espaços a dimensão política, econômica, social e cultural se manifesta e não estão isentas de paradoxos e conflitos.

Por este motivo, a educação em relação às redes recai necessariamente na dimensão política, na organização social das pessoas a partir de seus saberes e de suas identidades, na construção coletiva do conhecimento, na metodologia dialógica e na permanente relação texto/contexto. É, portanto, na releitura do mundo, na investigação, na tematização e na problematização dos fazeres, dizeres e saberes dos seres humanos que se busca um movimento de tomada de consciência e ação transformadora em uma sociedade multi, inter transcultural.

Nesse sentido, as redes estão mudando o modo de se fazer o cotidiano da educação e, quando aliadas à prática se tornam um dispositivo sem fronteiras, especialmente, no momento, em que se tem assumido definitivamente que a educação não é monopólio da escola ou da universidade e se realiza em outros lugares. A coerência com os princípios básicos da educação se estabelece quando constatamos que nas redes opera o processo antropológico de “vir-a-ser”, o “devir”, que nos leva a percorrer caminhos insuspeitos, a ser eternos andarilhos na busca de nós, do outro e do mundo (GOMEZ, 2005).

É também numa abertura ao outro que reconhecemos que não existe nas redes uma “inteligência” individual e sim uma “inteligência” coletiva, resumida na frase imortalizada por Freire (1975) “Ninguém educa a ninguém, os homens se educam entre si mediatizados por seu mundo”. Assim, com base no princípio da alteridade, numa espécie de aprendizado coletivo, como sujeitos de um processo, reconhecemos no outro um sujeito que busca ser um devir permanente, inacabado, produto do diálogo crítico, da reflexão da ação social.

Um mundo interconectado nos apanha em uma rede que pode nos pulverizar ou libertar. Para nos contrapormos a processo perversos dentro das redes, que utilizam as tecnologias da informática para gerar novos espaços de poder relacionados ao saber, ao conhecimento e às inovações educacionais, devemos dar a educação nesse espaço o sentido de uma prática concreta de libertação e de construção histórica. Nas redes, devemos ser todos sujeitos aprendizes, solidários num projeto comum de construção de uma sociedade na qual não exista, por exemplo, dominadores e dominados.

O processo de comunicação nas redes vai gerando um espaço não só físico como virtual e os seres humanos, ao reinventar sua prática em um mundo globalizado, se colocam em movimento e estabelecem conexões com outros, gerando comunidades por ele não percebidas até então. As redes tornam-se revolucionárias, porque nelas o poder não é possuído, mas é exercido e procede por variações múltiplas.

Às várias concepções de rede correspondem a um modo de ser e estar, um tipo de compreensão do mundo e um estilo de comunicação educativa. Entender as mudanças que as redes estão gerando na educação vai além da análise do acesso a tecnologia até o domínio da cultura. Nos dias atuais, a cultura é gerada pela informação, pelos documentos interativos interconectados e pelas telecomunicações recíprocas e assíncronas, que se dão dentro do grupo e entre o grupo. Ela também se destaca por não ter um centro nem diretrizes. As redes

são uma expressão que indica esse processo, com intensa repercussão na vida social, econômica e política que, ao transformar as condições de vida, também dá novo sentido à prática educativa.

Contudo, a interatividade na rede não é neutra e manifesta a diferença cultural dos participantes que se atualiza em cada intercâmbio, levando-nos a pensá-las como um novo universal, uma vez que incorpora todos os conteúdos que se conectam por suas cargas semânticas. As correlações aí geradas vão formando redes que, ao se reorganizar, atualizam-se com finalidades específicas.

Nesse contexto, a educação afirma-se como um processo interativo, processual de aprendizagem grupal, cooperativo, dialógico e de comunicação. Tanto quanto a educação convencional, a educação na rede encontra-se ancorada em um fato tecnológico e cultural, que diz respeito ao uso generalizado das novas tecnologias, em tono do qual se criam possibilidades de relações humanas de enorme impacto social, econômico e político, em nível local e global, gerando novos espaços de poder relacionados ao conhecimento nos quais encontramos brechas para ações educativas.

Por este motivo, a educação dentro das redes refere-se tanto ao reconhecimento de saberes básicos e à compreensão crítica da realidade, quanto ao aprendizado de conhecimentos de informática para operar computadores conectados a rede mundial. A comunicação é o eixo de uma educação democrática, igualitária e dialogal. Essa é uma importante condição, para que a rede como dispositivo social de comunicação opere o desenvolvimento de uma educação emancipadora e multicultural.

A educação na rede, por ser dialógica, uma trama, pressupõe a autonomia e a cooperação para resolver problemas comuns, vitais e sociais. Estes extrapolam o âmbito escolar se expandido por diversos espaços na busca do aprendizado e da consciência humana.

Todas essas questões apresentadas acima, que definem a importância das redes para a sociedade moderna e para a educação, despertaram o nosso interesse em estudar esse fenômeno na extensão universitária, função da universidade, que está mais suscetível a essas inovações. Talvez, a idéia de rede seja a mais importante noção para a educação contemporânea na medida em que possibilita a superação de vários problemas do passado em relação a uma educação individual e elitista.

Como toda ciência complexa é também contextual, no próximo item discutiremos o contexto da investigação que passa pelo fenômeno da globalização e atinge a universidade e a extensão universitária. Nosso propósito é compor, com a maior riqueza de detalhes possível, o complexo cenário, político, econômico social, cultural e educacional em questão se desenvolvendo as redes de extensão no Brasil.

### 2.3. A GLOBALIZAÇÃO E A SOCIEDADE EM REDE

Estamos vivendo em um momento de grandes mudanças, marcado por desafios e ameaças que é representativo de uma nova sociedade que está em formação. No passado, as máquinas a vapor deram início à sociedade industrial. Hoje, os avanços na área da comunicação e informática dão início à sociedade informacional. Deste modo, a educação enfrenta hoje um período de mudanças em escala mundial, orientados pela sociedade da informação como afirma Jacques Delors no informe sobre educação no século XXI do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para Castells, a intensidade, velocidade e impacto dessas mudanças, que criam fluxos de interações e redes locais, nacionais e globais obrigam todos nós a repensar os vínculos entre educação e sociedade, política e economia, cultura e desenvolvimento<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup>A informação e o conhecimento passam a ter um papel chave no sistema capitalista. Não queremos com essa afirmação negar o papel preponderante da informação e do conhecimento no desenvolvimento das sociedades.

Contudo, a mistificação e mitificação da globalização e a exacerbação de seus efeitos e possibilidades têm impedido uma avaliação mais apurada do fenômeno e de suas repercussões para a vida das pessoas. Para Outhwaire e Bottomore (1996), a globalização é um processo pelo qual a população do mundo se torna cada vez mais unida em uma única sociedade.

A criação de uma sociedade mundial já não é um projeto de um Estado-nação hegemônico, e sim o resultado não direcionado da intenção social em escala global. Segundo estes autores, a globalização produz efeitos em campos variados como a filosofia, a sociologia, a geografia, a economia, a educação o que indica que não se trata de uma moda passageira, mas, de um fenômeno com profundas conseqüências para a vida das pessoas.

Para os economistas, entre eles Paulo Sandroni (1997), a globalização é um processo associado à quebra das barreiras nacionais à operação dos mercados de capital que teve início no começo dos anos 80. Isso resultou em negócios simultâneos nos principais mercados de Nova York, Londres, Tóquio e Frankfurt, de tal forma que o movimento dos mercados se encontra evidentemente fora do âmbito do controle de qualquer agência nacional.

Cumprir destacar, no entanto, que o processo de globalização não pode ser restrito ao conceito de internacionalização de mercados ou de integração econômica, como quer Sandroni (1997), pois, se assim for, seu caráter contemporâneo estaria comprometido já que, *stricto sensu*, este processo começa com a construção das grandes caravelas que permitiram aos portugueses singrar os mares e intensificar o comércio intercontinental.

Não é por outro motivo que muitos autores, entre eles Teixeira (2002) e Castells (2003), admitem que a globalização não é um fenômeno recente, mas que sua importância foi apenas ampliada, nos últimos anos, com a sofisticação do mercado financeiro e com o grande avanço das comunicações e da informática. Na verdade o que torna contemporânea a

definição de globalização é a compreensão que este processo necessita de uma abordagem complexa que envolve conceitos multidisciplinares que transcendem a ótica meramente econômica.

Para Castells (2003), a globalização não se restringe, portanto, aos aspectos econômicos, mas envolve, também, questões relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, aos meios de comunicação, à cultura e a dezenas de outros aspectos não menos importantes. Não há dúvida, porém, de que, inicialmente os efeitos desse processo foram mais intensos no âmbito do ordenamento econômico e das relações comerciais.

A formação de grandes blocos de comércio, a exemplo da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) e do MERCOSUL, o acelerado processo de desregulamentação e a redução de tarifas ampliaram, sobremaneira, o intercâmbio entre as nações, delimitando novos padrões de produção e competitividade. Pode-se mensurar esse impressionante crescimento do comércio internacional com o aumento do fluxo de exportações mundiais que atingiu em 1996, cifra superior a sete trilhões de dólares.

Esta expansão do intercâmbio internacional de produtos e serviços, aliada à ampliação dos sistemas financeiros, ao avanço tecnológico, especialmente nas áreas de comunicação e informática, e aos demais sistemas que integram o processo de globalização, determinou grandes modificações no que se refere ao mercado de produtos e de fatores. A globalização passou a requerer novos padrões de eficiência do setor privado, instaurando uma verdadeira ditadura da produtividade que exigia a otimização gerencial e administrativa e a redução de custos. Num quadro como esse, o objetivo básico das empresas passou a ser o aumento da produtividade, tirar mais eficiência do mesmo equipamento para, assim, fazer frente à competição internacional.

Naturalmente tornou-se fundamental a modernização tecnológica para permitir aumentar produtividade e reduzir custos de mão-de-obra. O setor privado passou, assim, a



obter ganhos de eficiência no mercado de fatores de produção, aumentando a eficiência média das economias. O paradigma da globalização estabelecia, portanto, a necessidade de um setor empresarial de alta produtividade, capaz de competir, internacionalmente, em qualquer mercado.

O reinado do binômio aumento da produtividade e redução de custos induziu, concomitantemente, a um processo de fusões e incorporações no âmbito do setor privado e à melhoria de relacionamentos. As fusões permitiram que as empresas ampliassem suas escalas de produção, aumentassem a produtividade e reduzissem custos, posicionando-se melhor nos mercados nacional e internacional. Estava patenteado que no mundo globalizado a produção em grande escala era a base para viabilizar a inserção no mercado. Por outro lado, a melhoria de relacionamentos com fornecedores e clientes e novas formas de cooperação interempresarial baseadas nas redes se tornaram mecanismos importantes para enfrentar um mercado mais competitivo.

Além dessas formas, surgiram, com força no mercado, duas tendências importantes: a diversificação e a diferenciação de produtos e serviços. A diversificação foi uma maneira das empresas ampliarem seu leque de oportunidades, fugindo da especialização excessiva que levava ao estreitamento das possibilidades de inserção no mercado. Sem dúvida, nesse mundo extremamente competitivo, em que o crescimento econômico se dirige sempre no sentido de produzir mais em tempo menor e com reduzida quantidade de trabalhadores, traz, como efeito colateral, o aumento dos níveis de desemprego, o trabalho infantil, o trabalho escravo, a violência, entre outros males sociais que demonstram, claramente, os riscos associados a tal processo.

No setor privado, a globalização tem gerado uma situação paradoxal em que o sistema produzia cada vez mais sem, contudo, gerar massa salarial para que tal riqueza fosse consumida. No que tange ao setor público o processo de globalização exigiu, igualmente, uma

redefinição de funções e uma nova postura por parte do aparelho estatal. Para dar consistência à lógica do modelo, far-se-ia necessário eliminar as ineficiências estruturais da gestão pública, especialmente no que concernia ao suporte de infra-estrutura, de modo a reduzir o custo do país e viabilizar uma maior produtividade média ao sistema econômico. É aí que se inserem as políticas de minimização do papel do Estado, a ampliação das privatizações e concessões e a necessidade de reestruturação da máquina pública.

O avançar desse processo deixou claro que o paradigma da globalização, por suas próprias características, estava baseado, entre outros aspectos, na existência e disponibilidade de mão-de-obra capaz de exercer as atividades exigidas num mundo em que é a competitividade que estabelece as regras do jogo. O recurso humano aparece, assim, como elemento fundamental para os países que desejam se inserir no processo de globalização de forma ativa e não dependente.

Sem dúvida, nessa nova fase do desenvolvimento mundial, estão estabelecidos novos parâmetros para a formação de profissionais em que o conhecimento específico é condição necessária, mas não suficiente para sua absorção por um mercado cada vez mais competitivo.

Examinando o fenômeno da globalização Castells (2003) afirma que com a globalização uma nova economia surgiu em escala global. A globalização corresponde a uma nova situação mundial criada, pelo surgimento do que tem sido descrito como capitalismo global, produção flexível, capitalismo tardio etc.

Para a maior parte dos interpretes desse fenômeno, no processo de globalização a rigidez do Estado-nação tem sido abalada minando as possibilidades do exclusivismo nacional, obrigando-nos a olhar para o lado e pensar além das nossas fronteiras. Sem dúvida, as novas tecnologias aumentaram a extensão espacial e também a velocidade da produção a um nível incalculável.

A produção parece estar mudando constantemente sua localização, daí a existência de uma produção flexível. Por essas razões, existe, de fato, uma nova fase do capitalismo. Segundo Pinho (2001, p.29) “com a descentralização do capitalismo nacionalmente é cada vez mais difícil apontar qual nação ou região é o centro do capitalismo global”.

A produção no capitalismo é de fato altamente concentrada na empresa, com o poder instalado nas empresas transnacionais que por definição transcendem as nações em organização e lealdade. O poder do Estado de regular à economia interna é restringido, enquanto a regulamentação e a defesa global da ordem econômica surge como um dever maior do Estado. A transnacionalização da produção é fonte ao mesmo tempo de uma unidade global sem precedentes e de uma fragmentação inédita na história do capitalismo. A nova configuração global também levanta a questão sobre as distinções entre o primeiro e o terceiro mundo.

Parte do que era o terceiro mundo está hoje nos caminhos do capital transnacional e pertence ao setor desenvolvido da economia mundial. E parte do primeiro mundo marginalizada na nova economia global, quanto ao seu modo de vida, mal pode ser distinguida do terceiro mundo. Com a nova produção flexível não é mais preciso utilizar coerção explícita contra os trabalhadores. Esses povos ou lugares que não respondem às necessidades do capital, ou estão muito deteriorados para responder com eficácia ou, simplesmente, se encontram fora desse caminho. Segundo Pinho (2001, p.42), “quatro quintos da população mundial não precisam mais ser colonizados são, simplesmente, marginalizados”.

A reforma de Margareth Thatcher visava à reorganização política do mundo para dar domínio livre a um capitalismo global. A derrocada dos Estados socialistas foi uma parte do programa. Outra foi dominar o terceiro mundo por cerco com sanções econômicas ou

invadindo quando necessário (Como no caso do Iraque). Para Pinho (2001, p.43), “sem dúvida a melhor opção é o controle interno obtido com a criação de classes receptivas à incorporação ao capital global ou aliança com ele”.

Ao passo que emergem as fissuras entre espaço local, translocal e nacional, o território como base para a lealdade e o sentimento nacional está cada vez mais divorciado do território como lugar da soberania e controle estatal da sociedade civil. Para Pinho (2001, p.33), “isto não é um bom presságio sobre o futuro do Estado, ao mesmo tempo em que, coloca sobre ele as expectativas de conter os avanços do mercado”.

Analisando o processo de globalização Castells (2003) afirma que o novo capitalismo global é visto como uma nova divisão internacional do trabalho, isto é, a transnacionalização da produção onde, pela subcontratação o processo de produção é globalizado. Segundo este autor, estão mudando os processos econômicos, mas, também, a própria prática política da organização das ONG's e dos movimentos globalizados como o ambientalismo, o feminismo e os direitos humanos.

[...] uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX, chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente à informação baseada em conhecimento (CASTELLS, 2003, p.119).

Continua Castells,

É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria prima, administração e informação, tecnologias e mercado) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma Rede global de interação entre redes empresariais. Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informações/ conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de

organização em Rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto. (CASTELLS, 2003, p.119).

Castells (2003) afirma que estamos testemunhando um ponto de descontinuidade histórica. A emergência de um novo modelo tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo. Nesse sentido, ele reconhece a existência de um processo independente que começa a ser gerado no final dos anos 60 e princípio dos anos 70 e converge hoje para a gênese de um novo mundo: a revolução das tecnologias da informação. Essa revolução atua remodelando as bases materiais da sociedade e induzindo a emergência de um novo referencial – o informacionalismo – como base material de uma nova sociedade.

Essa revolução tem uma importância igual ou maior à da Revolução Industrial. As tecnologias da informação tornam-se as ferramentas indispensáveis na geração da riqueza, no exercício do poder e na criação de códigos culturais. Particular importância adquire, no entanto, ao potencializar as redes para se tornarem o modo prevalecente de organização das atividades humanas transformando, a partir de sua lógica, todos os domínios da vida social e econômica (CASTELLS, 2003).

A crise dos modelos de desenvolvimento tanto do capitalismo como do estatismo levou ambos a se reestruturarem em meados dos anos 70. O estatismo acabou mostrando sua inabilidade para manejar sua transição para a Era da informação, enquanto nas economias capitalistas, as empresas e os governos, adotaram medidas políticas que, em conjunto, levam a uma nova forma de capitalismo, caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, a flexibilidade organizacional e um maior poder para o gerenciamento em suas relações com o trabalho.

Essa nova forma do capitalismo – o capitalismo informacional – acabou prevalecendo entre nós. A consequência fundamental desse processo é que, pela primeira vez

na história, o mundo todo está organizado tendo como base um conjunto de regras econômicas comuns.

[...] Trata-se de um capitalismo muito mais duro em seus objetivos, porém, incomparavelmente mais flexível que qualquer um de seus predecessores em seus meios. Informacional, então, porque mais do que nunca está fixado na cultura e é propulsado por essa tecnologia (CASTELLS, 2003, p.120).

Castells (2003) é explícito em afirmar que a tecnologia não determina a sociedade. Muitos e múltiplos fatores intervêm segundo um complexo padrão interativo na configuração que ela toma em cada momento da história. Daí a importância que tiveram, na conformação da sociedade atual, os novos movimentos sociais que eclodiram a partir de 1968. Eles reagiram de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, se revoltaram contra a injustiça e procuravam a liberdade necessária para a experimentação pessoal.

Em essência, tratou-se de movimentos culturais e não políticos e o que queriam era mudar a vida e não tomar o poder. É por isso que, contrariamente ao que pode se pensar, eles não foram derrotados. Eles se retiraram deixando para trás uma alta produtividade histórica, em sua luta, questionaram as bases profundas da sociedade e repudiaram os valores estabelecidos. Os movimentos sociais levantaram-se contra o patriarcalismo e marcaram a crise da família patriarcal e dos valores que vinham organizando a sociedade durante séculos, rechaçaram os tradicionalismos religiosos e os nacionalismos e, assim, prepararam o cenário para uma ruptura fundamental na sociedade.

No entanto, embora esses movimentos sociais fossem em princípio culturais e independentes das transformações econômicas e tecnológicas, seu espírito libertário influenciou, de forma considerável, a mudança para os usos individualizados e descentralizados da tecnologia.

Sua cultura aberta estimulou a experimentação, com a manipulação de símbolos e seu internacionalismo e cosmopolitismo estabeleceram as bases intelectuais para um mundo

independente. A interação desses três processos, paralelos e independentes, durante o último quarto do século XX produz uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência (individual e social) que acabaram produzindo uma outra sociedade com cultura, valores e costumes novos gerando posicionamentos existenciais e sociais.

Essa emergente sociedade é caracterizada, então, por uma nova estrutura social dominante: a sociedade em rede, uma nova economia: a economia informacional global e uma nova cultura: a cultura da virtualidade do real. Contudo, a característica da sociedade em rede não é somente conhecimento e informação. Conhecimento e informação, na verdade, foram centrais para todas as sociedades.

Nesse sentido, Castells (2003) sugere que deveríamos abandonar a noção de sociedade da informação noção que ele mesmo reconhece ter usado erroneamente. O que é novo hoje é o conjunto de tecnologias da informação as quais lidamos, centradas ao redor das tecnologias da informação e comunicação baseadas na microeletrônica e a engenharia genética, tecnologias para agir sobre a informação e não apenas a informação para agir sobre a tecnologia, como no passado. Elas estão transformando o próprio tecido social, permitindo a formação de novas formas de organização e interação social através das redes de informação eletrônicas. É assim que temos entrado em um novo paradigma tecnológico no sentido dado por Thomas Kuhn (1962 *apud* CASTELLS, 2003) às revoluções científicas: o paradigma informacional. As principais características apontadas por Castells são:

[...] A primeira característica do novo paradigma é que a informação é a sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores. O segundo aspecto refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados embora não determinados pelo novo meio tecnológico. A terceira característica refere-se à lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. Essa configuração topológica, a

rede, agora pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças a recentes tecnologias de informação. Sem elas tal implementação seria bastante complicada (CASTELLS, 2003, p.108).

Continua Castells,

[...] E essa lógica de redes, contudo, é necessária para estruturar o não estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana. Ademais quando as redes se difundem, seu crescimento se torna exponencial, pois as vantagens de estar na rede crescem exponencialmente, graças ao número maior de conexões e o custo cresce em padrão linear. Além disso, a penalidade por estar fora da rede aumenta com o crescimento da rede em razão do número em declínio de oportunidades de alcançar outros elementos fora da rede. Em quarto lugar, referente ao sistema de redes, mas sendo um aspecto claramente distinto, o paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade. Não apenas os processos são flexíveis, nas organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas. Então uma quinta característica dessa revolução tecnológica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, na qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado (CASTELLS, 2003, p.109).

Pela primeira vez, na história, a mente humana é uma força produtiva direta e não apenas um elemento decisivo do sistema de produção. Sob o contexto informacional, emerge uma nova cultura onde suas expressões e a criatividade humana são padronizadas e (hiper) ligadas em um hipertexto eletrônico global que modifica substancialmente as formas sociais de espaço tempo: do espaço dos lugares ao espaço dos fluxos, do tempo marcado pelo relógio ao tempo atemporal das redes.

Esse hipertexto eletrônico, sintetizado pela Internet, torna-se o marco de referência comum para o processamento simbólico de todas as fontes e de todas as mensagens, é por isso que esse hipertexto constitui a coluna vertebral da nova cultura, a cultura da virtualidade do real, na qual a virtualidade torna-se componente fundamental de nosso ambiente simbólico e, por isso também, da nossa experiência como seres comunicacionais.



A virtualidade é nossa realidade, porque vivemos em um sistema no qual a própria realidade, isto é, a existência material e simbólica das pessoas, está totalmente imersa num ambiente de imagem virtual, num mundo simulado no qual os símbolos não são apenas metáforas, mas, incluem a experiência real. Nesse ambiente, os valores dominantes e os interesses são construídos, sem referência ao passado ou ao futuro, mas na intemporal paisagem das redes de computadores e das mídias eletrônicas.

As redes são mais do que uma nova metáfora que superaria as mecanicistas e organicistas, nas quais a sociologia se baseou historicamente. As redes interativas de informação tornaram-se tanto os componentes da estrutura social quanto os agentes da transformação social. As redes são a morfologia social de nossas sociedades. Por isso, é justificado falar em sociedade rede nomeando assim a nova estrutura social dominante.

Embora as redes tenham existido sempre como forma de organização social, agora a tecnologia da informação é a base para uma rede que tudo alcança no mundo todo. As redes com as vantagens de ter maior flexibilidade e adaptabilidade que outras formas, tinham um problema inerente: a incapacidade de administrar a complexidade para além de um certo tamanho crítico. Essa limitação substancial foi superada com o desenvolvimento das tecnologias da informação. É por isso também que, por sua capacidade superior de desempenho, as redes vão gradualmente eliminando, em cada área específica de atividade, as formas de organização hierárquicas e centralizadas.

Existem por isso também as redes baseadas em valores alternativos aos dominantes, embora sua morfologia seja similar. É assim que os conflitos sociais acabam tomando a forma de lutas baseadas em redes que tentam reprogramar outras redes, inscrevendo assim novos códigos, novos valores, entre os objetivos que organizam a atuação das redes opostas. Dessa forma a luta principal na era da informação passou a ser a luta pela

redefinição de códigos culturais, e esses códigos, em última instância, residem na mente humana. A mente humana tornou-se, assim, o principal local de poder.

No entanto, a mudança social na sociedade rede é uma tarefa bem complicada devido a grande capacidade das redes de absorver qualquer novo insumo para acrescentar à própria rede e/ou de neutralizá-lo. É por isso que existem poucas possibilidades de mudança social dentro de uma rede dada. As possibilidades de transformação vêm normalmente de fora, seja através da negação de sua lógica de afirmação de valores que não pode ser processada por rede nenhuma: apenas ser obedecida e seguida, por redes alternativas com projetos alternativos que consigam dar comunicabilidade a códigos para além de sua autodefinição específica.

Neste contexto, onde os partidos políticos parecem ter esgotado seu potencial como agentes autônomos da mudança social, os sujeitos potenciais da era da informação são os movimentos sociais, e o serão na prática se conseguirem ser produtores e distribuidores de códigos culturais alternativos. Para isso, segundo Teixeira eles têm que se posicionar como mobilizadores de símbolos e atuar sobre a cultura da virtualidade real que emoldura a comunicação na sociedade em rede (TEIXEIRA, 2003).

Entretanto, ao mesmo tempo em que esses embriões de uma nova sociedade, os movimentos sociais, conseguem desenvolver suas potencialidades, uma distância social infinita vai se estabelecendo entre, por um lado, as meta redes do sistema financeiro internacional e os fluxos globais de riqueza, poder e imagens e, por outro, a maioria das pessoas, as atividades e os locais do mundo.

A globalização está se tornando um grande movimento de conexão de tudo o que vale para a razão instrumental do mercado e, ao mesmo tempo, de desconexão de tudo o que não vale para essa razão. Nesse cenário, as pessoas tendem a se reagrupar em torno de identidades primárias (religiosas, étnicas, territoriais, nacionais), e o fazem à procura de

segurança pessoal e de sentido bipolar entre a rede e o ser e, em oposição à sociedade rede, se torna manifesto o poder da identidade.

Para Castells (2002), o enorme poder que tem a identidade, se expressa tanto no nascimento de alternativas ao sistema por via de movimentos sociais articulados a partir de identidades específicas, quanto na formação de grupos que ficam encerrados em si mesmos e na auto-afirmação de valores e sentidos definidos como forma de proteção diante de um sistema que exclui.

É por isso, afirma Castells (2002) que o surgimento de fundamentalismos religiosos não é casual nesse contexto. Parece responder a uma lógica de excluir os agentes da exclusão. Quando a rede desliga o ser, o ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social.

Em resumo, a globalização trouxe em seu bojo o fenômeno da organização social em rede. As redes sociais são comunidades virtuais e/ou presenciais capazes de reunir indivíduos e organizações, de forma horizontalizada, descentralizada e participativa, em torno de alguns objetivos comuns e identidades. A rede passa a ser uma comunidade e como tal pressupõe identidades e interesses comuns a serem acordados pelo coletivo.

É a própria rede que vai gerar as regras e padrões a partir dos quais os envolvidos deverão conviver. Essas redes possibilitam a troca de informações, a articulação política e institucional e serve a alimentação de projetos.

Portanto, na atualidade, as redes se constituem em um importante espaço público de participação e atuação das organizações, através da troca de informações, articulação política e institucional e para implementação de projetos em comum que tenham em vista a promoção da cidadania.

Deste modo, as organizações e movimentos sociais, entre eles a universidade, devem ocupar cada vez mais esse espaço com seu espírito libertário e lutar pelo uso descentralizado das novas tecnologias e a inclusão de grupos marginalizados.

Como afirma Castells, aqueles que estão nas margens dos fluxos de conhecimento, poder e riqueza estão excluídos. As redes de universidades e extensão podem dar uma grande contribuição à sociedade, incluindo aqueles que estão excluídos dos fluxos de conhecimento, através da interconexão desses grupos em suas redes.

Dito isso, é importante também analisarmos os efeitos desse processo de globalização no plano local, pois, essas redes se articulam globalmente mais atuam localmente. Daí nasce uma dialógica relação entre o global e o local e, muitas vezes, é no plano local que resistimos aos efeitos violentos desse processo. Nesse sentido cabe analisar, ainda que sucintamente, a articulação das redes no plano local.

#### 2.4. A ARTICULAÇÃO DIALÓGICA ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

A globalização é um processo complexo que atinge a todas as áreas da vida humana, ou seja, tem conseqüências no campo social, político, econômico e cultural. Esse mundo cada vez mais global acabou por modificar a vida das pessoas, também no plano local, que pode ser uma cidade, uma região ou uma comunidade.

Em verdade, assistimos nos últimos, como parte do processo de globalização, um fortalecimento de uma esfera pública que tem como núcleo central à participação cidadã em espaços públicos e o controle social do Estado. Nesse sentido, percebemos uma relação dialógica entre o global e o local sintetizada na frase cunhada pelos movimentos ambientalistas: pensar global, agir local.

Sobre a globalização o economista Hassan Zaoual<sup>14</sup>, tenta romper com uma visão estritamente econômica da globalização, mostrando que essa concepção é consequência de um processo de imposição da ocidentalização do mundo, assimilada por países como o Brasil, com desrespeito à diversidade de culturas, civilizações ou religiões. Para Zaoual (2003) os questionamentos a essa visão podem ser interpretados como um sinal do início do fim da ocidentalização do mundo, que abre perspectivas para uma visão mais plural da humanidade.

Nesse sentido, Zaoual segue a trilha de um importante movimento no mundo atual impulsionado por iniciativas como o Fórum Social Mundial (FSM) e o Fórum Social Nordestino (FSN), que criticam as práticas relacionadas à ideologia neoliberal. Zaoual critica também o chamado pensamento único, termo popularizado por Ignácio Romanet, ou efeito TINA (*there is no alternative*), expressão popularizada por Boaventura de Souza Santos. Este autor é contra a idéia de que não existe alternativa para sociedade capitalista.

Para Zaoual (2003), a concepção de um modelo único é a marca de uma cultura que tem sido construída sobre a vontade de potência e de dominação do homem e da natureza que tem lastro nas idéias herdadas ainda do movimento iluminista do século XVIII. Contudo, a *práxis* mostrou que a aplicação desse modelo em economias periféricas como o Brasil, trouxe diversos questionamentos à eficácia social e econômica desses modelos. As dinâmicas informais e as incertezas das economias de mercado desses países geraram uma grande confusão no modo de pensar e agir dentro de modelos transpostos. A *práxis* nesses países demonstrou a inviabilidade da transposição de modelos.

Em outras palavras, a transposição de modelos se torna imprevisível na medida em que as condições econômicas, políticas, sociais e culturais dos países não podem ser

---

<sup>14</sup> Hassan Zaoual é economista e professor da *Université du Littoral Cote d'Oopale em Dunkerque*, Norte da França. Com base em uma ciência complexa, aliando conhecimentos de filosofia, economia, ciências sociais, numa visão ampla de diferentes culturas e civilizações, e com a abertura do diálogo intercultural, Zaoual elabora uma crítica radical do modelo de desenvolvimento capitalista imposto ao conjunto dos países ditos em desenvolvimento (África, Ásia e, sobretudo, América Latina) em nome da globalização, cujos resultados tem sido desastrosos e conhecidos por todos nós (THIOLENT,2003).

reproduzidas. Além disso, os atores locais reagem de forma diferenciada as medidas econômicas e políticas, gerando ainda mais imprecisão dentro de modelos pré-concebidos.

Nesse sentido, para Thiolent (2003), um dos mais importantes aspectos do pensamento de Zaoual, consiste na elaboração de uma nova teoria econômica sobre a globalização, baseada na realidade local e em sua indispensável articulação dialógica com o global, designada teoria dos sítios simbólicos de pertencimento ou *sites symboliques d'appartenance*.

Nesse aspecto, Zaoual (2003) define um sítio simbólico como um local em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país etc) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia a uma religião) remetendo a significados específicos definidos pelos seus atores que em função de uma identidade, de um lado, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora e por outro, procuram soluções originais para seus problemas.

Ao trazer a questão local para a discussão sobre a globalização, Zaoual (2003, p.08) critica certas práticas ou políticas públicas que pretendem acabar com a pobreza, a exemplo de programas como Fome Zero, bolsa família, que pretendem a mercantilização de certas iniciativas que não conseguem ultrapassar o horizonte do mercado. “Todos nós encontraremos muita dificuldade e paradoxo nas tentativas de inserir no mercado as populações que já foram excluídas pelas relações sociais e instituições que o caracterizam”<sup>15</sup>.

Para Thiolent (2003) em ruptura com antigos padrões cientificistas e deterministas, o pensamento de Zaoual é estimulante para todos que, diante de um mundo globalizado em crise, procuram alguma orientação para delinear novos projetos de ação em

---

<sup>15</sup> No Brasil o conceito e a teoria dos sítios simbólicos já foram aplicados em vários contextos para entender a dinâmica econômica ou social de microrregiões ou para formular planos ou políticas de desenvolvimento local, sob o nome de “política de territórios”. Nos últimos anos, tem sido muito comum essa discussão pelas agências de fomento responsáveis pela implantação de programas de desenvolvimento econômico, nas diversas regiões do país.

espaços localizados, articulando aspectos econômicos, sociais, culturais, mobilizando os atores enraizados em suas realidades e respeitando seus referenciais próprios.

Na opinião de Thiolent (2003), no contexto universitário a perspectiva posta por Zaoual representa um grande desafio e amplia as possibilidades no que diz respeito à construção de novos paradigmas e conhecimentos nos processos de pesquisa, ensino e, principalmente, extensão. A abordagem proposta por Zaoual possui grande originalidade no modo de inserir os aspectos econômicos no conjunto das instituições, da cultura e das crenças de cada sociedade ou de cada local.

Para Zaoual (2003), nos dias atuais não temos mais certezas. Tudo é possível. Os encontros, as eventualidades, as simpatias, as redes são parte integrantes de nosso caminho e do destino que estamos trilhando. Nada está determinado de antemão. Nenhuma instância é determinante, em última instância.

As realidades humanas são demasiado complexas para serem entendidas e, mais ainda monitoradas a partir de um só e único modelo de pensamento e de conduta. Esses são os princípios e os conceitos sobre os quais está se construindo o paradigma dos “sítios simbólicos” de pertencimento (*sytes symboliques d'appartenance*) como uma das alternativas a globalização do mundo.

Sentencia Zaoaul (2003) que isso acontece porque a civilização econômica nascida no Ocidente deve ser questionada para o bem tanto do Sul como do Norte. Essa sentença da noção de que a Europa e os EUA não podem mais servir de modelo de economia e de sociedade para as economias em desenvolvimento, em razão das condições políticas, econômicas, sociais e culturais, específicas de cada país.

Apesar dos sucessivos fracassos dos modelos econômicos transpostos dos países do Sul e, também, do esgotamento do mito do progresso nos países mais adiantados, na

aventura do desenvolvimento, as crenças científicas vinculadas a essa ciência estão resistindo à necessidade de uma mudança profunda.

[...] semelhante a um organismo biológico, o paradigma da civilização econômica e o conjunto de suas instituições desenvolvem mecanismos de resistência e de propaganda para sobreviver e garantir os interesses dos poderosos do mundo. A ciência e o poder vivem em “boa harmonia” nos bastidores das práticas sociais. O poder e o saber possuem também suas “caixas pretas” que precisamos desenterrar, examinar, criticar, para reconstruirmos outras visões de mundo nas quais serão restituídas as concepções e as práticas da “gente de base”. É sobre as “ruínas do desenvolvimento” que poderíamos antecipar uma civilização da diversidade, tolerante e respeitosa do homem em sua universalidade e em suas singularidades locais (ZAOUAL, 2003, p.18).

Zaoual (2003) afirma que para a sociedade civil, organizações de base, e movimentos sociais é imperativo que se desconstrua o paradigma do mercado como o centro nervoso da globalização. As experiências dos atores da sociedade civil em seus diversos campos de atuação, são de alcance incontestável, mas só vencerão o jogo mediante a construção de um paradigma plural, capaz de enfrentar os partidários do pensamento único. Precisamos saber que as idéias conduzem o mundo e sem a base teórica a dissidência que se observa nos campos de atuação não pode se organizar eficazmente.

Nesse aspecto Zaoual (2003) defende a idéia da contra-ideologia. Ou seja, para uma ideologia da acumulação, da concorrência e da uniformização, precisa-se responder com uma contra-ideologia da diversidade da humanidade, do respeito à natureza, da criação e das autonomias das populações.

A vida econômica nos fornece numerosos exemplos que ilustram a força das crenças compartilhadas na configuração dos fatos e das materialidades as mais tangíveis. A emergência do paradigma dos “sítios simbólicos de pertencimento” recupera os primeiros passos da decifração da influência das crenças práticas sobre os comportamentos econômicos.

Na perspectiva defendida pela teoria dos sítios simbólicos, toda cidade ou qualquer localidade, apesar de uma identidade coletiva própria, contém uma diversidade



endógena de sítios cujas características decorrem do fato de pertencer a classes, grupos, redes, bairros, situações sociais, microculturas, religiões etc. A diversidade é sempre onipresente e infinita, ao mesmo tempo, em que é fonte de conflitos e de enriquecimento. Mediante um adequado acompanhamento de seus menores recantos, os atores da situação precisam de um sentido, de uma visão, ou até de uma utopia, possibilitando sua coordenação e ação.

A teoria dos sítios é de alcance transversal para melhor aproximação dos espaços vividos pelos homens. Nas economias informais, evidencia-se que os atores de baixo demonstram mais engenhosidade que os peritos da macroeconomia oficial, a qual permanece míope com relação aos fatos e às realidades das sociedades humanas.

Nas instituições oficiais do desenvolvimento e da globalização, não há dúvida, esse conhecimento continua influenciando os governos, mas é um combate de retaguarda. Aliás, as instituições do desenvolvimento, em primeiro lugar, o Banco mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), começam a prestar atenção às dinâmicas informais, sob o rótulo de políticas de apoio aos microempresários do setor informacional e as populações pobres do planeta<sup>16</sup>.

Todas essas tensões, construções e reconstruções formam a raiz da afirmação das identidades e dos territórios em relação ao poder devastador da globalização. Em todos os lugares, cada vez mais, as pessoas sentem a necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento. Assim, á medida que cresce o global, também se amplia o sentimento do local. As razões desse paradoxo são múltiplas. Zaoual destaca a seguinte:

[...] a globalização, sinônimo de mercantilização do mundo, introduz localmente um tipo de incerteza e de vertigem na mente humana. Uma das maneiras de reagir a isso consiste na busca da certeza de que somente a proximidade pode garantir, até certo ponto, o sentimento de pertencer. Esses processos ocorrem sob formas múltiplas, tocando todos os aspectos da vida humana (ZAOUAL, 2003, p.110).

---

<sup>16</sup> Tal tendência pode ser exemplificada pela multiplicação dos programas de microcrédito, após o sucesso midiático do *Gramen Bank* do Bangladesh.

Thiolent decifrando o conceito de sítios simbólicos de Zaoual diz que:

[...] os sítios são uma cosmovisão do mundo. É uma pátria imaginária, um sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, logo, invisível, intangível a impregnar de modo subjacente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações materiais de um dado lugar (paisagem, habitat, arquitetura, saber fazer, técnicas, ferramentas, etc). É um espaço, um patrimônio coletivo que estabelece sua consistência no espaço vivido dos atores. Sua “caixa preta” contém os mitos fundadores, as crenças, os sofrimentos, as provações duras, as revelações, as revoluções atravessadas, as influências recebidas ou adotadas por um grupo humano. Tudo isso se concentra na identidade do sítio transmitida pela socialização entre gerações (THIOLENT, 2003, p.112).

A teoria dos sítios simbólicos fala também do surgimento do *homo situs* em contraposição ao *homo economicus* da economia burguesa. O *homo economicus* é uma das categorias mais essenciais do discurso neoliberal o qual é contestado com base na simples observação dos fatos e das práticas concretas.

Para a teoria dos sítios simbólicos, os homens e mulheres nunca reagem de maneira idêntica em todos os lugares, sua racionalidade se constrói socialmente *in situ* (*no sítio*) e não atendem ao modelo científico da racionalidade padrão da economia ortodoxa.

Essas racionalidades situadas são diversas, compostas, flexíveis, complexas e abertas. Nesse contexto, o homem concreto deve ser tomado em consideração por meio de um conceito flexível. Aí está o alcance do conceito de *homo situs* que integra e supera o *homo economicus*, sobre o qual tem sido construída a ideologia econômica oficial.

Segundo a teoria dos sítios simbólicos, o *homo situs* supera o *homo economicus* e lhe dá vida. Situada em um espaço-tempo, antropologicamente codificado, a racionalidade não pode ser considerada pura, uniforme ou mesmo limitada em uma única visão do mundo. Plural, ela se constrói *in situ* de modo dinâmico e indeterminado.

Em virtude das forças de enraizamento do sítio, a racionalidade situada expressa o caráter compositório dos universos complexos que se relacionam com a vida dos homens.

Com efeito, no mundo dos fatos, a solidariedade, a reciprocidade, a dádiva são também partes integrantes da condição humana. Nesse aspecto preleciona Thiolent,

[...] na busca de sua coesão e de sua reprodução na eternidade, o sítio gera relações e capital social que dão sustento aos membros da comunidade. Esses procedimentos adquirem sua consistência nas crenças coletivas, um tipo de “divindades locais”, dando outras denominações para leis econômicas aceitas (THIOLENT, 2003, p.114).

Dito com outras palavras, os sítios simbólicos limitam e desnorteiam o capital.

Eles humanizam as leis de seu funcionamento e põe em questão o conhecimento econômico.

Para Thiolent:

[...] de um lado, essa natureza social faz com que o sítio seja um conceito não-econômico, no sentido da ciência econômica ordinária, mas, de outro, trata-se de uma entidade abstrata muito útil para mostrar as razões práticas pelas quais uma economia funciona ou não. Esse paradoxo expressa seu mistério e sua dissidência com relação à tão procurada normalização, em nosso paradigma de economistas (THIOLENT, 2003, p.114).

Para Zaoual (2003, p.80), uma nova economia política passa por diferentes estratégias como o fim dos modelos econômicos sem raízes; os questionamentos ao desenvolvimento transposto, ao pensamento econômico flexível, a abertura do modelo de mercado, ao combate a pobreza, ao respeito ao homem situado e a economia do conhecimento e a gestão de redes. “O verdadeiro dinamismo da nova economia capitalista resulta de novas práticas nas quais as noções de qualidade, confiança, relacionamentos e redes tornam-se essenciais”.

Zaoual (2003) afirma que a economia do futuro será dominada pela informação e pelo conhecimento. Segundo ele, o desempenho dentro ou fora do negócio dependerá mais de uma maciça circulação de informação do que da propriedade do conhecimento. Os componentes da nova economia são imateriais e muito fluídos e os processo de destruição e criação das inovações são cada vez mais rápidos e limitam, então, a duração das situações de

monopólio. Tal aceleração do ciclo do conhecimento é tão forte que os direitos tornam-se de difícil proteção.

No caso das comunidades a dimensão coletiva e cognitiva da eficiência prova que é estratégica a subjetividade de cada indivíduo em relação a compromisso e criatividade. Nesse contexto, a comunicação é o gerador de performance da – comunidade em rede – no sentido de que ela se torna um nó de relacionamento e informação, a ser organizado tomando plenamente o fator humano em consideração.

Isso explica, também a importância do sentimento de pertencer a uma organização, por exemplo, a uma comunidade. Assim, se está aproximando as comunidades, cada vez mais, a uma noção de sítio simbólico de pertencimento. Os indivíduos são efetivos dentro de um sítio, a convivência em uma organização torna-se a fonte de motivação para as pessoas, que passam a ser tão importante quanto outros fatores como salários, segurança, *status* social. Em suma, nessas circunstâncias, a comunidade torna-se território no qual a memória e o conhecimento são mobilizados, trata-se de uma organização que aprende (*learning organization*) (THIOLENT, 2003).

A organização em rede dentro e fora de uma comunidade possibilita alcançar condições para a emulação e a cooperação entre indivíduos, equipes, parcerias de uma comunidade ou de outros atores sociais envolvidos no mesmo campo social. O universo das redes é o espaço no qual as competências e o *know how* estão conectados. Essas dinâmicas relacionadas são gradativamente criadas à medida que requeiram a convergência das percepções subjetivas dos atores implicados (ZAOUAL, 2003).

As redes não são apenas um fator de integração, mas também de exclusão de indivíduos e organizações que não lhe deram prioridade na fase de adaptação e de evolução dos parâmetros da economia racional imposta pelas novas formas de vida econômica. A cooptação e a seleção de indivíduos mais produtivos será o processo pelos quais alguns serão

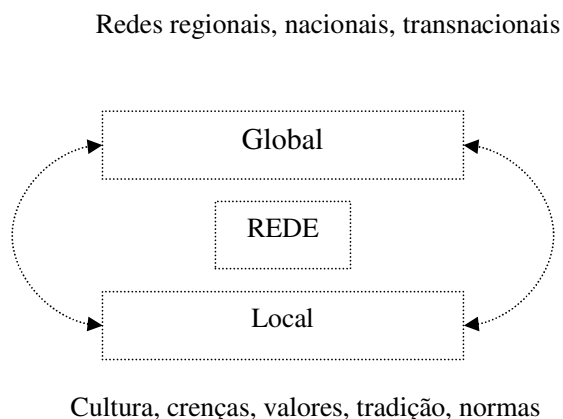
integrados e outros excluídos da organização. No futuro, depois de abandonar a organização piramidal a economia adotará gradualmente modos de funcionamento horizontalizados, mobilizando ao máximo a criatividade, aos níveis mais baixos, dos que se tornam plenamente integrados.

No entanto, dessa forma as redes podem criar novas formas de exclusão. A situação estará ruim para quem não estiver vinculado. De acordo com as novas tecnologias e da comunicação, a nova economia será também acompanhada de uma exclusão digital de certos indivíduos, grupos sociais e nações. Em suma, a economia digital é ambivalente, de um lado, estimula a criatividade de alguns, de outro, marginaliza todos os que são incapazes de se adaptar a suas exigências. Enfrentando esses desafios, a produção associativa das organizações está promovendo uma economia, baseada na solidariedade e no desenvolvimento local, que se opõe à exclusão e à marginalização.

Nesse cenário, a tensão entre ascensão da globalização das economias de um lado, e a volta às identidades e aos territórios, de outro, desempenha papel fundamental nessa recomposição e decomposição do pensamento social. Para os analistas políticos, mais do que eficientes estratégias organizativas, as redes emergem como atores coletivos que estão construindo um novo contrato social, que passa a exigir um tratamento adequado às diversas questões levantadas pela sociedade. A pujança dos fóruns e a eficiente interligação das redes sinalizam perspectivas promissoras no campo da cidadania e da democracia (MANCE, 2003).

Portanto, podemos concluir que em relação às redes sociais há entre o global e o local uma relação dialógica que corresponde à unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares concorrentes e antagônicas que se alimentam, completam, mas também se opõem e combatem. A dialógica distingue-se da dialética hegeliana porque em Hegel as contradições encontram solução, superam-se e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos permanecem e formam entidades ou fenômenos complexos.

**Figura 04 - Relação dialógica entre o global e local na formação das redes**



Outra questão importante é que as redes locais estão interconectadas com outras locais, regionais, nacionais e transnacionais e são formadas pelas informações que recebem através dessa interconexão. Contudo, as redes mantêm sua identidade própria na medida em que recebem da comunidade normas, valores e cultura que as tornam irreduzivelmente singulares. Essas inscrições vão marcar irreversivelmente a rede no seu modo de agir e conhecer o mundo. Podemos distinguir, mas não isolar essas duas fontes de informação das redes.

## 2.5. O ESTADO E A GESTÃO PÚBLICA EM REDE

Nas páginas anteriores vimos que estamos vivendo em uma sociedade cada vez mais complexa, multifacetada, tecida pela velocidade das mudanças e, sobretudo, pelo maior acesso à informação. Esse processo vem alterando padrões socioculturais e aumentando o grau de incerteza dos indivíduos, das organizações e do próprio Estado. Nessa realidade as redes emergem como atores sociais do ponto de vista cultural, mas, também, quanto à definição de uma agenda política para o Estado, criando espaços públicos de participação e alargando a esfera pública de controle social. Na opinião de Carvalho:

[...] se o mundo tornou-se global, isto é, mundializou-se categoricamente e viu suas áreas específicas integrarem-se sempre mais, não temos como aprendê-lo sem tratá-lo como um complexo, um todo que é tecido junto. Precisamos de uma perspectiva que integre, organize e totalize (CARVALHO,2004, p.01).

Nessa perspectiva, é fundamental perceber que o Estado também vem sendo afetado pelas mudanças na estrutura social. Existe uma nova interdependência que fragiliza o Estado-Nação, no campo da política econômica e social, tornando quase compulsório e consensual um movimento externo em direção à formação e integração de blocos econômicos e um movimento interno de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade civil, para compor um novo pacto e condições de governabilidade. Assim tem estado na ordem do dia o debate sobre para onde vai o Estado e sua gestão pública em uma sociedade globalizada.

Nessa linha, as novas e antigas demandas sociais, o agravamento da pobreza e da desigualdade econômica e, ao mesmo tempo, os déficits públicos exigem um novo compromisso social entre Estado e sociedade civil. Portanto, a revolução da comunicação e da informática ocorrida nas últimas três décadas, aliada ao processo de descentralização ocorrido no âmbito das atribuições do Estado, tem fornecido as bases para mudanças substantivas que estão a ocorrer nos modelos de gestão social e na própria alteração no conceito de rede aplicado à gestão pública.

Nesse novo modelo de gestão em rede, o Estado não perde seu papel de normatização, regulação e de garantia na oferta de bens e serviços públicos, porém a sociedade deve partilhar, com o Estado, o compromisso com o bem comum e com a necessária tarefa de promover a equidade e a justiça social. Deste modo, precisamos estar atentos a essas mudanças que acontecem no sistema estatal em razão de ser o Estado um importante ator no que diz respeito à construção da cidadania e da democracia em nosso país.

Sem a menor dúvida, as mudanças verificadas no Estado estão a influenciar tanto a universidade como a extensão universitária, pois elas fazem parte, também, desse sistema.

Sendo assim, de ora em diante, analisaremos as mudanças no Estado à luz da teoria das redes sociais, e as conseqüências para a gestão pública, para a universidade e para a extensão universitária, tentando assim compor com maiores detalhes possíveis este cenário.

### **2.5.1. Origem e Conceituação do Estado**

Considerando que o conceito de Estado, apesar de bastante difundido, ainda é um bastante controverso, cumpre, inicialmente, apresentar de forma sintética algumas considerações sobre a origem e evolução do Estado, para depois fazer algumas considerações sobre a crise, reforma e suas implicações para o futuro. Nessa linha, apresentaremos os contornos de uma nova gestão pública que está a se desenhar no Estado brasileiro, possibilitada por uma compreensão administração pública moderna que chamamos de gestão pública em rede.

Do ponto de vista etimológico, o vocábulo Estado vem do latim status, *Estat*, *Estate*, *Staat* (estar firme). Do ponto de vista semântico, o vocábulo Estado significa uma situação permanente de convivência ligada à sociedade política. Indica a condição do país, tanto em seus dados sociais como políticos, nos traços que constituem seu ordenamento, a condição do príncipe e de seus auxiliares, das camadas que representam a organização do poder que delas deriva (BOBBIO,1997).

No que diz respeito à origem do vocábulo, os cientistas políticos concordam que o vocábulo Estado aparece pela primeira vez na literatura em *O Príncipe* de Maquiavel, escrito em 1513, usada sempre para designar uma cidade independente. Maquiavel, indaga em sua obra, que conduta deve adotar quem tem como projeto a instauração ou restauração do poder.



Maquiavel em *O Príncipe* não fala propriamente sobre o Estado e sua organização, mas, sobre qual a conduta que deve ser obedecida pelo monarca na condução do reino e seus estudos irão influenciar outros filósofos absolutistas.

Se quanto à origem do vocábulo podemos afirmar que ele aparece na ciência política há quinhentos anos atrás em Maquiavel, da origem do Estado e evolução do Estado não podemos ter a mesma convicção. De forma sintética, podemos agrupar as teorias que tratam da origem e evolução do Estado em três grandes correntes:

- I. A primeira corrente defende que o Estado, assim como a própria sociedade, existiu sempre, pois desde que a humanidade vive sobre a terra acha-se integrada em uma organização social dotada de poder e com autoridade para determinar o comportamento de todo o grupo. Tende a ser o Estado um elemento universal na organização social humana;
- II. A segunda corrente admite que a sociedade humana existiu sem o Estado durante um certo período de tempo. Depois, por motivos diversos, este foi se constituindo para atender às necessidades ou às conveniências dos grupos sociais. Segundo essa corrente, não houve concomitância na formação do Estado em diferentes lugares, uma vez que este foi aparecendo de acordo com as condições concretas de cada lugar;
- III. A terceira corrente é a dos autores que só admitem como Estado as sociedades políticas dotadas de certas características muito bem definidas. Essa corrente afirma que o conceito de Estado não é um conceito geral válido para todos os tempos, mas é um conceito histórico concreto, que surge quando nascem à idéia e a prática da soberania, o que só ocorreu no século XVI e foi reconhecido por Maquiavel.

Se não podemos afirmar com certeza a origem do Estado, contudo, é pacífico entre os cientistas políticos que para cada momento histórico vivido pela humanidade corresponde uma determinada forma de Estado. Mesmo o Estado capitalista, forma atual do Estado em quase todo o mundo, já conheceu diversas versões. No quadro resumo abaixo, apresentamos uma síntese das principais características das formas assumidas pelo Estado à luz das diversas correntes políticas que tratam deste assunto.

### Quadro resumo 02 – Evolução das Formas de Organização do Estado

FORMA DE ESTADO	DESCRIÇÃO
Estado Antigo	Com a designação de Estado antigo, oriental ou teocrático, os autores se referem às formas de Estado mais recuadas no tempo, que apenas começavam a definir-se entre as antigas civilizações do Oriente propriamente dito do mediterrâneo. A família, a religião, o Estado, a organização econômica formavam um conjunto confuso, sem diferenciação aparente. Em consequência, não se distingue o pensamento político da religião, da moral, da filosofia ou das doutrinas econômicas.
Estado Grego	A característica fundamental do Estado Grego é a cidade-estado, a <i>pólis</i> , como a sociedade política de maior expressão. O ideal visado era a auto-suficiência. O indivíduo tem uma posição peculiar nesta forma de Estado. Há uma elite, que compõe a classe política, com intensa participação nas decisões do Estado, a respeito dos assuntos de caráter público. Assim, mesmo quando o governo era tido como democrático isto significava que uma faixa restrita da população, os cidadãos, é que participava das decisões políticas. Isso também influenciou para a manutenção das características de cidade-estado, pois a ampliação excessiva tornaria inviável a manutenção do controle por um pequeno número.

FORMA DE ESTADO	DESCRIÇÃO
Estado Romano	<p>O Estado romano tem base familiar. A Civita (cidade-estado) resultou da união de grupos familiares (<i>gens</i>). Assim como o Estado grego, durante muitos séculos, o povo participava diretamente do governo, mas a noção de povo era muito restrita, compreendendo apenas uma faixa estreita da população. Como governantes supremos havia os magistrados, sendo certo que durante muito tempo as principais magistraturas foram reservadas às famílias patrícias. Com o tempo, o Estado romano foi assumindo a feição de um império ao estender a sua influência a regiões cada vez mais distante de Roma. A expansão do Estado romano foi um dos principais motivos de sua superação.</p>
Estado Medieval	<p>Os principais elementos que caracterizaram o Estado medieval foram o cristianismo, o feudalismo e as invasões bárbaras. A sociedade política medieval é marcada por um intenso fracionamento do poder e uma nebulosa noção de autoridade. Esses fatores favoreceram a criação da retomada de uma unidade política, que tivesse um poder eficaz como o de Roma e que, ao mesmo tempo, fosse livre da influência de fatores tradicionais, aceitando o indivíduo como um valor em si mesmo. Estado medieval foi superado na passagem do feudalismo para o capitalismo.</p>
Estado Moderno	<p>O Estado moderno surge na passagem do feudalismo para o capitalismo com o surgimento do Mercado. As mudanças na infra-estrutura econômica e a busca da unidade política levaram a afirmação de um poder soberano, no sentido supremo, reconhecido como o mais alto de todos, dentro de uma precisa delimitação territorial. Os tratados de paz de Westfália tiveram o caráter de documentação da existência de um novo tipo de Estado, com características básicas de unidade territorial dotadas de poder soberano. O Estado moderno te se modificado ao longo da história apresentando diversas versões como: Estado absolutista, Estado liberal, Estado liberal-democrático, Estado intervencionista, Estado desenvolvimentista, Estado de bem estar social, Estado patrimonialista e o Estado neoliberal.</p>
Estado Marxista	<p>Para os marxistas, como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe dominante, classe que, por intermédio dele, se converter em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes.</p>

FORMA DE ESTADO	DESCRIÇÃO
Estado Absolutista	O Estado é a renúncia do indivíduo, de seus direitos de defesa própria em favor do soberano. Liberdade x Segurança. Para conseguir uma efetividade, nesse contrato social deve-se exigir o abandono de todos os direitos, concedendo-se onipotência ao Estado. O soberano precisa colocar-se acima da lei e ser sua fonte. Deve manter o controle das forças armadas, da opinião pública e ter poder sobre toda propriedade.
Estado Liberal	O Estado liberal tem como dever a manutenção da lei e da ordem e a proteção contra a agressão estrangeira. O Estado deve ser o regulador e protetor da sociedade: os indivíduos capacitados por seus esforços a satisfazer suas necessidades e desenvolver suas capacidades em um processo de troca com outros (liberalismo). O Estado deveria restringir seu escopo de modo a assegurar a liberdade máxima possível de cada cidadão.
Estado Liberal Democrático	Variação do Estado liberal, o único fundamento legítimo do poder político é o pacto social pelo qual cada cidadão, como membro de um povo, concorda em submeter sua vontade particular à vontade geral. Nesse sentido, cada homem, como cidadão, somente deve obediência ao poder político se esse poder representar a vontade geral do povo ao qual pertence. O compromisso de cada cidadão é para com o seu povo. E somente o povo é a fonte legítima da soberania do Estado.
Estado Intervencionista	Com a crise do capitalismo em 29 o Estado passa a intervir no domínio econômico através de uma série de políticas macroeconômicas que visam à estabilidade econômica e o pleno emprego. O Estado é chamado a intervir, para assumir a crise criada pelas idéias liberais. Surge então a idéia do Estado interventor, isto é, do Estado que interfere diretamente no domínio econômico. O Estado não é mais aquele absolutista e detentor de tanto poder, que atende os interesses de uma camada extremamente reduzida, que era a nobreza territorial, mas um Estado resultado do desenvolvimento, não só das forças produtivas como também dos movimentos populares, dos movimentos organizados da sociedade civil. O Estado que então está sendo chamado representa camadas mais amplas da população.
Estado Desenvolvimentista	Versão latina americana do Estado intervencionista coloca o Estado como principal ator do desenvolvimento econômico investindo nos setores considerados de pouco interesse para a iniciativa privada.

FORMA DE ESTADO	DESCRIÇÃO
Estado patrimonialista	Versão do Estado liberal, o Estado patrimonialista é a forma de Estado onde não há uma distinção clara entre o público e o privado, o que é do reino e o que é do monarca, o que é de todos e o que é do monarca. A nação no patrimonialismo é entendida como uma Extensão do palácio do soberano. Ele faz o que quer com a nação, desse modo não se desenvolve a cidadania.
Estado de Bem Estar Social	O Estado de bem estar social ( <i>welfare state</i> ) ou Estado providência, pode ser definido como o Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todos os cidadãos, não como caridade, mas como direito político. O Estado intervencionista dura até a Segunda Guerra Mundial quando as atrocidades dos regimes totalitários levam a uma nova reflexão sobre o papel do Estado. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, acontece o que os cientistas políticos chamam de <i>Welfare State</i> ou Estado de Bem-Estar Social.
Estado neoliberal	A pressão exercida nas economias mundiais pelo aumento da dívida pública interna e externa geradas pelo Estado de bem-estar social levou ao surgimento de uma nova corrente doutrinária que defende a não intervenção do Estado na economia e na sociedade. Ao contrário dos intervencionistas, os neoliberais defendem que a presença do Estado é sempre prejudicial à sociedade e que ela deve ser reduzida ao mínimo possível. Com isso eles constroem toda uma noção de Estado mínimo que atua somente na regulação e normatização social.

Basta uma rápida olhada no quadro anterior pra concluirmos que o Estado moderno vem passando por profundas transformações desde sua origem há quinhentos anos atrás até os dias atuais. A crise vivida pelo Estado atualmente nada mais é do que um novo processo de transição em que o Estado, mais uma vez, procura se adaptar as novas exigências sociais. No próximo item discutiremos as principais características desse novo processo de crise e reinvenção do Estado.

### 2.5.2. Crise e Reinvenção do Estado

Na atualidade vivemos um momento de crise e reinvenção do Estado e de suas instituições. O Estado de bem estar-social ou Estado providência que pretendia através de um amplo sistema de benefícios redistribuir parte dos ganhos do capitalismo, sucumbiu ao déficit público e a incapacidade de arrecadação. O Estado mínimo da teoria neoliberal, por sua vez, não encontra saída para a crise econômica e é pressionado pela sociedade civil para atender direitos sociais básicos. Além disso, o crescente processo de mercadorização e coisificação da realidade, onde seres humanos deixam de ser sujeitos históricos de direito e passam a ser mais uma mercadoria a disposição nos balcões da vida moderna, está a exigir mudanças no Estado.

Por outro lado, a forma como está se dando a globalização da produção está destruindo as possibilidades do trabalho ser utilizado como um fator de inclusão social. O desemprego e a concentração de renda chegaram a níveis insustentáveis em nosso país e em toda América Latina. No mesmo sentido, o conflito entre capital e natureza se aprofunda por meio da degradação ecológica, onde são encontradas áreas de trabalho escravo e comunidades tradicionais e indígenas que são desrespeitadas<sup>17</sup>. Isto significa que o processo de exploração capitalista atinge o ponto máximo de conflito e virulência e parece que estamos em uma situação de crise final da civilização capitalista como a conhecemos.

Com o esgotamento do modelo capitalista de produção a discussão sobre a reforma do Estado passa a ser de vital importância. A idéia de que tudo que tem origem no Estado é perverso e o melhor é acabar com a sua influência, tem dado lugar a uma nova visão que vê o Estado como um importante ator social. Nessa perspectiva o papel da sociedade civil

---

<sup>17</sup> No Oeste da Bahia já temos milhares de trabalhadores rurais libertados de fazendas de café, arroz e soja que se encontravam em situação análoga de escravo, isto é, em condições degradantes de trabalho, sem remuneração e com restrições na liberdade de locomoção em razão de débitos com o contratante. Só na fazenda Roda Velha. Município de São Desidério, mais de 800 pessoas foram libertadas entre homens, mulheres e crianças. O proprietário da fazenda Roda Velha, e dono da Cia. Aérea Gol Linhas Aéreas foi condenado a indenizar todos os trabalhadores e pagar multa de mais de 1,5 milhão ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

é assumir o controle social do Estado. Os movimentos sociais perceberam, nos últimos anos, os perigos de um Estado fraco e a discussão passou a ser a necessidade de uma maior participação da sociedade civil organizada no controle da gestão pública do Estado.

Quando falamos em reinvenção do Estado queremos tratar na verdade das possibilidades de transformação social. Nesse aspecto, são dois os processos de transformação social da modernidade. O primeiro foi pensado para ser exercido contra o Estado e é conhecido como *revolução*. O segundo foi pensado para ser exercido pelo Estado e é conhecido como *reforma*<sup>18</sup>. Na história da humanidade a *reforma*, ao invés da *revolução*, sempre foi o caminho mais utilizado no processo de mudança social (SANTOS,1996).

Esse processo do reformismo tem dominado o cenário mundial começando pelos países centrais até chegar aos países periféricos como o Brasil. Para Santos, no processo de reforma a sociedade é a entidade problemática e, como tal, objeto de reforma. O Estado seria o sujeito da reforma, a solução do problema. Contudo, com a crise do Estado de bem-estar social na Europa e do Estado desenvolvimentista na América Latina, o Estado se torna ele próprio problemático e se transforma em objeto de reforma (SANTOS,1996).

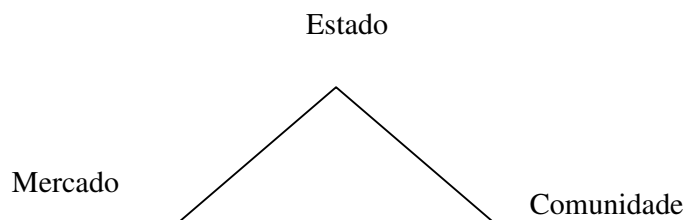
Quanto à reforma, para Lyra Filho, o Estado na sua posição privilegiada desejaria convencer-nos de que as contradições cessaram, que o poder atende ao povo em geral e tudo que vem dali é imaculadamente jurídico, não havendo direitos a procurar além ou acima da lei. Em outras palavras, o Estado prega uma normalidade no campo institucional em que os agentes do Estado estariam tornando as únicas medidas possíveis num cenário mundial de globalização. Contudo, o não atendimento de toda uma agenda social leva a que a sociedade civil se organize em torno de uma contra-reforma ao Estado (LYRA FILHO,1990).

---

<sup>18</sup> A forma mais acabada do reformismo foi o Estado de Bem-Estar Social nos países centrais e o Estado desenvolvimentista nos países periféricos como o Brasil que pretendia agregar aos benefícios da economia capitalista um conjunto de direitos sociais (SANTOS,1996).

A reforma do Estado em todo o mundo é um aspecto da crise do reformismo, isto é, do processo da reforma. Nesse caso, se no passado durante o reformismo a sociedade era o objeto da reforma e o Estado sujeito, hoje que o Estado é o objeto da reforma é chegada à vez da sociedade ser o sujeito da reforma. Contudo, a discussão posta é de quem na sociedade será o sujeito da reforma. Serão as empresas com a visão de mercado? Serão os movimentos sociais na perspectiva da cidadania? Essa institucionalidade reformista tem se traduzido numa articulação específica entre três princípios de regulação da modernidade: o princípio do Estado; o princípio do mercado e o princípio da comunidade.

**Figura 05 - Princípios de Regulação da Modernidade**



Com o Estado moderno estabeleceu-se um círculo vicioso entre o princípio do Estado e o princípio do mercado onde ambos saíram reforçados, enquanto o princípio da comunidade, assente na obrigação política horizontal cidadão a cidadão, foi totalmente descaracterizado na medida em que o reconhecimento político da cooperação e da solidariedade entre cidadãos foi restringido às formas de cooperação e solidariedade mediadas pelo Estado.

Entretanto, nas últimas três décadas, numa nova articulação regulatória do Estado e com a emergência do princípio da comunidade assente no direito à participação política, o potencial caótico do mercado que se manifestava sob a forma de anomia, exclusão social, desagregação familiar, violência etc., passa a ser objeto de controle do próprio Estado na



medida em que essas questões entram na agenda política pelo discurso da cidadania e da democracia.

Em outras palavras, politizar a questão social significou submetê-la a critérios não capitalistas, não para eliminar, mas tão só para minorar e, nessa medida, manter sob controle o capitalismo. Enquanto consequência à questão social significou legitimar o capitalismo enquanto causa. A fraqueza do Estado não foi efeito secundário ou perverso da globalização da economia, foi um processo político muito preciso destinado a construir um outro Estado forte, cuja força esteja mais finamente sintonizada com as exigências políticas do capitalismo global.

Nesse sentido, a questão da reforma é substituída pela questão da governabilidade. No caso do reformismo, as forças sociais que o sustentaram usaram o Estado como instrumento de transformação social. Como cada intervenção do Estado na sociedade é também uma intervenção no próprio Estado, o Estado transformou-se profundamente, sobretudo nos últimos cinqüentas anos. O fim do reformismo social determinou o início do movimento para a reforma do Estado. Segundo Santos, este movimento conheceu duas fases principais:

A primeira fase do Estado Irreformável. O Estado é inerente ineficaz, parasitário e predador, por isso a única reforma possível e legítima consiste em reduzir o Estado ao mínimo necessário ao funcionamento do mercado. O potencial de dano e de fracasso do Estado só pode ser reduzido reduzindo o tamanho do âmbito do Estado. Retoma-se a discussão sobre as funções do Estado. Está fase prolongou-se até início dos anos 90. Contudo, a emergência de máfias, a corrupção política generalizada e o colapso de alguns Estados do chamado terceiro mundo vieram a mostrar o dilema de um Estado fraco (SANTOS,1996).

A segunda fase o Estado reformável. A questão do Estado não se resolve pela diminuição do Estado. Resolve-se, sim, pela construção de uma outra qualidade de Estado. Só

nesta fase o pêndulo do reformismo passa inequivocamente do reformismo social, a cargo do Estado, para o reformismo estatal, a cargo dos setores da sociedade com capacidade de intervenção no Estado. A sociedade nacional é um espaço miniatura de uma arena social-global. O estado-nacional, sobretudo na periferia do sistema mundial, é uma caixa de ressonância de forças que o transcendem (SANTOS,1996).

A crise que ora atravessamos não é apenas do capitalismo e de suas formas de administração ou mesmo da incompetência dos governos, mas uma crise que atinge a totalidade da existência de todas as sociedades. Já não é possível vivermos e nos desenvolvermos da mesma forma, sob pena de nos autodestruirmos. É uma profunda crise de valores e de sentidos do nosso modo de vida contemporâneo sustentado no desenvolvimento material, na competição e no individualismo consumista.

Em vista disso, está em curso um processo de profunda reestruturação das sociedades e do Estado, que se iniciou nos países centrais e está se espalhando por toda a América Latina. Não se trata de um processo, meramente, ideológico ou altruístico, pois, a maioria dos países está diante das mesmas pressões fundamentais, como a globalização financeira, a integração de mercados, privatizações e terceirizações, os novos valores culturais, a insatisfação dos cidadãos, a crise fiscal, a revolução tecnológica da informática e das comunicações, o crescimento em escala dos problemas, tornando muito mais difícil a ação dos governos.

Nessa conjuntura econômica é urgente transformar o Estado e suas instituições. Porém essa mudança do Estado apresenta dificuldades quanto ao modelo de civilização e de Estado que queremos. O que se sabe é que com a queda do muro de Berlim e o enfraquecimento das utopias socialistas, as esquerdas não dispõem de um modelo de civilização que possa ser proposto como alternativa ao modelo capitalista atual, limitando-se a defender a manutenção do *status quo* contra as reformas neoliberais.

As premissas do modelo de desenvolvimento defendido pelo próprio Estado estão sendo fortemente questionadas por aqueles que defendem a propostas de uma nova forma de organização do Estado, voltada, sobretudo, para um Estado mais democrático, onde sejam criados mecanismos que permitam a participação da sociedade no planejamento e na execução de políticas sociais, como forma de correção dos graves problemas enfrentados no passado, a exemplo da corrupção de agentes do Estado e a malversação de recursos públicos.

O Estado desenvolvimentista, versão latino-americana do Estado de bem-estar social, caracterizado pela burocracia centralizada, administração hierárquica, excesso de normas e regulamentos, serviços padronizados de um Estado monopolista e centralizador, vigorou por muitas décadas, mas, hoje em dia, dá sinais de esgotamento. Em lugar da igualdade desejada o Estado desenvolvimentista gerou o progressivo agravamento das desigualdades onde os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

A persistência e o contínuo agravamento dessa realidade mostram que não se trata de uma situação conjuntural, mas de um quadro de pobreza estrutural grave e ameaçadora. É urgente mudar esse quadro. Como disse o ex-presidente da França François Mitterrand “não podemos deixar que o mundo se transforme num mercado global, sem outra lei que a do mais forte. Precisamos repensar esse mundo e introduzir o social entre os pontos maiores de nossas preocupações”. (MITERRAN *apud* MONTORO, 1999, p.4).

Para enfrentar a situação da pobreza dos grupos marginalizados, não bastam os tradicionais programas de socorro e assistência como, por exemplo, o Programa *Fome Zero*. Impõe-se o esforço pela adoção de uma nova política de integração social. É preciso de uma vez por todas incluir os excluídos. Em outras palavras é preciso a adoção de uma cultura de solidariedade entre os povos. Nas palavras de Sequeiros é preciso educar para a solidariedade:

[...] para uma nova cultura educativa solidária, necessitamos de professores solidários. Professores que formem a si mesmo e a outras para que, mais do que memorizar informação tornem uma atitude diante da situação injusta do mundo e não aceitem a cultura da cegueira e do esquecimento. Tudo isso implica uma nova sensibilidade, no sentido que foi citado, e que nada tem a ver com 'agir sobre a mente do outro' ou 'esquentar a cabeça' (como dizem os jovens). Sensibilizar é um processo complexo de reorganização intelectual e, sobretudo, afetiva, que canaliza as atitudes pessoais e sociais não para metas exclusivamente individuais e familiares, mas sim para metas progressivamente mais amplas e solidárias. Educar para a solidariedade não é nada fácil, pois implica mudar uma série de hábitos culturais (considerados valores positivos pela sociedade neoliberal e estimulados pelos meios de comunicação social) profundamente arraigados em uma sociedade presunçosa como a dos países ricos. As resistências sociais, psicológicas, emocionais e atitudinais para mudar essa sensibilidade são enormes (SEQUEIROS,2000, p.18).

O desenvolvimento social centrado na cultura da solidariedade e na dignidade das pessoas humanas e no reconhecimento da cidadania exige não apenas medidas emergenciais de alívio à pobreza, mas políticas públicas que elevem os marginalizados à condição não de objeto, mas de agentes do seu próprio desenvolvimento. Essa integração dos excluídos e sua participação nos programas de desenvolvimento só são possíveis em nível local. Portanto, a adoção de ações concretas de combate à exclusão social e inclusão dos excluídos não podem ficar no plano das declarações solenes é preciso que cada Estado adote, progressivamente, medidas necessárias à efetivação e correção das desigualdades à sua situação particular, propondo políticas públicas a partir do plano local.

Na atualidade, um dos principais pontos para reflexão é o fato de que a gestão estatal das necessidades humanas e sociais vem se alterando. Há uma nova interdependência que fragiliza o modelo institucional de Estado vigente, do Estado-nação, no campo da política econômica e social, tornando quase compulsório e consensual um movimento externo em direção à formação e integração em blocos econômicos e um movimento interno, de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade civil, para compor um novo pacto e condições de governabilidade.

Quando o Estado percebe que não é capaz de dar respostas eficazes aos graves problemas sociais ele passa a permitir e valorizar uma participação da sociedade civil no planejamento, execução e monitoramento de suas políticas. As relações entre Estado e sociedade civil tendem a cada dia se tornarem cada vez mais assimétricas na medida em que a sociedade civil não aceita mais participar passivamente das políticas sociais. As ONG's, movimentos sociais, comunidades querem construir juntos as políticas estatais. Nesse sentido, vem crescendo o número de mecanismos administrativos, políticos, judiciais, parlamentares etc que permitem a construção de políticas públicas como o orçamento participativo, as ouvidorias, as defensorias, os balcões de direito, os conselhos gestores etc.

Por este motivo, tem estado na ordem do dia e na agenda dos movimentos sociais a reforma do Estado e nela a gestão participativa e compartilhada do Estado. As novas e antigas reivindicações no campo da cidadania, o agravamento da pobreza, da exclusão e da desigualdade social, e, ao mesmo tempo, as pressões das agências multilaterais e do capitalismo internacional pela redução dos gastos públicos exigem um novo compromisso social entre Estado e sociedade civil. Em resumo, a questão da governabilidade emerge hoje como o principal objetivo do Estado.

Neste cenário de crise, reforma do Estado e governabilidade, muitos modelos de gestão pública têm sido apresentados. Nesse sentido, para autores como Castells, na medida em que a sociedade se organiza em rede, também o Estado adere, progressivamente, a essa nova forma de organização social, passa a realizar uma ação estatal em rede ampliando o espaço público. Em verdade, o Estado tem assimilado muitas das práticas da sociedade civil na tentativa de tornar suas políticas mais eficientes e eficazes. O ingresso de pessoas oriundas da sociedade civil organizada em cargos no Estado tem favorecido a que o aparelho estatal assimile metodologias participativas e solidárias de intervenção social e a ação em rede é uma delas.

Nesse aspecto, os movimentos populares e seus aliados resistem à redução da vida social, à lei do valor, à lógica da acumulação e às regras do mercado por via da incorporação de uma institucionalidade que garantiu a sustentabilidade de interdependências não mercantis, cooperativas, solidárias e voluntárias e uma articulação em redes sociais.

No Brasil, para Bresser Pereira, os avanços na tecnologia da informação e as exigências da sociedade civil estão produzindo profundos impactos na administração pública que está buscando se organizar em rede. A Reforma do Estado em curso pretende que as novas tecnologias da informação e comunicação possam oferecer aos dirigentes públicos mais informações e de melhor qualidade, como apoio às suas decisões, e que contribua para tornar a administração pública mais transparente, garantindo-lhe um caráter mais democrático e orientado para o cidadão (PEREIRA,2002).

Uma gestão pública em rede pressupõe uma vocação cooperativa e uma forma de organização mais horizontal. As redes sugerem uma teia de vínculos, de relações sociais e ações entre indivíduos e organizações e são tecidas ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida social. Estão presentes na vida cotidiana, nas relações de parentesco, nas relações de vizinhanças, nas relações comunitárias, no mundo dos negócios, na vida pública, no Estado e entre elas. Nesse sentido, o que explica a existência de múltiplas redes são as necessidades humanas e sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mútuo, de empreendimentos etc.

Em nossa opinião a idéia de gestão pública em rede representa uma nova política de integração social e de inclusão dos excluídos nos fluxos de conhecimento, poder e riqueza. Segundo Castells, as pessoas excluídas são aquelas fora dos fluxos que existem dentro da economia. O papel do Estado no combate a exclusão é o de conectar essas pessoas aos fluxos de riqueza, poder, conhecimento através de uma estrutura em rede. Além disso, as redes

favorecem a integração da sociedade civil organizada e dos excluídos em programas de desenvolvimento local, regional, nacional e mundial.

Contudo, o conceito atual de gestão pública em rede não pode ser confundido com experiências anteriores. No passado, o conceito de gestão em rede já era utilizado na gestão de serviços sociais públicos acompanhando o modelo de gestão da época, ou seja, um modelo centralizado e caracterizado pela hierarquização e padronização na oferta de serviços. Ainda é comum ouvirmos falar em rede de estabelecimentos de ensino, rede de unidades de saúde, rede hospitalar, rede de turismo etc todas elas subordinadas a uma organização matriz ou como uma cadeia de serviços e produtos similares tal qual se expressava na gestão empresarial. Entretanto, a novidade está na utilização do conceito de rede para caracterizar a sociedade contemporânea e os novos modelos de gestão de negócios públicos ou privados em escala local ou global.

Deste modo, a revolução informacional ocorrida nas três últimas décadas aliada ao processo de descentralização ocorrido no âmbito das atribuições do Estado, forneceu as bases para mudanças substantivas que viriam a ocorrer nos modelos de gestão social e na própria alteração no conceito de rede aplicado à gestão pública. O processo de informatização já é uma realidade no Estado. A novidade dos últimos anos foi o aumento explosivo do número de microcomputadores e a formação de redes internas (*intranets*) nos ministérios e unidades isoladas (PEREIRA,2002).

Outra novidade foi a montagem de *homepages*, oferecendo uma grande quantidade de informações aos usuários dos serviços, a criação da Rede Governo e a compatibilização de sistemas administrativos informatizados. Todo o governo procura informatizar as rotinas estabelecidas, de forma a redefinir processos e procedimentos, tendo em vista a plena exploração das potencialidades abertas pela tecnologia da informação (PEREIRA,2003).

O Estado, com isso, não perdeu o seu papel de normatização, regulação e de garantia na oferta de bens e serviços, porém a relação com a sociedade ganhou uma nova dimensão e se fortalece a idéia de que o compromisso com o bem comum e com a tarefa de promover a equidade e a justiça social é dever de todos. Nessa concepção de gestão pública em rede o Estado cumpre um papel fundamental no fazer público na medida em que reconhecemos no Estado democrático e de direito o papel de principal regulador do convívio social. Contudo, em uma visão pluralista, não se espera mais do Estado, e nem se deseja isso, que ele seja a única e exclusiva fonte na condução de ações públicas.

Nesse aspecto, a sociedade civil passa a compartilhar, a ser co-responsável pela realização daquilo que é público. As comunidades não são mais, simplesmente, beneficiárias ou clientes, mas cidadãs. No reconhecimento da cidadania compreende-se uma relação consciente e virtuosa entre direitos e deveres, assim como a garantia de interlocução política e de exercício do controle social.

Desse modo, a gestão do Estado caminha para ser, também, produzida em redes alimentadas por fluxos contínuos de conhecimento, informação e interação. A noção de rede aqui debatida se caracteriza como convergente e movente, interconectando serviços, organizações governamentais e não governamentais, comunidades locais, regionais, nacionais e mundiais; mobilizando parcerias e ações multi-setoriais; construindo participação; mobilizando vontades e implementa pactos de complementaridade entre atores sociais, organizações, projetos e serviços; instaurando um novo valor o da cooperação.

Neste cenário, as parcerias ganham importância nesse modo de pensar e realizar a ação social pública. Elas asseguram maior sustentabilidade e legitimidade política à ação e introduzem a dimensão da cooperação e da participação conjunta, possibilitando o encontro de diferentes atores em diferentes estágios de organização. As parcerias ampliam, também, as possibilidades de cada organização, acrescentando conhecimentos, redefinindo focos.



Possibilitam o aproveitamento do potencial de cada organização participante e as ações em rede e sugerem uma nova arquitetura de complementaridade na ação política. Para Carvalho, a gestão pública em rede implica:

- I. Na adoção de uma nova cultura no fazer social público (socializar o poder, negociar, trabalhar com autonomias, flexibilizar, compatibilizar tempos heterogêneos e múltiplos dos atores e processos de ação);
- II. No estímulo a formação de redes, considerando as vantagens em termos de articulação e atendimento mais integral e integrado, com ênfase, nas redes de base local, que dão novo sentido a dimensão territorial (sítios simbólicos de pertencimento) do atendimento e têm forte capacidade de mobilização social;
- III. No favorecimento ao acesso de tecnologias de informação que asseguram velocidade, interatividade e pró-atividade dos agentes e organizações que se movem na rede (CARVALHO,2004).

Nesse sentido, a gestão pública em rede pressupõe a adoção pelo Estado de alguns princípios que são:

a) *Participação política*: a participação política é um princípio inerente à democracia, garantindo aos indivíduos, grupos e associações, o direito não apenas à representação política, mas também à informação e à defesa de seus interesses. Possibilita-lhes, ainda, a atuação e a efetiva interferência na gestão dos bens e serviços públicos. A participação política significa a satisfação da necessidade do cidadão como indivíduo, ou como grupo, organização, ou associação, de atuar pela via legislativa, administrativa ou judicial no amparo do interesse público - que se traduz nas aspirações de todos os segmentos sociais.

A participação política é vista como um processo capaz de gerar uma nova dinâmica de organização social, fomentando a intervenção da população nas políticas

públicas. Não se esgota dentro do projeto, mas relaciona-se diretamente com questões amplas, tais como democratização, equidade social, cidadania e defesa dos direitos humanos. Neste sentido, requer a democratização do poder sobre o uso de recursos financeiros e sobre a definição e implementação de políticas públicas.

b) *Ênfase no cidadão*: de forma geral todo sistema jurídico moderno reconhece a pessoa humana como valor fundamental do direito. As Constituições e Códigos definem, com crescente abrangência, os direitos básicos da pessoa humana, como uma tendência mundial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos gerais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade da justiça e da paz no mundo. Nesse sentido, a gestão pública em rede deve ser voltada para o atendimento do cidadão enquanto principal beneficiário da ação pública estatal.

c) *Mobilização social*: Toda ordem social é construída pelos homens e mulheres que formam a sociedade. A ordem social não é natural e cada sociedade é que constrói sua ordem social. Por ela não ser natural é que é possível falar em mudanças. Quando a sociedade começa a entender que é ela que constrói a ordem social, vai adquirindo a capacidade de reinventar essa ordem social, de construir uma nova ordem desejada, superando o fatalismo e percebendo a participação, a diferença e a deliberação de conflitos como recursos fundamentais para a construção da sociedade.

O processo de mobilização da sociedade civil exige o rompimento com uma tradição conservadora e o compromisso com uma nova atitude de responsabilidade, de desenvolvimento da capacidade de pensar e agir coletivamente e de respeito às diferenças. O paternalismo político e a corrupção só são superáveis através de uma sociedade que tenha a possibilidade de construir suas instituições políticas a partir da sociedade civil. Isso significa passar de uma lógica social de adesão ao poder a uma lógica de deliberação e competição de

interesses que, através do consenso e de acordos, define o que convém a todos. É assim que se constrói uma ordem democrática estável e o consenso legítimo.

d) *Autonomia solidária*: a gestão em rede pressupõe uma maior autonomia das unidades de prestação de serviços aos cidadãos, contudo, essa autonomia implica necessariamente reconhecimento da malha de serviços nos micro-territórios, a fim de que os mesmos não caminhem de forma isolada, mas assegurem um fluxo permanente de relações entre eles, bem como a participação dos usuários e da comunidade. Esta combinação, autonomia e interdependência, requer uma ágil e competente circulação de informações sobre o território, ou a cidade real, suas demandas e oportunidades, redes e sujeitos que transitam na esfera pública.

e) *Controle social do Estado*: o valor democrático e de co-responsabilidade com o bem coletivo exige maior efetividade das ações com evidente preocupação com a transparência de propósitos e o desempenho dos serviços e programas. É nessa condição que os termos eficiência, eficácia e efetividade tornam-se prerrogativas da ação pública. A eficiência é percebida como um valor democrático à medida que os poucos recursos para atendimento de todas as demandas de um contingente populacional expressivo exigem probidade no gasto e maior distributividade de ganhos. A eficácia e a efetividade nos resultados requeridos de ação assumem, por sua vez, o sentido de um compromisso ético.

O controle social do Estado corresponde à capacidade da sociedade de se auto-regular, bem como os meios que ela utiliza para induzir a submissão a seus próprios padrões. Repousa na crença de que a ordem não é mantida apenas, nem sequer principalmente, por sistemas jurídicos ou sanções formais, mas, é, sim o produto de instituições, relações e processos sociais. O controle social pressupõe a presença do cidadão na fiscalização das ações do Estado.

f) *Articulação com a sociedade civil*: a experiência de articulação entre o Estado e organizações da sociedade civil no Brasil teve início com a realização da ECO 92 no Rio de Janeiro. Para realização desse encontro foi construída uma estratégia de articulação de pessoas e entidades atuantes na área ambiental através de uma rede. Desde então, uma série de encontros e fóruns foram organizados com o objetivo de difundir conceitos, trocar experiências, aprofundar estudos e discussões sobre temas variados e ampliar a participação e articulação na gestão pública. Neste caso a gestão em rede funciona como um sistema orgânico e dinâmico formado por pontos (*clusters*) capaz de articular pessoas e entidades, de forma mais democrática e igualitária, em torno de objetivos comuns.

Na concepção de articulação está um modelo de organização considerado vivo e flexível, em constante crescimento que depende de quem o integra para funcionar. Nessa concepção alguns pontos podem ser maiores, mais todos são importantes para a rede, todos geram, coletam e disponibilizam informações na rede e articulam-se em parcerias. Além disso, a descentralização administrativa impõe cada vez mais uma ação articuladora entre as esferas do Estado, ao mesmo tempo, que reivindica do Estado o papel assegurador da unidade e da cooperação. Manuel Castells, fala em Estado-rede para expressar as novas formas articuladas de gestão em um mundo de empresas redes e de Estados redes.

A administração pública também deve ir assumindo uma estrutura reticular e uma geometria variável em sua ação. Nesse sentido, é natural que o Estado busque cada vez mais articular suas ações e políticas com as redes sociais e empresarias existentes, formando aquilo que chamamos de espaço público. A relação do Estado com as redes formadas por movimentos sociais e ONG's com sua autonomia, pois no momento em que elas deixam de tê-la perdemos toda a política inovadora, assumem um papel importante nesse processo de construção do espaço público, no momento em que através da negociação buscam aprofundar

a democracia não apenas no plano político, mas também nas fábricas, nas universidades, na família em todos os lugares.

Nesse processo, a dimensão política da vida social torna-se cada vez mais significativa, uma vez que as identidades sociais encontram-se fragmentadas, ocorrendo uma espécie de culturalização da política, o que não a torna nem difusa, nem sem importância. Ao contrário, empurra a dinâmica política em direção às práticas culturais, às quais, por definição, são regidas por uma lógica que expõe uma rede de interdependência entre os indivíduos. Essa rede social faz destacar imediatamente a relação entre ação política e espaço público, pois o que está verdadeiramente em pauta no cenário é a garantia de acesso ao espaço público, seja para usufruir um patrimônio social comum a todos, nas democracias modernas, seja para reivindicar participação ou mudanças nos critérios de distribuição da riqueza social e cultural gerada por todos.

A temática do espaço público torna-se especialmente importante nas sociedades contemporâneas, onde predominam valores e signos midiáticos que enfatizam, sobretudo, as práticas de consumo paralelamente, ocorre uma espécie de privatização da vida social, com certo encolhimento das redes de sociabilidades, o que enseja a importância fundamental de se restaurar e revitalizar o espaço público. O espaço público passa a basear-se num modelo intersubjetivo de enunciação, onde os indivíduos adquirem seu justo tom de voz e enunciam suas prioridades e possibilidades.

Ocupar o espaço público através das redes sociais significa não apenas possibilitar a comunidade trabalhar com um número maior de informações oriundas de fontes diferenciadas, como permitir dar voz a diferentes grupos sociais, os quais, de modo geral, não teriam outros meios de acesso ao espaço público, especialmente em sua especificidade e concretude, no âmbito do Estado.

A atuação das universidades, ONG's, movimentos sociais etc em várias direções e, especialmente junto ao Estado, ao que tudo indica, pode provocar uma mudança profunda na cultura política do Estado, não apenas porque contribui para o fortalecimento das políticas públicas, mas também porque permite que tais políticas abarquem de fato a diversidade social presente na sociedade brasileira.

Além disso, as redes podem provocar uma mudança significativa na cultura política, ao estabelecerem um procedimento diferenciado de negociação política, que quebra a cultura do favor, pois trabalha a partir da compreensão da ação política não mais baseada no clientelismo, assistencialismo e no personalismo, mas visando à construção do diálogo entre os diferentes grupos que compõem a sociedade e que necessitam viabilizar processos de comunicação entre si e com poderes públicos institucionalizados.

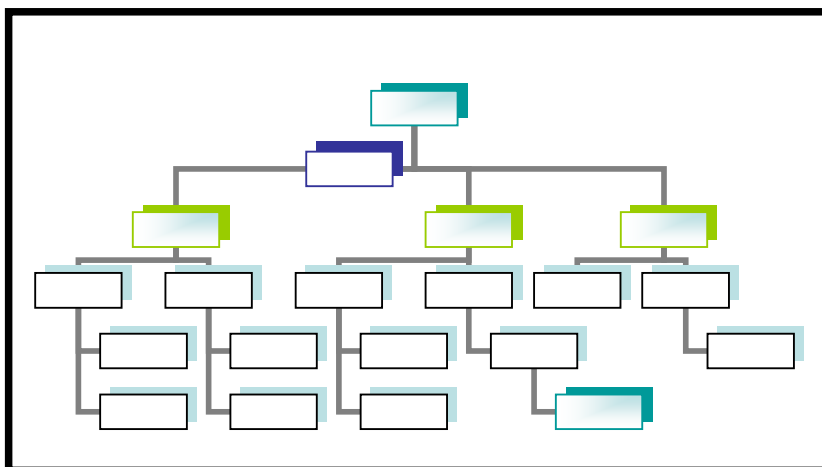
Nesse aspecto, o processo de informatização já é uma realidade na administração federal há muito tempo, mas a formação de redes internas (*intranet*) nos Ministérios e Secretarias de Estado, e externas (*Internet*) na sociedade civil, a formação da Rede Governo, a montagem de *homepages* e portais pelos governos federal, estadual e municipal, oferecendo uma grande quantidade de informações aos usuários dos serviços e ao cidadão em geral, a informatização das rotinas e a redefinição de processo e procedimentos, tendo em vista a plena exploração das potencialidades abertas pela tecnologia da informação, a criação de infocentros públicos tem ampliado as possibilidades nesse campo.

A política de informatização no âmbito da administração pública estaria voltada para viabilizar, a partir dos recursos tecnológicos já disponíveis, uma infra-estrutura física e de serviços que integre e intercomunique as redes locais dos diferentes órgãos públicos e da sociedade civil, utilizando a Internet para ampliar o acesso a informações sobre as políticas, projetos e ações do governo, bem como sobre a tramitação de demandas dirigidas aos órgãos

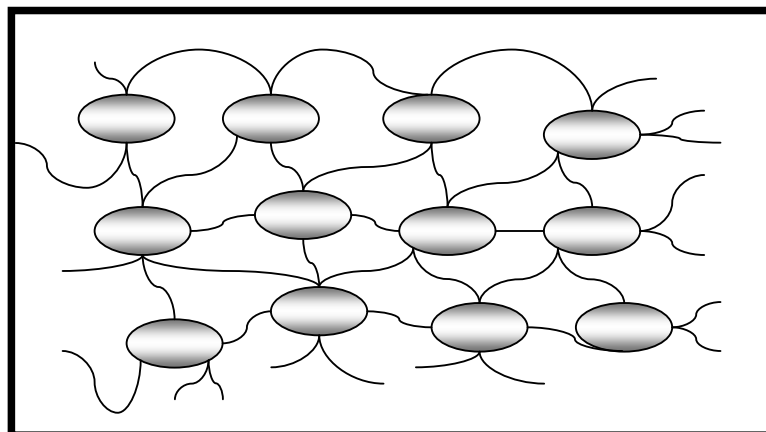
públicos ou de interesse do cidadão, tais como processos, licitações e concursos (PEREIRA,2002).

Na figura abaixo apresentamos o organograma das estruturas administrativas que estamos falando. No modelo, demonstramos as relações de hierarquia e subordinação existentes em uma estrutura de linha ou de linha e assessoria que costumam ser adotadas pela gestão pública atual. Neste modelo, as hierarquias são bem definidas e a organização tem uma estrutura bastante verticalizada.

**Figura 06 – Modelo 1 Gestão pública organização hierárquica**



No modelo 2 apresentamos uma hipótese de organização baseada em redes onde as relações são mais horizontais e democráticas, assim como, as hierarquias são bem mais leves. Nesse modelo, o elemento básico é a cooperação e o movimento da rede depende de toda a estrutura da rede. Nesse modelo, não temos um ponto central e as informações e insumos partem de todos os pontos da rede. Podem se ter pontos maiores que outros na rede, alguns mais importantes que outros, mas todos cumprem uma função no sistema. Esse tipo de estrutura pode ser adotado em situações em que é almejada a participação da sociedade civil.

**Figura 07 – Modelo 2 Gestão pública organizada em rede**

Se, por um lado, o Estado está em transformação, dada a crise por que passou e em virtude do desafio representado pela globalização, acarretada, em boa parte, pelas inovações tecnológicas de uma nova "era da informação", por outro, a sociedade se transforma aceleradamente neste início de século. Está em gestação um novo contrato social que está sendo renegociado pelos diversos atores sociais. Nessa perspectiva, o Estado poderá voltar a ser parte de um pacto direcionado para o desenvolvimento e alterar-se a ponto de se transformar em um autêntico Estado-rede integrando a participação dos variados protagonistas do desenvolvimento econômico e social.

Na busca de equilíbrio entre esses atores as redes constituem um elemento essencial de um modo de regulação cidadã que não fique preso a dicotomias. As redes possibilitam a produção e socialização do conhecimento de uma forma a torná-lo menos elitista, mais ativo, mais envolvido nas questões de cidadania e menos dependentes dos programas e das necessidades do capital. Em outras palavras, as redes permitem que o Estado passe de uma concepção de sujeitos individuais do direito para uma noção de sujeitos coletivos do direito.



No caso das universidades, essas redes possibilitam também uma relação mais orgânica entre universidade e comunidade fugindo da fragmentação do saber imposta por lógicas ultrapassadas e atreladas ao modelo capitalista vigente. Nesse sentido, o fortalecimento de iniciativas voltadas para a democratização da universidade, através da formação de redes e núcleos interdisciplinares, com trabalhos voltados para o ensino, pesquisa e extensão, são importantes, para a consolidação desse novo projeto de universidade.

## 2.6. A UNIVERSIDADE EM UMA SOCIEDADE GLOBALIZADA

### 2.6.1. Antecedentes teóricos, históricos e políticos

No Brasil um dos principais estudiosos sobre a universidade é Luiz Eduardo W. Wanderley, autor de diversos textos sobre a universidade brasileira e suas características mais importantes. Para Wanderley, a compreensão do que é a universidade e sua situação atual necessita da busca de uma visão da totalidade que apanhe as relações entre a instituição e as estruturas e processos sociais. É preciso também perceber as forças sociais que atuam nela e sobre ela; as formas de organização que assumiu no passado e as mudanças em curso; o conteúdo de suas políticas de ensino, pesquisa e extensão; os graus de autonomia política e econômica; seu vínculo como o processo de democratização do Estado e da sociedade; as contradições que enfrenta; as carências e limitações de sua missão institucional etc (WANDERLEY,1999).

Essa advertência procede porque, ao longo do tempo, a universidade como instituição social tem incorporado em diferentes contextos sociais funções diversas. Historicamente, são atribuídas às universidades as funções de transmissão, de produção e de extensão do saber, sendo o ensino a função mais conhecida das Universidades, pois se

consubstancia na transmissão do conhecimento. Sobre isso, no posfácio do livro *O Nome da Rosa*, o escritor italiano Umberto Eco lembra que para falar do presente e do futuro é preciso evitar a falsa inocência, pois, a falsa inocência pode se revelar ingênua ou perversa (ECO,2003).

Tomando por base essas orientações, não podemos falar da universidade, de forma inocente, apagando a sua história que inclui tanto a produção e disseminação do conhecimento como a participação na implementação das políticas públicas do Estado. Portanto, o estudo da universidade exige uma análise de fatores históricos, estruturais e conjunturais que levem em conta a complexidade das dimensões da vida coletiva, aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Na opinião de Sousa: *são essas relações sociais que vão determinar o modelo de universidade que se cria e, ao mesmo tempo, sofrer as determinações dessa criação* (SOUSA,2000,p.13).

A pesquisa bibliográfica realizada sobre as universidades revelou que, apesar dos muitos séculos de existência poucas mudanças podem ser observadas em suas estrutura organizacional, seus ritos e seus ritmos. Sua tônica sempre esteve voltada para o saber como um fim em si mesmo, o saber desinteressado. Criada para formar uma elite aristocrática e depois complementada por uma elite de mérito, as universidades irão sofrendo mutações através dos tempos e se adequando às novas condições impostas pela realidade social (WANDERLEY,1999).

Para Morhy, as universidades passaram por inúmeras transformações ao longo de sua história no último milênio. Na verdade, foram reinventadas inúmeras vezes, ora sofrendo mudanças drásticas, ora passando por lento processo evolutivo. Chegaram à complexidade de hoje, ao mesmo tempo em que buscam diferenciar-se por lógica própria, ainda que venham sendo cada vez mais submetida à dinâmica da interdependência global (MORHY,2003).

No que diz respeito à gênese da universidade<sup>19</sup> é consenso entre os autores que as universidades surgiram na época feudal, por volta do século XII, onde existiram os chamados *studia generalia*, lugares freqüentados por estudantes e clérigos vindos de todas as partes, mas, sobretudo da Europa. Para terem direito de ensinar ou de conferir graus, esses estudantes e clérigos precisavam de uma licença do Papa, do rei ou do imperador. Os estudantes, professores e clérigos desfrutavam de privilégios e imunidades, tais como, proteção contra a prisão injusta, permissão para morar em segurança, direito de interromper os estudos, proteção contra extorsão em negócios financeiros entre outras coisas. A principal característica dessa universidade era estar voltada exclusivamente para o ensino (WANDERLEY,1999)

Na América Latina a universidade chegou por volta do século XVI trazida pelos espanhóis. Para comprovação de tal assertiva podemos identificar nesse período o surgimento das Universidades do México, Cuba, Guatemala, Peru, Chile e Argentina. Posteriormente, com as lutas pela independência nas Américas, existiram mudanças nas universidades latino americanas que passaram a seguir o modelo francês que rompia com o modelo tradicional, que tinha a proteção do Estado e era posta a serviço do regime para formar a elite que se necessitava para a manutenção do poder e opressão do povo, sem qualquer autonomia (WANDERLEY,1999).

O exemplo que o modelo francês trouxe para a América Latina foi o ensino *laico* e o estabelecimento de faculdades para cada profissão, que diplomam os alunos para o exercício profissional outorgando títulos e qualificações, com reconhecimento dado pelo governo. O importante a ressaltar é que as universidades funcionaram como locais

---

<sup>19</sup> O vocábulo *universitas* foi originalmente aplicado às sociedades corporativas escolásticas e, provavelmente, no decorrer do século XIV, o termo passou a ser usado à parte, no sentido exclusivo de uma comunidade de professores e alunos, e cuja existência corporativa houvesse sido reconhecida e sancionada pela autoridade eclesiástica ou civil. (WANDERLEY:1999p.16).

apropriados para a educação das elites dos países dessa região e seu conseqüente acesso aos postos políticos e burocráticos do Estado (WANDERLEY,1999).

A pesquisa surge na universidade, praticamente, no mesmo período como respostas, também, as demandas externas. A pesquisa é introduzida no trabalho cotidiano das universidades por Humboldt (1810) que passa a ser o modelo para a pesquisa e para os cursos de pós-graduação. As universidades norte-americanas seguiram o modelo europeu de atividades de pesquisa da universidade alemã e de atividades de extensão das universidades inglesas, copiando a idéia de extensão rural e urbana (SOUSA,2000).

No Brasil as primeiras instituições de ensino superior surgiram somente após a chegada de D. João VI em 1808. Isso aconteceu porque Portugal tinha dois grandes objetivos quando aportou em terras brasileiras. Suas prioridades eram a fiscalização e a defesa da colônia. Durante trezentos anos, as únicas iniciativas nas áreas da educação vieram dos jesuítas, com a criação dos cursos de artes e teologia no Colégio dos Jesuítas da Bahia, mais voltados para a catequese religiosa (SILVEIRA,1987).

Os altos funcionários da igreja e da coroa e os filhos dos grandes latifundiários tinham que ir a Europa para obter formação universitária. Iniciativas isoladas como o curso superior de engenharia Militar do Rio de Janeiro, que surgiu no final do Século XVII, não podem ser consideradas como o ingresso do Brasil no ensino superior já que, para todos os efeitos, era um estabelecimento português, só que em terras brasileiras. O retardo no aparecimento das universidades é justificável pela política colonialista adotada por Portugal, na qual o interesse da metrópole era manter os estudos superiores centralizados na Universidade de Coimbra, em Portugal, para onde se destinavam, desde o século XII, os estudantes brasileiros (SILVEIRA,1987).

O objetivo principal dessa política era induzir esses estudantes a completar seus estudos fora do seu país de origem, “desenraizando-os” e impedindo a concretização dos

impulsos pela independência do Brasil. Contudo, a estratégia não teve sucesso total porque os portugueses não conseguiram quebrar os impulsos de independência dos jovens brasileiros, que provinham de capitânicas diversas, e, reunidos em Portugal, puderam alargar sua visão crítica e formar um sentimento de atração pela terra natal (SILVEIRA, 1987).

Esse panorama mudou com a vinda da Corte para o Brasil em 1808 fugindo do bloqueio empreendido por Napoleão. No início, o ensino superior ficou limitado na sua expansão pelos colonizadores, que se serviam dessas instituições em benefício próprio. O ensino, de caráter elitista, atendia aos interesses de uma pequena minoria, descuidando-se da educação do povo. Essa educação aristocratizante se desenvolveu trazendo sempre a marca da influência do regime de economia latifundiária e sociedade patriarcal. O objetivo básico dessas escolas era a formação de especialistas e a preparação de estudantes para que pudessem ser úteis principalmente ao serviço público. Não havia interesse na criação de uma universidade no Brasil, pois, existia o receio que a universidade facilitasse o rompimento dos laços que uniam a sociedade brasileira à Corte de Lisboa (SILVEIRA, 1987).

Com esse histórico, o ensino superior no Brasil vai se consolidando como um modelo de institutos isolados e de natureza profissionalizante<sup>20</sup>. Além de elitista, já que só atendia aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão. O fato dos cursos que surgiram terem se voltado para o ensino prático – Engenharia militar e medicina – e serem ministrados em faculdades isoladas, marcou de forma contundente o ensino superior no Brasil e explica muitas distorções que até hoje estão marcadas em nosso sistema (SILVEIRA, 1987).

---

<sup>20</sup> Nesse período surgiram as escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1808 surge o Colégio Médico Cirúrgico da Bahia e em abril do mesmo ano a cadeira de Anatomia é criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Em 1810, o príncipe regente assinou a carta de lei de 4 de dezembro, criando a Academia Real Militar da Corte, que anos mais tarde se converteria na escola politécnica. O Decreto de 23 de dezembro de 1808, que instituiu uma cadeira de Ciência Econômica, e o decreto de 12 de outubro de 1820, que organizou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, depois convertida em Academia das Artes (SOUZA, 2003).

No Brasil do século XVIII ao Estado Novo os estudantes e professores brasileiros lutaram em movimentos não muito articulados. As primeiras manifestações locais de estudantes com alguma organização datam de 1710, quando o Rio de Janeiro foi invadido pelo corsário Duclerc, pela independência, contra a escravidão, pela república e contra o império. Com as campanhas em prol da abolição da escravatura e a favor do regime republicano, algumas dessas manifestações começaram a adquirir certo nível de organização, trocando o caráter episódico por um trabalho mais sistemático, por meio de discussões dentro das instituições de ensino superior, dos comícios políticos, da propaganda pela imprensa. Mesmo depois da proclamação da república, a participação dos estudantes se processa de forma dispersa e ocasional até os fins da década de trinta (FÁVERO,1995).

Mesmo no século XIX, a partir da proclamação da Independência, há um crescimento de escolas superiores no país, mas sempre no modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional. Algumas tentativas de criar a primeira universidade no Brasil surgiram, com o projeto de 1843 que visava criar a Universidade de Pedro II, o projeto de 1847 para a criação do Visconde de Goiânia, entre outras. Mas nenhuma saiu do papel (SOUZA,2003).

A república chega ao Brasil, mas a Constituição de 1891 omite-se em relação ao compromisso do governo com a universidade. Em 1912, mais por forças locais, surge a primeira universidade brasileira, no Estado do Paraná, mas que durou somente três anos. Por este motivo é que os teóricos costumam afirmar que somente a partir de 1920 é que surge a universidade no Brasil e no Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reunia os cursos superiores<sup>21</sup> da cidade (SOUZA,2003).

Para Boaventura, em 1920 é que se criou a primeira instituição universitária no Brasil, através do Decreto nº 14343, reunindo-se as faculdades de medicina, direito e escola

---

<sup>21</sup> A Escola Politécnica; a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito que surgiram a partir da fusão da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

politécnica do Rio de Janeiro em uma única universidade. O que unia estes cursos era simplesmente a reitoria e o conselho universitário. Esse modelo de universidade, onde há uma reunião de cursos isolados que têm como ligação entre si a reitoria e não mecanismos acadêmicos ou administrativos, é a base de muitas das universidades brasileiras hoje em dia, que se constituem em instituições agregadas e não integradas. Exceção à regra surgiu após a revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo, tendo como maior exemplo a Universidade de São Paulo (USP) (BOAVENTURA,1986).

A USP reunia os cursos superiores existentes no estado, tendo como enlace não a reitoria ou mecanismos administrativos, mas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que seria a instituição de saber fundamental em todas as áreas do conhecimento humano e compensaria o isolamento das faculdades preexistentes, que existiriam independentes, tanto física, quanto academicamente. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras viria integrar em uma base comum os ensinamentos de diversas áreas do saber, sendo a porta de entrada em qualquer dos outros cursos profissionalizantes. Além disso, a proposta da USP baseava-se em três vertentes, características da universidade moderna: ensino, pesquisa e extensão (SOUZA,2003).

Com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1930, inicia-se a reforma Francisco Campos no ensino superior refletindo as ambigüidades do momento histórico quer seja a promoção da cultura geral e a formação de profissionais para satisfazer as necessidades sociais. Como vemos apesar das criticas que possam ser feitas, só a partir de 1930, com o Estatuto das Universidades Brasileiras é que a idéia de universidade entre nós começa a tomar forma. A Universidade do Distrito Federal foi instituída por Anísio Teixeira em 1935 e extinta pelo Decreto-lei 1.063 em 1939. Nova tentativa de Universidade integrada surgiria em 1961 com a Universidade de Brasília (BOAVENTURA,1986).

A partir da década de 50, em plena fase do desenvolvimento econômico, surgem políticas sistemáticas voltadas para a educação. Surgem novas instituições de ensino superior no Brasil. Segundo Boaventura, comparando-se a universidade brasileira daquela época com as americanas e européias o termo universidade deve ser aplicado mais no campo formal, pois, é bem recente o seu surgimento e a grande dificuldade no desempenho de certos papéis acadêmicos e em firmar padrões de investigação válidos e operacionais. Nesse processo, a universidade brasileira distancia-se, cada vez mais, do modelo intelectual europeu-francês, das primeiras faculdades no Brasil, ao tempo em que se aproxima do modelo americano, pela estrutura acadêmica administrativa e pela inclusão de especialidades como administração, enfermagem, serviço social, entre outros (BOAVENTURA, 1986).

Nas décadas de 50 a 70 criaram-se universidades federais em todo o Brasil, ao menos em cada estado, além de universidades estaduais, municipais e particulares. A descentralização do ensino superior foi a vertente seguida na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961. Reunir escolas e faculdades já fundadas tornou-se uma marca do desenvolvimento do sistema de ensino universitário brasileiro.

A presença de oligarquias na criação das universidades, e os diversos acordos realizados entre o poder federativo e os estados são apontados como intimamente relacionados aos diversos caminhos trilhados pelas universidades brasileiras desde a sua criação. Para grande parte dos historiadores da educação, a instauração de muitas universidades significou o desvio de recursos financeiros para os estados, local de prestígio político e de emprego para os filhos da elite (SOUZA,2003).

Nos anos 60 o governo militar passou a identificar a universidade como um foco de subversão e produz uma ampla reforma inaugurando um novo período nas universidades brasileiras. O objetivo oficial da reforma era modernizar a universidade para um projeto econômico em desenvolvimento, dentro das condições de segurança que a ditadura pretendia



para si e para os interesses do capital que representava. A lei 5.540/68 introduziu a relação custo-benefício e o capital humano na educação, direcionado à universidade para o mercado de trabalho, ampliando o acesso da classe média ao ensino superior e cerceando a autonomia universitária (SOUZA,2003).

Diversas medidas foram tomadas para alcançar tais metas, entre elas: a unificação do vestibular por região, o ingresso por classificação, o estabelecimento de limite no número de vagas por curso, a criação do curso básico que reunia disciplinas afins em um mesmo departamento, o oferecimento de cursos em um mesmo espaço com menor gasto de material e sem aumentar o número de professores, a fragmentação e dispersão da graduação, o estabelecimento de matrícula por disciplina (SOUZA,2003).

Em 1971, foi promulgada a lei 5692 que instituiu também a reforma do ensino fundamental, com mudanças que determinaram, por exemplo, a extinção das disciplinas de geografia e história que foram substituídas pelo ensino de estudos sociais. Entre os resultados obtidos com as políticas implementadas os pesquisadores apontam: a diminuição na qualidade do ensino fundamental público, com a respectiva valorização do ensino particular, e a conseqüente elitização do ensino universitário, que impede até hoje o acesso de grande parte da população à universidade pública (SOUZA,2003).

As universidades que tinham fortes vínculos com o governo passaram por uma modernização com ênfase na pesquisa tecnológica e na ligação com o setor produtivo, em detrimento das ciências humanas e da filosofia. A relação entre laboratórios de pesquisa, desenvolvimento e a segurança nacional é ressaltada, e a universidade torna-se responsável pelo aumento do capital humano. Outra questão importante das reforma universitária nos anos de regime militar foi criação do sistema de créditos e a ênfase numa visão tecnicista e menos crítica da formação universitária. O objetivo da reforma universitária era diminuir os focos de contestação ao regime que existiam dentro da universidade (WANDERLEY,1999).

Nos anos 80, com a reabertura política em todo o país, estudantes e professores buscaram reorganizar suas entidades representativas e denunciar a transformação da universidade numa instituição muito mais estatal do que pública. Ao lado das lutas contra os governos militares e pela redemocratização do país, duas das grandes bandeiras da universidade surgiram nessa época: a autonomia Universitária e a gratuidade da universidade pública. Segundo Wanderley a autonomia constituiu um dos pilares da vida Universitária através dos tempos. Ela foi considerada também uma condição de existência da própria universidade e passou por modificações adaptativas às várias situações históricas (WANERLEY,1999).

As lutas pela autonomia universitária, levaram professores e alunos a reivindicar o direito de se politizarem, de integrar a universidade na discussão política maior, de superar os grupos partidários radicalizados à direita e à esquerda que desvirtuavam os objetivos da vida universitária, de formar alunos como sujeitos políticos críticos e conscientes (WANDERLEY,1999).

Além da autonomia universitária, a defesa da universidade pública e gratuita figurou como bandeira das universidades, nos anos 80 e 90, sobretudo, para as universidades públicas. A bandeira da universalização do ensino superior e a abertura da universidade aos filhos das classes populares passaram a ser um ponto central nas discussões sobre a universidade pública brasileira. Contudo, percebemos que a medida que a universidade pública brasileira foi se abrindo para as classes populares, aconteceu, simultaneamente uma redução da qualidade do ensino, em razão da queda dos investimentos públicos nas instituições federais e estaduais e a ampliação da oferta no setor privado.

Não parece mera coincidência o fato de que a um progressivo declínio da qualidade de nossas universidades públicas na medida em que as classes populares chegam ao ensino superior e os filhos das elites passam a optar por cursos particulares onde,

supostamente, a qualidade do ensino é melhor e não há risco de paralisações com greves de servidores públicos.

Nos anos 90, a crise econômica do país e conseqüente elevação da dívida externa; a adoção das políticas de ajuste impostas por organizações multilaterais como o Banco mundial e o FMI; a penetração da ideologia neoliberal no meio intelectual brasileiro; a migração da classe média para instituições de ensino particular; ente outros fatores, levaram a que a universidade pública sofresse duras críticas, por aqueles que defendem uma concepção neoliberal e um Estado mínimo.

De um outro lado, os partidários de uma visão mais à esquerda questionavam a universidade enquanto instituição na medida em que ela não se voltava para o seu compromisso social com as classes populares, criava obstáculos ao ingresso de filhos da classe operária em suas unidades e mantinha um ensino e uma pesquisa alienada, voltada mais para as preocupações do mercado.

Nesse diapasão, a reforma universitária proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso, nos anos 90, acabou por adotar um modelo que apoiou a expansão do ensino superior privado em detrimento dos investimentos nas universidades públicas. A defesa da tese de que o setor privado é notoriamente mais eficiente e que, portanto, a expansão do ensino superior deveria ter como eixo o fortalecimento das instituições particulares passou a ser a ótica adotada pelo governo que, então, começou a criar programas de financiamento do ensino superior para jovens da classe média em instituições particulares.

Ainda no governo Fernando Henrique é criado o sistema de avaliação das instituições de ensino superior e o polêmico provão passa a ser realizado pelos alunos. Entretanto o efeito mais marcante do período de governo Fernando Henrique é mesmo o *boom* no setor privado de ensino. Para financiar esse processo o governo federal cria um

sistema de financiamento da educação superior, em 1999, através do programa de Financiamento Estudantil (FIES) que sucedeu o antigo programa de Crédito Educativo.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República representou, no primeiro momento, um decisivo passo na consolidação da democracia na América Latina, sendo emblemática sob diversos pontos de vista, revestindo-se de vários simbolismos imediatos e mediatos que foram tomados, inicialmente, em consideração para qualquer prospecção quanto ao jogo político, inclusive, para as universidades. Contudo, com o passar do tempo a utopia militante foi dando lugar a críticas à atuação do governo e a formação de focos de dissidência dentro do governo e do partido.

A política adotada pelo governo Luis Inácio da Silva, desde o primeiro momento, se revelou como uma continuidade das reformas políticas e sociais iniciadas no governo Fernando Henrique, que visavam a manutenção da estabilidade econômica, o cumprimento dos acordos com FMI, e a redução dos gastos públicos.

Na área social, o grande projeto do governo Lula foi o programa Fome Zero amplamente criticado pelas esquerdas no Brasil. As oposições e os movimentos sociais, via de regra, tem se colocado contra a maioria dos itens dessas reformas por motivos diferenciados. As oposições, lideradas por partidos políticos como o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Socialista do Brasil (PSDB) têm se colocado contra as reformas do governo federal como um expediente para desgastar o Partido dos Trabalhadores (PT) e o governo LULA, tendo em vista as eleições presidenciais de 2006.

Já os movimentos sociais têm colocado questionamentos sobre as reformas do governo em razão dos poucos avanços no campo social e de uma conjuntura política desfavorável aos trabalhadores. Os movimentos sociais, diante da conjuntura política, têm se colocado na perspectiva da manutenção dos direitos já conquistados. No meio acadêmico as reformas têm sido objeto de questionamentos sobre o fim a que se destinam.

Normalmente, a reforma do Estado tem sido um campo de disputa bastante diversificado e não têm agradado a sociedade. As reformas executadas até agora tem sido consideradas por amplos setores da sociedade como reformas neoliberais que atendem muito mais as pressões do Banco mundial e o FMI do que a necessidade de resgatar a imensa dívida social brasileira.

No que diz respeito à educação superior, o governo federal resolveu apresentar em 2004 um projeto de reforma do modelo de universidade brasileira. É fato que a idéia de mudança na universidade mexe com a expectativa e sonhos de toda a população brasileira e afeta diretamente a estratégia de desenvolvimento para o país. É um terreno escorregadio que só foi revolvido duas vezes no século passado com as reformas de 1931 e 1968 ambas durante os anos de autoritarismo.

Desta vez, o governo federal diz pretender com a reforma ampliar a integração entre universidade e sociedade, melhorar a autonomia das universidades públicas, ampliar a regulação da qualidade e organização das IES particulares e comunitárias, definir os períodos de formação geral, buscando uma formação humanística e evitando a especialização precoce, tornar obrigatório a elaboração do plano de desenvolvimento institucional (PDI), constituir conselhos comunitários, criar dotação orçamentária, criar de mecanismos de inclusão social e a expansão da rede pública, promover políticas afirmativas como cotas nas universidades para negros, índios etc.

De fevereiro de 2004 a janeiro de 2005 foram realizadas reuniões pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), designado pelo governo para conduzir o debate nacional sobre o assunto, cujo resultado foi à apresentação de um anteprojeto para consulta pública à sociedade. Algumas medidas apresentadas pelo MEC foram adotadas pelo governo federal, recentemente, como uma forma de criar uma espécie de ponte para que seja possível a implementação do projeto depois de aprovado.

As medidas são a elevação dos recursos destinados às universidades federais, contratação de seis mil novos professores, elevação da bolsa de pós-graduação, criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), novo credenciamento de universidades, IES, cursos sequenciais e de ensino a distância, além de escolas técnicas.

Os pilares da reforma universitária, cravados em um ambiente repleto de polêmica, envolvem transformações que, segundo o ex-ministro Tarso Genro, visam colocar a universidade brasileira em sintonia com uma sociedade do conhecimento altamente competitiva, mas com profundas desigualdades sociais, entre elas o acesso da população ao ensino superior.

Muitos críticos desdenham dessa proposta de reforma universitária com o argumento de que é limitada, pois não repensa nem revoluciona o sistema universitário brasileiro, mas visa, tão somente, ajeitar algumas instâncias do ensino superior que apresentam problemas. Em que pese às expectativas da sociedade com o governo Lula, aos poucos a política para a educação superior foi ficando, cada vez mais, parecida com a política adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o que vem gerando enormes protestos por parte da comunidade universitária.

Isso leva a crer que a influência da comunidade universitária seja pequena e de tendência conservadora, com alguns momentos de inovação e ações concretas de mudança, mas, de reduzido alcance social. Nesse sentido, as reformas universitárias nunca tiveram como foco o interesse social da maioria da população, mas o interesse das elites que dominaram a política brasileira. Ao que tudo indica a reforma universitária do atual governo não consegue romper com essa lógica burocrática do sistema.

### 2.6.2. A Crise da Universidade no Brasil

Como vimos, o que se anuncia, no curto e médio prazo, é a persistência dos traços gerais da crise que caracteriza a universidade. Nesse sentido, recentes textos lançados no Brasil, na Europa e nos EUA tratam das “ruínas da universidade”, ou do “naufrágio”, ou ainda das ameaça de as mesmas caírem na “penumbra” ou de serem “sitiadas”, ou ainda de serem reduzidas a “escombros” ou “dilaceradas”, entre tantas metáforas a que têm recorrido os autores preocupados com o destino da universidade no Brasil e no mundo.

Em relação à universidade no Brasil podemos destacar as contribuições de Boaventura de Sousa Santos nos livros *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (1999) e *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade* (2003). Nessas obras, Santos analisa a situação das universidades no Brasil e identifica três crises: a crise de hegemonia; a crise de legitimidade e a crise institucional (SANTOS, 2003).

Para Santos, a universidade brasileira vive uma crise de hegemonia resultante das contradições entre funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe foram atribuídas. De um lado, a produção da alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade vem se ocupando desde a Idade Média.

Do outro lado, a produção de padrões culturais médios e de conhecimento instrumentais úteis à formação da mão-de-obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para desempenhar a contento essas funções até certo ponto contraditórias, levaram o Estado e os agentes econômicos a procurarem fora da universidade meios alternativos de atingir esses objetivos. Ao deixar de ser a única instituição

no domínio do ensino superior e na produção da pesquisa a universidade entrara numa crise de hegemonia (SANTOS,1999).

A segunda crise descrita por Santos, é a crise da legitimidade provocada pelo fato da universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados, através das limitações ao acesso e do credenciamento de competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das camadas populares da sociedade, por outro (SANTOS,1999).

Por fim, Santos registra a existência de uma crise institucional que resulta da contradição ente a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social (SANTOS, 1999).

Em verdade a crise da universidade brasileira pode ser relacionada a um conjunto de fatores que estão interligados. Em primeiro lugar, podemos afirmar que essa crise está associada à ação do governo militar, durante o período da ditadura, que reduziu a autonomia da universidade até o patamar necessário a eliminação da produção e divulgação livre do conhecimento crítico.

A ênfase nos cursos técnicos, o isolamento das unidades de ensino, a imposição do regime de créditos e a especialização precoce, visavam colocar a universidade a serviço de projetos modernizadores e autoritários, abrindo ao setor privado o conhecimento produzido pela universidade e obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal com o emergente mercado de serviço universitário. Ao retirar o conteúdo crítico do ensino universitário, por razões políticas, o regime militar acabou enfraquecendo o conhecimento produzido por nossas universidades.



Em segundo lugar, com a reabertura política no Brasil as razões para a crise da universidade passaram a ser relacionadas, principalmente, com o avanço da doutrina neoliberal que se impôs como modelo global de economia capitalista. Nesse sentido, a afirmação da importância da autonomia da universidade foi utilizada como um pretexto para viabilizar a privatização da universidade e do ensino superior.

Com a emergência da doutrina neoliberal houve um aprofundamento da crise financeira das universidades brasileiras que foram obrigadas a procurarem novas fontes de financiamento bem mais onerosas do que o Estado. Com a doutrina neoliberal a educação deixou de ser um bem público a disposição da sociedade e passou a ser um produto que se pode consumir pela via do mercado. A esse efeito nós chamamos de mercantilização da educação, isto é, tentar resolver o problema da educação superior pela via do mercado.

Com isso, padrões de eficiência e eficácia impostos pelo mercado passaram a ser exigidos para as universidades. Alguns grupos de professores e alunos mais sintonizados com os aspectos sociais da educação procuraram resistir ao avanço dessa doutrina utilizando, sobretudo, a bandeira da educação livre e gratuita como defesa. Contudo, muitos grupos interessados, principalmente, nos recursos provenientes da iniciativa privada passaram a se articular em centros de pesquisa, alguns até reconhecidos como centros de excelência, e a realizar trabalhos voltados para o mercado. Nesse aspecto, é visível o crescimento de pós-graduações *latu sensu* onerosas em detrimento das pós-graduações *stricto sensu* (mestrado e doutorado) que são gratuitas.

Além disso, com a adoção da política neoliberal, a educação superior deixou de ser uma prioridade nas políticas de Estado. Essa perda de prioridade foi, antes de tudo, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais como a educação, a saúde, a assistência social etc, frente à necessidade de manter sob controle a política econômica e garantir o cumprimento do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A política de ajustes imposta por órgãos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial levaram à redução do compromisso político do Estado com as políticas sociais em geral e com a educação, em especial, convertendo a educação superior num bem público que não precisa ser exclusivamente oferecido pelo Estado.

Os acordos com o FMI levaram a que o governo brasileiro adotasse uma postura de redução dos gastos públicos com a educação superior e, concomitante, abertura do mercado da educação superior ao setor privado. Com isso, o orçamento para a universidade pública vem sendo reduzido paulatinamente enquanto que o governo federal e estadual estimula a iniciativa privada nesse setor através da concessão de bolsas de estudo pra estudantes em estabelecimentos de ensino privado.

Outro fator importante para a perda de prioridade da educação superior e, conseqüente, sucateamento da universidade pública é a abertura da universidade pública a estudantes de colégios públicos, negros, índios entre outros grupos marginalizados e o êxodo dos filhos das famílias mais abastadas para os cursos particulares onde os padrões de qualidade são mais respeitados e na há o risco de paralisações com greves, faltas de professores ou falta de material. A diminuição dos investimentos na universidade pública coincide com a abertura da universidade aos filhos das camadas populares da sociedade.

Na opinião de Santos, subjacente ao embate da universidade com o neoliberalismo está a idéia de que a universidade pública é irreformável, tal como o Estado, e que a verdadeira alternativa está na privatização do ensino superior. O modo selvagem e desregulado como este mercado emergiu e se desenvolveu são a prova de que havia a favor dele uma opção de fundo. E a mesma opção explicou a descapitalização e desestruturação da universidade pública em favor do emergente mercado universitário com transferência de recursos humanos e materiais, que, por vezes, configuraram um quadro de acumulação primitiva por parte do setor privado universitário à custa do setor público (SANTOS,2003).

Nesse sentido, a compra de vagas pelo Estado em universidades privadas através de bolsas constitui-se na institucionalização desse processo de transferências de recursos do Estado para a iniciativa privada ao custo de uma redução dos gastos públicos com os estudantes, com o pagamento de salários dos docentes e com os gastos gerais com a universidade (livros, materiais etc). Além disso, verifica-se uma eliminação progressiva da gratuidade do ensino público e criação de um sistema de financiamento público para a educação superior particular no Brasil<sup>22</sup>.

Por outro lado, além do processo de perda de prioridade e descapitalização da universidade pública no Brasil e do favorecimento da criação de um mercado privado de educação superior, outro fator importante relacionado à crise da universidade no Brasil é o processo de transnacionalização da educação superior que vem acontecendo nos últimos anos. No relatório do Banco Mundial de 2002, sobre a maioria das universidades foi traçado um quadro dramático de carência de todo o tipo como colapso das infra-estruturas, ausência quase total de equipamentos, pessoal docente miseravelmente remunerado e, por isso, desmotivado e propenso à corrupção, pouco ou nulo investimento em pesquisa.

Conseqüentemente, o Banco Mundial impôs aos países da periferia, como o Brasil, que deixassem de investir na universidade, concentrando seus esforços no ensino básico e fundamental e permitissem que o mercado global de educação superior lhes resolvesse o problema da universidade. A adoção dessa política no Brasil trouxe efeitos devastadores no que diz respeito à formação de um pensamento crítico e na construção de projetos de desenvolvimento para o país, além do que, a redução dos investimentos na educação superior gerou uma contradição entre a diminuição dos gastos públicos com a educação e o aumento da concorrência nas empresas (SANTOS,2003).

---

<sup>22</sup> Santos fala muito na fuga de cérebros para as universidades particulares no Brasil. Ele ressalta que as pessoas quando pensam em cursar uma pós-graduação procuram a segurança do emprego público e as bolsas distribuídas pelo Estado. Depois de concluído o curso, esses profissionais deixam o ensino público superior em busca de maiores salários na iniciativa privada. Uma lógica perversa com o setor público que arca com todos os ônus da formação do professor-pesquisador e quem lucra verdadeiramente é o setor privado.

A disponibilidade do mercado global de mão-de-obra qualificada nos países centrais fez com que baixasse de prioridade a educação superior em países como o Brasil e se tornasse seletivo em função das necessidades do mercado. A universidade é transformada num serviço que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento. O direito à educação sofreu uma erosão artificial e a eliminação da gratuidade do ensino e a concessão de financiamentos de créditos educacionais foram os instrumentos de transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores (SANTOS,2003).

Nesse aspecto, percebemos também um processo de transnacionalização da educação e, em especial, da educação superior, com a emergência de um mercado transnacional da educação superior universitária, o qual, a partir do final da década, é transformado em solução global para os problemas da educação por parte do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo Santos “esse processo configura a globalização neoliberal da educação superior brasileira” (SANTOS,2003,p.18).

Para Castells, trata-se de um fenômeno novo apesar das trocas universitárias serem um fenômeno antigo. Nos últimos anos avançou o patamar dessas trocas e a nova transnacionalização é muito mais vasta que a anterior e a sua lógica, ao contrário desta, é exclusivamente mercantil. Esse processo está associado à redução do investimento público em educação, mas, também, a desregularização das trocas comerciais em geral; a defesa quando não há imposição, da solução mercantil por parte das agências financeiras multilaterais; e a revolução nas tecnologias da informação e de comunicação, sobretudo, o enorme poder da *Internet* (CASTELLS,2003).

Porque se trata de um fenômeno global, ele atinge a universidade como bem público tanto na Europa e EUA como no Brasil, mas com conseqüências muito diversas. Os analistas financeiros internacionais responsáveis por orientar os investimentos no mundo todo,

consideraram o setor da educação com características semelhantes às que o setor da saúde tinha nos anos 70 como um mercado gigantesco, muito fragmentado, pouco produtivo, de baixo nível tecnológico, mas com grande procura de tecnologia, com um grande déficit de gestão profissional e uma taxa de capitalização muito baixa.

Santos, alerta que o crescimento do capital educacional tem sido exponencial e as taxas de rentabilidade são as mais altas, além do que, o mercado global da educação está a se transformar numa parte significativa do comércio mundial de serviços. Para este autor as idéias que presidem à futura expansão do mercado educacional são as seguintes:

[...] vivemos numa sociedade de informação onde a gestão, a qualidade e a velocidade da informação são essenciais à competitividade econômica. Dependentes da mão-de-obra muito qualificada, as tecnologias de informação e de comunicação têm a característica de não só contribuírem para o aumento da produtividade, mas também de serem incubadoras de novos serviços onde a educação assume lugar de destaque. A economia baseada no conhecimento exige cada vez mais capital humano como condição de criatividade no uso da informação, de aumento de eficiência na economia de serviços e ainda como condição de empregabilidade uma vez que quanto mais elevado for o capital humano, maior é a sua capacidade para transferir capacidades cognitivas e aptidões nos constantes processos de reciclagem a que a nova economia obriga. Para sobreviver às universidades têm de estar ao serviço destas duas idéias mestras – sociedade de informação e economia baseada no conhecimento – e para isso têm de ser elas próprias transformadas por dentro, por via das tecnologias da informação e da comunicação e dos novos tipos de gestão e de relação entre trabalhadores de conhecimento e entre estes e os utilizadores ou consumidores (SANTOS,2003, p.27).

Nesse sentido, Santos chama a atenção que “a educação pode virar um dos mais vibrantes mercados no século XXI” (SANTOS,2003, p.26). Contudo, Santos alerta que nada disto é possível na constância do padrão institucional e político-pedagógico que domina as universidades públicas na atualidade. Este padrão não permite que as relações entre os públicos relevantes sejam relações mercantis, além do que não permite que a eficiência, a qualidade e a responsabilização educacional sejam definidas em termos de mercado.

Por outro lado, esse modelo não permite que se generalize, nas relações professor-aluno, a mediação tecnológica (assente na produção e consumo de objetos materiais e imateriais), e abra a universidade às pressões dos clientes, ou que a concorrência entre os operadores do ensino seja estímulo para a flexibilidade e adaptabilidade às expectativas dos empregados, a seletividade na busca dos nichos de consumo com mais alto retorno para o capital investido (SANTOS,2003).

Em face disto, para os neoliberais, o atual formato institucional da universidade tem de ser substituído por uma forma empresarial a que devem estar sujeitas tanto às universidades públicas, como as privadas, e o mercado educacional em que estas intervêm deve ser desenhado globalmente para poder maximizar a sua rentabilidade. O favorecimento dado às universidades privadas decorre de elas se adaptarem muito mais facilmente às novas condições e imperativos do mercado e de elas realizarem um forte *lobby* sobre o Estado pela privatização da educação.

São estas as idéias que presidem à reforma da educação proposta pelo Banco Mundial. Muitas destas idéias não são originárias do Banco Mundial, mas a importância que o Banco assume, neste domínio, nos países semiperiféricos como o Brasil reside no modo como sintetiza estas idéias e as transforma em obrigações contratuais nos programas de ajuda ao desenvolvimento. São estas idéias também que orientam o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATT) na área da educação que está atualmente em negociação na OMC (SANTOS,2003).

Para Santos, a posição do Banco Mundial em matéria de educação é talvez das mais ideológicas que o Banco tem assumido, porque, tratando-se de uma área ainda onde as relações não são simplesmente mercadológicas, a investida não pode basear-se em mera linguagem técnica, como a que impõe o ajuste estrutural.

A ideologia disseminada pelo Banco Mundial serve-se de análises sistematicamente contrárias à educação pública para demonstrar que a educação é potencialmente uma mercadoria como qualquer outra e que a sua conversão em mercadoria educacional decorre da dupla constatação da superioridade do capitalismo, enquanto organizador de relações sociais, e da superioridade dos princípios da economia neoliberal para potenciar as potencialidades do capitalismo através da privatização, desregulação, mercadorização e globalização (SANTOS,2003).

Nesse processo a liberdade acadêmica e os professores são vistos como um obstáculo à privatização e responsabilização da universidade ante as empresas que pretendem os seus serviços. Para o Banco Mundial e aqueles que querem a privatização das universidades, o poder deve se deslocar dos docentes para os administradores treinados para promover parcerias com agentes privados. Segundo Santos, o Banco Mundial prevê que o poder dos docentes e a centralidade da sala de aula declinarão inexoravelmente à medida que se for generalizando o uso de novas tecnologias pedagógicas *on line*, sobretudo pela educação à distância (SANTOS,2003).

Em contrapartida, os países semiperiféricos podem contar com a ajuda financeira do Banco Mundial dirigida prioritariamente para a promoção da educação superior privada, desde que reduzam o seu financiamento ao setor público e criem sistemas legais que facilitem a expansão da educação superior privada enquanto complemento essencial da educação superior pública.

Para a surpresa de seus mais entusiasmados eleitores o governo Luis Inácio da Silva mantém a política para a educação de FHC incentivando a criação de empreendimentos privados de educação superior com financiamento público direto, através do BNDES e indireto através da criação de programas de financiamento para a educação superior como o Programa Universidade para Todos (PROUNI). A transformação da educação superior numa

mercadoria educacional é um objetivo de longo prazo e esse horizonte é essencial para compreender a intensificação da transnacionalização desse mercado atualmente em curso<sup>23</sup>.

Por outro lado, a discussão sobre a transnacionalização da educação já está nas agendas das grandes organizações multilaterais como a OMC e no âmbito do GATS<sup>24</sup>. A educação é um dos doze serviços abrangidos por este acordo e o objetivo deste é promover a liberalização do comércio de serviços através da eliminação progressiva e sistemática, das barreiras comerciais, no campo educacional e diversificando a oferta da educação e os modos de transmitir de tal modo que se torne possível combinar o ganho econômico com o maior acesso à universidade (SANTOS,2003).

Pelo acordo de livre comércio do GATTs as nações mais estruturadas como os EUA, Canadá e Inglaterra seriam as fornecedoras da educação superior, enquanto as nações dos países semiperiféricos seriam, simples, consumidoras desses serviços através de quatro grandes modalidades de oferta transnacional de serviços universitários mercantis<sup>25</sup>. A terceira

---

<sup>23</sup> No Brasil, no governo Fernando Henrique Cardoso, o MEC, através do Programa de recuperação e ampliação dos meios físicos das Instituições de ensino superior e em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), viabilizou uma linha de financiamento de cerca de R\$ 750 milhões para instituições de ensino superior, com recursos provenientes de empréstimos do Banco Mundial. Estes recursos foram em grande parte canalizados para as universidades privadas. Desde 1999, o BNDES emprestou R\$ 310 milhões às universidades privadas e apenas R\$ 33 milhões às Universidades públicas.

<sup>24</sup> Nesse sentido, para diversos autores, o único modo eficaz, democrático e emancipatório de enfrentar a globalização neoliberal é contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra-hegemônica. A globalização contra hegemônica da universidade enquanto bem público significa uma reinvenção da universidade que reflita um projeto de país centrado em escolhas políticas que qualifique a inserção do país em contextos de produção e de distribuição de conhecimentos cada vez mais transnacionalizados e cada vez mais polarizados entre processos contraditórios de transnacionalização, a globalização neoliberal e a globalização contra-hegemônica.

<sup>25</sup> A oferta transfronteiriça que consiste na provisão transnacional do serviço sem que haja movimento físico do consumidor. Nela se incluem a educação à distância, aprendizagem *on line*, Universidades virtuais. É por enquanto um mercado pequeno, mas com forte potencial de crescimento. Três grandes Universidades norte-americanas (Columbia, Stanford e Chicago) e uma inglesa (*London School of Economics*) formaram um consórcio para criar a *Cardean University* que oferece cursos no mundo inteiro pela Internet. O consumo no estrangeiro consiste na provisão do serviço através do movimento transnacional do consumidor. É esta atualmente a grande fatia da transnacionalização mercantil da Universidade. Um estudo recente da OCDE calcula que este comércio valia, em 1999, 30 bilhões de dólares. No início de 2000, 514 mil estrangeiros estudavam nos EUA, mais de 54% são originários da Ásia. Só a Índia contribuía com 42 mil estudantes. Esta área, como qualquer das outras, é reveladora das assimetrias Norte/Sul. No ano letivo de 1998 a 1999, apenas 707 estudantes norte-americanos estudavam na Índia (SANTOS,2003,p.58).



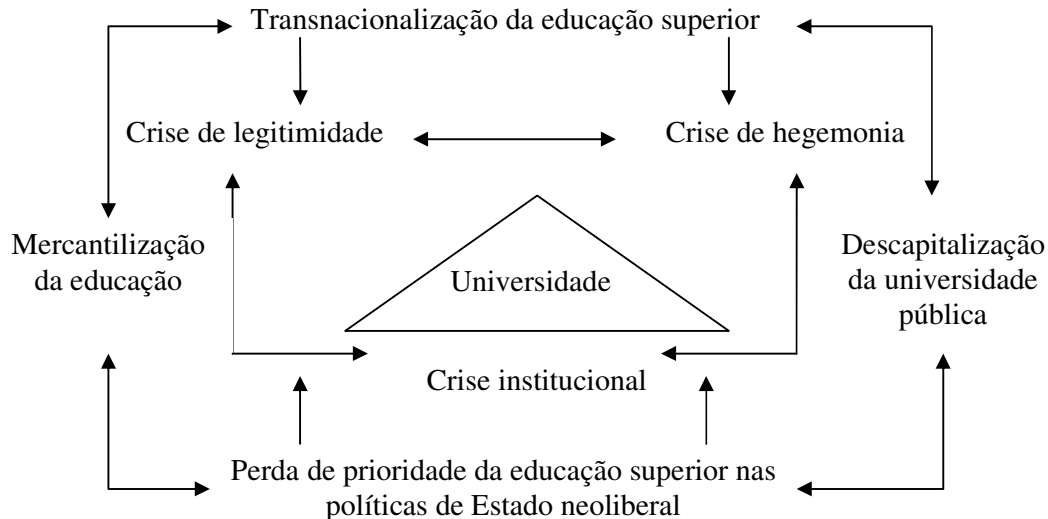
área é a presença comercial e consiste no fato de que o produtor privado da educação superior estabeleça sucursais no estrangeiro a fim de no longo prazo vender os seus serviços.

Estão neste caso os pólos locais ou *campi* satélites de grandes universidades globais e o sistema de franquias (*franchise*) contratando com instituições locais. É uma área de grande potencial e é aquela que mais diretamente choca com as políticas nacionais de educação, uma vez que implica que estas se submetam às regras internacionalmente acordadas para o investimento estrangeiro. Esta é uma área para a qual se prevê um grande desenvolvimento futuro dado a crescente mobilidade de profissionais (SANTOS, 2003).

A imensidão de projetos de mercantilização da educação está patente e poderá no longo prazo significar o fim da educação como bem público. É certo que existirão exceções e esse processo será progressivo, contudo, os países semiperiféricos, como o Brasil, serão fortemente pressionados para assumirem compromissos no âmbito do acordo e muito deles serão forçados a isso como parte dos pacotes de ajuste estrutural e outros afins impostos pelo Banco Mundial, pelo FMI e por países credores e doadores.

Sendo assim, a perda de prioridade e descapitalização das universidades públicas; a mercantilização do ensino, pesquisa e extensão com a expansão do setor privado; o fim da gratuidade; e a transnacionalização do mercado de serviços das universidades; têm contribuído decisivamente para a crise atual da universidade brasileira. Entretanto, não são estas as únicas causas para as crises da universidade.

**Figura 08 – A universidade na sociedade globalizada**



### 2.6.3. Uma Nova Institucionalidade para a Universidade

Conforme demonstramos o lado mais aparente da crise da universidade é a privatização do conhecimento científico por tudo quanto informamos acima. Porém, as mudanças acontecem de forma dialética e para cada ação temos uma reação. Apesar de sua importância a privatização do conhecimento científico é apenas um aspecto do processo de globalização. Existem, também, mudanças que podem ser consideradas positivas e que estão a se contrapor a esse processo de mercantilização da educação superior.

Par e passo a crise na universidade assistimos a organização da sociedade civil em espaços públicos de participação política reinventando a noção de esfera pública. Assistimos, também, a uma revolução nas tecnologias de comunicação e informação aproximando as pessoas do conhecimento. Essas duas questões, principalmente, tem exigido uma nova relação entre universidade e sociedade, entre conhecimento e sociedade, entre saber científico

e saber popular. Portanto, essas mudanças têm alterado profundamente as concepções que temos hoje de universidade e sociedade, conhecimento e produção do saber.

Essas mudanças desestabilizaram o modelo de conhecimento da universidade e apontaram para a emergência de um novo modelo. Hoje em dia, cada vez mais, falamos que não devemos hierarquizar o conhecimento científico, produzido nas universidades, em detrimento de outras formas de conhecimento. As empresas tem sido responsáveis por boa parte das inovações no campo da tecnologia e da organização administrativa, mas, o saber popular tem sido revalorizado e integrado em vários campos da vida humana e de atividade científica.

Nesse sentido, podemos falar na transição de uma concepção monista do conhecimento universitário para uma pluralista. Ao contrário da primeira, a segunda se revela contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe é dada. Como essa aplicação ocorre *extramuros*, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e sociedade<sup>26</sup>.

A concepção pluralista do conhecimento universitário é uma concepção transdisciplinar e, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outras formas de conhecimento (popular, profissional etc), o que torna internamente mais

---

<sup>26</sup>Santos afirma que o conhecimento científico produzido pelas universidades, tem sido até então um conhecimento predominantemente disciplinar cuja autonomia impôs um processo de produção relativamente descontextualizado em relação às carências e necessidades da sociedade. Segundo a lógica desse processo, são os investigadores quem determinam os problemas científicos a resolver, define a sua relevância e estabelece as metodologias e os ritmos de pesquisa. É um conhecimento homogêneo e organizacionalmente hierárquico na medida em que agentes que participam na sua produção partilham os mesmos objetivos de produção do conhecimento, têm a mesma formação e a mesma cultura científica e o fazem segundo hierarquias organizacionais bem definidas. É um conhecimento baseado na distinção entre pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a autonomia do investigador traduz-se numa certa irresponsabilidade social deste em relação à aplicação social do conhecimento. Ainda na lógica deste processo de produção do conhecimento universitário a distinção ente conhecimento científico e outros conhecimentos é absoluta, tal como o é a relação entre ciência e sociedade. A universidade produz conhecimentos que a sociedade aplica ou não, uma alternativa que, por mais relevante socialmente, é indiferente ou irrelevante para o conhecimento produzido (SANTOS,2003) .

heterogêneo e adequado a ser produzido em sistemas abertos, menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica.

Todas as distinções em que assenta o aspecto monista são postas em prova pela visão pluralista do conhecimento e, no fundo, é a própria relação entre ciência e sociedade que está em xeque. A sociedade deixa de ser objeto das interpelações da ciência para ser o próprio sujeito de interpelações à ciência. Aqui a sociedade deixa de ser um mero respondente das ações da universidade e passa a ser sujeito histórico de seu próprio desenvolvimento.

Temos certeza de que no Brasil essa relação tem sido mais freqüente nas parcerias entre universidade e empresas. Mas, em alguns momentos o contexto de aplicação tem sido também cooperativo e solidário, através de parcerias entre pesquisadores e sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais, grupos sociais especialmente vulneráveis, comunidades populares, grupos de cidadãos críticos e ativos.

É um conjunto vasto de novos atores que vão desenvolver uma relação nova e mais intensa com a ciência e a tecnologia e que, por isso, exige uma maior participação na sua produção e na avaliação dos seus impactos. A visão pluralista do conhecimento universitário busca substituir a unilateralidade pela interatividade enormemente potencializada pela rede.

Com base nessas informações podemos concluir que a universidade tem sido colocada frente a exigências diversas, mas com o efeito convergente de desestabilizar sua institucionalidade atual em direção a uma institucionalidade mais aberta e menos hierarquizada. De um lado, há uma pressão privatista, de mercantilização do conhecimento, onde o mercado é concebido como consumidor, utilizador, e até mesmo co-produtor do conhecimento científico.

Essa pressão visa reduzir a responsabilidade social da universidade e sua capacidade para produzir conhecimento socialmente útil e está associada à doutrina neoliberal. Em contrapartida, há uma pressão publicista, social, difusa que estilhaça o espaço

público restrito da universidade em nome de um espaço público muito mais amplo atravessado por confrontos heterogêneos e por questões de responsabilização social mais exigente.

Esta visão publicista é que está a exigir da universidade uma maior abertura as populações vitimas históricas de preconceito e falta de oportunidades. Esta contraposição entre uma pressão privatista e uma pressão publicista não só tem vindo desestabilizar a institucionalidade da universidade, como tem criado uma fratura profunda na identidade social e cultural desta, traduzida em desorientação, em uma certa paralisia disfarçada por uma atitude defensiva, resistente à mudança em nome da autonomia universitária e da liberdade acadêmica.

A proliferação das fontes de informação e as possibilidades atuais de ensino aprendizagem à distância têm alterado a lógica de funcionamento das universidades. A universidade é uma entidade com forte componente territorial bem evidente no conceito de *campus*. Essa territorialidade, combinada com o regime de estudos, torna muito intensa a co-presença e a comunicação presencial.

As novas tecnologias de informação e comunicação que fragilizam essa territorialidade. Com a conversão das novas tecnologias em instrumentos pedagógicos, a territorialidade é posta a serviço da extraterritorialidade e a exigência da co-presença está a sofrer a concorrência da exigência de estar *on line*. O impacto destas transformações na institucionalidade da universidade é uma questão em aberto (SANTOS,2003).

Sabemos que a transnacionalização do mercado universitário assenta nas novas tecnologias de informação e comunicação e que, ao lado das universidades convencionais, está a proliferar o ensino à distância e as universidades virtuais. É também sabido que essa transformação é responsável por mais uma desigualdade ou segmentação no conjunto global das Universidades, a fratura digital. Na opinião de Santos o que falta saber é “em que

medida essa transformação afetará o ensino, a pesquisa e a extensão universitária nos lugares e nos tempos em que elas se tornarem disponíveis e facilmente acessíveis e o impacto que terá a sua ausência nos lugares e nos tempos onde não estiverem disponíveis ou dificilmente acessíveis” (SANTOS,2003,p.51).

Nesse sentido, estamos no curso de elaboração de uma nova institucionalidade para a universidade, mais aberta e menos hierarquizada, fundada numa visão pluralista do conhecimento universitário. Essa concepção deve ter por objetivo central responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, pondo fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo e, portanto, desde muito antes da atual fase da globalização capitalista.

Para Santos, essa nova institucionalidade da universidade tem três protagonistas. O primeiro protagonista é a própria universidade, ou seja, quem nela está interessado numa globalização alternativa. A universidade é hoje um campo social muito fraturado e no seu seio degladiam-se setores e interesses contraditórios. É certo que em muitos países, sobretudo periféricos e semiperiféricos, tais dissonâncias são por enquanto latentes, pois o que domina é a posição defensiva da manutenção do *status quo* e da recusa, quer da globalização neoliberal, quer da globalização alternativa. Em outras palavras, como a conjuntura no país não nos leva a crer que as reformas possam trazer benefícios para sociedade como um todo, os movimentos de esquerda, sobretudo, dentro da universidade optam por barrar qualquer tipo de reforma temendo uma redução de direitos já conquistados.

Essa postura defensiva é conservadora não por defender a manutenção do *status quo*, mas, porque, desprovida de alternativas realistas, acabará por ficar refém dos desígnios da globalização neoliberal da universidade. Para Santos, os universitários que denunciarem

esta posição conservadora e, ao mesmo tempo, recusam a idéia da inevitabilidade da globalização neoliberal serão os protagonistas dessas mudanças da universidade.

O segundo responsável pela resposta aos desafios é o próprio Estado nacional sempre e quando ele optar politicamente pela globalização solidária da universidade. Sem esta opção, o Estado nacional acaba por adotar, mais ou menos incondicionalmente, às pressões da globalização neoliberal e, em qualquer caso, transformar-se-á no inimigo da universidade por mais que os discursos falem o contrário (SANTOS,2003).

O terceiro agente é o cidadão individualmente ou coletivamente organizado, grupos sociais, organizações locais, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais e suas Redes, governos locais progressistas, interessados em fomentar articulações cooperativas entrem a universidade e os interesses sociais que representam. Para Santos, ao contrário do Estado, esse terceiro protagonista tem historicamente uma relação distante e por vezes mesmo hostil com a universidade precisamente em consequência do elitismo e da distância que esta cultivou durante muito tempo em relação aos setores populares da sociedade (SANTOS,2003).

Esse último elemento tem que ser conquistado por via da resposta à questão da legitimidade, ou seja, por via do acesso não classista, não racista, não sexista e não etnocêntrico à universidade e por todo um conjunto de iniciativas que aprofundem a responsabilidade social da universidade na linha do conhecimento plural (SANTOS,2003).

Neste processo de desestabilização do modelo atual monista de produção do conhecimento universitário, por um novo modelo fundado numa visão pluralista e transdisciplinar do conhecimento a extensão universitária passa a ter uma importância fundamental na medida em que viabiliza a interatividade entre o conhecimento universitário com outras formas de conhecimento. Por outro lado, a articulação desse conhecimento deve ser feito através de sistemas abertos (redes) de organização menos rígidos e hierárquicos.

*Reinvenção e ampliação da extensão universitária.* No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, uma reforma democrática da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão, com valorização nos currículos e nas carreiras dos docentes, e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Nesse sentido, a extensão pode cobrir uma vasta área que atinge grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidades locais ou regionais, governos locais, o setor público e setor privado. Além desses parceiros há também toda uma outra área que tem a sociedade como destinatária. Para que a extensão cumpra este papel é preciso evitar que ela seja orientada para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários. Neste caso, estaremos perante uma privatização da universidade. Para evitar isso, as atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão social e da discriminação social e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados (SANTOS,2003).

Uma extensão universitária consiste na definição e execução de projetos e programas com ativo envolvimento das comunidades, movimentos sociais, organizações populares, ONG's, no enfrentamento de problemas cuja solução podem beneficiar dos resultados da pesquisa e da extensão. Sob esse aspecto, os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção de conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via do mercado. A



luta contra a mercantilização e transnacionalização da universidade só é possível com a construção de uma alternativa que marque socialmente a utilidade social da universidade, mas formule essa utilidade de modo contra-hegemônico (SANTOS,2003).

*Organização da extensão universitária em rede.* Que diz respeito à articulação da extensão em rede é preciso criar uma nova institucionalidade. É preciso reformar a extensão universitária desde o seu conceito até a sua *práxis*. É preciso afirmar a identidade da universidade como espaço público onde o debate e a crítica sobre o longo prazo das sociedades se pode realizar com menos restrições do que é comum no resto da sociedade. È por isto que se faz necessário implementar na universidade uma nova institucionalidade visando fortalecer a legitimidade da universidade num contexto da globalização alternativa. É nesse cenário que a idéia de rede, de democratização da universidade interna e externa e a avaliação participativa ganham vigor.

Para Santos, a primeira idéia que surge é a necessidade de criação de redes locais, estaduais, regionais, nacionais e mundiais de universidades, sobretudo, as universidades públicas. Segundo este autor, em quase todos os países existem associações de universidades que estão longe de constituir uma rede como ele vem sendo proposta na ciência política atual. Na maioria dos casos não passam de grupos de pressão que reivindicam coletivamente benefícios de que só individualmente se apropriam (SANTOS,2003).

É necessário que o conhecimento produzido pela universidade passe a ser produzido em rede, o que significa que nenhum dos nós (*clusters*) da rede pode assegurar por si qualquer das funções em que se traduz esse bem, seja ele a produção de conhecimento, a formação graduada e pós-graduada ou a extensão. Isto implica uma revolução institucional e uma revolução nas mentalidades. As universidades foram desenhadas institucionalmente para funcionar como entidades autônomas e auto-suficientes. Mas, essa nova realidade em rede está a exigir mudanças.

A cultura da autonomia universitária e da liberdade acadêmica, apesar de declarada publicamente em nome da instituição contra atores externos, tem sido freqüentemente usada, no interior do sistema universitário, para insuflar as instituições entre si. Para Santos, onde existe, a competição pelo *ranking* incentiva à separação e, como é feita a partir das desigualdades existentes num dado momento e sem nenhuma medida compensatória, tende a aguçar ainda mais o topo da pirâmide e, com isso, aprofundar a segmentação e a heterogeneidade (SANTOS,2003).

Assim a construção de uma rede de universidades implica no compartilhar conhecimentos, saberes, recursos, equipamentos, mobilizar estudantes e professores na rede com a possibilidade de construção de planos, projetos e programas de forma coletiva, além da adoção de uma avaliação participativa realizada pelos integrantes da rede, valorizando as especificidades locais. A rede não apaga as especificidades locais, ao contrário, tende a valorizá-las no interior da rede.

Uma cultura de rede tem como objetivo fortalecer a universidade no seu conjunto ao criar mais polivalência e descentralização. A reforma com vista a uma globalização solidária da universidade como bem público, deve partir da solidariedade e da cooperação no interior da rede de universidades, que deve estar integrada com universidades estrangeiras e apostar nas formas de integração que valorizem o cidadão e não o mercado. Obviamente que essas relações já existem, só que precisam ser intensificadas até o ponto de serem tão constitutivas da rede que deixam de ser consideradas exteriores.

Para Santos, não se trata de levar as universidades de excelência a partilhar de tal modo os seus recursos que possa por em causa essa mesma excelência. Trata-se antes de multiplicar o número de universidades de excelência, dando a cada uma a possibilidade de desenvolver o seu potencial de nicho com a ajuda das demais. Ao contrário do que é corrente pensar-se, num contexto de globalização neoliberal, a concentração da pesquisa e da pós-

graduação em poucas universidades ou centros de excelência expõe a universidade a grandes vulnerabilidades, sobretudo, nos países semiperiféricos (SANTOS,2003).

À reinvenção da universidade cabe incentivar, estimular, induzir, favorecer a formação de uma rede. Com certeza muitas coisas podem ser feitas nesse sentido. Contudo, é preciso saber que uma rede não se cria por decreto. Os esforços devem estar no sentido da construção de uma cultura de redes nas universidades eliminando, sobretudo, os obstáculos a ela. Uma vez criada a rede, o seu desenvolvimento estará sujeito a princípios básicos como densificar, democratizar, qualificar etc. A teoria das redes fornece pistas organizacionais excelentes que analisaremos mais adiante. Essas redes poderão ser multiníveis e multiescalares, devem fomentar a formação de núdulos (clusters) e, em geral, promover o crescimento de multiconectividade entre as universidades, os centros de pesquisa e de extensão.

A universidade pode então ser considerada como uma rede de conhecimentos e de práticas acadêmicas e científicas que se inter-relacionam em uma rede voltada para a produção e socialização do conhecimento. Essa rede se relaciona de forma dialógica e dialética, congregando professores, estudantes, ONG's, movimentos sociais e comunidade, que pode ser vista tanto na reflexão como na ação da universidade desde os primórdios até os dias atuais. Desta forma, há uma dinâmica na universidade, presente na extensão, na pesquisa e no ensino, que pressupõe o confronto da universidade com a realidade, isto é, com o ambiente econômico, social e cultural, que nela se entrelaçam provocando mudanças na sua forma de pensar e agir.

É por este motivo que Leonardo Boff, citando Paulo Freire, na Aula Magna proferida no *Seminário Desafios Contemporâneos aos Direitos Humanos* afirmou que: “ninguém ensina nada a ninguém. Ninguém aprende nada com ninguém. Os homens e mulheres aprendem juntos em interação com a realidade” (registro em Diário de Campo).

Portanto, a universidade é uma rede dentro da rede social de um país, refletindo de modo geral o padrão das relações sociais, contribuindo decisivamente para a sua reprodução, legitimando e sendo legitimada pela sua importante função educativa, nutrindo-se das atividades de produção e socialização do conhecimento. A extensão, por sua vez, é uma rede ou sub-rede dentro da universidade e esse padrão de relacionamento e organização corresponde a fractalidade de todas as redes sociais. Entretanto, é importante ressaltar, que as redes existentes nas universidades não legitimam ou reproduzem, exatamente, aquelas existentes na sociedade, ao mesmo tempo em que, a universidade não pode se contrapor ao movimento da sociedade, sob o risco do anacronismo ou extinção.

A universidade deve ser autônoma. Em razão de sua autonomia, a universidade não se submete mecanicamente a todo e qualquer movimento da sociedade ou do Estado. É essa capacidade de inter-relação com o meio, ao mesmo tempo se afirmando como autônoma, que constitui o desafio primário de uma universidade que se quer autônoma, engajada e criativa. Há precisamente um sistema de interações recíprocas e recorrentes, muitas vezes, conflituosas entre universidade e sociedade, ou seja, o processo histórico de desenvolvimento da universidade é influenciado pelo processo histórico da sociedade, assim como a universidade consegue influenciar o desenvolvimento da sociedade. A universidade deve ser capaz de manter um processo de desenvolvimento em interação com o seu meio, sustentando essa dialógica com o outro, ou seja, a sociedade e o Estado. É a universidade necessária ao seu tempo e a sociedade.

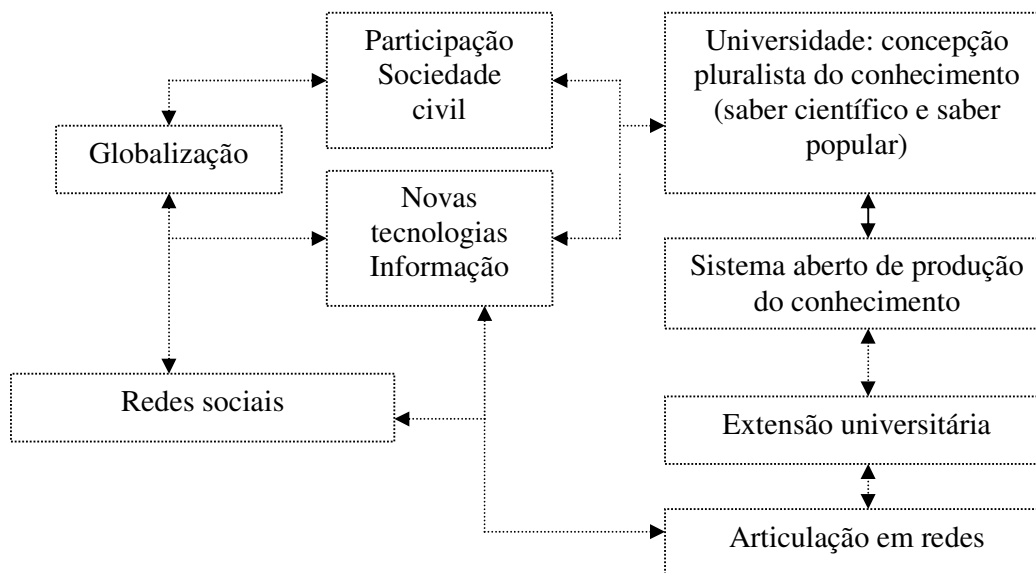
A cultura produzida fora dos muros da universidade, enquanto força do fora, desequilibra a universidade em sua tendência a repetição do instituto. Dentro da universidade as forças conservadoras que se recusam a aceitar a mudança, que se bate pela perpetuação de valores, enfrenta a força opositora da mudança. E a universidade ganha, com isso, uma dinâmica de criação a partir da inclusão do que se defina antes como fora da instituição.

Assim, ela se nutre do que lhe era até então estranho, afirmando-se como processualidade instituinte então só realidade instituidora.

Deste modo, a construção de modelo é o resultado de uma relação entre a atividade racional e o mundo, portanto, está sempre atravessada de alguns pressupostos inerentes a atividade teórica. Nesse sentido, universidade e sociedade podem ser compreendidas como redes sociais dinâmicas e autônomas. Seguindo essa linha de raciocínio a sociedade é tanto uma totalidade, detentora de outras sub-redes dinâmicas, incluindo a universidade, quanto como um meio no qual a universidade opera como uma rede autônoma. A fronteira, neste caso específico, não é uma barreira física (os muros da universidade), mas uma dinâmica, um fazer diferenciado, mantido tanto pelas relações sociais e acadêmicas dentro da universidade como pela afirmação de sua autonomia. Portanto, a concepção da universidade como um tipo de rede – ou como uma sub-rede de uma outra rede maior – a sociedade, demanda que façamos, enquanto observadores, uma distinção entre ambos – a especificação de uma fronteira.

A extensão enquanto função da universidade diferencia-se do ensino e da pesquisa na medida em que os membros da universidade e da sociedade procuram se relacionar de forma solidária na perspectiva de solução de seus problemas sejam eles por qual natureza for. Assim, os membros da comunidade universitária e aqueles da comunidade em geral, desafiados pelo mundo, buscam na ação, a consecução dos mesmos objetivos, a resolução de um problema.

**Figura 09– Nova institucionalidade na universidade: produção do conhecimento universitária em sistemas abertos (redes), concepção pluralista de produção do conhecimento.**



O que é privilegiado nesse tipo especial de relação não é o problema, mas sim a ação, a *práxis*. Assim, a extensão se define na ação como ação e não no resultado esperado que é a resolução de um problema. Ainda que mediatizada por um problema ou pelo mundo, a ação extensionista não é dirigida para, ou sobre os objetos e, sim, para ou com as pessoas, das quais se espera uma transformação cultural e, portanto, do mundo. Deste modo, a extensão universitária incita, confere e reforça a relação entre universidade e sociedade.

### 3. METODOLOGIA

---

#### 3.1 O PROBLEMA E AS QUESTÕES DA PESQUISA

Como vimos, nas últimas décadas as sociedades modernas têm passado por profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que atingem todas as suas instituições e, em especial, as universidades<sup>27</sup> que vivem um clima de crise e expectativa. Diante disso, multiplicam-se encontros, debates, planos e propostas para definir os rumos da universidade no Brasil, sobretudo, no que diz respeito as suas atuais funções: ensino, pesquisa e extensão. No caso particular da extensão universitária, os principais estudiosos do assunto são unânimes em afirmar que a extensão universitária vive um momento de profunda reformulação nos seus aspectos teóricos, metodológicos e políticos.

Esse momento de reformulação tem por base o fato de que a extensão universitária se apresenta como um dos caminhos mais promissores para a construção de uma universidade mais democrática e solidária, que nos conduza a uma educação mais pluralista, transgressora e emancipatória, que garanta as futuras gerações o direito de repensar o mundo de forma mais ética e responsável, em uma sociedade globalizada e neoliberal como a nossa.

---

<sup>27</sup> Tratando-se da universidade e de IES cumpre fazer logo uma advertência inicial em razão da complexidade do tema abordado. Se tomarmos por referência certos indicadores usuais, como origem, funcionamento, forma jurídica, relações com a sociedade e o Estado, tanto as universidades como as Instituições de Ensino Superior (IES) se identificam por processos e estruturas bem diferenciados, a não ser em casos especiais, em quaisquer partes do país. No entanto, se analisarmos questões mais gerais dos condicionantes externos e internos, perspectivas teóricas e práticas realizadas, pessoas que as compõem, natureza de projetos desenvolvidos, e outros elementos que poderiam ser agregados, há um conjunto expressivo de componentes convergentes e inúmeros desafios comuns. É por essa ótica que o presente trabalho é orientado. Buscamos perceber aproximações, vínculos, aspirações, ações, problemas, sonhos e utopias que movem protagonistas nas instituições públicas, privadas e comunitárias, embora o trabalho trate mais da realidade das públicas, que têm uma maior tradição nesse campo. Portanto, o presente trabalho se aplica à realidade das universidades, mas, também, dos centros universitários e dos institutos isolados de ensino superior. Por este motivo, ao nos referirmos às universidades, estaremos utilizando indistintamente o termo universidade para designar as universidades, em sentido estrito, os centros acadêmicos e os institutos isolados de ensino superior.

Essa convicção está lastreada no fato de que a extensão universitária se apresenta como um *locus* privilegiado da relação universidade e sociedade, além de ser, por sua natureza, diversificada, transdisciplinar, participativa e articuladora de aspectos educativos (ensino), investigativos (pesquisa) e comunicativos (extensão). Nesse sentido, Luiz Eduardo Wanderley, ex-reitor da PUC/ São Paulo, preleciona:

[...] é na extensão que, ao menos aparentemente, se alicerçam colaborações mais amplas entre universidade e sociedade. Se entendermos essa noção, simplesmente, como o conjunto de atividades que envolvem membros das comunidades universitárias realizadas fora dos *campi* como um “esticamento” das atividades de ensino e pesquisa, sob a direção das próprias ONG’s ou não, tem sido historicamente um *locus* especial de serviços que as universidades prestam a essas organizações (WANDERLEY:2002p124).

Por outro lado, a extensão universitária é uma função da universidade que, além das características descritas acima, possui especificidades que permitem a ruptura com vários mitos acadêmicos. Ela se constitui num campo de atuação estratégico na medida em que pode possibilitar uma reforma universitária de baixo para cima. Nesse sentido, acreditamos que o espaço da extensão universitária, se corretamente ocupado, poderá provocar uma verdadeira revolução no meio acadêmico.

Em verdade, na medida em que comunidade se aproxima da universidade, via extensão universitária, acaba experimentando-a, modificando-a e reinventando-a. Ao usarmos a universidade de muitas maneiras acabamos por recriá-la, pois, a comunicação consciente é o que faz a especificidade biológica da espécie humana, e ao nos comunicarmos com a universidade nossas vidas são profundamente afetadas por ela, ao mesmo tempo em que, influenciemos e modificamos essa instituição milenar. No extremo oposto, a ausência de diálogo com a universidade a torna para a sociedade um elemento estranho e por vezes uma ameaça.

De um outro ângulo, as novas tecnologias da informação que atingem o mundo estão a exigir dos extensionistas uma nova postura. A busca por metodologias mais



participativas e a inter-relação em rede surgem como novos desafios às universidades e a sociedade como um todo. Contudo, para que isto seja efetivado é preciso rever a extensão universitária desde o seu conceito até a sua *práxis*. É preciso discutir um novo conceito para a extensão universitária que possibilite essa inter-relação com a comunidade sem, contudo, abrir mão de sua identidade.

No Brasil as discussões sobre a (re) construção conceitual da extensão universitária, têm ficado a cargo da comunidade acadêmica, principalmente, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). O FORPROEX que sempre direcionou as discussões sobre a extensão universitária no país para a necessidade de formulação de uma política nacional que tivesse como objetivo a criação de um sistema nacional. Para muitos pró-reitores de extensão, a falta de uma política e de um sistema de extensão universitária no país é o principal entrave ao desenvolvimento dessa função nas universidades brasileiras, sejam elas públicas ou privadas.

Nessa perspectiva, no Plano Nacional de Extensão Universitária (PNE/1999), elaborado pelo FORPROEX, está presente a idéia de criação de um sistema nacional de extensão universitária a ser apoiado e financiado pelo MEC através da Secretaria de Educação Superior (SESU). É proposta também do FORPROEX a instituição de um programa nacional de fomento à extensão, custeio e bolsas de extensão que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelas universidades públicas e pela sociedade civil, dentro das áreas consideradas prioritárias.

Por fim, a organização prevista no PNE/1999 estabelece a implantação de um sistema nacional de educação continuada e à distância, incluindo as IES, através do desenvolvimento de mecanismos de interlocução com a Secretaria Nacional de Educação à distância do MEC. A idéia de criação de um sistema nacional de extensão universitária vem

sendo endossada pela Secretaria de Ensino Superior (SESU) e pela Secretaria de Extensão Universitária, ambas, do MEC. Contudo, até agora, essa proposta não se efetivou na prática.

Acreditamos também na importância da criação de um sistema nacional de extensão universitária no Brasil, contudo, discordamos do modelo defendido pelo FORPROEX e pelo MEC no PNE/1999 e em diversas discussões sobre o tema. A idéia de um sistema burocrático-legal, piramidal, fechado e com normas e hierarquias vinculantes, como acontece nos dias atuais nas instituições de ensino superior, não corresponde mais à realidade encontrada em várias estruturas sociais, inclusive, na extensão universitária que requer estruturas mais horizontalizadas, flexíveis para se desenvolver. Contudo, essa estrutura mais flexível esbarra na cultura burocrática de nossas instituições públicas.

Para o FORPROEX a criação de um sistema nacional de extensão universitária no Brasil poderia significar a consolidação de sua hierarquia no cenário da extensão e o reconhecimento como órgão normativo do sistema. Entretanto essa postura vem sendo amplamente criticada pelas universidades comunitária e particulares organizadas em seus respectivos fóruns de extensão. Esse processo de disputa ficou claro durante o I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), quando o Fórum das IES comunitárias e o Fórum das IES particulares, fizeram duras críticas ao FORPROEX pela falta de espaço e não reconhecimento do trabalho de extensão das IES comunitárias e particulares<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> As universidades particulares e comunitárias vêm questionando as ações do FORPROEX desde o lançamento do PNE/1999. Para essas organizações o PNE/1999 foi feito pelas universidades públicas para as universidades públicas e o fórum de extensão deveria ser de todas as universidades, como acontece com a graduação, e não só das públicas. O FORPROEX se defende afirmando que as universidades públicas precisam ter um espaço próprio para discussão de sua agenda. Sem conseguir mudar a estrutura do FORPROEX as universidades comunitárias partiram para se organizar em seus fóruns específicos. Segundo os dirigentes do *Fórum das IES brasileiras*, durante o I CBEU as universidades Cruzeiro do Sul (SP), Amazônia (PA), Cuiabá (MT), São Marcos (SP), Tuiuti do Paraná (PR), Tiradentes (SE), Gama Filho (RJ) e Centro Universitário Newton Paiva (MG), percebendo a força e a organização das universidades públicas nesse setor, decidiram pela necessidade de constituição de um amplo espaço de debate, no qual as diretrizes conceituais da extensão do ensino superior pudessem receber contribuições de todas as Instituições de Ensino Superior Brasileiras, sem distinção quanto ao seu regime estatutário. Assim como as IES particulares as IES comunitárias também criaram o seu fórum sobre Extensão para representar seus interesses no cenário nacional da Extensão. O *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias*, fundado em 1999, conta hoje com 51 instituições filiadas, e objetiva analisar, debater, propor políticas, estratégias e questões relativas à Extensão e à ação comunitária de interesse de seus membros e, ainda, buscar o entendimento com os órgãos

Deste modo, quando falamos na construção de um sistema para extensão duas possibilidades vêm à tona. A primeira estaria mais relacionada à cultura burocrática de nossas instituições com a criação de um sistema piramidal, verticalizado, com hierarquias bem definidas, e normas e regulamentos vinculantes. A segunda possibilidade seria a organização de um sistema menos hierarquizado, horizontalizado e mais flexível com o formato de uma rede, baseado nas iniciativas espontâneas e setoriais da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada.

Como já dissemos na parte sobre a universidade, a produção do conhecimento universitário necessita ser feito hoje em dia em um sistema aberto que reconheça não ser a universidade o centro do conhecimento. Existem outras formas de saber (saber popular) que estão fora da universidade e precisam ser integradas a produção e difusão do conhecimento universitário numa perspectiva não hierarquizada e em interação com a realidade. Além disso, no que tange as questões sociais, precisamos passar de uma noção do sujeito individual do direito para uma noção que contemple o sujeito coletivo de direito. Todas essas questões são fundamentais para que a universidade possa recuperar seu compromisso social com a sociedade, tanto no envolvimento direto com as graves questões sociais, como em uma formação do discente mais humana, pública e menos orientada para o mercado.

A produção e gestão desse conhecimento precisam ser feitas de forma democrática, respeitando-se os princípios de participação social e política. E a forma que permite melhor isso, nos dias atuais, é o modelo de organização em rede. Tanto do ponto de vista individual como coletivo as redes se apresentam como um importante recurso organizacional para as democracias modernas. Daí a noção de que o sistema que deve ser adotado por uma política de extensão universitária no Brasil, deve ser um sistema aberto em forma de rede.

A noção de sistemas chega a nós, em princípio, a partir dos trabalhos do biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy, publicado entre 1950 e 1968, donde surgiu a Teoria Geral dos Sistemas (TG's) que não procura resolver problemas ou tentar soluções práticas, mas produzir teorias e formulações conceituais que possam criar condições de aplicações na realidade empírica. Um dos mais completos conceitos de sistema é o de Khandwalla, citado por Chiavenato:

[...] é um conjunto de elementos interdependentes e interagentes; um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado e cujo resultado (*output* = saída) é maior do que o resultado que as unidades poderiam ter se funcionasse independentemente. O ser humano, por exemplo, é um sistema que consiste em um número de órgãos e membros e somente quando estes funcionam de modo coordenado o homem é eficaz. Similarmente, pode-se pensar que a organização (empresa) é um sistema que consiste em um número de partes integrantes. Por exemplo, uma firma manufatureira tem uma seção devotada à produção, outra às vendas e uma terceira, às finanças e várias outras. Nenhuma delas é mais do que as outras em si. Mas quando a firma tem toda essas seções, e quando elas são adequadamente coordenadas, pode-se esperar que elas funcionem eficazmente e façam lucro (KHANDWALLA apud CHIAVENATO, 1983, p.360).

Desta definição conclui-se que sistema é um conjunto de partes relacionadas entre si para atingir determinado objetivo. Percebe-se, assim, claramente as partes, seu funcionamento harmônico e algo a se alcançar. Todo sistema, composto de vários subsistemas, faz parte de ou é integrado a um sistema maior (super ou supra-sistema).

- I. Esta totalidade e integridade são as características principais do sistema, cujo funcionamento supõe a existência de entrada de insumos (*inputs*), é tudo que o sistema importa do meio ambiente
- II. operações ou processo (*process*), todo sistema processa ou transforma as entradas e produzem saídas;
- III. saída ou resultados (*outputs*), é tudo o que o sistema exporta para o meio ambiente;
- IV. retroação ou retroalimentação (*feedback*), é a reentrada ou retorno de parte

das saídas que influenciam seu funcionamento (CHIAVENATO, 1983).

Pode ser feita a seguinte classificação dos sistemas:

- I. abertos, o intercâmbio com o meio ambiente é muito grande, como, por exemplo, as empresas, as pessoas e todos os seres vivos;
- II. fechados, quando o intercâmbio é pequeno com poucas entradas e saídas limitadas e previsíveis, como, por exemplo, os sistemas mecânicos, máquinas e equipamentos;
- III. concretos, ou físicos (*hardware*) composto pelas partes físicas e concretas, como, por exemplo, máquinas e equipamentos, prédios etc;
- IV. abstratos ou conceituais (*software*) como os regulamentos, políticas, diretrizes, normas, programas etc.

Pelo exposto, então todo sistema é uma combinação de partes reunidas para concorrer a um resultado, ou de modo a formar um conjunto, ou, ainda, como diz o Aurélio um conjunto de elementos materiais ou ideais, entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação (AURÉLIO, 1989). Por sua vez, o conceito legal de sistema na educação, ainda é o conceito de sistema de ensino, que faz parte da Constituição Federal de 1988 e da Lei 9394/96 (LDB) e foi interpretado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), hoje substituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O conceito de sistema de ensino aparece na súmula número 04 do CFE que preleciona:

[...] sistema de ensino seria a síntese de idéias sobre como se organiza e se administra e se entrosa a educação. Compreenderia toda a estrutura, a organização administrativa, as várias categorias de instituições públicas e privadas dos diferentes graus: a articulação entre os diferentes níveis, o processo de acesso, os cursos terminais e as opções de continuação e graus superiores, desde a escola maternal até os estudos pós-doutorais; o grau de participação do poder público na ministração do ensino; na fiscalização do ensino de iniciativa privada; o financiamento da educação, os incentivos a dados cursos de maior interesse para a comunidade; a obrigatoriedade da escola até certa idade ou até certo nível; enfim, a organização, o controle e o financiamento de toda a Rede, dentro de uma política educacional, isso

constitui, parece-me, o sistema de ensino de um Estado (BRASIL, Conselho Federal de Educação, Súmula nº 04).

Para Savianni a noção de sistema caracteriza-se por: intencionalidade, unidade, variedade, coerência interna e coerência externa. Ele mesmo explica:

[...] a intencionalidade implica os pares antitéticos sujeito-objeto, consciência-situação (toda consciência é consciência de alguma coisa). A unidade se contrapõe à variedade, mas também se compõe com ela para formar o conjunto. A coerência interna, por sua vez, só pode se sustentar desde que articulada com a coerência externa. Do contrário, ela será mera abstração. Por descuidar do aspecto da coerência externa é que os sistemas tendem a desvincular do plano concreto esvaziando-se em construções teóricas (SAVIANNI, 1996, p.77).

Segundo Saviani o termo sistema educacional no Brasil é empregado de forma equivocada, porque não se tem coerência no sistema brasileiro, e a coerência é uma de suas características essenciais. Esta impropriedade não deixa de atingir a consciência dos analistas da educação brasileira, chegando alguns a externar o quanto soa falso chamar a estrutura educacional brasileira de sistema (SAVIANNI, 1996).

Werebe afirma que o nosso sistema educacional não resulta de um plano nacional de educação, mas vem sendo estruturado, através dos tempos, com a criação de instituições escolares, nos vários graus de ensino, com a introdução de reformas, em geral fragmentadas que, bem ou mal, tinham definido as posições dos diferentes cursos, disciplinados e sistematizados o que se criava e consolidava e estabelecendo a articulação entre graus e cursos. Em conseqüência, esse sistema educacional não representava um verdadeiro sistema, pois faltava-lhe unidade e ordenação. Era antes um conjunto de escolas, dos três graus de ensino, mal integradas no todo, funcionando por isso, sem harmonia (WEREBE, 1998).

Portanto, afirma Savianni, embora se denomine a organização educacional brasileira de sistema, a verdade é que não existe sistema educacional no Brasil. O que existe é Estrutura. Isso ocorre em razão da importação de modelos e na improvisação. Todas as

soluções apontadas até hoje, salvo raras exceções, foram transplantadas sem levar em conta as exigências reais da situação, o que caracteriza uma falta de planejamento que cada vez mais enfraquece as esperanças depositadas na educação. Para Savianni (1996, p.63) “ora, se a educação brasileira se baseia em teorias, métodos e técnicas importados ou improvisados, isso significa que o Brasil não tem sistema educacional” .

Portanto, à construção de um sistema de educação no Brasil tem sido alvo de duras críticas de diversos estudiosos, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista teórico. A idéia de integração da educação nacional em um sistema nacional é baseada em um paradigma forjado na década de 50 pelo Movimento da Escola Nova, contudo, até hoje o Brasil não conseguiu sucesso nesse terreno. Se as dificuldades para criação de um sistema já são grandes no campo do ensino, na extensão apresenta dificuldades ainda maiores.

Em primeiro lugar, as dificuldades já começam na construção de um consenso entre IES públicas, IES particulares e IES comunitárias. As diferenças de concepções são muito grandes e os interesses não são convergentes. Um exemplo claro disso é a cisão da extensão universitária em três fóruns de extensão, onde cada um defende seus interesses específicos. Por outro lado, dentro das universidades existem uma multiplicidade de iniciativas de extensão universitária e a construção de um sistema poderia ameaçar essa diversidade.

Ao que tudo indica a proposta de sistema de extensão universitária defendido pelos dirigentes das universidades públicas no PNE/1999 corresponde a um tipo de sistema fechado, com pouco intercâmbio, hierarquias bem definidas e normas vinculantes. Isso não nos causa nenhuma estranheza porque corresponde ao modelo dominante de burocracia presente ainda no serviço público como em diversas organizações da sociedade civil como os sindicatos que se organizam, do nível mais alto ao nível mais baixo, em níveis hierárquicos como confederações, federações e sindicatos.

Contudo, esse modelo burocrático de organização social vem sendo superado por um sistema aberto, onde o intercâmbio com o meio ambiente é muito grande, a exemplo dos seres vivos. Está claro, que uma nova visão do conhecimento, mais pluralista, requer a construção de sistemas abertos e menos hierarquizados de produção do conhecimento. Deste modo, entendemos que o movimento de extensão universitária no Brasil, sobretudo na base, vem se organizando em redes à semelhança do que acontece hoje com os movimentos sociais.

A organização em forma de rede tem a seu favor o fato de que suas relações são mais participativas e horizontalizadas e as hierarquias, quando postas, são de uma forma bem mais leve. Outro fator importante para a estrutura de rede é o fato de que elas são mais colaborativas e solidárias do que estruturas com hierarquias mais rígidas.

Segundo seus principais defensores, entre eles Mance, essas redes podem converter-se em uma estratégia de organização da sociedade pós-capitalista, através da implantação de redes sociais as quais as pessoas se articulam em laços de afinidade e realimentação. Nesse sentido nossa concepção em relação à política e gestão da extensão universitária, passou a ser a de que a noção de um sistema burocrático e fechado de extensão universitária vem sendo substituída por uma noção de organização espontânea em fóruns e redes de extensão universitária, em razão das transformações verificadas na estrutura social, proporcionadas pelo avanço das novas tecnologias de comunicação e informação, e pelo surgimento de uma rede de movimentos sociais e ONG's como novos atores na cena social. Como afirma Santos (2003):

[...] de par com a globalização neoliberal, e em grande medida por reação a ela, está emergindo uma outra globalização, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição ambiental e da biodiversidade, o desemprego, a contra reforma agrária, as violações dos Direitos Humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal. A globalização alternativa é formada pelos movimentos de resistência e de



formulação de alternativas por parte das classes populares e dos grupos sociais subalternos em vários domínios sociais.

Segundo Mance (1999), a revolução proporcionada por essas redes poderá permitir uma autônoma transformação cultural da universidade em que se implanta, afirmando-se uma ética e uma visão de mundo mais solidária. A expansão de redes de colaboração solidária locais, regionais, nacionais e mundiais tende a permitir uma democrática construção de uma viável alternativa pós-capitalista à globalização em curso, possibilitando o desenvolvimento sustentável que tenha como horizonte imediato e último à expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente, referenciadas.

Na opinião de Manuel Castells todo esse processo representa a emergência de um novo paradigma social lastreado nas novas tecnologias da informação e comunicação, do qual resultariam uma nova estrutura social (a sociedade em rede) uma nova economia (a informacional global) e uma nova cultura (a virtualidade do real). Na perspectiva defendida por Castells, as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura, inclusive, dentro das universidades (CASTELLS, 2003).

Na perspectiva que interessa as universidades, as redes não se confundem com um conjunto de instituições, entidades e organizações, mas sim com uma nova maneira de se organizar, atuar, de formar parcerias e alianças de responder as necessidades de transformação social. Portanto, a nova morfologia das redes atinge drasticamente as universidades, sejam elas públicas e privadas, redefinindo suas estruturas e relações de poder. A importância da rede cresce na medida em que o processo caminha na direção da ampliação da relação universidade e sociedade via participação ativa de atores como movimentos sociais, ONG's e entidades populares.

Sendo assim, dedicamos os últimos anos a investigar, mediante uma metodologia de pesquisa-ação, a formação de redes de extensão universitária no Brasil, mapeando seus principais pontos (*clusters*) e padrões. Nosso interesse foi verificar em que medida essa nova forma de organização social rompia com as formas tradicionais de organização da extensão universitária e representava avanços no campo da cidadania e da democracia. Nesse sentido, nossa análise sobre as redes de extensão universitária no Brasil nos levou a formular o seguinte problema de pesquisa: **Como a organização da extensão universitária em rede pode contribuir para a efetivação do compromisso social da universidade em construir e socializar conhecimentos, atitudes e valores que tornem os indivíduos (cidadãos) mais éticos, solidários e participativos em uma perspectiva emancipatória?**

Partimos do princípio de que, para que a extensão universitária seja emancipatória é indispensável socializar o saber sistematizado, historicamente, acumulado, como patrimônio universal da humanidade, fazendo com que esse saber seja criticamente apropriado pelos indivíduos, que já trazem consigo o saber popular, o saber da comunidade em que vivem e atuam. A interligação e a apropriação desses saberes pelos indivíduos e pelas comunidades representam, certamente, um elemento decisivo para o processo de democratização da própria sociedade e emancipação dos sujeitos.

A extensão universitária poderá dessa forma, não apenas contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou de grupos sociais privados de bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa sociedade.

Nesse sentido, **nossa hipótese central foi a de que essas redes e fóruns colaboram para a construção da cidadania e da democracia a partir da interconexão múltipla de seus membros e se apresentam como um significativo recurso**

**organizacional, tanto pelo ângulo das relações pessoais quanto pelo ângulo da estruturação social, para superação dos obstáculos impostos a ela, sejam eles geográficos, hierárquicos, culturais, econômicos, políticos ou sociais.**

Segundo Boaventura (2004), para uma melhor operacionalização do problema, ele deve ser desdobrado em questões que possibilitem a sua compreensão e funcionalidade, permitindo o emprego de instrumentos, de técnicas e de processos de investigação como entrevistas, questionários, formulários, observações etc. Sendo assim, o problema de pesquisa formulado deu origem as seguintes questões.

Em primeiro lugar, as redes, mais do que uma eficiente estratégia organizativa de empresas, de entidades civis, de movimentos sociais ou de universidades surgem como atores coletivos que estão construindo um novo contrato social que exige a justa distribuição da riqueza, do poder e do conhecimento produzidos coletivamente. Quando compreendemos essa dinâmica das redes, percebemos que a riqueza em germinação desse processo tanto pode desabrochar quanto fenecer, dependendo dos rumos coletivos que sejam estabelecidos a essa mesma transformação. Cabe, pois, uma reflexão cuidadosa e abrangente dessa verdadeira revolução de redes, e de como universidades, organizações sóciopolíticas, empresas e pessoas podem engendrar sociedades melhores a partir desse processo.

Em segundo lugar, partindo do pressuposto que, como cidadãos, professores e alunos, devemos contribuir na construção de novas relações, novas mediações humanas, mais livres e solidárias (sentido ético da pesquisa), colaborando de maneira pessoal e coletiva na transformação para melhor do mundo em que vivemos (sentido estético da pesquisa), em que medida a organização da extensão universitária em rede pode nos conduzir a uma educação mais pluralista, transgressora, democrática e emancipatória<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> A educação e a formação são processo internos que devem proporcionar um movimento de emancipação nas pessoas e grupos e que ajudam os homens e mulheres a transgredir os limites impostos pelo sistema. A emancipação é o contrário da dependência, submissão, alienação, opressão, dominação, falta de perspectiva de futuro todas essas categorias já conhecidas e bastantes estudadas por todos nós. A expressão emancipação

É certo que não interessava apenas estudar a emergência desse ou daquele paradigma, mas, interessa estudar as conseqüências disso para a realização do compromisso social da universidade. A extensão universitária precisa saber resgatar, de um lado, a potencialidade enorme do conhecimento e, de outro, sua inserção ética, isto é, combinar qualidade formal e política. Nesse sentido, queremos investigar, não só a organização da extensão universitária, mas como a extensão pode auxiliar as comunidades a construir a sua cidadania. Nesse sentido vale destacar a opinião de Demo (2000,p.176), “do ponto de vista da cidadania, interessa, antes de tudo, a qualidade política, ou seja, a capacidade de se fazer sujeitos críticos e atuantes, incluindo a necessidade de submeter o mercado aos direitos da cidadania”<sup>30</sup>.

Consenso existe apenas, quanto à concepção de que a extensão universitária é hoje, a principal aposta para uma reformulação do ensino superior no Brasil e na América Latina. Segundo Faria, no bojo da intensificação do processo de globalização, a extensão universitária nas universidades e demais IES caminha na direção do envolvimento com projetos estratégicos nacionais cujas direções levem cada vez mais a universidade e demais IES a uma profunda relação com os projetos da sociedade (FARIA,2001).

Dessa forma, tentamos compor cuidadosamente o cenário do processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social: da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução nas tecnologias e práticas da informação e de comunicação; da crise do Estado moderno e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial da concentração de renda e desigualdade social; dos grandes êxodos de pessoas como emigrantes

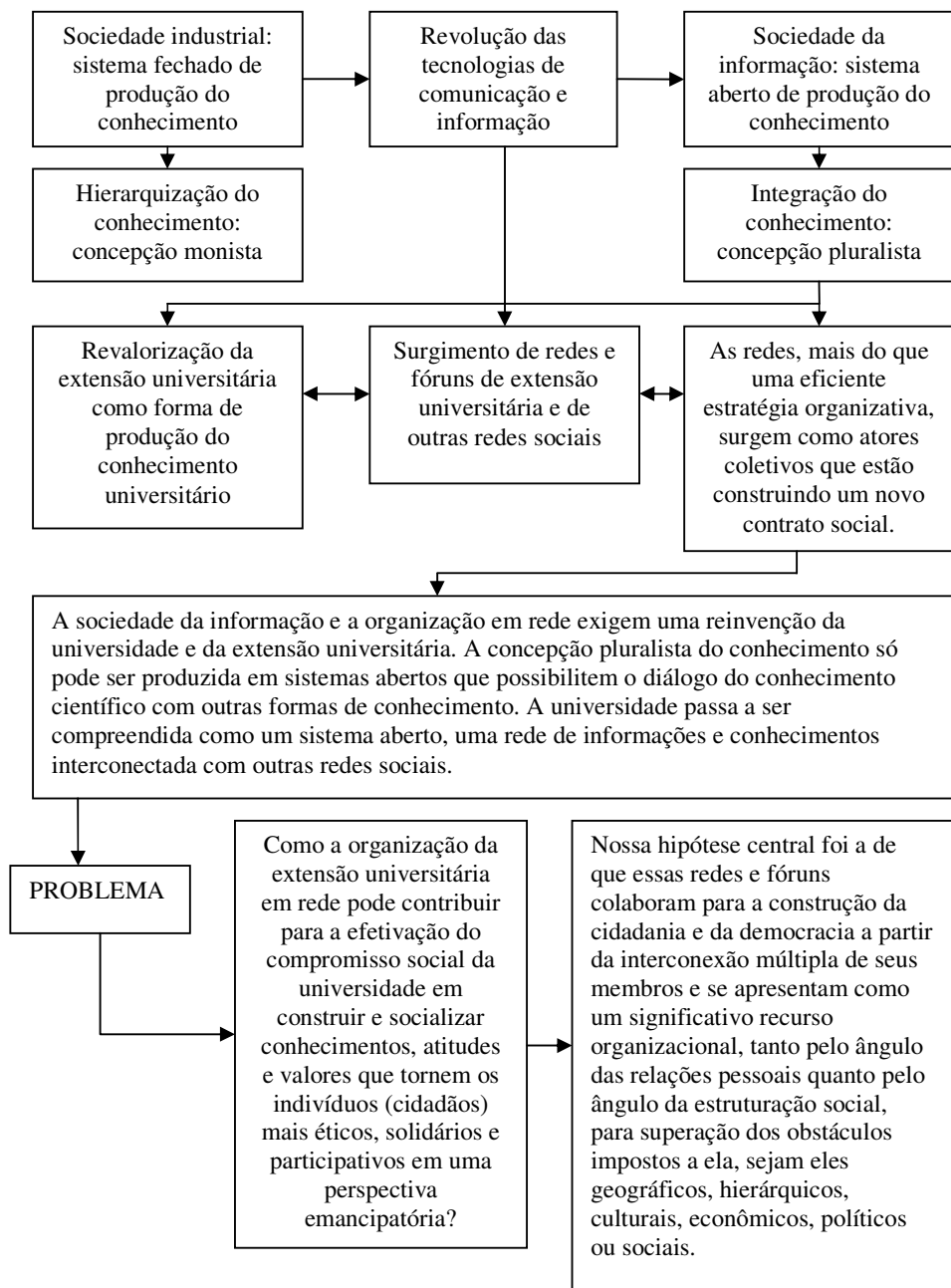
---

caracteriza situações em que um sujeito (indivíduo ou grupo) consegue atuar com autonomia, liberdade, auto-realização.

<sup>30</sup>Disciplinada no artigo 205 da C Federal de 1988, que preleciona ser a educação direito de todos e visa o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o pluralismos de idéias e de concepções pedagógicas, o respeito à diversidade e a gestão democrática do ensino (ART.205, CF/88) e do artigo 1º da Lei 9394/96 da LDB que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, LEI 9394/96, art.1º).

ou refugiados ao avanço das empresas multinacionais; do surgimento de órgãos multilaterais as novas práticas culturais e identitárias (SANTOS, 2002, p.11).

**Figura 10 – Esquema do Problema da Pesquisa**



Ante o exposto, o presente estudo pautou-se pela tentativa de solucionar o problema formulado, buscando captar junto aqueles que fazem a extensão universitária no seu dia a dia, qual o caminho a seguir para a construção de uma universidade mais democrática e cidadã. É importante frisar que os dados, observações e referências apresentadas neste estudo, na verdade, não visam demonstrar, provar ou validar nada, mas, sugerir hipóteses, comprimindo as idéias em um *corpus* de observação selecionado segundo as questões de nossa pesquisa, mas, com certeza não organizado em função de respostas pré-concebidas.

### 3.2 O MÉTODO E AS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O presente estudo orientou-se por um referencial calcado, sobretudo, na reflexão sobre as mudanças sociais que percebemos na sociedade e no Estado, no plano local e global, e suas conseqüências para a educação superior e para a extensão universitária. Partimos do pressuposto de que a organização da extensão universitária em rede só poderia ser examinada pela ótica da teoria dos sistemas ou da teoria da complexidade e, por este motivo, optamos por um tipo de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa não se opõe ao formato de pesquisa quantitativa, uma vez que a dicotomia entre quantidade e qualidade está superada nos dias atuais, mas, ela se impõe sempre que se trate de temas que se interessem mais pela intensidade do que pela extensão dos fenômenos.

Diante disso, nossa intenção não foi negar os métodos quantitativos, pois quantidade e qualidade são faces da mesma moeda, mas, apenas, focalizar os horizontes ditos qualitativos em razão do objeto que tratamos. Além disso, como tratamos de categorias como cidadania, democracia, emancipação, compromisso social, ética, etc, entendemos que os

métodos qualitativos podem melhor captar o que pensam os sujeitos do processo. Ao deixarmos de lado a representatividade estatística, buscamos o aprofundamento subjetivo da questão. Pretendemos mais a exemplaridade dos casos e não a quantidade ou frequência.

Deste modo, compreendemos que não é o pesquisador e sim o tipo de investigação que define qual o método de pesquisa a ser adotado. Portanto, as nuances do problema proposto nos levaram a adoção de uma metodologia de pesquisa qualitativa que assegurasse, o mais possível, a livre expressão dos sujeitos. O tipo de pesquisa proposto, de fato, não comportava senão esta opção, na medida em que se buscava uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares da sociedade sobre a relação entre universidade e sociedade. Interessava ainda as perspectivas que apontem para um projeto de universidade identificado com a sua história, feita de necessidades, mas também de sonhos e utopias.

Pretendemos com isso garantir uma gama de manifestações que possam compor, com o maior número de possibilidades, uma visão analítica das questões levantadas e que indiquem soluções e propostas para a extensão. Nossa intenção foi a de contribuir para o debate sobre as transformações porque passa a extensão universitária, sugerindo pontos de reflexão crítica de sorte a fornecer informações para aqueles interessados em desenvolverem projetos e programas de extensão mais sintonizados com as necessidades dos setores populares.

Entretanto, sabe-se que a mera denominação da abordagem não é um indicador claro do caminho a ser seguido. Sob a denominação qualitativa apresentam-se as mais diversas e muitas vezes antagônicas inspirações teóricas e filosóficas. A opção pela abordagem qualitativa não decorre de uma oposição simplista às abordagens quantitativas, afinal ninguém desconhece as profundas conexões entre estes dois termos e que um elemento

da equação não existe sem o outro. Esta opção significa muito mais do que discordância semântica existente entre aqueles que denominam suas investigações de qualitativas, pois o uso de uma ou outra técnica não é nenhuma garantia *a priori*, do rigor de um determinado trabalho científico.

Sabendo-se, então, que esta opção implica muito mais do que discordância semântica existente entre aqueles que denominam suas abordagens de qualitativas, entendeu-se que, num primeiro momento, dever-se-ia explicitar as inspirações que funcionaram como determinação conceitual. Para superar as armadilhas da qualidade positiva, é pertinente lembrar as advertências de Goldmann de que um dos principais problemas das ciências sociais é que “elas deixam escapar as transformações qualitativas das estruturas sociais e a dimensão histórica dos fatos humanos” (GOLDMANN,1993,p.11).

A demarcação genérica dos caminhos seguidos em qualquer investigação seguramente quer exprimir certos juízos de valor e, de fato, eles estão presentes em qualquer investigação das ciências humanas. Comparando a manifestação de juízo de valor a ideologia, Goldmann diz que “esta precisa ficar subordinado à realidade dos fatos investigados, e que não se trata de suprimir toda pré-noção e todo juízo de valor, mas, ao contrário, integrá-los conscientemente na ciência e fazer deles instrumentos úteis na investigação da verdade objetiva” (GOLDMANN, 1993, p.34).

É o mesmo Goldmann (1993) que salienta a importância da captação pela pesquisa, daqueles elementos de inovação e de transformação presentes nas concepções e práticas humanas, mas, neste caso, reforçando a combinação destes elementos com a história e a análise de conjunto. No mesmo sentido Touraine preleciona,

[...] é preciso que o ator passe das condições de respostas e de adaptação para as condutas de projeto e de conflito através do pesquisador. Somente a intervenção ativa e pessoal do pesquisador, ao puxar o ator para as relações mais fundamentais nas quais se acha envolvido, permitirá que ele deixe de se definir como um respondente da ordem estabelecida (TOURAINÉ,1996, p.39).



Como parte da pesquisa é concebida sob a forma de depoimentos, a busca dos interlocutores mais adequados coloca-se como um desafio, exatamente na perspectiva de capturar os elementos de inovação. Para tanto, buscamos em Gramsci inspiração para a realização mais segura da trajetória. Segundo Gramsci (1978, p.24), “uma parte das massas, ainda que subalterna, é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não só como antecipação teórica, mas também como necessidade atual”.

Nossa tarefa foi a de buscar, entre estes sujeitos aqueles que poderiam preencher mais adequadamente esta condição de dirigentes e de responsabilidade que podem antecipar fragmentos teóricos relevantes; segundo Gramsci (1978, p.24), “esta busca não significa a possibilidade de formular resultados plenos e definitivos, mas extrair antecipações parciais e fragmentárias de concepções, prognósticos e propostas”.

Nesse caso, em razão da multiplicidade de iniciativas na extensão universitária decidimos utilizar o critério do estudo de casos exemplares. Como não era possível juntar todo o universo da extensão universitária em um único objeto de estudo com a intenção de síntese, recorreremos a um estudo de casos exemplares tentando buscar nessas experiências novas tendências para esta função da universidade. Nesse sentido, optamos pela realização de um estudo de caso, que é a modalidade de pesquisa que consiste em um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, ou ainda a observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico (GIL, 2002).

O objeto do estudo de caso é a unidade-caso, que pode ser, por exemplo, um indivíduo, uma família, um grupo social, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou uma cultura ou, ainda, algum evento, como decisões, processo de implantação de alguma coisa em alguma empresa,

uma mudança organizacional, a economia de um país, uma determinada política econômica. Os estudos de caso podem ser constituídos tanto de um único quanto de múltiplos casos (GIL,2002).

Nesse aspecto, nossa unidade-caso consistiu da investigação de três experiências de redes de extensão universitária no Brasil. Deste modo, estudamos as experiências da Rede Nacional de Extensão Universitária (RENEX); da Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU); e da Rede Unicidade. Essas experiências foram escolhidas em razão de estarem entre as principais formas de organização da extensão universitária em redes no Brasil. Além disso, essas redes foram escolhidas em razão do nosso conhecimento sobre o processo de constituição dessas experiências. Nesse aspecto, realizamos um estudo de caso múltiplo sobre as redes de extensão universitária no Brasil.

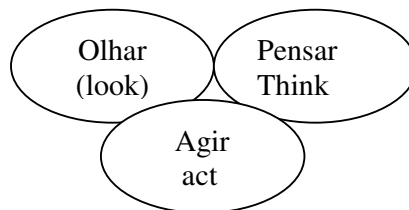
O processo de coleta de dados no estudo de caso é mais complexo que o de outras modalidades de pesquisa. Isto porque na maioria das pesquisas utiliza-se uma técnica básica para obtenção de dados, embora outras técnicas possam ser utilizadas de forma complementar. Já no estudo de caso utilizam-se múltiplas técnicas. Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes de convergências das observações obtidas de diferentes procedimentos dessa maneira é que se torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisado.

Como o estudo de caso não tem uma forma prescrita, montamos nosso projeto de investigação levando em consideração as características do objeto investigado. Nesse sentido, nossa primeira atitude no trabalho foi a construção de um sistema de representação da realidade nos moldes propostos pela teoria da complexidade, a partir de uma interpretação teórica das categorias estudadas, reconstituindo os seus diversos sentidos, trabalhados não apenas na teoria política contemporânea, mas, também, na prática política pelos diversos atores sociais. Nesse sentido, foram escolhidos conceitos básicos que nos permitiram

identificar nas práticas políticas dos atores sociais fragmentos e partículas de uma razão existente ainda que complexa.

A segunda atitude que tivemos neste trabalho foi procurar uma efetiva inserção na realidade estudada. Procuramos fugir da confortável posição de observador passivo da realidade e procuramos interagir com os grupos analisados. Nesse aspecto, nosso trabalho teve como base as diretrizes da pesquisa ação integral e sistêmica (PAIS). A primeira fase do estudo (olhar - *look*) foi de coleta de informações consideradas relevantes e mapeamento da situação analisada. A segunda fase (pensar - *think*) foi de exploração e análise do que acontecia e era observado. A terceira fase (agir - *act*) foi de elaboração do plano de investigação, implementação das ações de pesquisa e avaliação das informações tendo como objetivo aprender o significado das diversas ações coletivas, a posição dos atores envolvidos, os meios e recursos utilizados e os efeitos dessa ação em relação às instâncias de poder.

**Figura 11 – Fases da pesquisa ação**



A terceira atitude que tivemos nesse trabalho foi à escolha de ferramentas adequadas à investigação. Nesse sentido, nenhuma das fontes de evidências em um estudo de caso possui vantagem absoluta sobre as demais. Na verdade, as várias fontes são complementares, e um bom estudo de caso utilizará o maior número possível de fontes. Nesse sentido, nossa pesquisa se valeu da conjugação de vários métodos de pesquisa como:

- 1) pesquisa exploratória;
- 2) pesquisa bibliográfica;

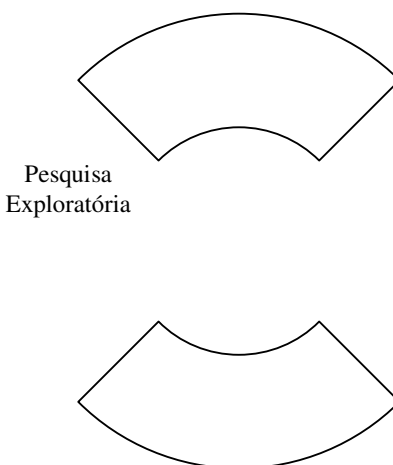
- 3) pesquisa documental;
- 4) levantamento de campo (eventos-campo);
- 5) realização de entrevistas abertas;
- 6) observação participante.

A seguir esclarecemos cada um desses passos.

**1) Pesquisa Exploratória.** O primeiro passo dado nesta etapa foi à realização de uma pesquisa exploratória com a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias sobre o tema, tendo em vista, a formulação do problema com maior precisão. Segundo Gil, a fase exploratória visa reunir o maior número de informações sobre um objeto de estudo e é recomendável, como primeira etapa de uma investigação, quando o tema escolhido é genérico, necessitando de um maior delimitação do problema.

O produto final deste processo foi a delimitação do problema com a elaboração do marco teórico referencial e a definição dos procedimentos de investigação. A etapa exploratória serviu de base para a elaboração do projeto final de pesquisa e para realização do exame de qualificação tendo como núcleo a discussão sobre a (re) construção conceitual da extensão universitária no Brasil.

**Figura 12– Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória**

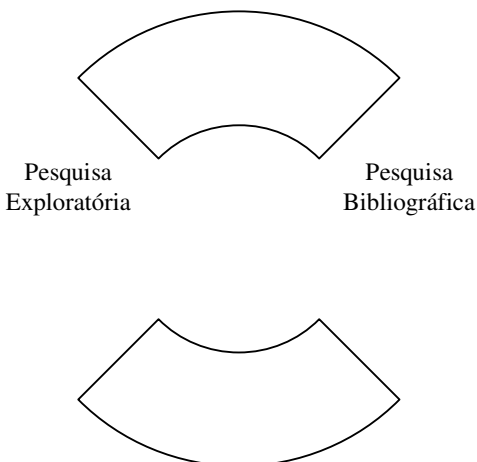


**2) Pesquisa Bibliográfica.** Com a aprovação no exame de qualificação demos continuidade à pesquisa bibliográfica já iniciada durante a fase exploratória do estudo. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros, artigos científicos, teses e dissertações de mestrado. Durante a pesquisa bibliográfica consultamos o portal de periódicos da CAPES e o banco de dados de dissertações e teses do CNPq.

Além disso, realizamos um amplo levantamento bibliográfico das obras disponíveis sobre o tema da extensão universitária no Brasil utilizando, inclusive, as ferramentas de busca da *Internet*. A grande dificuldade que enfrentamos foi a escassez de obras sobre o assunto. A pequena bibliografia encontrada revelou que a produção sobre a extensão universitária no Brasil é realizada, principalmente, por editoras universitárias que não distribuem para as grandes livrarias ou estão com as edições esgotadas.

As bibliotecas das universidades em todo o Brasil quase não dão atenção ao tema tendo disponível poucos títulos, para termos acesso às obras sobre extensão universitária recorremos a contatos telefônicos com as editoras e com os próprios professores autores. Foi possível com isso organizar uma revisão bibliográfica sobre o tema que está disponível nas referências deste trabalho. Com a pesquisa bibliográfica foi possível construir um quadro referencial que agrupa as diversas categorias teóricas analisadas neste trabalho.

**Figura 13 – Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória e Pesquisa Bibliográfica**



**3) Pesquisa Documental.** A pesquisa documental foi realizada sobre fontes escritas que ainda não tinham recebido um tratamento analítico, ou que ainda poderiam ser reorganizadas de acordo com os objetivos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental seguiu os mesmos passos da pesquisa bibliográfica, no que diz respeito à coleta de informações e consistiu na análise de documentos como: estatutos, regimentos internos, cartas, boletins informativos, projetos, relatórios, normas e instruções, regulamentos, ofícios entre outros. Além das fontes escritas citadas, foram pesquisadas também fontes eletrônicas como *websites*, listas de discussão, e *chats* de bate-papo na Internet. Todo esse material foi recolhido e agrupado segundo os objetivos da pesquisa.

Nas fontes documentais utilizamos a técnica da análise do discurso para interpretar os dados e informações obtidas. Para melhor compreensão das fontes pesquisadas, destacaremos abaixo as principais fontes de pesquisa:

- I. **Documentos:** uma das principais fontes de pesquisa foram os documentos produzidos pelas próprias redes objeto do estudo de caso. Nesse sentido, analisamos documentos como regimentos internos, estatutos,

regulamentos, cartas, formulários, panfletos explicativos, impressos, boletins eletrônicos, *e-mails* etc. Esse material foi importante para conhecermos o processo de formação dessas redes, a visão de mundo desses atores, suas normas internas e seu processo de comunicação e construção do conhecimento. Além disso, foi possível conhecer as ações dessas redes.

II. **Websites de fóruns e redes de extensão universitária:** uma das premissas desse trabalho é que as novas tecnologias da comunicação e de informação estão revolucionando o modo de fazer e de organizar a universidade e, em especial, a extensão universitária no Brasil. Pensando desta forma, consideramos que os *websites* mantidos por essas redes de extensão são o local onde essas redes se encontram e exteriorizam ou publicizam seu modo de ver e pensar o mundo. Por este motivo, incluímos na análise documental a observação dos *sites* institucionais das redes pesquisadas, bem como de outros *sites* sobre extensão.

III. **Banco de dados do Sistema de Dados e Informações da Extensão Universitária no Brasil (SIEX Brasil).** O SIEX Brasil é um banco de dados com informações sobre práticas de extensão universitária que é mantido pela RENEX. A entidade hospedeira desse banco de dados, desde a sua criação, é a Universidade Federal de Minas Gerais que é alimentado espontaneamente pelas universidades públicas brasileiras participantes do projeto. O SIEX Brasil é um aplicativo *web* que foi criado especialmente para atender à demanda de registro das atividades de extensão desenvolvidas nas Universidades participantes da RENEX. A consulta a esse banco de dados é aberta a toda a comunidade, sem a necessidade de

cadastro prévio, senhas ou *login*. A análise do SIEX Brasil nos permitiu acessar as informações de mais de 8.000 registros de extensão universitária realizados no período de 01.01.2001 a 30.10.2005.

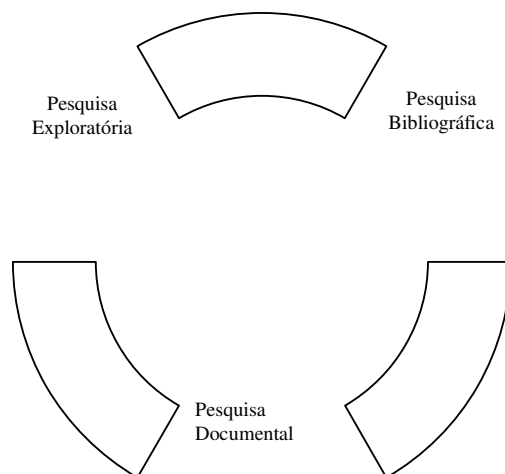
- IV. **Reportagens sobre extensão universitária:** uma outra fonte de pesquisa utilizada foi à coleta de notícias sobre a extensão universitária no Brasil em meios de divulgação como jornais de circulação nacional (Folha de São Paulo, Correio Braziliense, Jornal A Tarde, Correio da Bahia, Tribuna da Bahia, O Globo etc), revistas especializadas (Revista Ensino Superior, Revista Nova Escola, Revista Educação) e *Internet*. O resultado dessa pesquisa foi à produção de um farto *clipping* (recorte) com diversas notícias sobre a extensão. A análise desse material nos levou a conhecer a representação que a mídia faz do papel social da universidade e da extensão universitária.
- V. **Sistema de comunicação dos fóruns e redes:** além dos *sites* na *Internet* foram analisados, também, documentos de comunicação desses fóruns e redes com seus membros, extensionistas, comunidade acadêmica e com a população em geral. Deste modo, analisamos boletins e comunicações, impressos ou digitalizados, como panfletos, cartilhas, *folders*, cartazes, informativos e malas-diretas. Esse material foi coletado durante todo período da pesquisa através da *Internet*, por solicitação direta as instituições ou durante as feiras realizadas nos eventos sobre extensão.
- VI. **Legislação:** ainda na fase da pesquisa documental foram analisadas as normas (leis, planos, decretos, portarias, pareceres) que regulam a extensão universitária no Brasil. Finalizando essa etapa, todas essas informações, organizadas e sistematizadas, foram utilizadas na elaboração



dos instrumentos de coleta dos dados.

**Figura 14– Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa**

**Bibliográfica e Pesquisa Documental**



**4) Levantamento de Campo.** O estudo de um objeto de pesquisa deve levar em consideração três dimensões da maior importância. A primeira dimensão, diz respeito ao espaço onde o fenômeno social está localizado. A segunda dimensão, diz respeito às pessoas ou sujeitos históricos, promotores de mudanças sociais em toda sua magnitude. E a última, relaciona-se ao momento histórico em que a situação foi investigada. O levantamento de campo teve como objetivo levantar as informações referentes a essas três dimensões junto às instituições de ensino superior, pró-reitorias de extensão, congressos, cursos e seminários sobre extensão universitária.

Abaixo destacamos os principais eventos-campo que participamos no curso dessa pesquisa:

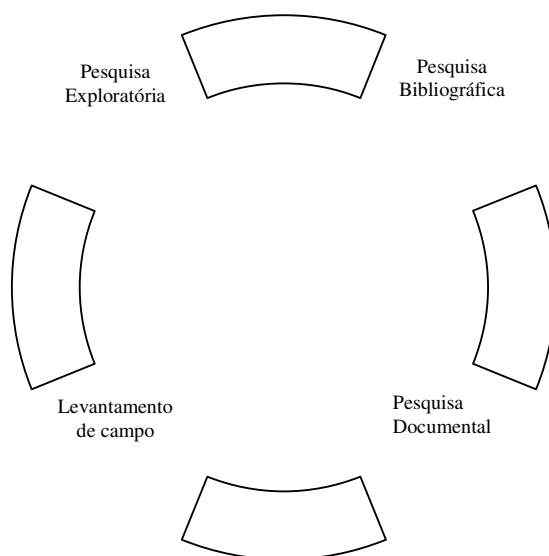
- I. 1º e 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), realizados, respectivamente, em João Pessoa- PB (2002) e Belo Horizonte- MG (2004).

- II. 1º e 2º Feira de Extensão Universitária Universidade e Sociedade realizada, respectivamente, em João Pessoa-PB, 2002 e Belo Horizonte, 2004.
- III. 2º e 3º Encontro Nacional de Avaliação Institucional de Extensão Universitária realizados, respectivamente, em João Pessoa-PB (2002) e Belo Horizonte-MG (2004).
- IV. Seminário sobre Metodologias Participativas em Extensão Universitária (SEMPE), realizado em João Pessoa-PB (2003).
- V. VI Congresso de Pesquisa e Extensão (COMPEX) realizado em Vitória da Conquista-BA (2001).
- VI. VI, VII e VIII Semana de Mobilização Científica da Católica (SEMOC), realizadas em Salvador-Bahia, respectivamente, (2003, 2004 e 2005).
- VII. Seminário sobre Práticas Jurídicas Emancipatórias, realizado pelo Projeto Emancipar/MEC/SESU em Brasília-DF (2005).
- VIII. Curso sobre Avaliação de Projetos, Programas e Atividades de Extensão Universitária ministrado por Robert Lassance (UFRJ) em Belo Horizonte (2004).
- IX. Curso sobre Metodologias Participativas para a Extensão Universitária ministrado pelo professor Michel Thiolent da Universidade Federal Fluminense (2002).
- X. Curso sobre Mediação e Extensão Universitária com os professores Miracy Gustim e Menelick Carvalho da Universidade Federal de Minas Gerais (2005).
- XI. Curso à distância de gestor em Direitos Humanos realizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

- XII. Seminário Internacional Os Desafios contemporâneos para os Direitos Humanos – Recife, 2005, Rede Unicidade.
- XIII. Seminário Parlamentar sobre certificação profissional de agentes de cidadania e direitos, Câmara de Deputados, Brasília – DF.
- XIV. Seminário sobre certificação profissional, Recife, Pernambuco.

Durante esses eventos-campo foi possível participar de conferências, painéis, mini-cursos, discussões, debates, comunicações científicas, reuniões, manifestos, atos políticos, atividades culturais etc. sobre a temática estudada e conhecer os principais programas e projetos de extensão realizados pelas universidades e IES brasileiras.

**Figura 15– Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Levantamento de Campo**



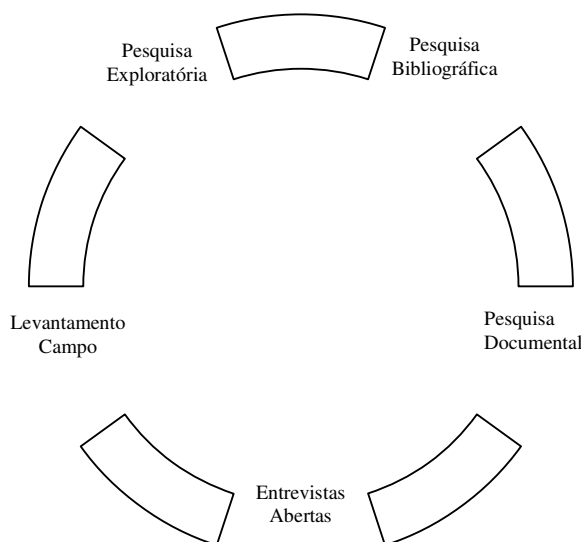
**5) Entrevistas abertas.** No processo de coleta de informações foram realizadas entrevistas abertas com alguns dos participantes das redes pesquisadas durante a realização

dos eventos-campo. Com a ANEXU, foi possível entrevistar de forma coletiva 18 estudantes que compareceram ao 2º CBEU em 2004. Na entrevista foi possível perceber a avaliação que os estudantes fazem da extensão universitária, da universidade, do ensino superior, da participação dos movimentos sociais e do papel das redes.

Com a RENEX as entrevistas foram realizadas, individualmente, com cerca de 15 professores que aceitaram participar da pesquisa. Entre eles estavam extensionistas como o professor Edison José Corrêa (UFMG), Lúcia de Fátima Guerra (UFPB), Michel Thiolent (UFRJ), José Francisco de Melo Neto (UFPE), Roberto Mauro Gurgel (UFRN), José Geraldo Junior (UNB), Guisepe Tosi (UFPB), Luciano Mariz Maia (UFPB), Maria de Nazareth Tavares Zenaide (UFPB), Maria Eugênia (UFES) entre outros.

Com a rede Unicidadania os depoimentos foram coletados a diversos atores da universidade e da sociedade civil organizada nos três estados em que a rede funciona: Bahia, Pernambuco e Paraíba. Os depoimentos foram tomados durante um dos eventos que reuniu representantes dos três estados num total de 12 pessoas. Para registro dessas informações confeccionamos um Diário de Campo onde foram registradas as impressões dos eventos, entrevistas e anotações gerais. As questões levantadas na entrevista foram origem e funcionamento da rede, objetivo, missão, identidade da rede, participação, conectividade, visão da extensão universitária etc.

**Figura 16– Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo e Entrevistas Abertas**



**6) Observação participante.** Segundo Gil (2002,p.113), a observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de membro do grupo. Daí porque se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo.

A técnica de observação participante foi introduzida na pesquisa social pelos antropólogos. A partir daí passou a ser também utilizada como técnica fundamental no estudo de comunidades e culturas específicas. A observação participante pode assumir duas formas distintas: a natural, quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga e a artificial, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação. A observação participante apresenta, em relação às outras modalidades de observação, algumas vantagens e desvantagens. As principais vantagens são:

- I. Facilitar o rápido acesso aos dados sobre situações habituais em que os

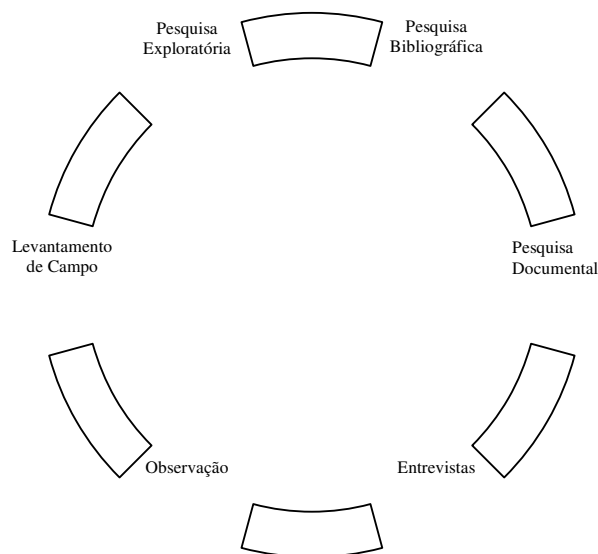
membros das comunidades se encontram envolvidos.

- II. Possibilita o acesso a dados que a comunidade ou grupo considera de domínio privado.
- III. Possibilita captar as palavras de esclarecimento que acompanham o comportamento dos observados (KLUCKHON *apud* GIL, 2002, p.114).

As desvantagens da observação participante, por sua vez, referem-se especialmente às restrições determinadas pela assunção de papéis pelo pesquisador. Este pode ter sua observação restrita a um retrato da população pesquisada. Numa comunidade rigidamente estratificada, o observador, identificado com determinado estrato social, poderá experimentar grandes dificuldades ao tentar penetrar em outros estratos. Contudo, nas comunidades menos estratificadas, que é o nosso caso, o problema de identificação com determinados segmentos sociais é bem menor (Gil, 2002).

Nessa etapa foram observadas três experiências de redes de extensão universitária no Brasil: RENEX, ANEXU e UNICIDADANIA. A primeira é formada, principalmente, por professores e dirigentes universitários, a segunda por estudantes e a terceira conta com a participação direta da sociedade civil organizada. Como a pesquisa-ação é por natureza participativa, não nos limitamos à mera observação dessas experiências e exercemos simultaneamente um papel de ator ou de participante na situação considerada. Consideramos essa observação como uma observação natural na medida em que participamos ativamente dessas comunidades.

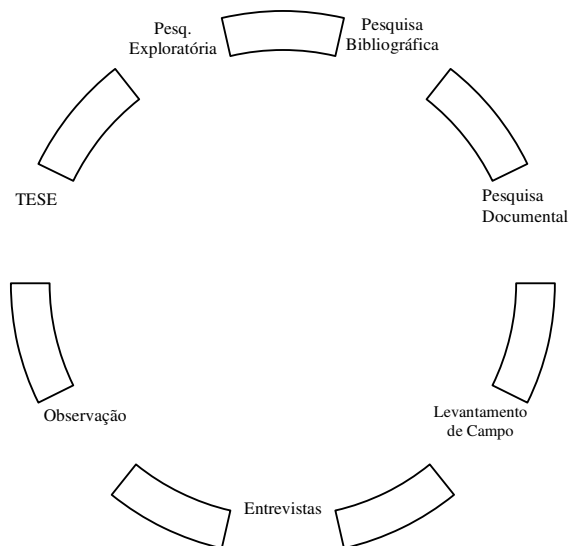
**Figura 17– Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo, Entrevistas Abertas e Observação**



O final da pesquisa consistiu da crítica e da análise dos dados levantados, sistematizados e apresentados na forma de resultados na perspectiva de exposição e de discussão das transformações que afetam a extensão universitária no Brasil. Foram analisadas as redes a partir de categorias como: origem, filiação, identidade, missão, interatividade, conectividade, participação, geração e troca de conteúdo, adesão de novos atores etc. Também foram identificados as características que dão as redes o caráter democrático e emancipatório e os requisitos essenciais de uma noção de extensão em rede.

O último momento deste estudo foi destinado à elaboração final da tese com as conclusões permitidas pela pesquisa realizada e a formulação de algumas propostas para a futura organização da extensão em rede. A formulação destas idéias, tem inspirado o conjunto de nossos atuais trabalhos, seja na universidade seja no campo da sociedade civil, foi realizada em interação com diversas experiências em vários campos de atuação tratando-se então de um saber coletivo que, progressivamente, está se estruturando.

**Figura 18– Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo, Entrevistas Abertas, Observação e TESE**



Tal aprendizagem recíproca mostra bem que a reflexão conceitual precisa de fatos e de práticas para progredir. Sem essa sinergia, as teorias e modelos desenvolvidos nas universidades permaneceriam distanciados das realidades humanas. Para que servem uma teoria senão para ajudar a decodificar as práticas e as acompanhar, da melhor maneira possível, em suas evoluções e mudanças. Uma boa teoria adapta-se, adota-se e aplica-se. Caso contrário, ela funciona como uma religião, um dogma ou, dito de outra maneira, como uma teologia cuja principal missão se limita a justificar a ordem estabelecida e a produzir ilusões científicas.



## **4. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM REDE E A REINVENÇÃO SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA DA UNIVERSIDADE**

---

### 4.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM OBJETO EM CONSTRUÇÃO

O primeiro objetivo que traçamos em nosso trabalho foi à realização de uma revisão do conceito de extensão universitária no Brasil. Nosso propósito aqui foi demonstrar que o conceito de extensão universitária vem tomando sentidos diversos, ao longo do tempo, em razão da conjuntura política, econômica, social e cultural que atinge a sociedade e a universidade brasileira. Pretendemos com isso demonstrar que vivemos mais um momento de transição paradigmática na extensão, fruto da globalização e do processo de inovação tecnológica, com repercussões em sua definição e modo de organização.

Nessa linha concordamos com as observações de Gurgel (2004) quanto à extensão, onde ele afirma que o estudo do conceito da extensão universitária só pode ser feito a partir de uma abordagem diacrônica onde se estuda o objeto ou o domínio em virtude do tempo. A extensão universitária deve ser examinada em uma concepção mais ampla que veja o extensionismo como um processo com historicidade própria em que, muitas vezes, mesmo sem o rótulo da denominação extensão, temos ações que podem ser enquadradas com tal.

Sendo assim, dedicaremos as próximas páginas a uma análise do conceito de extensão, para em seguida propor o novo conceito de extensão em rede, formulado a partir da análise das experiências de rede de extensão universitária no Brasil. Segundo o jurista e lingüista argentino Luiz Alberto Walrat (2004) uma boa definição de um objeto deve preencher os seguintes requisitos:

- I. não deve ser circular;
- II. não deve ser elaborada em linguagem ambígua, obscura ou figurada;

- III. não deve ser demasiado ampla nem restrita;
- IV. e não deve ser negativa quando puder ser positiva.

Nossa análise da definição usual de extensão nos mostrou que ela se apresenta demasiadamente ampla, muitas vezes, ambígua e recheada de imperfeições. Além disso, a definição parte de um critério negativo, isto é, aquilo que não é ensino ou pesquisa é extensão. Esse critério acaba reduzindo a extensão universitária a uma verdadeira “vala comum” que comporta toda e qualquer atividade produzida pelas universidades o que, muitas vezes, tem entrado em contradição com seus objetivos, sua missão institucional e sua cultura acadêmica.

Percebemos em nossa pesquisa que o conceito de extensão universitária se apresenta *polissêmico*, *controverso* e *estruturante*. É *polissêmico* porque, por mais que tenha gerado acordos e consensos isso não lhe dá um sentido único; é *controverso* porque abre espaços de discussão e debates em geral polêmicos; é *estruturante* porque diz respeito a questões de fundo da universidade e de sua relação com a sociedade pela via do compromisso social. Além disso, é um conceito com uma historicidade própria que muda em decorrência dos tempos vivenciados e dos processos sociais existentes.

A polissemia acaba atrapalhando mais do que ajudando a extensão. Sua concepção quando afirmada aparece, quase sempre, ligada a proposições individuais, que não demonstram maiores cuidados com uma posição teórica, variando sobre o seu entendimento, dependendo, quase sempre, de quem são seus idealizadores e receptores. E pior, acaba servindo aos interesses daqueles que querem utilizar a extensão como um espaço privado, isto é, utilizá-la para justificar algumas práticas estranhas a universidade. No quadro abaixo, apresentamos alguns dos abusos que encontramos sob o rótulo de extensão universitária em nossa pesquisa:

### Quadro 03 – Abusos na extensão universitária

Abusos na extensão universitária	
01	Professores com regime de dedicação exclusiva dando aulas em instituições particulares;
02	Aluguel de imóveis e salas para clientes externos com prejuízo das atividades acadêmicas;
03	Contratação de profissionais para prestação de serviço a clientes externos sem pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários;
04	Realização de atividades que não estão relacionadas à missão da IES ou a cultura da universidade;
05	Excursões, viagens e turismo social sem retorno acadêmico;
06	Realização de atividades esportivas sem retorno acadêmico;
07	Realização de shows artísticos sem retorno acadêmico;
08	Apoio a estudantes de graduação e pós-graduação;
09	Realização de atividades curriculares de graduação e pesquisa não institucionalizada;
10	Aquisição de equipamentos como computadores, mesas, carteiras etc.
11	Cursinhos preparatórios para concursos públicos;
12	Patrocínio de congressos, seminários e cursos sem a participação de estudantes e professores.

Fonte: Levantamento de campo pesquisa A reinvenção solidária e participativa da universidade

Nesse sentido, existem muitas discussões sobre o caráter da extensão universitária no Brasil, se ela é uma função da universidade, a exemplo do ensino e da pesquisa, ou se a extensão é uma forma de se fazer à universidade, compreendida como uma atividade uma metodologia de ensino e de pesquisa. Sobre isso, Sousa (2000, p.07) afirma que “a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, não ajuda muito na construção de uma definição, pois neste lugar os limites de um desenho único se confundem na diversidade da universidade”. Continua Sousa:

[...] esta falta de clareza conceitual acaba por provocar mais depreciação do *status* da extensão dentro da universidade. Afinal, não se identifica o que pode ser a prática extensionista, e muitas vezes a confusão com o ensino e a pesquisa torna mais difícil ainda essa identificação. Tentar clarear como atividades independentes tornam esta tarefa um esforço inútil, pois se descobre que são atividades que se complementam e que se mesclam umas às outras. Há de fato uma indissociabilidade entre elas (SOUSA, 2000, p.8).

Da leitura desse comentário podemos deprender que nem a sociedade, nem a universidade, nem os extensionistas sabem ao certo o que é extensão universitária. Nesse sentido, a discussão conceitual da extensão universitária tem despertado o interesse de diversos pesquisadores no Brasil, que vêm se debruçando sobre a construção de um novo conceito para a extensão universitária no país. Esse tema tem sido objeto de estudos nos principais congressos e seminários sobre extensão universitária com afirmação Sousa:

[...] a construção do conceito de extensão universitária não é um exercício novo. Esta é uma prática que tem sido definida e vista de diferentes formas, na dependência do interlocutor histórico. Na história da universidade brasileira fica evidente que há três momentos bem definidos. Uma primeira fase em que o corpo discente representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), assume essa prática no seu formato cultural, socializador e político; o segundo momento, tomado pela representação do governo como uma prática assistencialista; e um terceiro momento, em construção ainda, em que as próprias instituições de ensino superior, representadas pelos docentes, têm buscado construir uma prática extensionista na perspectiva de um processo educativo, articulador da universidade com a sociedade (SOUSA, 2000, p.12).

Na opinião de Faria:

[...] a conceituação de extensão universitária se encontra no momento que deverá anteceder profunda reformulação, dado que quase todos os autores identificam as insuficiências atuais, o que repercute na própria prática da extensão universitária pelas universidades brasileiras. (FARIA, 2001, p.9).

Nessa perspectiva, a extensão universitária é uma questão que vem sempre incomodando, tanto pela dificuldade de se encontrar respostas adequadas, como por sua constância em todos os momentos e também por ser geradora de crítica sobre a produção acadêmica. A questão sobre o que é em verdade extensão universitária se impõe

constantemente na vida acadêmica e a resposta surge sob as mais diversas definições, em diferentes tentativas de criar limites para sua prática ou, por outro lado, para servir de justificativas para práticas que acontecem sem um espaço claro dentro da academia.

Sem dúvida, é possível perceber que ainda existe uma grande imprecisão no que diz respeito ao conceito de extensão universitária. Contudo, se por um lado à extensão apresenta essas dificuldades conceituais, do outro, são inegáveis as possibilidades que ela apresenta no que diz respeito a uma relação mais estreita com a sociedade naquilo que nos acostumamos chamar de compromisso social da universidade. Em nossa opinião, qualquer proposta que queira dar efetividade à extensão universitária precisa começar pela definição de seu conceito de seu conteúdo. É preciso afirmar um conteúdo para a extensão. É preciso afirmar um conceito de extensão universitária como uma prática emancipatória.

#### **4.1.1 A Evolução da Extensão Universitária no Brasil**

As análises mais recentes realizadas por Gurgel (2001) mostram que não é consenso a posição de que a extensão universitária é uma função nova na universidade e, como tal, não teria ainda identidade bem definida, o que justificaria o exercício de práticas desligadas do sistema de educação como um todo, de atuações assistencialistas exercidas como prestação de serviço em substituição à ação governamental. Para este autor, a extensão universitária tem, portanto, uma conceituação bem mais ampla e registra momentos fracionados em sua história, o que pode dar margem a um exercício de reconstrução histórica, em que está associado a outros processos sociais bem maiores.

Para Sousa (2000), a extensão universitária tem uma história muito longa associada à própria origem das universidades européias, tendo seu nascedouro no Mosteiro de Alcobaça em Portugal, por volta de 1269, sendo depois adotada por colégios religiosos,

incluindo os criados pelos jesuítas na América Latina já no período colonial. A extensão universitária como um processo, com historicidade própria, tem ações que podem ser definidas como tal, mesmo que essas ações não tenham sido vistas sobre o rótulo da extensão.

Na Idade Média, época em que se institucionalizou, a universidade era caracterizada por ser apenas uma pequena comunidade que congregava clérigos, nobres, cientistas e excepcionais alunos voltados para a formação das elites. Na opinião de Diniz (1979, p.01) “sua preocupação era a de um saber ainda não identificado com sua aplicação ou com sua função pragmática de implementadora de desenvolvimento humano” .

Contudo, podemos identificar nesse período algumas ações que podem ser caracterizadas como extensionistas. Segundo Diniz (1979), durante séculos a universidade foi vista como impenetrável castelo, acessível a uns poucos privilegiados apenas. Vem daí a expressão *torre de marfim* para caracterizar esta instituição. A universidade medieval tinha como finalidade resolver problemas educacionais de uma sociedade em crise onde mesmo os dirigentes eram pouco informados sobre o mundo.

Nesses tempos, a extensão universitária tinha um caráter religioso e as ações desenvolvidas tinham um caráter de missão ou ação filantrópica. Segundo Gurgel (2001, p.8), a extensão seria “o atendimento aos mais pobres, o contato com a gente rude, fazendo-lhes bem com o que o entretenimento e a doutrina ensinavam”. Nesse momento, demarcava-se uma das características da extensão universitária que vigora até os dias atuais, ou seja, a aproximação da comunidade com a intenção de educá-la ou ilustrá-la (BOAVENTURA,1986).

O momento seguinte da extensão universitária, na opinião de Gurgel, já sob a influência do Iluminismo e em contraposição ao dogmatismo identificado na Idade Média, gerou iniciativas no sentido de mudanças, tendo, em seu eixo, a racionalidade, o império da ciência, em lugar do domínio da religião. O Iluminismo, as expressões da modernidade, a

valorização da liberdade, os movimentos revolucionários na Europa, despertam também desejos de alteração dos padrões da sociedade (GURGEL,2001).

Em vários lugares surgem movimentos de libertação do controle de países europeus, que tinham, como lideranças, professores e alunos de universidades com propostas e propósitos que questionavam seriamente a relação entre educação superior e a sociedade. A extensão, mesmo restrita a pequenos grupos, teria, assim, o caráter de ação revolucionária em função de libertação das nações (FAVERO, 1995).

No caso brasileiro, segundo Sousa, pode-se perceber desde o Brasil colônia, a presença de jovens universitários envolvidos de alguma forma com os movimentos sóciopolíticos da época. Embora a extensão não fosse identificada com esta denominação, a forma como os estudantes entendiam o seu papel social levava-os a atuarem de forma direta nos principais problemas sociais. Essa atuação estudantil pode ser verificada na participação de estudantes na campanha abolicionista, ou em atividades literárias e artísticas (SOUSA,2000).

A partir daí, é possível identificar esta participação de diversas formas e intensidades, em diferentes momentos da história do Brasil, como extensão universitária. Na segunda metade do século XIX ocorreu a difusão do ideário positivista e das idéias liberais, por quase todo o mundo, que, contrapondo-se ou associando-se, funcionarão como elementos de questionamento das estruturas sociais de então. A extensão universitária teve sua primeira experiência – já com essa denominação – na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, em 1867, quando seus dirigentes iniciaram um programa de palestras, que, pelo sucesso alcançado, leva a institucionalização da extensão nessa universidade (GURGEL,2001).

Para Sousa (2000,p.14) “a universidade inglesa viu-se obrigada a responder às demandas sociais e diversificar suas atividades, não ficando limitada à função única de formação das elites, mas assumindo também a prestação de serviços” .

A extensão realizada na Inglaterra passa a influenciar os Estados Unidos da América (EUA). Lá a extensão encontrará um solo fertilizado pelos ideais da revolução americana e os projetos de desenvolvimento regional. Com isso nos EUA são criadas verdadeiras escolas de extensão, os *Land Grant Colleges* (escola técnica rural), experiências do extensionismo cooperativo ou rural ou universidades rurais (GURGEL,2001).

O espírito pragmático americano fará surgir, também, experiências de extensão universitária sob a forma de prestação de serviços técnicos, difusão técnico-científica, realização de cursos profissionalizantes, educação à distância, educação permanente, cursos noturnos ou outras opções, com grande diversidade de metodologias ou tecnologias. A extensão universitária desenvolvida pelas universidades americanas influenciará as universidades da América Latina no sentido de implantarem uma extensão universitária técnica associada a programas de desenvolvimento (BOAVENTURA,1986).

Expressava-se, a partir daí, um novo papel, iniciado por universidades americanas e universidades populares européias da mesma época, que se resumia, de certa forma, em admitir um certo “comprometimento” da universidade para com a sociedade, algo bastante amplo enquanto conceito, porém, expresso mais diretamente, como uma oferta de prestação de serviços (BOAVENTURA,1986).

As concepções sobre extensão universitária no Brasil, nesta época, pregavam a importância do modelo extensionista norte-americano, com sua estrutura binária, que se casava bem com os propósitos do movimento da *Escola Nova*. Por outro lado, o modelo extensionista dos EUA, em sua variante da extensão rural, servirá de base, em anos posteriores, para o surgimento dos sistemas de educação rural na maioria das vezes desvinculadas da educação superior (GURGEL, 2003).



A extensão americana caracterizou-se, desde seus primórdios, pela idéia de prestação de serviços, como afirma Boaventura:

[...] A extensão como prestação de serviço, é a mais recente das funções atribuídas ou absorvidas pela Universidade. A sua origem parece encontrar-se na noção de que uma instituição Universitária deve servir à sua comunidade. Trata-se de autêntica contribuição do espírito pragmático norte-americano. Por ela, a Universidade é solicitada a beneficiar os diversos setores da população, impulsiona serviços de animação cultural, integra-se às prioridades nacionais, divulga conhecimentos e técnicas, participa do esforço pelo desenvolvimento social e econômico, gratificando-se pelo retorno das sugestões e contribuições da comunidade (BOAVENTURA, 1986, p.61).

Foi um marco para a extensão universitária o surgimento das universidades populares na Inglaterra, em meados do século XIX, e foram reconhecidas como forma de extensão universitária, constituídas a partir das críticas feitas pelo proletariado as universidades da época (GURGEL, 2003).

A partir da Inglaterra a experiência das universidades populares se difundiu para outros países da Europa, entre eles a Espanha, onde na universidade de Oviedo, uma instituição de orientação anárquica, criaram-se alianças com setores populares, oferecendo-se cursos livres, programas de melhoramento dos trabalhadores e programas de difusão cultural (GURGEL, 2001).

A universidade de Oviedo será de importância fundamental para o extensionismo latino americano em sua formulação, por meio das universidades populares, pois será ela, por seus dirigentes e docentes, o núcleo de apoio à articulação de experiências desse tipo de extensionismo na Argentina, iniciando fortemente a construção do conceito de Extensão do movimento de Córdoba (GURGEL, 2001).

As universidades populares, além de grupos anarquistas, foram assumidas por partidários de ideais socialistas, comunistas ou mesmo liberais positivistas. Vale registrar que, no Brasil entre 1914 e 1917, funcionou a universidade popular da Universidade Livre de São

Paulo, de orientação positivista, que chegou a proferir 107 lições públicas sobre o tema que, contudo, não chegaram a despertar o interesse das camadas populares. Vê-se ainda, que estas visões marcam um desejo de aproximação com as massas na intenção de ilustrá-las (GURGEL, 2001).

O momento de grande efervescência do movimento extensionista se dá quando ele é incorporado como uma das bandeiras de luta do movimento estudantil, ocorrida em Córdoba, onde os universitários assumem o poder na Universidade Católica tradicional ali existente.

Os universitários ocuparam a universidade e lançaram uma carta liminar, em que, entre outros objetivos propunham “veicular la universida com el pueblo y la vida de la nación, de donde la publicidad de los actos universitarios, la extensión cultural, las universidades populares y la colaboración obrero estudantil<sup>31</sup>” (SALAZAR E BONDY *apud* GURGEL, 2001, p.18).

A extensão universitária vivenciada em forma de universidades populares, passará a ser vista pelos militantes dos movimentos universitários como uma obrigação, os quais, durante o primeiro congresso internacional dos estudantes, realizado no México em 1921, destacarão:

[...] La extensión es una obligación de los estudiantiles, puesto que la primera y fundamental acción que el estudiante debe desarrollar en la sociedad es difundir la cultura que de ella ha recibido entre quienes la ban minister. El congreso internacional de estudiantes el establecimiento de Universidades popuylares que estén libres de todo el espíritu dogmático en los modernos postulados de la justicia social (RESOLUCIONES DEL PRIMERO CONGRESO INTERNACIONAL DE LOS ESTUDIANTES, 1921 *apud* GURGEL, 2001, p.18).<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> veicular a universidade com o povo e a vida da nação de onde a publicidade dos atos universitarios la extensión cultural, las Universidades populares y la colaboración obrero estudantil

<sup>32</sup> A extensão é uma obrigação dos estudantes, posto que a primeira e fundamental ação que o estudante deve desenvolver na sociedade é difundir a cultura que dela recebeu. O congresso internacional de estudantes dos estabelecimentos de Universidades populares que estão livres de todo o espírito dogmático nos modernos postulados da justiça social (RESOLUÇÃO DO PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES, 1921 *apud* GURGEL,2001p.18)

Segundo Gurgel (2001), nas universidades populares os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades em que estudavam. Para eles, educação era um ato de amor, um amor engajado que implicava luta por uma sociedade mais justa. É nessa luta que os jovens estudantes universitários se associam às classes populares, levando muitos aos exílios, especialmente no México revolucionário, onde era figura de destaque José Vasconcelos, grande estimulador da extensão universitária daquele país. As universidades populares foram nascedouro de movimentos políticos de grande envergadura, entre os quais a revolucionária Aliança Popular Revolucionária Americana (ARPA) no Peru.

Estas reivindicações entre outras sugerem que a reforma de Córdoba movimentasse num campo teórico muito vasto. A reforma de Córdoba que se caracterizou como um movimento político e estudantil colocou a necessidade de vincular a Universidade ao povo e à vida da nação, através da Extensão. Os ideais de Córdoba vão chegar ao Brasil pelos idos de 1930 e vão inspirar a plataforma de luta dos estudantes brasileiros através da UNE em torno dos objetivos previstos na carta de Córdoba “1) Extensión Universitária. Fortalecimiento de la función social de La universidad. Proyección al pueblo de la cultura universitaria y preocupación por los problemas nacionales; 2) unidad latino americana, lucha contra las dictaduras y el imperialismo” (GURGEL, 1989, p.14)<sup>33</sup>.

Esta é uma idéia preliminar que vai permear a organização estudantil no Brasil desde 1938, quando da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Mediante a extensão, se projeta uma relação universidade-sociedade, marcada pelas contradições do próprio papel da universidade, ao constituir-se como instrumento de preparação das elites governantes, assim já expresso nos objetivos da criação da Escola de sociologia e Política de

---

<sup>33</sup> 1) Extensão Universitária. Fortalecimento da função social da universidade. Projeção ao povo da cultura universitaria e preocupação pelos problemas nacionais; 2) unidade latino americana, luta contra as ditaduras e o imperialismo.

São Paulo, vindo a constituir-se, posteriormente, na Universidade pública de São Paulo. Com a criação da União Nacional dos Estudantes em 1938, se elabora também o Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira.

Para Poerner, estes planos contém o ideário de Córdoba, expresso em funções da Universidade assim delineadas:

[...] Promover, estimular a transmissão e desenvolvimento do saber e métodos de ensino e pesquisa através de exercício das liberdades de pensamento, da cátedra, da imprensa, de crítica e de tribuna de acordo com as necessidades e fins sociais, e de difusão da cultura pela integração da Universidade pública na vida social e popular “. (POERNER *apud* GURGEL, 1989, p. 28).

A partir dos anos 30 os movimentos estudantis passam a serem reprimidos nos países, seus principais líderes são exilados e os responsáveis pela educação superior promoverão uma reorientação da Extensão dando-lhe um caráter menos político e mais de prestação de serviços (GURGEL, 2001).

Deste modo, ao ensino e a pesquisa, adicionava-se uma nova função na universidade. Novas possibilidades surgiram em termos de respostas às “expectativas” da sociedade, agora, não só na dimensão do ensino, mas na de “prestação de serviço”. Acrescesse, com isso, a necessidade de uma maior interpelação da sociedade e universidade (BOAVENTURA, 1986).

Para Boaventura (1986, p.62), “se antes, esta interpelação era, mais fortemente, externada pela dimensão do ensino, abria-se outra possibilidade através da concretização da produção de conhecimento, em forma de préstimos”.

No Brasil, nos anos 30, os dirigentes universitários passam a assumir a dianteira das discussões sobre a extensão universitária. Em decorrência da revolução de 1930 e do espaço que passam a ocupar os partidários do movimento da Escola Nova é lançado o estatuto

das universidades brasileiras, no qual se explicita a mais detalhada análise e proposta de operacionalização sobre extensão universitária no país (GURGEL, 2003).

Contudo, somente no início dos anos 60 é que o movimento de extensão universitária tomará novo impulso no Brasil com a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) com o objetivo de agilizar o processo de comunicação universidade x sociedade para a criação de uma universidade popular de grandes dimensões (GURGEL, 2003).

Para Gurgel (1989), o mais importante documento gerado pelos estudantes que mereceu, inclusive apoio dos intelectuais, foi a *Declaração da Bahia* que tratava de dois aspectos básicos: a análise da realidade brasileira e da Universidade pública no Brasil. Destaca-se do texto o capítulo da reforma universitária que assim define diretrizes:

[...] “compromissos com as classes trabalhadoras e com o povo” com base na “luta pela reforma e democratização do ensino”, na “abertura da Universidade pública para o povo, através da criação, nas faculdades, de cursos de alfabetização de adultos, e cursos para líderes sindicais nas Faculdades de Direito”, na “Universidade pública a serviço das classes desvalidas...”, e “fazer da Universidade pública uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe Universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestão junto aos poderes públicos e possibilidades de cobertura aos movimentos de massa (DECLARAÇÃO DA BAHIA, UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1961)”.

É possível depreender das diretrizes da Declaração da Bahia, as características de uma Universidade democrática, com caráter nitidamente extensionista. Houve, inclusive, exercício prático dessas propostas nos Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. São marcantes os traços das diretrizes quanto à necessidade de abrir a Universidade pública para as classes populares e a de levar os estudantes a uma reflexão crítica da realidade (GURGEL, 1989).

O extensionismo vivenciado pelo movimento estudantil, como se pode observar, tem um forte componente político e insere-se em um processo de Reforma Universitária mais amplo. As universidades populares, nessa concepção, a partir do assumir do movimento

estudantil, mesmo passando a ser difundida na grande maioria dos países de língua espanhola, têm o seu momento mais expressivo quando da criação do Centro Popular de Cultura (CPC), que teve sua trajetória interrompida pelo golpe militar de 1964 (GURGEL, 2001).

Com o golpe militar o governo brasileiro passou a combater intensamente o movimento estudantil, apoiando, contudo, experiências que tinham ação centrada no estudante, como foi o caso do Projeto Rondon e dos CRUTAC. O governo passou também a criar estruturas próprias de coordenação da Extensão, propiciando a institucionalização mediante a constituição de Pró-Reitorias, Decanatos, Departamentos de Extensão.

O movimento militar de 64, convenientemente, acaba assumindo algumas das reivindicações do movimento estudantil inclusive a de estudos de problemas brasileiros. Estes estudos, contudo, se tornam disciplinas nos currículos da universidade pública. A análise desses problemas era feita, entretanto, segundo as orientações do poder hegemônico e não traduzia, na prática, o significado dado pelos estudantes na Declaração da Bahia (GURGEL, 1989).

Os programas de integração do estudante com a comunidade, criados pelos militares, como o CRUTAC – Centro Rural Universitário e de Ação Comunitária, Projeto Rondon e a operação Mauá, eram programas nos quais os estudantes podiam desenvolver atividades profissionais. Além do caráter assistencial, tudo se passava sob rigoroso controle político e ideológico (GURGEL, 1989).

Visto pelos seus idealizadores, desde a sua implementação, como um antídoto para as ideologias de esquerda que povoavam as cabeças dos jovens universitários no despertar dos anos 60, o Projeto Rondon teve o propósito declarado de levar o estudante a conhecer a verdadeira realidade brasileira, tão enfatizada nos seminários e reuniões da UNE e de outras organizações que participavam ativamente na busca de um modelo de desenvolvimento sustentado em valores nacionais. Essa visão até certo ponto ingênua revela a

suposição da maioria de que a participação em atividades de campo, junto a populações carentes, poderia contribuir para a formação do universitário e, ao mesmo tempo, trazer benefícios aos destinatários dos serviços prestados (SILVEIRA, 1987).

Na ótica dos representantes do governo militar que comandaram a política educacional do país, a partir de 64, os objetivos do Projeto Rondon poderiam solucionar vários problemas ao mesmo tempo, visão muito própria do racionalismo militar, ajudariam a disciplinar os estudantes, dando-lhes a visão correta da realidade brasileira (na visão do governo militar), permitiriam realizar uma integração nacional cultural e política nos imensos espaços vazios das Regiões Norte e Centro-Oeste e preparariam o projeto do Brasil potência, a luz da doutrina oficial do processo de desenvolvimento do país (SILVEIRA, 1987).

Esta concepção do projeto Rondon, analisada no contexto da evolução política experimentada pelo país desde então, revela uma postura linear e mecanicista da sociedade. Adeptos da teoria de *ação e reação* ou, como diria a versão modernizada do general Golbery, *sístole e diástole*, pensavam que bastariam contrapor um contato mais estreito com o interior do país para que o estudante mudasse sua maneira de pensar, o que não ocorreu, pois o contato com a realidade do país indicou que o trabalho executado oferecia poucas possibilidades de solução das questões básicas encontradas. A utopia de uma universidade democrática estava mais uma vez comprometida (SILVEIRA, 1987).

A extensão universitária assumiu forma oficial a partir da vigência do Decreto-Lei n. 252/67. Seu artigo 10 estabelece: “A universidade pública em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e pesquisa, que lhe são inerentes” (SILVEIRA, 1987, p.38).

Já em 1968 o artigo 20 da lei 5.540/68, que definia as características e bases filosóficas da Universidade brasileira, considerava a Extensão Universitária da seguinte forma: “as universidades públicas e os estabelecimentos isolados de ensino superior

estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhe são inerentes” (SILVEIRA, 1987, p.39).

De acordo com a reforma universitária de 1968, constituem áreas básicas de atuação da Universidade pública brasileira o ensino, a pesquisa e a Extensão. Em 1971 foi instalada no Ministério da Educação e Cultura (MEC) a Coordenação Nacional de Extensão, constituída de estruturas administrativas de planejamento, coordenação e execução da Extensão, promovendo a sua divulgação e implantação nas Universidades públicas brasileiras (SILVEIRA, 1987).

Dessa forma, as universidades públicas passaram a contar também com organismos que tinham a competência daquela coordenação, ao lado de organismos que funcionavam ligados ao ensino e à pesquisa. “A instalação da coordenação Nacional de Extensão veio reafirmar a importância que é dada à ação integradora da Universidade pública com a comunidade” (SILVEIRA, 1987, p.43).

Na década de 70 assistimos, na América Latina, a uma forte retomada da discussão e ações sobre a Extensão Universitária, tendo como instituição básica, a União das universidades da América Latina, que promoveu seminários internacionais em que se revia o conceito de Extensão como componente de um processo de mudança social e de difusão cultural. A Extensão era encarada por todos como missão social (GURGEL, 2001).

Também no sentido de construção e reconstrução do conceito, tem-se de referenciar a contribuição de Paulo Freire que, no seu exílio no Chile, em função de seu contato com o extensionismo rural, produz uma obra que será um verdadeiro divisor de águas na discussão sobre o conceito de Extensão Universitária (FREIRE, 1992). Para Gurgel:

[...] A extensão é vista em termos de difusão da cultura e de integração da Universidade com a população. As vias serão, naturalmente, os cursos de Extensão com a finalidade de divulgação de conhecimentos científicos e artísticos. Uma concepção de Extensão que denuncia a função da Universidade como “doadora” de conhecimentos, manifestando sua arrogância ao julgar-se “proprietária” exclusiva do mesmo e “pretensiosa” ao



querer impor, autoritariamente, uma “sapiência Universitária”. Mesmo presentes às preocupações para com o povo, verifica-se, no plano de sugestões, o caráter assistencial, refletindo também as dificuldades financeiras dos estudantes da época” (GURGEL,1989,p.15).

A extensão universitária tinha um caráter de imposição cultural, de atitude pouco favorável ao diálogo franco e aberto, indicando a ação de atender a alguma coisa e alguém que recebe. Indica que o conceito de extensão encontra sua relação associativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão de cultura, manifestação, entre outros aspectos. A extensão universitária teria um caráter domesticador, persuasivo, representaria um momento do encontro entre pessoas que julgamos saber muito, serem donos do conhecimento (FREIRE, 1992).

As proposições de Freire levam à substituição do conceito de extensão pelo conceito de comunicação, que, segundo ele, não teria essa característica dominadora e bancária entre os parceiros “o conhecimento não se entende do que se julga sabedor até que se julga não saberem, o conhecimento se constitui nas relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1992, p.36)

São muitas as possibilidades de interpretação da concepção de extensão. Paulo Freire<sup>34</sup>, em seus estudos sobre a extensão, chega a mostrar a amplitude conceitual que normalmente parece como transmissão, sujeito ativo de conteúdo; entrega por aqueles que estão *além do muro* ou *fora do muro*. Daí que se fala em atividades *extramuros*; messianismo (por parte de quem estende); superioridade (do conteúdo de quem entrega); inferioridade (dos que recebem); mecanicismo (na ação de quem estende); invasão cultural (através do conteúdo

---

<sup>34</sup> Paulo Freire foi extensionista do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, na década de 60, ligado a extensão rural, onde formulou as bases do método Paulo Freire. Esse método foi reconhecido internacionalmente no campo da alfabetização de jovens e adultos e na formação política de militantes para os movimentos sociais. As idéias de Freire influenciaram também o governo peruano da época que elaborou um plano de governo que propunha a extensão cultural não somente como um processo inerente à educação superior, mas uma ação exercida por docentes e discentes do ensino fundamental e médio (GURGEL,2001).

levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que superpõe, à daqueles que passivamente recebem). Este educador propõe extensão como comunicação (FREIRE, 1992).

Embora Freire não tenha conseguido o seu objetivo da substituição do conceito de extensão pelo conceito de comunicação, sua obra representou um grande passo na discussão do caráter socializador da extensão, da construção da emancipação dos sujeitos envolvidos, da relação saber científico e popular entre a universidade e a sociedade. Muitos programas e projetos de extensão universitária realizados, sobretudo, nas Regiões Norte e Nordeste utilizam o método Paulo Freire como referência em sua ação. O grande problema está em desconstruir comportamentos já enraizados em professores e alunos que acabam determinando uma relação autoritária com as comunidades.

No Brasil as idéias de Paulo Freire foram proibidas pelo regime militar, mas serviram de referência para os extensionistas da época e influenciaram, sobretudo, técnicos do governo, lotados no Ministério da Educação na Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), que usavam suas orientações, sem usar os termos que ele usava. Isso pode ser comprovado nos documentos elaborados nesse momento como o Plano de Ação da Extensão lançado em 1973.

Nos anos 70, inspirada pelas teorias marxistas, reagindo ao governo autoritário, a extensão universitária passará a ser identificada, de forma mais clara, como um instrumento de política social, não somente usando os projetos e os programas existentes, mas criando estruturas coordenadoras nacionais. Os programas de extensão deixaram de ter uma perspectiva de prestação de serviços para uma perspectiva de combate as ações do Estado.

Os anos 80 passaram a história com a década perdida do ponto de vista da economia, mais com grandes conquistas no campo social. São identificados, também, como um período onde surgiram à maioria dos movimentos sociais e ONG's no Brasil. Nesse momento, há um processo de redemocratização na América Latina. Esse movimento acaba

por influenciar, também, a extensão universitária que busca encontrar o caminho para a realização de sua função social. Os extensionistas começam a reagir aos projetos elaborados em nível nacional cobrando apoio financeiro ao MEC e ao governo federal e pedindo respeito à autonomia universitária para criar programas, projetos e ações que identificadas com a realidade em nível nacional considerem, também, as questões locais.

Esse momento propiciou ampla diferenciação das práticas extensionistas, que, contudo, privilegiaram, em grande escala, a prestação de serviços em diferentes dimensões. A celebração de alianças com setores da sociedade civil começa a reaparecer, predominando, todavia, as programações que privilegiariam o interesse das instituições da educação superior. Para Sousa, os pontos de partida dessa nova função da universidade continuaram no idealismo, e a realidade do dia a dia, muito longe de se transformar em algo concreto. A universidade continuou propondo ações mais direcionadas ao ensino, induzindo a extensão a continuar como mero desdobramento lógico no campo das idéias (SOUSA, 2000).

Como projeção das áreas de ensino e pesquisa a extensão buscava propiciar a participação do aluno e do professor em uma atividade integrada com a comunidade, sob forma de cursos, serviços especiais, publicações, encontros, atividades culturais etc. No entanto, é possível identificarmos o ensino, ainda hoje, como a função básica da universidade, não existindo o entrelaçamento adequado entre as três funções: ensino, pesquisa e extensão.

Para Silveira, nesse período as atividades extensionistas são desenvolvidas sob a forma de cursos e prestação de serviços à comunidade, caracterizando-se muitas vezes como atividade filantrópica, em uma prestação de serviços onde os departamentos contribuem, quando possível (SILVEIRA, 1987).

Nos anos 90, o surgimento de uma esfera pública e as diferenciações do tecido social, composto de vários movimentos sociais, interesses, perspectivas, ideologias, saberes, começaram a sugerir na relação sociedade e universidade, ações sobre a própria universidade

e a possibilidade de estudo da realidade objetiva, como preocupação do ensino e da pesquisa e da extensão.

Este movimento se deu em decorrência de avanços e recuos organizacionais dos diferentes setores da sociedade, em luta pela busca de sua própria hegemonia. Passou-se a exigir da extensão universitária um novo direcionamento com desdobramento do ensino e da pesquisa. A perspectiva era a de superação do modelo difusionista, assistencialista e messiânico da extensão universitária, por um modelo mais comprometido com o desenvolvimento e a solução dos graves problemas sociais baseada no princípio de solidariedade social.

Nesse período, a extensão universitária passou viver uma nova realidade marcada pelo surgimento de articulações de universidades e organizações da sociedade que buscavam agora articular o seu trabalho em extensão como uma rede. Desta forma, surgem uma série de encontros na América Latina para intercâmbio de experiências entre docentes e universidades dos diferentes países. Surge também o interesse por metodologias participativas que envolvam o trabalho com a comunidade.

O primeiro desses encontros realizados na América Latina foi o *Encontro Latino Americano de Extensão Universitária*, realizado em Havana (Cuba), em junho de 1996, que reuniu 66 universidades de 11 países, inclusive do Brasil. Nesse encontro foi discutida a necessidade da construção de um projeto participativo que envolvesse as comunidades nos programas e projetos de extensão. Além disso, foi discutida a importância da elaboração de um programa latino americano de extensão universitária e que a extensão universitária passe a ser vista como projeção social da universidade. As conclusões do evento assinalam:

[...] Reconoscamos la urgência de una definición de universidad posible y única de América Latina, porque ella debe construir fragua y eco de la madurez social, responsabilidad política, nivel académico y probada sabiduría que el pensamiento y obra latinoamericanos han devuelto a los autonominados Centros de saber y la economía mundial . En esta ineludible

batalla, la extensión universitaria encontrará su magistratura ascendente<sup>35</sup>.  
(Ciudad de la Habana, 7 de junho de 1996 *apud* GURGEL,2001).

Nos anos seguintes foram realizados eventos similares contando com a presença de maior número de países, envolvendo até representações de nações européias. Tanto em *Mendoza* (Argentina), em 1998, como na Costa Rica (2000), onde se realizaram os encontros em anos seguintes, foi-se cristalizando uma rede de extensionistas latino-americanos de grande importância para uma ação integrada mais permanente. Em seguida, surgem os encontros ibero-americanos de extensão universitária, como espaço de discussão e de articulação de propostas para a extensão universitária. O *VI Congresso Ibero Americano*, realizado em Embu, São Paulo, teve grande participação das universidades brasileiras, sobretudo, das universidades públicas federais.

No Brasil, a idéia de criação de uma articulação mais permanente dos extensionistas em todo o país fez surgir experiências como o *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*, em 1987, articulação que reúne os pró-reitores das universidades públicas brasileiras e seus representantes, com o objetivo de fortalecer a ação da extensão universitária no Brasil. A principal vitória deste fórum até hoje foi o lançamento do *Plano Nacional de Extensão Universitária* em 1998. O FORPROEX define o extensionismo como:

[...] Prática acadêmica que interliga a universidade pública nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. É importante consolidar a prática da Extensão, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

---

<sup>35</sup> Reconhecemos a urgência de uma definição de universidade possível e única na América Latina, porque ela deve construir maturidade social, responsabilidade política, nível acadêmico e provada sabedoria que o pensamento e obra latinoamericanos vão ser devolvidos aos autônimos Centros de saber e economia mundial. É nesta inevitável batalha, que a extensão universitária encontrará sua magistratura ascendente.

Já o Plano Nacional de Extensão Universitária define a extensão como:

[...] Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade pública e a sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade pública, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associada àquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade pública. Além de instrumentalizadora deste processo dialético teoria/prática, Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social (Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, 1999).

O *Plano Nacional de Extensão* é um documento que, por um lado, mostra um avanço no conceito e na operacionalização da extensão universitária, mas, por outro, tem o limite de ter sido escrito exclusivamente pelas universidades públicas e para essas mesmas universidades, além de se tratar de um plano e não de uma política de extensão universitária. Nesse processo de articulação das ações de extensão universitária no Brasil, cabe destacar também o *Plano Nacional de Graduação*, escrito pelo *Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGrad)*, organização que congrega todas as IES do país, sem distinção de natureza jurídica pública, comunitária, confessional ou particular, onde há uma importante reflexão sobre o papel da extensão como indissociável ao ensino e à pesquisa.

Na mesma linha do fórum das universidades públicas, em 1999 foi criado na cidade de Goiânia o *Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias*, com o apoio da *Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUSC)* e da *Associação Brasileira das Escolas superiores Católicas (ABESC)*. Segundo seu *site* institucional, o fórum das universidades comunitárias foi criado tendo como finalidade ser um espaço de socialização e construção do conhecimento sobre extensão universitária nas universidades comunitárias. Além disso, é também objetivo

do fórum participar de forma organizada, do debate nacional que visa à criação de uma política nacional de extensão universitária no país (disponível em <http://www.ucb.br/extensao-comunitarias>).

No ano de 2002, durante o *I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU)*, em João Pessoa – Paraíba, os dirigentes de extensão das IES particulares decidiram também se organizar em um fórum para poder participar do debate nacional de forma mais qualificada e conseqüente. Segundo seu *site* institucional as IES particulares perceberam a necessidade de constituição de um amplo espaço de debate, no qual as diretrizes conceituais da extensão pudessem receber contribuições de todas as instituições de ensino superior particulares brasileiras, sem distinção quanto ao seu regime estatutário (disponível em <http://www.extensao.com.br>).

No momento, estes três fóruns reúnem as principais discussões sobre extensão universitária no Brasil. Todo esse movimento revela que o extensionismo latino americano passa a ter uma nova perspectiva com base na formação de redes e fóruns de extensão universitária em nível local, regional, nacional e até internacional. No plano internacional o destaque fica para *Unión Latino Americana de Extensión Universitária* entidade que congrega organizações de toda a América Latina em prol da organização da extensão universitária.

#### **4.1.2 Aspectos Jurídicos da Extensão Universitária**

Do ponto de vista jurídico, a primeira referência legal à extensão universitária na legislação brasileira vai ser encontrada no Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que regulamenta o Estatuto das universidades brasileiras e a define da seguinte forma: “a extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da universidade, dando assim maior amplitude e

mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo” (BRASIL, Decreto 19.851/31).

Deste modo, o Decreto estabelecia que a instituição universitária deveria elevar o nível da cultura geral do povo e que a extensão, por sua vez, deveria dilatar os benefícios da atmosfera universitária aos que não estão diretamente vinculados a ela por meio de cursos, conferências e demonstrações práticas, que visavam, entre outros objetivos, à solução de problemas sociais. Da leitura do texto destacado é possível perceber que subjacente a essa proposta estava o objetivo de propagar as idéias liberais de uma classe social hegemônica que se instalara no poder. Segundo Nogueira “nesse período, a extensão acabou beneficiando a classe que já tinha acesso ao ensino superior, mantendo excluídas desses benefícios às camadas populares que não tinham poder econômico nem político” (NOGUEIRA,2001p.59).

Em 1961, com a promulgação da Lei 4.024 de 1961, que estabelecia às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a extensão universitária volta a ter a atenção do legislador brasileiro que procura a sua institucionalização. No artigo 69 da Lei 4024/61 o legislador prevê que nos estabelecimentos de ensino superior, podem ser ministrados cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos aos candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos por estes institutos. Dessa forma a extensão torna-se institucionalizada e fica reduzida mais a cursos ministrados por docentes e dirigidos, de modo geral, a uma clientela já ligada às universidades, seja freqüentando seus cursos regulares ou portadores de diplomas universitários.

A ideologia liberal presente na legislação educacional brasileira não demorou a provocar reações, sobretudo, nos estudantes universitários organizados, principalmente na UNE, que influenciados pelos ideais da reforma de Córdoba, pediram mudanças na extensão universitária para torná-la mais aberta e sintonizada com as lutas populares. Contudo, essas



propostas foram abortadas pela mudança de regime provocada pelo golpe militar de 1964. Mesmo assim, as idéias defendidas pelos estudantes foram, de certa forma, apropriadas pelo governo militar e transformadas em programas assistencialistas como o CRUTAC e o Projeto Rondon, tornando a ação extensionista em uma ação assistencialista junto às comunidades, moldadas pelo ideal desenvolvimentista dessa época.

Em 1968, após anos de debates no meio acadêmico e no governo é promulgada a Lei nº 5.540 de 1968 que estabelecia a reforma universitária. Essa lei introduziu, no plano formal, nas universidades brasileiras uma nova concepção de universidade, institucionalizando o princípio da indissociabilidade entre ensino e a pesquisa. A extensão tratada de forma secundária é disciplinada pela lei da seguinte forma:

Art. 20 – [...] as universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.

Art. 40 – [...] as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento (BRASIL, Lei 5540/68).

Pela análise desses artigos podemos perceber que permanece a influência das duas vertentes presentes nas atividades de extensão do início do século que são o ensino, mas dentro de uma concepção das universidades européias, e a dimensão do serviço, mas presente nas universidades americanas. Outra questão importante é que com essa redação a universidade continua sendo vista como uma entidade que transmite às comunidades seu ensino e o resultado de suas pesquisas, de forma pouca crítica, paternalista e isolada. Em outras palavras, a lei 5.540/68 determina que as universidades e as instituições de ensino superior deverão estender à comunidade suas atividades de ensino e os resultados de sua pesquisa, por meio de cursos, seminários e da prestação de serviços.

Na década de 70 o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) traça novas diretrizes para a extensão universitária com o objetivo de sensibilizar os dirigentes universitários sobre a necessidade da extensão. O CRUB propõe que a extensão universitária seja considerada um desdobramento lógico de atividades didáticas, estabelecendo que ensino, pesquisa e extensão constituem o tripé sobre o qual repousa a idéia de universidade. Em 1975, é elaborada pelo governo federal a primeira política de extensão universitária no país com o Plano de Trabalho e Extensão Universitária. Para Nogueira:

[...] esse plano é concebido sob um forte controle da censura, mas representa um significativo avanço conceitual na extensão. O plano é elaborado em uma fase de disputas de poder no MEC com outros ministérios, em uma demarcação de espaço de atuação, pois vários deles coordenavam programas de extensão envolvendo estudantes muitas vezes sem a participação das Universidades e do próprio MEC. A oportunidade de assumir, de certa forma, o controle da situação e apresentar propostas e diretrizes surge quando, a pedido dos reitores o MEC cria uma comissão interministerial que tinha como função promover a integração entre os programas CRUTAC, coordenados pelo MEC, e o Projeto RONDON coordenado pelo MINTER.

O plano de trabalho de extensão universitária constitui importante marco político para o MEC que, com ele, assegura para si a competência de propor a política de extensão às universidades brasileiras. O plano traz um conceito de extensão que supera todos aqueles encontrados nas legislações anteriores:

[...] A extensão é a forma através da qual a instituição de ensino superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas percebendo o influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (MEC/DAU,1975).

Da leitura deste conceito percebemos que a extensão deve atender a organizações, outras instituições e populações de um modo geral, o plano indica em direção de quem deveria dar o compromisso da universidade não priorizando a clientela historicamente atendida pelos cursos de extensão. Por outro lado, ele sugere a relação entre as atividades

acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última o componente pelo qual se faria repensar as outras duas. E, por último, a idéia de comunicação entre a universidade e sociedade não mais em um sentido de troca elitista de transmissão de conhecimento, mas no sentido de troca entre saber acadêmico e saber popular, que teria, como resultado, a produção de um conhecimento já confrontado com a realidade.

Este plano descreve ainda as formas pelas quais a extensão deveria ser processada: cursos, serviços, difusão cultural, difusão de resultados de pesquisa, projetos de ação comunitária, além de outras formas de atuação, de que a realidade na qual a instituição se encontrasse inserida viesse a necessitar. Pode ser considerado, outro avanço do plano o fato de ele superar a proposta da /lei 5.540/68, que restringia a extensão à participação de estudantes, agora procurando envolver também docentes.

Na década de 90 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 20 dezembro de 1996, no art. 43, inciso VII, que trata das finalidades da educação superior registra: *Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição* (BRASIL,1996).

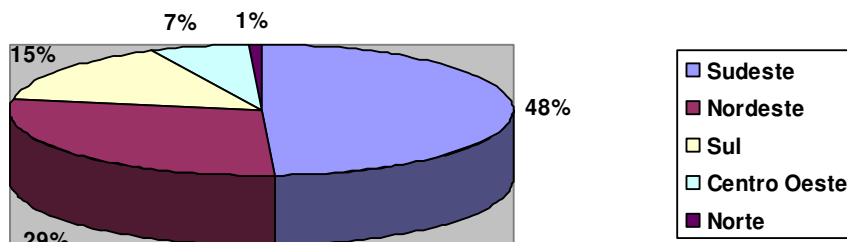
A LDB não avança na perspectiva de ver a extensão como um veículo de difusão das conquistas científicas produzidas dentro da universidade, mas, inspirada pela Constituição Federal de 1988, escreve que essa extensão deve ser aberta a participação popular. Interessante ainda anotar o que traz o art. 53 que trata das atribuições universitárias relativas a autonomia, inciso X, parágrafo único que estabelece “Para garantir a autonomia didático-científica das universidades caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis sobre: IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão” (BRASIL,1996).

Fica patente a superficialidade no tratamento da questão da extensão universitária que pode ser também observada no Plano Nacional de Educação que determina que devem ser instituídos programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, da extensão e, no caso das universidades, também da pesquisa (MEC/Plano Nacional de Educação, 1998)

Do ponto de vista da prática extensionista, realizamos com ajuda do Sistema de Informações sobre a Extensão (SIEX Brasil) um mapeamento das atividades de extensão universitária no Brasil, no período compreendido de janeiro de 2001 até novembro de 2005. Esse mapeamento foi delimitado no tempo em razão da dinâmica a extensão universitária que se altera com grande frequência. Nesse período chegamos a um universo de mais de 8.000 registros de atividades de extensão universitária no Brasil realizada pelas universidades públicas do Brasil. As universidades comunitárias e privadas não foram contabilizadas pela inexistência de dados e por representarem menos de 20% da prática extensionista.

Verificamos que o maior número de atividades de extensão estão concentradas na Região Sudeste, seguida da Região Nordeste, Região Sul, região Centro-Oeste e Região Norte. A liderança da Região Sudeste é explicada pela maior organização e orçamentos de universidades na Região. A região Nordeste, por sua vez, é conhecida entre os extensionistas pela capacidade propositiva de programas e projetos de extensão. O gráfico abaixo apresenta o percentual de atividades de extensão por região no Brasil nas universidades públicas. Os dados das universidades particulares e comunitárias não estão disponíveis.

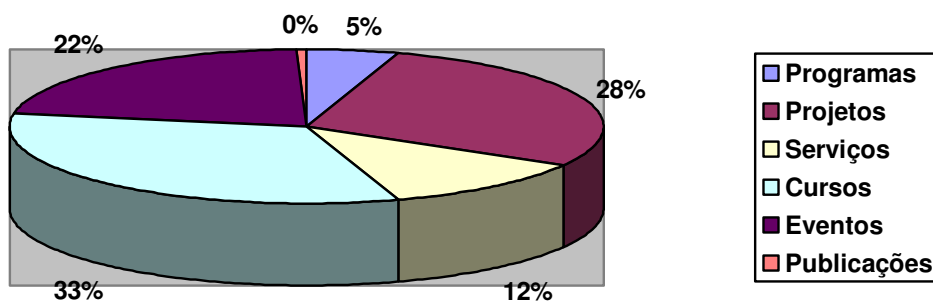
**Gráfico 1 - Atividades de extensão universitária por região do país**



Fonte: Dados pesquisados no SIEX/ Brasil. Atualizado em novembro 2005.

O gráfico 02 apresenta a distribuição da extensão nas universidades públicas por tipo de atividade. Com ele podemos perceber que as atividades de extensão ainda são pontuais e não pressupõem a continuidade. Poucas atividades são realizadas dentro de programas com maior perenidade. Vemos nesse gráfico que o maior número de atividades na extensão acontecem na forma de cursos de atualização e de línguas estrangeiras.

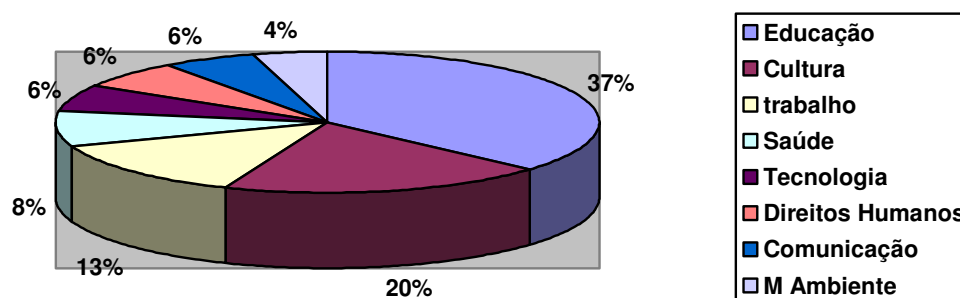
**Gráfico 2 - Distribuição percentual da extensão por atividade**



Fonte: Dados pesquisados no SIEX/Brasil. Atualizado em novembro 2005.

A distribuição da extensão universitária no Brasil por área temática também não traz maiores surpresas. O maior número de atividades se encontra na educação, seguida das atividades de cultura, trabalho, Saúde, Direitos Humanos, tecnologia e comunicação. Do ponto de vista prático o maior numero de atividades se dá com a educação de jovens e adultos. O gráfico 03 apresenta os resultados encontrados.

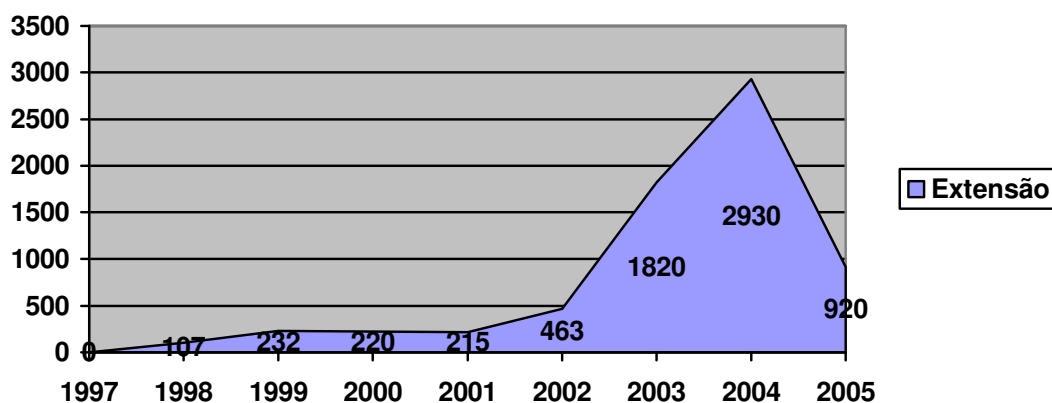
**Gráfico 3 - Distribuição percentual da extensão por área temática**



Fonte: Dados pesquisados no SIEX Brasil. Atualizado em novembro 2005.

Por fim, o gráfico 04 apresenta a evolução do número de atividades de extensão universitária desde 1998. É possível se perceber algum crescimento, contudo, muito pouco ainda é conhecido pelas universidades. A maior parte das atividades de extensão continuam invisíveis dentro das universidades.

**Gráfico 4 - Evolução da prática extensionista por ano**



Fonte: SIEX Brasil. Atualizados até novembro de 2005.

De maneira geral, podemos concluir, que a extensão universitária vive um momento de completa reformulação, pelas seguintes razões:

- I. Em primeiro lugar, temos uma estrutura arcaica e deficitária das universidades baseada em pró-reitorias distintas, na organização departamental e na relação interpares que impede o avanço da extensão universitária. É consenso entre os extensionistas que essa estrutura universitária não atende mais as necessidades da comunidade acadêmica no que diz respeito à extensão. Os extensionistas estão à busca de formas menos burocratizadas e mais flexíveis de organização dos programas e projetos de extensão.
- II. Outra questão importante é que a extensão continua ser a prima pobre da universidade. A falta de apoio à extensão na universidade e as referências negativas feitas à extensão e aos extensionistas são reveladoras da existência de um preconceito institucionalizado contra a extensão dentro das universidades. Quando buscamos a origem desse preconceito em nossa pesquisa verificamos que ele decorre do fato de que a extensão universitária no Brasil, mesmo aquela assistencialista, sempre esteve ligada a idéia de aproximação da universidade

dos setores populares. O mesmo preconceito destinado às pessoas oriundas das camadas populares de nossa sociedade é colocado contra a extensão universitária. Esse preconceito só poderá ser refutado com políticas afirmativas dentro da universidade, a exemplo das cotas, e a não hierarquização dos saber científico em relação ao saber popular.

III. Além disso, outra questão apontada como entrave ao desenvolvimento da extensão universitária no Brasil é a concepção da universidade como centro do conhecimento. A própria palavra extensão remonta essa idéia de que a universidade é o centro de produção do conhecimento que é estendido para a comunidade. O fortalecimento da extensão requer a superação desse paradigma e o reconhecimento está em diversos locais na sociedade como empresas, ONG's, movimentos sociais etc. Por fim, a falta de orçamento e de bolsas para a extensão são fatores que impedem o desenvolvimento dessa função dentro da universidade. Apesar do crescimento demonstrado nos gráficos a extensão universitária ainda está muito aquém daquilo que se espera das universidades no Brasil.

Todas essas questões preocupam os extensionistas em todo o Brasil e estão a apontar mudanças urgentes na extensão universitária. Neste clima de mudanças em que se procura dar a extensão um caráter mais aberto e democrático é que surge a idéia da extensão em rede. Neste momento, a extensão universitária tem a oportunidade de uma atuação em rede, isto é, de construção de uma grande cadeia de ação em conjunto favorecida pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Cada vez mais, a rede de extensão universitária pode buscar estar interconectada com outras redes sociais formadas por ONG's, movimentos sociais, empresas, instituições etc tendo em vista ações de solidariedade, mas também ações estratégicas em busca de reforçar



pleitos da sociedade e um fortalecimento de suas ações. A extensão universitária vem trabalhando, normalmente, em projetos específicos e localizados. Contudo, através das redes de extensão as universidades passam a ter a possibilidade de ampliar o seu debate, as suas reflexões, a produção e disseminação do conhecimento e, quem sabe, o poder de pressão e controle social sobre o próprio Estado.

Com efeito, a capacidade de inovação e produção nas sociedades modernas provém do conhecimento, hoje percebido, sobretudo, nos processos crescentes e açambarcantes da informatização. Para Demo, na verdade essa evolução em redes do capitalismo já fora prevista por Marx, quando definia a mais-valia relativa como aquela propulsionada pela ciência e pela tecnologia, ou seja, em vez de explorar apenas a força física do trabalhador, passaria a explorar, sobretudo a sua inteligência (DEMO, 2001).

Deste modo, a rede passa a ser uma forma de conectar mais cada programa ou universidade, mantendo o seu espaço específico de luta (trabalho) e os seus projetos. A rede é uma forma de conectar projetos específicos dentro do movimento de extensão universitária como outros movimentos na sociedade. Ela representa uma ilustração da complexidade da sociedade e uma riqueza ao permitir contemplar a heterogeneidade da sociedade a diversidade social. É preciso repensar o extensionismo nessa dimensão mais ativa, em que os discentes e a população em geral sejam atores mais ativos e que o objetivo maior seja a construção de uma sociedade de paz, mais justa, mais humana e mais feliz: *Certamente essa é a grande revolução de que se necessita hoje* (GURGEL, 2001, p.27).

Portanto, em nossa opinião, a extensão universitária vive um momento de transição de um modelo hierarquizado para um modelo mais horizontal baseado nas redes. Contudo, essas mudanças sofrem a atuação de grandes forças restritivas como a cultura burocrática de nossos dirigentes. Mas, o que vem a ser mesmo esse modelo em rede? Quais as

suas características? Em que ele contribui para concretização do compromisso social da universidade? São respostas a estas questões que trataremos no próximo item.

## **5. AS REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

---

Realizada a revisão conceitual, nosso objetivo seguinte foi investigar na prática social dos diversos atores que fazem a extensão no Brasil à emergência de um novo modelo de organização baseado na articulação em rede. Diante disso, buscamos investigar as redes extensionistas no país, não só através de categorias teóricas de análise, mas, também, através da prática política dos diversos atores sociais. Para tanto, realizamos um estudo de caso múltiplo com três experiências que se autodenominam redes, são elas:

- I. A *Rede Nacional de Extensão Universitária (RENEX)*, rede nacional formada por professores, estudantes e funcionários ligada as IES públicas brasileiras.
- II. A *Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU)*, rede nacional formada por estudantes universitários que participam de atividades de extensão em todo o Brasil.
- III. E a *Rede UNICIDADANIA*, formada por universidades, ONG's e movimentos sociais comprometidos com a defesa e a promoção dos direitos humanos no Brasil.

Essas três experiências foram escolhidas, em primeiro lugar, porque em seus objetivos está a proposta de uma atuação em forma de rede. Em segundo lugar, porque não estão restritas a uma determinada localidade com características específicas, ao contrário, têm uma abrangência nacional. Em terceiro lugar, pela sua relevância e alcance social. E, por

último, por se tratarem de experiências consideradas pioneiras em redes de extensão universitária no Brasil.

Além disso, as três experiências têm características diversas: na primeira predominam dirigentes de universidades e professores; na segunda predominam estudantes universitários; e na terceira temos a presença marcante das entidades de direitos humanos. Acreditamos que essa diversidade nos permitiria identificar, de um lado, características em comum das redes, de outro, especificidades de cada rede estudada. É importante ressaltar que para realização dessa pesquisa participamos ativamente das atividades propostas por estas redes. É por este motivo, que nossa investigação tomou o contorno de uma observação participante.

Vimos na fundamentação teórica deste trabalho que no mundo globalizado há uma forte tendência nas organizações em pensar suas articulações e intercâmbios mútuos enquanto redes, como do pensamento científico em criar modelos analíticos e categorias que dêem conta dessa realidade. No campo social, os atores envolvidos tendem a conceber a rede como um meio real ou virtual de organização e troca de experiências, ou ainda, como uma das novas formas de articulação solidária e política.

Para o pensamento científico, os estudos das ações coletivas na perspectiva de rede ora as trata como um elemento da sociedade da informação que, em si, estrutura-se cada vez mais sob a forma de rede, ora como uma metodologia adequada para investigar essas relações ou articulações das instituições no mundo globalizado, cujas características merecem novas formas de entendimento.

Nessa perspectiva, já tem sido bastante exploradas as dimensões solidárias e estratégicas das redes da sociedade civil ou das redes do mercado. Suas peculiaridades já tem sido alvo de estudos no Brasil e no mundo. Todavia, em relação à extensão universitária a teoria das redes merece um reexame à luz das características específicas dessa instituição.

Trata-se de acrescentar essa nova dimensão e examinar como ela pode vir a realimentar e redefinir as dimensões anteriores, e vice-versa, numa dialógica entre prática e teorização da realidade.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que as redes de extensão universitária avançarão na sociedade complexa, globalizada, informatizada, á medida que as universidades e IES aprofundarem formas de relações sociais já emergentes, como a solidariedade local e planetária, fortalecerem-se politicamente, e ampliem sua legitimidade na sociedade como um todo. Nesse sentido, buscamos observar (mapear) a dinâmica dessas redes de extensão universitária no Brasil e suas relações com outras redes sociais, através da participação tanto, presencialmente, como virtualmente em seus encontros, debates, seminários, reuniões, campanhas etc.

Buscamos também investigar essas redes através do engajamento em seu processo organizativo e em suas lutas específicas. Nessa via de mão-dupla nos tornamos, ao mesmo tempo, pesquisador e ator social, na medida em que procuramos contribuir para a organização e avanço dessas redes de extensão universitária no Brasil. Buscamos nas experiências concretas das redes analisadas, verificar de que forma as dimensões solidarísticas, estratégicas e do pensamento social crítico estão contempladas, relacionam-se entre si e se complementam em direção à construção de um movimento extensionista mais emancipatório.

Da mesma forma que as tecnologias de geração e distribuição de energia tornaram possível à fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, as novas tecnologias de comunicação e informação, sobretudo a *Internet*, passaram a ser a base tecnológica para a forma organizacional da sociedade da informação, que passou a se organizar em uma rede<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> O uso das novas tecnologias explodiu nos últimos anos. Só a *Internet* como sistema de comunicação têm permitido o acesso de 400 milhões de pessoas à rede mundial de computadores segundo dados de 2001. Pesquisas confiáveis apontam que em 2005 já teremos mais de 1 bilhão de pessoas interconectadas na rede. Em 2010 esse número vai dobrar para 2 bilhões de usuários. Mesmo considerando uma desaceleração do avanço

Nas últimas três décadas ocorreram mudanças estruturais nas sociedades que atingiram a todas as pessoas tanto do ponto de individual como coletivo. Essas mudanças estruturais têm sido provocadas por uma revolução no campo das novas tecnologias de informação e comunicação, que nos coloca em um momento de transição paradigmática. A complexidade e a interconexão em rede passam a ser as novas formas de se ver o mundo e as organizações.

Como a *Internet* foi criada para ser uma tecnologia de livre disseminação, atividades econômicas, políticas, sociais e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela rede e em torno dela mostrando que a influencia da rede está além do número de usuários. De fato, estar excluído desse processo é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão de nosso tempo<sup>37</sup>.

É por este motivo que diversas iniciativas da sociedade civil estão sendo articuladas em fóruns e redes da sociedade civil dando início a uma nova esfera pública. A *Internet* que já foi militar, acadêmica e empresarial hoje é social. Nesse sentido, Brunner afirma que essas transformações podem ser percebidas com grande intensidade na educação, pois esta sempre esteve profundamente imbricada com as tecnologias no campo da

---

dessa tecnologia em comunidades dominadas pela pobreza e pelo atraso tecnológico, esses números são surpreendentes. É preciso levar também em consideração que existem diversas iniciativas de inclusão digital, desde a criação de infocentros a computadores de 100 dólares, que pretendem levar essa tecnologia a um maior número de pessoas. No Brasil, já são 10% da população brasileira com acesso a rede mundial de computadores<sup>36</sup>. Contudo, a velocidade das transformações neste campo e a criação de programas de inclusão digital, cidades virtuais e infocentros tem trazido perspectivas animadoras nesse terreno. As projeções feitas pelos especialistas informam que nos próximos 10 anos, teremos mais de 80% da população com acesso a *Internet* por meio de computadores, celulares, *paggers*, televisores, *handhelds* entre outras formas. Por outro lado, até o final do ano de 2005 alcançaremos o nível máximo de transmissão de dados de 2.5 *gigabites*. Esse é um valor muito grande em relação à velocidade de conexão atual que alcança um máximo de 622 *megabites* no eixo Rio x São Paulo que detém a maior velocidade de conexão.

<sup>37</sup> Do lado dos que vêem a situação com otimismo temos o filósofo francês Pierre Lévy que forjou o conceito de inteligência coletiva a partir das redes. Para Levy a inteligência coletiva é uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. Nesse sentido, Levy não descarta a possibilidade das redes de informação virem a reproduzir e amplificar distorções da cultura de massas, mas acredita que se deve aproveitar o potencial de coletivização do saber contido nas novas tecnologias (LEVY, 1997). Contrário a esse processo, filósofos como Jean Baudrillard, não são tão otimistas, pois, para eles a *internet* traz caos, confusão e informações que não são confiáveis, estimulando aceitação acrítica e superficialismos. Já o filósofo Armand Matterlart vê na globalização tecnológica um instrumento dos que detêm o poder econômico. Para eles, a liberdade de informação e expressão na era digital continua mais plena para a elite do que para a maioria dos cidadãos (BAURILLARD e MATTERLART *apud* REVISTA NOVA ESCOLA n° 185).

comunicação. Para este autor, os sistemas de comunicação sempre serviram de suporte para os processos de ensino e aprendizagem o que põem a educação no terreno das tecnologias (BRUNNER, 2004)<sup>38</sup>.

Deste modo, essa nova revolução na sociedade, chamada de revolução das redes, acontece também na educação colocando os sistemas de comunicação e informação, mais uma vez, no centro das preocupações dos educadores. Nesse aspecto, Brunner não deixa de ressaltar que este fato é até certo ponto curioso porque os estudos na área da educação não costumam levar em consideração, com raras exceções, os sistemas de comunicação e informação que estão na sua base, tratando esses sistemas como um elemento alheio ao processo educacional, ou na melhor das hipóteses, como um fator externo que deve ser trazido para a educação de forma meramente instrumental, como uma caixa de ferramentas que se utiliza na missão transcendental de educar (BRUNNER, 2004)<sup>39</sup>.

Sendo assim, a educação enfrenta hoje um período de mudanças em escala mundial, orientados pela sociedade da informação. A intensidade, velocidade e impacto dessas mudanças, que criam fluxos de interações e redes locais, nacionais e globais obrigam todos nós a repensar os vínculos entre educação e sociedade, política e economia, cultura e desenvolvimento. Todo esse processo modifica radicalmente as relações entre conhecimento e sociedade, entre saber científico e saber popular, alterando profundamente a forma de produção e socialização do saber.

Cada vez mais reconhecemos que não devemos hierarquizar o saber científico em detrimento de outras manifestações de saber (popular, empresarial, etc) em razão da

---

<sup>38</sup> A exemplo da comunicação oral, a criação do alfabeto e da escrita, que são consideradas as primeiras tecnologias de informação; do surgimento da imprensa; da comunicação eletrônica mediada; até a forma da sociedade da informação baseada nas tecnologias de rede.

<sup>39</sup> Para Brunner, isso é um erro, pois o surgimento da universidade e das escolas eclesíásticas na Idade Média pode ser considerado como a primeira revolução tecnológica na história da educação; a transferência da universidade e da escola para a esfera estatal com a segunda revolução tecnológica; as exigências da Revolução Industrial no campo da educação como a terceira; e o aparecimento das novas tecnologias de informação com a mais recente revolução. Em outras palavras, as tecnologias de informação e comunicação sempre estiveram associadas ao processo educativo e vice-versa (BRUNNER, 2004).

compreensão de que a universidade não é o centro da produção do conhecimento, que, nos dias atuais, é produzido em diversos movimentos sociais e empresas de uma forma mais natural e orgânica. Diante disso, a universidade precisa construir uma forma de produzir o conhecimento científico em interação com outras formas de conhecimento.

O efeito convergente de todas essas causas tem provocado uma grande desestabilização no modelo atual de universidade que sofre de uma fratura em sua identidade e em sua cultura traduzidas por uma certa desorientação, paralisia, atitude defensiva e, principalmente, resistência a mudanças. Com isso, surge a necessidade de propor uma nova institucionalidade na universidade que a torne mais aberta e menos hierarquizada onde o conhecimento seja produzido de forma mais plural.

Contudo, propor essa nova institucionalidade na universidade não é algo muito fácil porque ela necessita de uma mudança de atitude e de valores dentro da própria universidade. Neste cenário, a extensão universitária ganha uma importância fundamental na medida em que se apresenta como a forma mais promissora de promover essa interação entre saberes e entre universidade e sociedade.

A extensão é a função da universidade que é vocacionada para viabilizar esse processo, esse diálogo entre as diversas práticas, além de permitir a produção do conhecimento em interação com a realidade, facultará a passagem da produção individual do conhecimento para uma produção coletiva do conhecimento. Bem como permitirá à universidade o atendimento das necessidades individuais e coletivas dos sujeitos do direito.

O conhecimento universitário antes produzido de forma restrita e centralizada necessita atualmente ser elaborado de maneira plural, descentralizada e sem estratificação. A concepção pluralista de produção e difusão do conhecimento vincula sua expansão aos sistemas abertos ou redes que se intercomunicam promovendo o diálogo entre saberes.

Portanto, as redes passam a ser uma estratégia essencial na produção do conhecimento dentro e fora das universidades.

A produção do conhecimento na extensão universitária articulada em rede encontra como obstáculo uma tradição burocrática e elitista dentro das universidades. Ainda que as transformações estejam acontecendo no mundo inteiro à universidade tem uma grande resistência a mudanças. Diversos atores que estão dentro da universidade não querem, de uma hora para outra, abrir mão de um acervo intelectual e de estruturas de poder já consolidadas.

Para que a produção do conhecimento em um sistema plural se instale é necessário reinventar conceitos e práticas dentro da universidade. No caso específico, para que uma cultura de produção do conhecimento em sistemas abertos e não hierarquizados (redes) aconteça é preciso rever desde o seu conceito até a sua prática. É por este motivo que entendemos ser esta uma condição *sine qua non* para uma recriação de uma extensão universitária emancipatória.

Nesse sentido, um conceito de extensão universitária em rede obedece a características próprias e não se confunde com a noção atual de prestação de serviços e de subordinação aos processos de pesquisa e ensino. Na perspectiva de formulação de um conceito de extensão que contemple essa nova realidade de organização em rede, desde o primeiro momento em que percebemos o cenário de formação de redes de extensão universitária no Brasil, pensamos em como captar sua dinâmica, na medida em que elas são extremamente dinâmicas, multifacetadas e ativas.

Em uma rede não há um centro de comando de onde partam as deliberações (ela não é hierarquizada, sua estrutura administrativa é horizontal e extremamente flexível) ela é composta de nós, pontos ou *clusters* de onde partem as informações, ações e estratégias. As deliberações, dentro de uma rede são tomadas de uma forma coletiva possibilitadas pelos fluxos de comunicação. Nesse sentido, não havia nas redes pesquisadas um órgão



centralizador das deliberações, embora, alguns pontos fossem maiores do que outros. Nesse sentido, a única forma de acompanhar o seu processo de deliberação e organização era acompanhando os seus encontros e debates tanto no mundo real como no mundo virtual.

Outro fator importante que precisou ser considerado foi o fato de que as redes não obedecem a uma territorialidade ou a um determinado espaço geográfico. Embora na análise das experiências que estudamos observamos o reconhecimento das redes como articulações nacionais, elas não comportam delimitação territorial. Elas são translocais, ou seja, ultrapassam a dimensão do local, constituindo-se em um espaço público virtual onde trocas são realizadas.

As redes analisadas realizam encontros presenciais como seminários, oficinas, encontros, mas é, sobretudo, no espaço virtual da *Internet* que elas mantêm a disposição um ponto de encontro permanente para debates e reflexões. Nos *sites* bem como listas de discussões, fóruns etc seus membros se encontram, trocam experiências, avaliam informações através da publicidade de opiniões. Nesse aspecto, esses espaços virtuais são bastantes democráticos e permitem a participação de pessoas do mundo todo que se agregam por afinidades em comunidades específicas, e o mundo virtual influencia o real e vice-versa, para compreendemos melhor a dinâmica dessas redes observamos a participação dos interessados na esfera virtual e presencial vinculados às redes estudadas.

Outra questão importante foi a dinâmica de criação e destruição de pontos dentro da rede, é comum que alguns pontos deixem de existir e outros sejam criados. Mas o importante, é que novos pontos sejam sempre criados para substituir os extintos. É por este motivo que na dinâmica de uma rede, alguns membros podem desligar-se, sem prejuízo para o seu funcionamento, desde que outros assumam seu lugar. O crescimento é dado pelo número maior de entradas do que de saídas, sendo que a sua permanente mutação torna impossível a

mensuração, é por este motivo, que afirmamos: uma rede não pode ser medida ou avaliada, mas apenas mapeada.

Por todos esses critérios é que chegamos à conclusão de que a rede não pode ser estudada a partir da posição tradicional de pesquisador-observador ao avaliar as ações que envolvem os grupos estudados. A dinâmica particular das redes exigia uma nova postura frente ao objeto de estudo, assim, tivemos que buscar nos métodos de observação participante da antropologia e da pedagogia aberta, os meios necessários para realização dessa pesquisa.

Em outras palavras, nosso estudo de caso foi construído através de uma metodologia participativa de observação das experiências das redes de extensão universitária, por isso não nos colocamos na posição de um mero espectador dos processos sociais, mas agentes desse processo vivenciando as redes e sua cultura. Através da linguagem usada neste meio buscamos interagir com os atores sociais participantes.

Naturalmente, essas dimensões relatadas não se apresentam de maneira uniforme em todas as experiências estudadas. Pode haver a ênfase em torno de uma ou duas dessas dimensões, e nem por isso uma experiência será menos válida que a outra. Contudo, as reflexões adiante apresentadas foram realizadas com base nas atitudes concretas assimiladas e é por este modo que a reflexão crítica tem melhores chances de se realizar.

E o concreto vivido já é em si aprendido, que aqui foi expresso de forma muito contundente em relatos ou histórias colhidas durante o processo de pesquisa com professores, estudantes e representantes da sociedade civil, portanto, apenas para fins de sistematização na análise é que essas dimensões merecem ser distinguidas, pois, na prática, o que interessa é seu caráter de imbricação no interior de uma rede em movimento continuado e na qual o sujeito se encontra num permanente vir a ser. Em nossa análise, utilizamos alguns critérios comuns às redes para avaliação das experiências:

I. Em primeiro lugar, buscamos identificar a *origem* da rede e critérios de

*identidade* que indicam a sua robustez.

- II. Em segundo lugar, buscamos identificar qual o *conceito* e principais *temáticas* que mobilizam a rede.
- III. Em terceiro lugar, examinamos o nível de *participação* que indica a consolidação do ambiente de rede, o reconhecimento, a utilidade e legitimidade da rede, levando em conta as interações e a colaboração dos atores.
- IV. Em quarto lugar, analisamos a *geração e troca de conteúdo* que indica a intensidade da produção e da troca de informação e conhecimentos.
- V. Em quinto lugar, analisamos a *interatividade e conectividade* que indica se os fluxos de informação convergem para o todo e/ou suas ramificações de acordo com a intencionalidade da rede e os interesses dos integrantes.
- VI. Em sexto lugar a *adesão* que indica a ampliação da rede com a entrada de novos atores;
- VII. Em sétimo e último, as *ações* dessas redes que demonstram rupturas com as formas tradicionais de se fazer à extensão universitária no Brasil.

Com base nesses aspectos, faremos uma análise das experiências de extensão universitária pesquisadas.

## 5.1. A REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (RENEX)

**1. Origem e identidade.** A primeira rede de extensão universitária que analisamos em nosso estudo de caso foi a *Rede Nacional de Extensão Universitária (RENEX)*. Quanto à sua origem, as primeiras discussões para criação da RENEX surgiram dentro das

universidades públicas federais brasileiras, no mesmo momento em que estas instituições discutiam a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Extensão (PNE). As universidades públicas destacavam não só a necessidade de elaboração de um PNE, mas a necessidade de:

- I. construção de um banco de dados com informações sobre a extensão universitária;
- II. construção de uma proposta de avaliação da extensão universitária nas universidades públicas;
- III. formação de uma rede nacional de professores, estudantes e funcionários para socialização das discussões sobre a extensão universitária no Brasil<sup>40</sup>.

Logo após a elaboração e lançamento do PNE pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1998, foi lançada a idéia de criação de uma rede nacional de instituições de ensino superior públicas com o objetivo de trocar experiências e informações sobre a extensão universitária no Brasil. No processo de criação dessa rede a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com grande influência no FORPROEX, assumiu a tarefa de mediar e alimentar a rede nacional que passou a se chamar RENEX. Além disso, a UFMG passou a ser, também, a entidade hospedeira do banco de dados de informações da extensão universitária chamado de Sistema de Informações sobre a Extensão ou SIEX/Brasil.

Assim nasceu a RENEX, que no primeiro momento contou com a filiação de 583 membros cadastrados entre professores, estudantes e funcionários que participavam de programas e projetos de extensão nas universidades públicas brasileiras. Segundo o *site* institucional da RENEX, a rede nasceu com a missão de:

ser um espaço público para debates, repasse de informações, notícias, integra de documentos, calendários de eventos, *links* com as pró-reitorias de

---

<sup>40</sup> Ver Informativos da RENEX de nº 01 a 17.

extensão das universidades públicas, órgãos governamentais, movimentos sociais e outras redes sociais (disponível em: [www.renex.org.br](http://www.renex.org.br). Acesso em nov. 2005).

De uma rápida leitura desse enunciado percebemos que a RENEX tem como objetivo ser um espaço público tanto virtual como presencial das universidades públicas brasileiras para debate, socialização de informações e articulação de ações de extensão universitária no país. Além disso, a RENEX também foi criada para interligar as universidades públicas brasileiras com rede do governo (MEC, CAPES, CNPq etc), com outras redes universitárias e sociais (Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária - RENAJU, Rede Nacional de Incubadoras Universitárias, Rede UNIDA, etc) e com redes internacionais de extensão (*Unión Latino Americana de Extensión*). A experiência da rede latina americana, inclusive, serviu de inspiração para a criação da RENEX no Brasil.

Quando tratamos da origem da RENEX não podemos deixar de dar um destaque especial para o FORPROEX. Do ponto de vista histórico, este fórum foi criado em 1987 para ser um espaço público de articulação, discussão e socialização de experiências de extensão universitária das universidades públicas e de construção de uma política social e acadêmica para a extensão universitária no Brasil. O FORPROEX foi pensado para ser uma articulação, um espaço institucional que reúne os pró-reitores de extensão e coordenadores de extensão das principais universidades públicas brasileiras. Sem dúvida, o FORPROEX tem tido um importante papel nas discussões sobre extensão universitária no país e na montagem da RENEX.

É importante esclarecer, inicialmente, que o FORPROEX não é mais uma entidade representativa das universidades públicas ou de seus dirigentes. Ele é uma articulação que tem como missão o fortalecimento da extensão universitária como função da universidade, em que pese, alguns dirigentes compreenderem o FORPROEX como uma organização de dirigentes.

Tomando por base seu regimento interno, são considerados membros natos, com direito a voz e voto, os pró-reitores de extensão e titulares de órgãos congêneres das instituições públicas de ensino superior brasileiras ou pessoas por eles designadas (disponível em: <<http://www.renex.org.br>>. Acesso em: 27 nov. 2005)<sup>41</sup>.

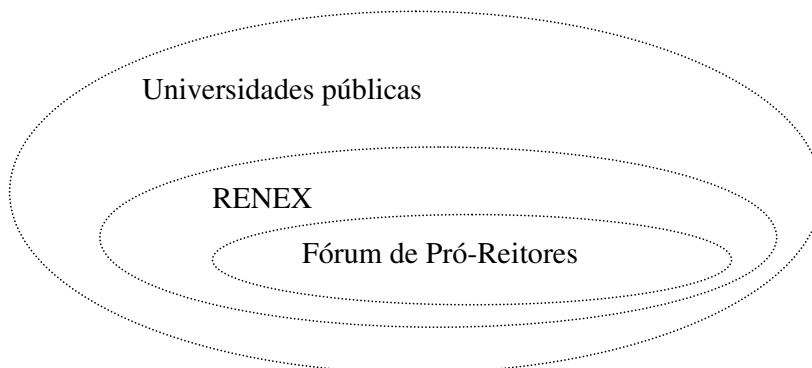
Esse critério de adesão adotado pelo FORPROEX, apesar de compreensível, tem sido amplamente criticado pelas IES particulares e comunitárias que se sentindo excluídas do processo, reagiram à posição das universidades públicas defendendo que o fórum deveria ser de todas as IES e não somente das públicas. Como não houve mudança nos critérios de filiação do fórum, as IES particulares e comunitárias acabaram por constituir seus próprios fóruns de extensão, para a defesa dos seus interesses específicos, como já foi dito anteriormente.

O FORPROEX, em verdade, se constitui como uma rede que articula pró-reitores e coordenadores de extensão das universidades públicas brasileiras apesar dos critérios rígidos de filiação e participação. Na figura abaixo, podemos ver a posição do FORPROEX dentro da RENEX. Num campo menor encontramos o fórum, em seguida a RENEX, depois as universidades públicas, levando em conta a fractalidade das redes.

---

<sup>41</sup> Conforme seu regimento interno o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras tem como objetivos: a) propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das pró-reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras; b) manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades Públicas Brasileiras; c) manter articulação permanente com os demais fóruns de pró-reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica; d) manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das universidades públicas; e) incentivar o desenvolvimento da Informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de Extensão realizadas pelas instituições públicas de ensino superior brasileiras.

**Figura 19 – Articulação entre a RENEX e o Fórum de Pró-Reitores das IES públicas**



Em outras palavras, o FORPROEX é uma rede dentro de outra rede que é a RENEX que se apresenta como uma rede multiníveis. Essa compreensão de que o FORPROEX é uma rede vem tomando cada vez mais corpo dentro do próprio Fórum. Só para exemplificar, como essa tem sido a compreensão mais atual, no *XXI Encontro Nacional dos Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras*, realizada em São Luis do Maranhão, no dia 23 de maio do corrente ano, as discussões giraram em torno de uma atuação em rede do Fórum, tendo em vista propiciar uma maior articulação interuniversidade. Contudo, para que o FORPROEX avance como uma rede será preciso superar seu caráter burocrático institucional herdado de uma cultura autoritária dentro da universidade.

Portanto, podemos afirmar que o FORPROEX se constitui em um *nodo* da rede, um *ponto*, um *cluster*<sup>1</sup>e, uma *rede* dentro de outra que é a RENEX. Entre pesquisadores é pacífico que os fóruns são também redes e a opção por este ou aquele nome não afeta o sentido político que os atores dão a essas redes.

Para o professor Edilson Corrêa pró-reitor de extensão da UFMG e ex-presidente do FORPROEX: “o que motivou a construção da RENEX foi a necessidade de articulação entre as várias experiências de extensão universitária no Brasil. O que se queria, era saber o que os outros estavam fazendo, era trocar experiências, metodologias, ações, campanhas etc” (Depoimento colhido e registrado no diário de campo, 2004).

Vemos deste modo que tanto o FORPROEX quanto a RENEX nasceram da necessidade de articulação entre as universidades públicas, ou seja, elas não são fruto de uma visão iluminada de algum pró-reitor, mas, de uma necessidade concreta, do desejo de se aproximar de outros com os mesmos interesses e dificuldades. Essas redes partem de um pressuposto de que só é possível enfrentar os graves problemas que afligem a sociedade e o Estado brasileiro com a união dos diversos segmentos institucionais e sociais.

Voltando a RENEX, criada para ser um canal de comunicação, o primeiro grande teste foi a divulgação e discussão da proposta de avaliação da extensão universitária elaborada pelo FORPROEX em 2001, este fórum sempre defendeu a idéia de que um dos meios para o fortalecimento da extensão universitária no Brasil como função da universidade, seria a sua colocação como um item básico do processo de avaliação institucional das IES no Brasil. Sendo assim, o FORPROEX criou uma comissão para debate e discussão de uma proposta de avaliação institucional para o projeto e submeteu o texto base produzido a toda a rede nacional através de uma lista de discussão na *internet*.

Conforme os depoimentos dos membros desta comissão, muitas contribuições chegaram a partir da divulgação do texto na RENEX, que analisadas consolidaram em uma proposta final que foi discutida no encontro de avaliação da extensão organizado pelo FORPROEX. Para os autores da proposta de avaliação o espaço da RENEX foi importantíssimo para divulgação da proposta e discussão coletiva do documento, com os envolvidos. Mesmo que as conversações dentro da RENEX não tenham tido um caráter deliberativo, mais sim consultivo, foi importante o processo de publicização da proposta para construir a sua legitimidade. Na opinião de Corrêa, a RENEX tem se constituído, dessa forma, em um local por excelência para o debate interuniversidades sobre extensão universitária:



[...] não há dúvida. O site da RENEX publica informações sobre documentos básicos do Fórum e de suas coordenações regionais, lançamentos editoriais (livros e revistas) e noticiário nacional sobre extensão e assuntos correlatos. Traz, ainda, a relação completa das instituições que compõem o Fórum, com nomes dos pró-reitores, endereços, correio eletrônico e *link* para as páginas de extensão das universidades. E não esqueçamos de que a RENEX publica o informativo RENEX enviando a mais de 500 assinantes, como forma de agilizar a comunicação entre pró-reitores, coordenadores de programas/projetos e pessoal administrativo das diversas instâncias de Extensão de Norte a Sul. Só é necessário um pouquinho de esforço mais na participação: informando eventos, mandando opiniões, apontando novos caminhos. Rede é isso, absoluto respeito às identidades institucionais, mas fluxo interno dinâmico, de energia construtora (Publicado originalmente no nº 17 do Informativo RENEX).

Esse depoimento introduz outro ponto de nossa discussão que é a participação dentro da rede. A RENEX foi criada para ser o canal de comunicação e articulação das universidades públicas, não obstante ela carece de um maior envolvimento de seus agentes muito embora, desde a sua fundação contar com a participação de mais de 500 membros em todo o país. Buscamos as raízes desse problema e conversando com vários membros encontrou-se os seguintes obstáculos:

Em primeiro lugar, a RENEX carece de uma base tecnológica mais ágil que permita uma maior interatividade dos atores. A lista de discussão criada no início de funcionamento da rede foi tirada do ar por problemas técnicos e substituída pelo Informativo RENEX, conforme informações dos mantenedores, com isso, houve uma redução da participação dos membros.

O segundo fator levantado foi o ostensivo caráter institucional que o FORPROEX impõe à rede como um todo. A RENEX foi proposta pelo FORPROEX para ser uma rede oficial de extensão e por isso herdou o peso da burocracia estatal e, por conseguinte o FORPROEX ainda exerce um controle excessivo sobre as ações da rede e da comunicação como um todo, ainda que seja possível fluir a comunicação de vários pontos.

Em nossa opinião os dirigentes do fórum ainda não têm a real compreensão do funcionamento de uma rede e raciocinam por meio de esquemas rigidamente enraizado, esse

tipo de controle burocrático exercido pelo FORPROEX dificulta o desenvolvimento, mas, a medida que a participação dos atores cresce diminui, proporcionalmente, o controle de quem quer que seja. Acreditamos que um dos grandes desafios da RENEX é instaurar sua autonomia, distanciando-se, cada vez mais, do FORPROEX.

O terceiro motivo alegado pelos atores é a falta de tempo e o excesso de atribuições dos coordenadores, é quase unânime a fala entre os professores e coordenadores sobre esse exagero, além disso, eles alegam a falta de apoio das pró-reitorias específicas e infra-estrutura nas universidades.

Por fim, um quarto e último motivo alegado e que inibe a participação na rede são as temáticas abordadas bem como a falta de uma visão mais crítica da extensão, uma vez que os temas dentro da rede circulam mais no campo da gestão da extensão. Contudo, em que pese todos esses fatores, a quase maioria dos entrevistados declarou que acha importante a manutenção, ampliação e participação na RENEX. Em resumo, a autonomia e a participação são duas questões fundamentais para a manutenção da RENEX.

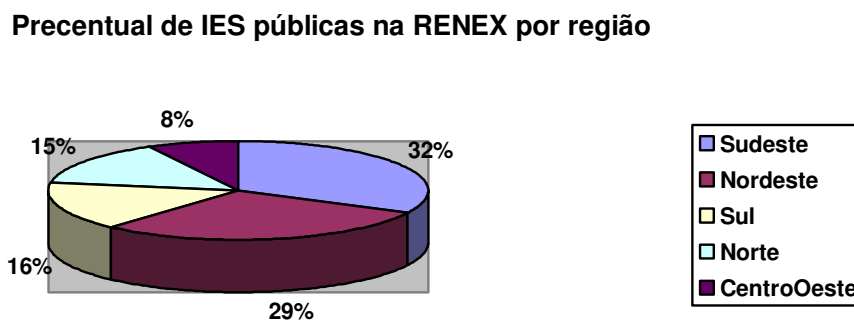
Quanto aos atores envolvidos, há predominância de professores, estudantes e funcionários do corpo técnico-administrativo que participam de programas e projetos de extensão em todo o Brasil, vinculados a instituições públicas de ensino superior, sua identidade está relacionada à universidade pública.

Para os mantenedores da RENEX a justificativa para essa restrição está no fato de que existem algumas demandas que são pertinentes somente à universidade pública, em sendo assim a presença de instituições de outra natureza dificultaria a construção de uma agenda em comum. Outro fator que é colocado como justificativa para essa restrição, respalda-se em que mais de 80% da pesquisa e da extensão estão nas universidades públicas. Deste modo, os membros da RENEX acreditam que o domínio da extensão está com as universidades públicas.

A esse fator podemos somar a discussão do tratamento da educação como um bem público. Opinou professores e estudantes da universidade pública que as IES comunitárias e particulares não são capazes de dar esse tratamento à educação, por conta disso as universidades comunitárias e particulares não são consideradas pelas universidades públicas como vozes legítimas para discutir a extensão, ressalvada a cordialidade existente entre tais instituições.

Se de um lado o protagonismo da RENEX está com as universidades públicas, por outro, ele não encontra distribuição equitativa entre os diversos segmentos que compõem sua comunidade acadêmica. A preponderância na RENEX está com pró-reitores, coordenadores e professores de universidades públicas que participam de programas e projetos de extensão, principalmente, nas instituições federais. Há uma maior participação das universidades públicas federais, principalmente, aquelas que estão sediadas no Sudeste do país, seguidas do Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

**Gráfico 5 - Percentual de IES públicas na RENEX por região**



Fonte: RENEX. Atualizado em novembro de 2005.

Essa maior participação das universidades públicas federais do Sudeste é explicada pelo fato de que essas universidades têm pró-reitorias de extensão mais organizadas e com mais recursos e onde também se encontram os principais pesquisadores e extensionistas

do país. Não é preciso lembrar que a Região Sudeste é a mais rica do país e como tal mantêm suas universidades bem equipadas e modernas.

A Região Nordeste aparece em segundo lugar em razão de uma forte vocação extensionista, sendo que a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) herdaram essa vocação com Paulo Freire. Os mediadores da rede também limitam a participação de entidades da sociedade civil e movimentos sociais afirmando que a RENEX é uma rede universitária, em virtude disso a participação na RENEX fica mais a cargo de gestores e professores ligados à extensão universitária sendo baixa a participação de estudantes e da sociedade civil organizada.

**2. Conceito e temáticas.** O conceito da RENEX é ser uma rede de universidades públicas voltada para a extensão, embora seja um sistema aberto e participem pessoas que podem não estejam vinculadas ao ambiente acadêmico público a procurabilidade pela RENEX se dá em razão dessa flexibilidade, além disso, três temáticas formam o eixo das discussões dentro da RENEX: I) Institucionalização; II) Avaliação; III) e Financiamento público.

Há uma forte preocupação com a institucionalização, para estes atores ela é o caminho mais curto e sustentável ao fortalecimento da extensão universitária como função da universidade. Essa realidade tem sido pensada de diversas formas:

- I. Como integração curricular dos créditos de extensão universitária.
- II. A extensão universitária fazendo parte da avaliação institucional das universidades no SINAES<sup>42</sup>.

Do ponto de vista da institucionalização, a RENEX dividiu a extensão universitária em áreas temáticas como uma forma de priorizar práticas voltadas ao

---

<sup>42</sup> Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior.

atendimento das necessidades sociais emergentes, como as relacionadas à área da educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda, bem como, enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidade e melhorar a qualidade da educação. As áreas temáticas são: comunicação; cultura; direitos humanos; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e trabalho.

Além disso, o FORPROEX elegeu como áreas essenciais para programas e projetos de extensão: a ampliação da oferta e melhoria da educação básica; programas e projetos relacionados à preservação e sustentabilidade do meio ambiente; melhoria da saúde e qualidade de vida; melhoria do atendimento à atenção integral à criança, aos adolescentes e aos idosos; participação nos programas de educação nas áreas de reforma agrária, promoção de atividades de desenvolvimento cultural, turismo regional, folclore e cultura popular.

A eleição de áreas temáticas e linhas programáticas dizem respeito ao esforço do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em direção a institucionalização e padronização do registro de programas e projetos de extensão universitária e alimentação do banco de dados do SIEX/Brasil. O fórum considera esse esforço de grande importância para que as universidades tenham informações mais precisas sobre a extensão em si, apesar de tudo a institucionalização não é um tema pacífico dentro da rede.

Muitos temem que o excesso institucional crie barreiras burocráticas na participação de programas e projetos de extensão universitária voltados para grupos sociais vulneráveis, por exemplo, a cobrança de taxas acadêmicas pode inviabilizar determinados projetos de extensão e favorecer a manutenção de uma política caça-níqueis. Outros colocam como obstáculo a falta de estrutura das pró-reitorias de extensão no Brasil, salvo algumas exceções, as pró-reitorias de extensão têm mais dificuldades para se organizar do que àquelas ligadas a outras funções acadêmicas. Os recursos destinados à extensão não permitem a

manutenção de cadastros atualizados das atividades, mesmo a participação de dirigentes, professores e alunos é limitada por restrições orçamentárias.

Mesmo que se queira fazer a institucionalização das atividades de extensão, as pró-reitorias não dispõem de pessoal e equipamento necessário a essa tarefa, portanto, a necessidade apregoada parece ser um critério um tanto arbitrário e digno de repúdio pelos segmentos da universidade. A institucionalização pode vir a acontecer, mas essa deve ser colocada em prática de forma gradual, na medida das condições de cada universidade e IES.

Além desse ângulo a avaliação da extensão universitária vem dominando as atenções da rede, já foram realizados três encontros nacionais sobre avaliação da extensão universitária e diversos documentos foram publicados sobre o assunto. A idéia mais forte hoje é de que a extensão universitária seja um indicador de avaliação da instituição e passe a compor o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), todavia, essa proposta esbarra na necessidade de aprovação do MEC que por sua vez tem que reconhecer as prioridades de cada IES.

A terceira temática diz respeito ao financiamento público da Extensão. A proposta de rede é de que a extensão universitária seja considerada como um bem público e como tal financiada pelo Estado, nesse sentido, a proposta mais forte é a criação de uma agência no país para financiamento da extensão, aqui também entra a relação com as fundações de amparo à pesquisa e à extensão.

**3. Geração e troca de conteúdos.** Quanto, à geração e troca de conteúdos na organização podemos afirmar que estas são feitas tanto virtual como presencialmente e há uma pluralidade de fontes dentro da RENEX, embora o FORPROEX seja a fonte principal. As trocas virtuais se dão através do *site*, mala direta, *e-mail* etc. as trocas presenciais acontecem durante os encontros de extensão em que seus membros se fazem presentes, a geração de conteúdos é feita, principalmente, pelo FORPROEX que alimenta a página

institucional da rede e o informativo RENEX, os dois principais canais de informação da rede, entretanto, essa produção de conteúdo é compartilhada em todo o país ressaltando sua pluralidade.

O Fórum também é o moderador da mala direta enviada aos participantes da rede, Até 2002 a RENEX mantinha uma lista de discussão que permitia maior interação de seus membros, não obstante, essa lista foi desativada por problemas técnicos conforme relatado pela UFMG, entidade moderadora. É sabido que a RENEX mantém um cadastro atualizado das universidades públicas e pessoas integrantes da rede de extensionistas no Brasil, para divulgação das ações de extensão universitária e coordenação do Sistema Nacional de Informações da Extensão (SIEX), esse cadastro, é atualizado diretamente pelas universidades públicas, dispondo de senhas para o lançamento de novos dados no sistema. Esse banco de dados mantém uma parte pública que pode ser consultada por qualquer pessoa interessada em conhecer programas e projetos de Extensão no Brasil. Na opinião do Professor Correa:

[...] a implantação do SIEX/BRASIL, vai facilitar a implementação de novas políticas de extensão pelas universidades públicas porque das mais de 80 instituições superiores que integram o Fórum mais de 80% já estão cadastradas no SIEX/BRASIL, com senhas próprias, aptas a fazer lançamentos de seus programas, projetos, cursos e eventos de Extensão, bem como de prestação de serviços. No site da RENEX está publicado o manual que facilita a inclusão desses dados. Quando completo, o SIEX será um instrumento para se acompanhar e medir, nacionalmente, a prática da Extensão, facilitando a integração inter-Universidades e se constituindo em acervo atualizado para a pesquisa da Extensão, no Brasil. (Depoimento colhido e registrado no Diário de Campo durante o 2º CBEU, 2004).

Em sua estratégia de comunicação, divulgação e articulação das ações de extensão universitária, a RENEX proporciona um boletim eletrônico trimestral (Informativo RENEX) com informações sobre a extensão no país, ações do FORPROEX e suas coordenações regionais, notícias sobre eventos, integra de documentos, noticiário sobre extensão etc. Esse *clipping* vem sendo distribuído eletronicamente para os extensionistas de todo o Brasil.

Nem só do espaço virtual vive a RENEX, a realização de congressos, encontros, seminários, oficinas e feiras são freqüentados, cotidianamente, por seus membros possibilitando a produção e troca de conteúdos bem mais interativos. Esses encontros presenciais podem ser locais, regionais, nacionais e até internacionais. Sem dúvida, a necessidade de articulação e socialização dos trabalhos com extensão levaram a que essas atividades sejam propostas. No cenário nacional, as primeiras discussões aconteceram dentro de encontros latino-americanos de extensão universitária promovidos pela *Unión Latino Americana de Extensión*, que depois passou a se chamar de encontros *Ibero-Americanos de Extensión Universitária* com a adesão de outros países de língua latina da Europa.

Dada a procura desses eventos pelos extensionistas o FORPROEX, que já vinha realizando encontros nacionais e regionais de pró-reitores de extensão universitária, com a colaboração de coordenadores de extensão e especialistas na área, passou a empreender esforços para a realização do primeiro encontro nacional sobre extensão universitária, dessa motivação surgiu, primeiramente, o *I Encontro Nacional de Avaliação Institucional da Extensão Universitária*, realizado no mês de junho de 2002, na cidade de João Pessoa (PB).

No mês de dezembro de 2002, na cidade de João Pessoa-PB, o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas juntamente com a Universidade Federal da Paraíba realizou o *I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU)*; o *II Encontro Nacional de Avaliação Institucional de Extensão Universitária* e a *I Feira Universidade e Sociedade*<sup>43</sup>. Destes eventos participaram diversas universidades públicas brasileiras, IES particulares e comunitárias e vários movimentos sociais. A realização de um encontro nacional dedicado exclusivamente à extensão universitária era um desejo antigo dos extensionistas de todo o Brasil, era preciso afirmá-la como função da universidade e para isso era preciso criar um

---

<sup>43</sup> Participamos de todos esses eventos na condição de expositores de um programa de extensão universitária.



espaço para sua reflexão. Na opinião da professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, pró-reitora de extensão da UFPB e presidente do ICBEU:

[...] um tempo e um espaço para pensar, repensar, discutir, trocar experiências, propor alternativas e definir estratégias para os caminhos da extensão no Brasil e ampliá-la como um fazer acadêmico sempre foi um desejo dos gestores, coordenadores, orientadores e estudantes que compõem a comunidade universitária extensionista. O FPREUB e a UFPB ao promoverem o ICBEU viabilizam tal momento! Sendo um espaço de discussão das idéias pelas quais tem-se norteado a extensão brasileira, o Congresso foi também um momento de encontro, de reforçar parcerias e construir novas, de mais uma vez mostrar à sociedade e divulgar as centenas de trabalhos produzidos por docentes, estudantes, técnico-administrativos e profissionais engajados em programas e projetos de extensão. A partir da temática central do Congresso - Universidade: conhecimento e inclusão social – as IES tiveram oportunidade de apresentar suas reflexões e práticas conquistadas através do trabalho da Extensão, comprometido com o processo de inclusão social como estratégia de conquista da Cidadania.

Continua a professora:

As IES e a sociedade tiveram a dimensão da Extensão, no que tange a inserção do conhecimento como fator de inclusão e transformação social, promovendo, deste modo, o intercâmbio e o aprofundamento a respeito da prática da Extensão. A participação de todos que fazem Extensão, neste momento em que se repensam e refazem os Projetos Pedagógicos das IES, confirmou os significativos avanços da extensão como fazer acadêmico necessário à formação cidadã e ao conhecimento comprometido e socialmente conseqüente. Não resta dúvida de que aproveitamos esta oportunidade para avaliar e propor alternativas de como a universidade pode contribuir para a concepção e implementação de políticas públicas de inclusão, nas suas mais diversas possibilidades de organização social, capacitação profissional, iniciativas cooperativistas e associativistas, que em última instância contribuirão para o enfrentamento da questão social no país (Texto apresentado na abertura do ICBEU e registrado no diário de campo).

Na opinião do professor Edison José Correa, pró-reitor da UFMG :

[...] o CBEU concretizam uma aspiração da comunidade universitária, tornado possível pelo empenho das universidades que, em nome do Fórum de Pró-Reitores das Universidades públicas Brasileiras, assumiu sua coordenação e execução. Uma contribuição decisiva deve ser creditada também às coordenações regionais e trabalhos. Nascido durante o IV Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária, realizado em Embu-SP, em novembro de 2001, com ele pretende alternar bianualmente o foco de atenção da academia e da sociedade.

No ano de 2004 tivemos a realização do 2º CBEU e do 3º *Encontro Nacional de Avaliação Institucional de Extensão Universitária*, na UFMG. O 2º CBEU e o 3º encontro de Avaliação da Extensão trouxeram uma novidade em relação aos eventos anteriores. Pela primeira vez os eventos eram organizados conjuntamente pelas universidades públicas, IES particulares e IES comunitárias, através de seus fóruns específicos. A organização conjunta do 2º CBEU foi um passo no sentido de uma maior integração dos fóruns de extensão, no entanto, se a participação das IES comunitárias e particulares pode ser comemorada no 2º CBEU o mesmo não acontece em relação a participação estudantil e dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais foram representados por apenas uma rede de mulheres de Minas Gerais. O forte peso institucional e acadêmico engessou o encontro.

Louvável é o intercâmbio que os dirigentes do FORPROEX têm mantido com IES de outros países latino-americanos, pois com isso, as discussões no Brasil têm sido fortemente influenciadas pela participação de dirigentes de extensão em eventos internacionais sobre o tema, a exemplo dos Congressos Ibero-Americanos, que são promovidos por uma rede latino-americana de Extensão Universitária.

**4. Participação.** A participação é um fator crucial para desenvolvimento das redes, no caso da RENEX, segundo a opinião de seus próprios idealizadores, falta uma participação efetiva dos membros informando encontros, seminários, congressos etc. mesmo considerando a importância desse caráter informativo, tem faltado à rede uma discussão mais politizada em torno da extensão.

A participação de dirigentes do fórum das universidades públicas nesses encontros internacionais revela o interesse das redes locais de extensão em se articular com as internacionais e globais como, por exemplo, a *Unión Latino-Americana de Extensión Universitária*, que é a mais importante rede de extensão universitária na América Latina. Na teoria das redes há uma tendência de que elas sigam o mesmo padrão de organização tanto no

plano local como no global. As experiências de articulação no cenário latino-americano, sobretudo, durante os congressos *ibero-americanos de Extensión*, levaram os extensionistas brasileiros, capitaneados pelo FORPROEX, a partir para a organização de um encontro nacional dedicado exclusivamente à Extensão Universitária no Brasil, uma vez que, a Extensão quando discutida em conjunto com o ensino e a pesquisa acabava ficando em segundo plano<sup>44</sup>.

**5. Interatividade e conectividade da RENEX.** Para professores, alunos, funcionários e lideranças de movimentos sociais entrevistados a RENEX se constitui em um espaço para debate de questões relacionadas à extensão universitária, a universidade e ao cenário político em geral, nesse sentido, é vista também pelos extensionistas como uma possibilidade para divulgação de eventos, cursos, seminários, campanhas, pedidos de solidariedade da universidade e dos movimentos sociais.

Além disso, a RENEX tem discutido propostas de como ampliar o espaço de articulação e diálogo interuniversidades e com as demais redes e fóruns existentes no cenário nacional, assim a RENEX tem buscado se articular com outras redes universitárias como a Rede de Educação e Direitos Humanos, a Rede de Incubadora Universitárias entre outras, em outras palavras, ela busca se interconectar com mais eficiência visando fortalecer sua posição dentro da rede de extensão nacional.

Entretanto, a visão hierarquizada e centralizadora do FORPROEX tem sido prejudicial ao desenvolvimento dessas articulações, pois o FORPROEX demonstra uma grande dificuldade em se relacionar com outros fóruns, inclusive, com os particulares e comunitários o que resulta na diminuição da interatividade e conectividade.

---

<sup>44</sup>No mês de novembro de 2005 tivemos a realização do VIII Congresso Ibero Americano de Extensão Universitária na cidade do Rio de Janeiro – Brasil. Esta edição teve como tema central *navegar é preciso... transformar é possível...* e reuniu docentes, técnicos, estudantes das universidades ibero-americanas e seus respectivos parceiros (representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, dirigentes políticos, empresários, dentre outros) com o objetivo de refletir, discutir e analisar o papel da Extensão Universitária no processo de transformação social.

Além disso, as ferramentas da Internet poderiam ser potencializadas se houvesse um maior empenho por parte da mantenedora. Ao que tudo indica, um dos obstáculos é que o fórum vê a RENEX muito mais como uma receptora das informações produzidas pelo fórum do que uma fonte geradora. Diante disso, a interatividade e conectividade da RENEX podem ser consideradas de grau médio em razão do filtro institucional imposto pelo FORPROEX.

**6. Adesão de novos atores.** Como já foi dito a RENEX teve início com um total de 583 membros espalhados pelo Brasil. Nos últimos anos esse número vem crescendo com a divulgação, porém, o forte caráter institucional, a ausência de um debate mais crítico e a pouca utilização dos recursos das novas tecnologias de comunicação e informação reduzem o potencial de crescimento. As discussões dentro da RENEX demonstram que ninguém efetivamente consegue ter controle sobre a rede e suas articulações, em outras palavras, a governabilidade da rede é determinada por todos os seus membros independente da condição em que estejam, é, por este motivo que, com o seu crescimento, a RENEX deve ter mais autonomia.

**7. Ações.** A primeira ação que podemos destacar da RENEX é o processo de comunicação entre seus membros, pois, nas redes a comunicação já é um fim em si mesmo. Entretanto, outras ações são implementadas pela RENEX como:

- a) realização de encontros, cursos e seminários nacionais, regionais e locais sobre a temática da extensão;
- b) participação em encontros, congressos e seminários nacionais e internacionais para divulgação da proposta da rede sobre extensão;
- c) produção e socialização do conhecimento através da sistematização e avaliação de programas, projetos e atividades de extensão;
- d) monitoramento do Plano Nacional de Extensão e das políticas do MEC/SESU para o setor, principalmente, o ProExt (Programa de Apoio a

- Extensão Universitária);
- e) formulação de planos regionais de extensão universitária;
  - f) alimentação do banco de dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Extensão (SIEX);
  - g) manutenção de comissões permanentes sobre avaliação da extensão, indissociabilidade do ensino pesquisa e extensão e de flexibilização curricular;
  - h) contatos e parcerias com instituições da sociedade civil, representativas das IES pública federais e ministérios;
  - i) estímulo ao intercâmbio de experiências de extensão;
  - j) elaboração de diagnósticos sobre a extensão universitária;
  - k) Elaboração e divulgação de, relatórios, documentos, livros e revista sobre extensão universitária.

Se fizermos uma análise geral dela podemos concluir que ela foi criada sob um prisma de autoritarismo por parte dos dirigentes universitários, travestido de vontade de transformar a realidade, de urgência social, de pragmatismo, dentre outros discursos homogeneizantes e unificadores da intervenção na esfera social. Esse autoritarismo é muitas vezes mais perverso do que aquele que se impunha pela força do poder explícito, ou seja, que se impõe em nome do alcance de metas, da eficiência, dos resultados da efetividade. À medida que a participação for mais efetiva dentro da RENEX seus membros se comuniquem independentemente do filtro do FORPROEX a rede se fortalecerá e ganhará autonomia do fórum. O que indica uma das características da rede, já que por ser um sistema aberto não comporta hierarquização das relações dentro dela.

## 5.2. AÇÃO NACIONAL EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (ANEXU)

**1. Origem e identidade.** A segunda rede que analisamos foi a *Ação Nacional em Extensão Universitária (ANEXU)* que se caracteriza por ser uma rede discente de extensão universitária. A idéia de criação de uma rede estudantil surgiu durante o 1º CBEU em João Pessoa (PB), com a proposta inicial de criação de uma rede estudantil vinculada à RENEX, contudo, os mantenedores da RENEX revelaram que esta passava por um momento de transição não tendo condições de atender ao pleito dos estudantes. Por conta da negativa, foi decidida a criação de uma rede discente de extensão com autonomia frente às estruturas da universidade, voltada para socialização e discussão de experiências em extensão.

Como as discussões sobre a constituição de uma rede discente não faziam parte da programação oficial do 1º CBEU, ocorreram reuniões paralelas durante o congresso com vista a dar continuidade à idéia lançada. Encerrado do 1º CBEU as discussões sobre a rede discente rumaram ao espaço virtual da Internet, seu primeiro passo foi a criação de uma lista de discussão virtual, como ponto de apoio para uma articulação nacional que pudesse canalizar as varias forças e atores envolvidos em todo o processo de transformação social através da extensão universitária.

Durante os debates na *Internet*, foi sugerido pelos estudantes da UFPB o nome para a rede de Articulação Nacional de Extensão Universitária, cuja sigla poderia ser ANEXU. Algumas estudantes de administração de Pernambuco colocaram o olhar feminino sobre a questão e sugeriram uma pequena alteração no nome proposto pelos paraibanos, mudando a palavra articulação para a palavra ação. Todos os participantes da rede aceitaram as propostas de nome lançadas e, deste modo, a recém-criada rede discente passou a ter o nome de Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU).

A ANEXU é uma rede virtual e presencial criada pelos estudantes universitários, que são seus principais atores, onde são debatidas questões sobre a extensão universitária e questões políticas relacionadas ao tema. Em verdade, o interesse dos participantes da ANEXU gravita em torno daquilo que chamamos de práticas emancipatórias na extensão universitária, sendo que seus membros demonstram ter um interesse pela formação política e pela participação na agenda dos movimentos sociais. Para a ANEXU é necessário construir uma identidade mínima, diretrizes e fundamentação filosófica que direcione seus objetivos e norteiem suas ações.

**2. Conceitos e temáticas.** O conceito da ANEXU é ser uma rede discente com ampla participação de outros atores, principalmente, dos movimentos sociais, que busca promover um maior envolvimento da universidade e da extensão com as questões sociais. Nesse sentido, uma das questões básicas para a rede é a idéia de compromisso social da universidade. Eles defendem o envolvimento da universidade com as questões e movimentos sociais; a produção do conhecimento em interação com a realidade; a orientação dos programas e projetos para os sujeito coletivo de direito; e a construção de práticas emancipatórias na extensão.

Outro ponto importante para a ANEXU é a invisibilidade da extensão universitária dentro da universidade. Para a rede essa função tem sido vista, principalmente, pelos setores mais tradicionais da universidade como uma questão secundária de menor valor acadêmico. Ela é considerada a prima-pobre do tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo um “mero quintal para essas práticas”. Considerando a extensão como um elo fundamental para a produção e socialização do conhecimento, a ANEXU busca dar visibilidade às práticas extensionistas, lutando para a criação de novos espaços na extensão.

A terceira questão que permeia a rede discente diz respeito à superação das práticas burocráticas autoritária dentro da universidade. Os estudantes afirmam que a

universidade está vinculada a uma estrutura vertical e autoritária baseada nos reitores e pró-reitores das universidades, nesse sentido, os discentes defendem a posição de que a universidade precisa ser mais participativa, abrindo espaço para a participação de estudantes e dos movimentos sociais. Com base nessas três questões fundamentais, outros temas como: reforma universitária, ações junto aos movimentos sociais, organização estudantil, participação política, reforma agrária, reforma urbana, política governamental etc, são debatidos dentro da rede.

As discussões dentro da ANEXU giram em torno do movimento de extensão universitária no país com vistas à transformação social e um projeto menos assistencialista, portanto, julgam a extensão como um movimento social e a mudança é um princípio basilar para seus integrantes. Podemos considerar que a articulação vem na trilha de uma corrente do movimento estudantil, surgida na década de 60 depois do movimento de Córdoba, que tentou formar um projeto de extensão universitária sem os vícios do assistencialismo e emancipado voltado para a transformação social.

Com as limitações impostas pelo regime militar, esta corrente voltou a ganhar força e organização mais consistente no final da década de 70 e início da década de 80, com a reestruturação dos movimentos sociais do país, e continua o seu fluxo e movimento, seja nas suas intervenções e atuações nos vários setores da sociedade, seja em interação e relação com os outros vários movimentos sociais. A rede ANEXU considera importante a organização estudantil para ocupação de alguns espaços institucionais como é o caso do FORPROEX e dos congressos sobre extensão, e a criação de outros.

Para a ANEXU há um conjunto de forças difusas que formam um movimento extensionista no Brasil que precisa sair da invisibilidade. Para seus integrantes esse movimento entrosado e nacional de extensão universitária é fruto de uma conjuntura favorável que tem dado mais espaço para os movimentos sociais no Brasil. A ANEXU



defende uma extensão universitária comprometida com a transformação social e uma aliança estratégica com setores da sociedade civil e da universidade brasileira coerentes com essa transformação, mais uma vez aparece à idéia de práticas engajadas e emancipatórias na extensão.

Existem algumas discussões dentro da ANEXU, sobre em que medida a universidade está direcionada para os anseios da sociedade, respeitando e aprendendo com as iniciativas populares, seja com a sua sabedoria; sua bagagem de conhecimento cultura; ou sua estratégia de vida e de enfrentamento da realidade. Essa valorização repentina da extensão universitária, que ganha força e corpo, principalmente, no final e após a ditadura militar, dando vida ao processo de uma extensão menos assistencialista já é um dado significativo dessa nova conjuntura política.

Outra questão amplamente debatida é como fazer projetos e programas de extensão universitária menos centrado no que a universidade pensa sobre o que é melhor para as populações beneficiárias, mas, no que a sociedade pensa do que deve ser a extensão, revendo e redelimitando o papel da universidade, construindo um processo onde se busca desenvolver o caráter autônomo e de aumento da capacidade do indivíduo em gerenciar a sua própria vida, o seu país e compor a interligada engrenagem social.

Também se discute como levar à frente iniciativas propostas por diversas forças e elementos, com uma certa distribuição difusa das suas ações que constituem o que podemos dizer um movimento extensionista, onde professores, alunos, elementos e grupos da sociedade tentam mudar estas práticas. Nesse sentido, a busca do consenso, a multiplicação das ações, e o efeito demonstração são uma preocupação constante da ANEXU.

Reflete-se, também, sobre a questão da integração curricular da extensão e as metodologias utilizadas, a defesa da rede é por iniciativas participativas e transdisciplinares. As ações extensionistas são, muitas vezes, ações isoladas no campo disciplinar, sendo

somente utilizadas como práticas de cadeiras e disciplinas que estão muito mais preocupadas em desenvolver as capacidades cognitivas e científicas dos estudantes, utilizando a sociedade como laboratório, e pouco se preocupando com o aspecto de priorizar as contribuições para a integração com as estratégias e bagagens de vida das pessoas.

Discute-se como trabalhar com trocas entre saberes acadêmico e popular se a sociedade e o ser humano não é visto com um todo, na sua visão a mais holística possível? Para abordagens como esta, as ações multidisciplinares e até transdisciplinares (onde as diversas áreas do conhecimento que trabalham juntas trocam conhecimentos uma com a outra para articularem sem isolamentos em suas ações) são colocadas como essenciais. Contudo, como conseguir articular áreas tão diversas do conhecimento? Como conseguirmos uma resultante que seja contextualizada com a realidade e panorama sócio-econômico-cultural? Como articular em uma forma, sem privilégios e discrepâncias, o ensino, a pesquisa e a extensão? São algumas perguntas debatidas na rede.

Para a ANEXU a extensão é formada por diversas ações e forças, cada um com suas linhas de ação e características peculiares. Existem elementos e grupos que trabalham mais em caráter de movimento, onde se privilegia a ação e a intervenção, ocorrendo a reflexão e o diálogo em cima daquilo que instiga exercício, na inversão do processo tradicional onde a teoria molda a prática, mas, consciente ou inconsciente, ocorre à seqüência prática-teoria-prática, onde teorizações surgem de reflexões naturais ou intuitivas do cotidiano.

Já há ações mais incorporadas institucionalmente, como projetos grandes, de âmbito nacional, ou em convênio com referências do Estado, as pró-reitorias de extensão, o FORPROEX, entre outros, estruturas onde os espaços são ocupados para amadurecimentos de ordem conceitual, de diretrizes, que vão ocupando os espaços da universidade, do terceiro setor, ou do Estado em que podem articular mudanças nas normas e bases de trabalho da extensão no país como um todo.

O dilema, na opinião da ANEXU, é como conciliar e articular as ações de movimento com as ações mais institucionais da universidade. Uma, muitas vezes, tem mais a prática, trabalho de base, todavia a outra tem mais a organização, força e a capacidade de ocupar os espaços e as portas que se abrem. Como estreitar estes laços é o questionamento que surge. Outra questão é quais as estratégias que podem ser adotadas para aglomerar e afunilar em momentos oportunos as iniciativas de extensão no país? Sabe-se que existem vários grupos, iniciativas e organizações que fazem trabalhos belíssimos e com bagagens de experiências e capacidade e potencial de estender suas atuações a nível nacional, em iniciativas integradas com outras diversas iniciativas, porém como conseguir uma eficiente mobilização é um desafio para a Extensão e para a ANEXU.

A questão do financiamento da extensão é também alvo de preocupações. Nesse sentido os debates giram em torno de como pressionar e colaborar na modificação da estrutura política do Estado, que muitas vezes investem dinheiro em massa em projetos que priorizam ações periódicas, isoladas, assistencialistas, onde o governo toma medidas paliativas para desengargo de consciência, justamente por não atender a questão social e o processo de sucateamento das universidades públicas, e para mascarar as suas limitações, dão um cunho propagandístico e demagógico a questão social a estas ações limitadas, para mostrar que cumpre o seu papel.

Na opinião da ANEXU, projetos que tem um caráter mais processual encontram muitas vezes diversas limitações por esta orfandade por parte do Estado. As restrições para o financiamento de bolsas e linhas de financiamento para a extensão é um exemplo disto. E a cobrança por parte do Estado, apesar dos baixos investimentos que faz, para que a universidade tenha maior produtividade social é de grande incoerência.

A universidade conviveu durante muitos anos com a discriminação da extensão no tripé ensino-pesquisa-extensão como dito no primeiro item. Só com o ressurgimento dos

movimentos sociais e seu amadurecimento é que ocorreram impactos, retirando da inércia social em que a instituição universitária se encontrava. É certo que, os resquícios ainda são fortes, as correntes conservadoras e até mesmo reacionárias continuam dando as cartas para o modelo de extensão que ela deseja, onde a universidade, para sua auto-satisfação e manutenção do *status* e orgulho baseados no cunho científico, continuam a moldar currículos, disciplinas e estruturas para privilegiar as suas concepções.

Percebe-se que as estruturas das universidades, pró-reitorias de extensão e organização dos vários projetos ainda é deficitária, algumas mudanças são vistas em posturas mais progressistas, mas há um fosso imenso entre estas e o panorama geral do país.

**3. geração e troca de conteúdos.** Os conteúdos dentro da ANEXU são gerados, principalmente, pelos membros da rede, estudantes universitários, organizações estudantis como: centros e diretórios acadêmicos, programas de extensão, federações de estudantes – FENEAD etc e pelos movimentos sociais. Esses conteúdos partem de diversos pontos da rede e são socializados com todos os membros do grupo em forma de opiniões, comunicados, textos, projetos, cartas, manifestos, campanhas etc. É importante destacar o processo de mobilização dentro da rede, ou seja, no período que antecede grandes eventos nacionais ou regionais como os congressos de extensão, o Fórum Social Mundial, o abril vermelho dos movimentos de luta pela terra etc a rede é utilizada para mobilização dos estudantes e discussão de estratégias nesses eventos.

A rede também é utilizada para mobilização dos estudantes para participação em ações junto aos movimentos sociais, em campanhas públicas como o “natal sem fome” ou para solidariedade a pessoas e grupos organizados. Além desse processo intenso de mobilização dos estudantes a rede é utilizada para divulgação de encontros locais e regionais de extensão, oficinas, debates, textos, opiniões etc.

**4. Participação.** A proposta dos fundadores da ANEXU é permitir a ampla participação de outros elementos como professores, funcionários, movimentos sociais, grupos do terceiro setor, ONG's, pastorais da igreja católica, grupos indígenas, além dos próprios estudantes. Defende também que a rede deve promover uma relação, o mais igualitária possível, sem barreiras de qualquer tipo, nem distinções, como foi discutido nas reuniões durante o 1º CBEU. Em verdade, a concepção proposta pela ANEXU tenta ser bastante isonômica onde não existe um centro irradiador da informação, mas, pontos de igual importância dentro da rede. Na proposta da ANEXU, uma das preocupações é não limitar o espaço aos discentes, pois isto corresponderia a uma atitude excludente e individualista. Em suma, a participação ampla, geral e irrestrita de todos os interessados é a proposta da ANEXU.

Além da participação no mundo virtual através de fóruns de discussão e debate, essa articulação realiza reuniões presenciais durante eventos nacionais e regionais como os congressos de extensão, o Fórum Social Mundial (FSM), o Fórum Social Brasileiro (FSB) etc. Essas reuniões são previamente combinadas pela Internet e tem sido uma importante estratégia para divulgação da rede e para que os participantes possam se conhecer e trocar experiências. Além disso, a participação da ANEXU nos eventos tem sido uma estratégia política para colocar na pauta as questões defendidas pela rede, isto é, os participantes da rede se organizam em reuniões paralelas aos eventos e definem a forma de participação que pode acontecer através de intervenções na plenária (já que os palestrantes dos eventos são normalmente professores e convidados), distribuição de panfletos (mosquitos), reuniões com os organizadores dos eventos e elaboração de cartas e manifestos (ver anexo).

Nas discussões realizadas no espaço virtual e presencial, seus membros consideram que essa iniciativa é precursora no Brasil, ainda pequena, mas importante, na medida em que propicia uma reflexão e ação sobre como trabalhar e construir formas mais

coletivas e democráticas de se fazer extensão universitária no Brasil. Para ANEXU não devemos nos preocupar se o ritmo e passos são lentos, já que a pressa poderia isolar a rede dos seus participantes, perdendo assim o seu foco.

**5. Interatividade e conectividade da ANEXU.** Consideramos que há uma grande interatividade e conectividade dentro da rede da ANEXU. Circulam diariamente diversos *e-mails* com informações, cursos, seminários, eventos, concursos, reuniões etc, por todo o Brasil, onde os diversos pontos da rede se inter-comunicam sem a necessidade de mediação. As pessoas se sentem conectadas a rede na medida em que vêem o que acontece com frequência, ou seja, toda proposta lançada na rede provoca, de imediato, a reação de outros membros, formando um espaço público onde as pessoas se revelam através de suas idéias.

**6. Adesão novos atores.** Desde a sua fundação, novos atores vêm se juntando a ANEXU, o que pode ser medido pelo constante pedido de filiação a rede. Na medida em que a rede vai se tornando conhecida entre os estudantes o seu numero de adeptos cresce, contudo, ela ainda não atinge outros segmentos como os movimentos sociais.

**7. Ações.** Além da comunicação e articulação entre os seus membros a ANEXU realiza ações como:

- a) participação em encontros, congressos, seminários nacionais e regionais;
- b) articulação de estudantes com os movimentos sociais;
- c) discussão de textos, opiniões, propostas etc;
- d) divulgação de campanhas, manifestações, atos públicos etc.
- e) redação de cartas, folhetos, manifestos sobre extensão universitária e outros temas ligados a universidade.

### 5.3. A REDE UNICIDADANIA

**1. Origem e identidade.** A terceira rede por nós estudada foi a *Rede Unicidadania (universidade + cidadania)*. As discussões para criação da Rede Unicidadania no Brasil tiveram início no ano de 2001 e contaram com o apoio de uma organização não-governamental italiana chamada *Movimento Leigo para América Latina (MLAL)*, que trouxe para o Brasil uma proposta de cooperação internacional entre o governo italiano e o governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores da Itália, no campo da cidadania e dos direitos humanos. A proposta de criação da rede foi trazida pelo sociólogo e professor Enzo Melegari, que na época coordenava o MLAL, que pretendia formar uma rede de universidades e organizações de direitos humanos no Brasil<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup>O professor Enzo Melegari foi militante de Direitos Humanos na Itália, ligado à igreja católica, que havia passado vários anos na penitenciária militar por se recusar a servir ao exército em nome de ideais cristãos de paz e não violência. O protesto realizado pelo ativista católico levou a que no começo dos anos 70, o parlamento italiano promulgasse a lei de “objeção de consciência”, que permitiu substituir o serviço militar obrigatório pelo serviço civil voluntário. Essa sua atitude, de ter sido preso em razão de seus ideais o tornou uma figura de referência no ambiente católico da cidade de Verona na Itália, no período de grande efervescência eclesial e social dos anos 60. Depois disso, Enzo, como outros jovens católicos, seguiu o caminho do voluntariado internacional, vindo residir na América Latina, mais especificamente na Venezuela, onde colaborou com as ações de uma central sindical daquele país. Depois do voluntariado na América Latina, Enzo juntamente com outros cooperantes italianos, assumiu a direção do MLAL na fase de transição entre o missionariado católico das origens dos anos 60 e o voluntariado *laico*, sempre de inspiração cristã, e vinculado à igreja, mas com mais autonomia da hierarquia e mais profissionalismo. Como dirigente do MLAL, promoveu e participou de várias campanhas de solidariedade internacional como a campanha para defesa da Amazônia e dos povos que nela habitam; em favor da Nicarágua pós-revolução; contra a exploração do trabalho infantil; a favor dos meninos e meninas de rua do Brasil ou de *los niños de la calle Del Peru*. Enzo também foi um idealizador de um projeto para fazer dialogar as duas antípodas da idade: as crianças e os idosos; animou o Centro de Estudos do MLAL; cuidou de publicação sobre temas relevantes e urgentes da agenda latino-americana; publicou o livro *solidariedade na encruzilhada*; visitou quase todos os países da América Latina, acompanhando os projetos do MLAL; fundou o INFORM, agência para a formação e a assessoria e participou, desde 1995, da construção dos SPICES, Escolas de Política Internacional e Cooperação ao Desenvolvimento. Enzo Melegari sempre foi considerado no ambiente universitário e do movimento de Direitos Humanos um intelectual, um homem mais de reflexão do que de ação, chamado a contribuir nos momentos difíceis quando era preciso redigir as teses programáticas, identificar os problemas e encontrar os rumos e os caminhos a serem perseguidos. Segundo o professor italiano Guiseppe Tosi da UFPB, coordenador de um dos projetos da Rede Unicidadania, não era fácil entender o seu pensamento, acompanhar o seu raciocínio, compreender a sua linguagem bastante própria e original. Segundo Guiseppe Tosi: “*todo mundo o respeitava, mas nem sempre o entendia até o fim*”. Enzo pensava sempre grande e não se envolvia em disputas políticas, o que lhe deu grande respeitabilidade entre os militantes de Direitos Humanos na Itália e na América Latina onde era considerado um verdadeiro intelectual orgânico do voluntariado cristão. Leitor assíduo de Gramsci, Enzo não era um acadêmico emprestado ao movimento de Direitos Humanos, um consultor, um assessor externo, mas alguém que refletia de dentro do movimento, para intervir e orientar a ação. Infelizmente, Enzo Melegari foi retirado precocemente do convívio de todos, vítima de um câncer, na plenitude da vida, em plena atividade, com tantos projetos a realizar e responsabilidades assumidas.

O projeto foi inicialmente apresentado às autoridades brasileiras, conforme determina a burocracia internacional, depois foi realizado um grande seminário em Recife-Pe, no ano de 2001, para divulgação da proposta e sensibilização de parceiros para o projeto. A instituição escolhida para organização desse seminário foi a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), com sede na cidade do Recife-Pe, em razão de ser uma instituição de fomento de políticas educacionais e sociais para todo o Nordeste. Deste seminário, participaram diversas universidades públicas brasileiras com trabalhos em direitos humanos como a Universidade de Brasília (UNB), Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre outras.

Na Bahia o convite para participar dessa articulação foi feito, primeiramente, ao Fórum de Entidades e Movimento de Direitos Humanos da Bahia (FEMDH), que naquele momento era a principal articulação de direitos humanos no estado, além das duas principais universidades públicas baianas: a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

As discussões com as universidades aconteceram com apresentação da proposta de cooperação internacional aos respectivos reitores de cada instituição e a nomeação dos respectivos interlocutores no projeto. Como já existiam acordos de cooperação entre a UNEB e o MLAL para encaminhamento de estudantes para estágios em universidades italianas, ela acabou se credenciando como a universidade baiana a participar do projeto. Além das universidades foram convidadas para participar do projeto diversas organizações de direitos humanos no país.

No Estado da Bahia aconteceram diversas reuniões para definir a delegação do Estado que deveria ser composta por dois representantes de cada universidade e igual número de representantes da sociedade civil. A delegação da Bahia foi montada por oito pessoas

---



sendo quatro das universidades e quatro da sociedade civil organizada, durante os três dias de seminário em Recife cada instituição presente teve condições de apresentar o trabalho que vinha desenvolvendo no campo dos direitos humanos e quais as questões precisariam ser enfrentadas por uma articulação entre a universidade e a sociedade civil.

É importante destacar que o seminário organizado pela FUNDAJ tinha caráter deliberativo onde deveriam ser elaboradas as bases da proposta de cooperação interinstitucional do projeto. Esta atividade foi marcada por embates entre a sociedade civil e a universidade e entre os estados ali representados que disputavam cada ponto do projeto. Após muitas discussões e acordos políticos as bases para o desenvolvimento do projeto foram consolidadas na proposta de criação de uma rede de direitos humanos que envolvesse universidades, ONG's nacionais e internacionais e órgãos públicos para a defesa e promoção de direitos humanos no Brasil.

Essa rede teria como objetivo principal aproximar as entidades de direitos humanos das universidades públicas brasileiras. Segundo o professor Enzo Melegari, a articulação em rede da sociedade civil com as universidades públicas favoreceria ao processo de fortalecimento da cidadania no Brasil e emancipação dos grupos atendidos por essas instituições. Para Enzo, dificilmente uma entidade do Nordeste conseguiria fazer com que denúncias de violações aos direitos humanos chegassem à esfera nacional e/ou internacional sem um trabalho em rede das organizações de defesa dos direitos humanos. A princípio foram definidos 03 (três) macro-objetivos para a rede Unicidadania:

- a) O primeiro macro-objetivo definido foi a constituição de uma rede multinível de proteção e promoção de direitos humanos no Brasil composta por entidades e universidades que desenvolvem ações no campo dos direitos humanos no Brasil.
- b) O segundo macro-objetivo definido foi a formação de agentes e dirigentes

de entidades de direitos humanos através da realização de cursos, seminários, palestras, oficinas etc.

- c) O terceiro macro-objetivo era propor ao governo brasileiro a profissionalização de agentes de direitos humanos no Brasil.

Durante o seminário de fundação da rede Unicidadania, as universidades e entidades de direitos humanos presentes foram desafiadas a construir propostas de parcerias entre si que pudessem contar com o apoio financeiro da cooperação internacional pelo prazo de três anos. Essas propostas deveriam ter continuidade, independente do projeto, isto é, deveriam ser sustentáveis e autônomas. A idéia da rede unicidadania era apostar no efeito demonstração de alguns projetos exemplares que sensibilizassem universidades e organizações de direitos humanos no Brasil a trabalhar em conjunto.

Esse projeto teve uma grande importância no Brasil ao forçar o diálogo entre universidades públicas e entidades de direitos humanos, algo que acontecia de forma muito eventual. Uma das exigências do projeto era de que as propostas tivessem como pressuposto a parceria entre a universidade e sociedade civil, entre o saber científico e popular, nessas circunstâncias, as propostas deveriam ser construídas de forma participativa, reduzindo as desconfianças de ambas as partes.

Deste modo, apenas os Estado da Bahia (UNEB e Fórum de Entidades e Movimentos de Direitos Humanos), o Estado da Paraíba (UFPB e MNDH) e o Estado de Pernambuco (UFPE e o Serviço de Militância na Prisão (SEMPRI) e o Centro Dom Hélder Câmara), apresentaram projetos que foram aprovados pela rede. É nesses estados que vai se constituir o núcleo mais forte da rede Unicidadania posteriormente. As ações desenvolvidas por ela, durante os três anos de apoio da cooperação internacional, tiveram um caráter experimental investigando modelos interventivos no campo dos direitos humanos, que

pudessem ser desenvolvidos a partir de parcerias entre a universidade e entidades da sociedade civil organizada.

**2. Conceitos e temáticas.** O conceito da rede Unicidadania é ser uma rede de direitos humanos formada por universidade e entidades de direitos humanos. Para os atores da rede Unicidadania a universidade pública tem um papel e uma contribuição específica relevante a cumprir dentro de um sistema nacional de direitos humanos, que aos poucos, está se constituindo no Brasil e que inclui um conjunto de ações governamentais (Plano Nacional de Direitos Humanos I e II, Planos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, programas de promoção dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado e Direitos Humanos) e não governamentais para a promoção, defesa e difusão de uma cultura de direitos humanos fundamentais e da promoção da paz.

Para a rede Unicidadania estamos muito longe de ter no Brasil, Centros de Estudos em direitos humanos como os que existem em outros países, especialmente, em universidades européias. Existem, porém, em várias universidades brasileiras públicas e privadas, iniciativas isoladas no campo dos direitos humanos que merecem ser socializadas. Na visão da rede Unicidadania essas iniciativas precisam ser articuladas através de uma rede de direitos humanos plural multifacetada que crie espaços institucionais, públicos e coletivos de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos.

A universidade brasileira estaria assim acompanhando um movimento histórico, real e quase universal de promoção e defesa dos direitos humanos no mundo inteiro. Esse movimento que é plural, polissêmico e divergente, também é histórico concreto. Para a rede Unicidadania o movimento de direitos humanos requer uma linguagem, uma abrangência, uma articulação, uma organização que supera as fronteiras nacionais, tanto horizontalmente (rede) quanto verticalmente (ONU, OEA, etc.).

A rede faz com que os seus membros se sintam parte de uma comunidade mais ampla, de um movimento quase planetário, ao qual pode dar a sua parcela de contribuição, mantendo uma estreita aproximação com as questões sociais, evitando academicismo, isto é, o enclausuramento na academia, participando ativamente das lutas sociais. A identidade da rede uncidadania é construída a partir dessa relação de ações na área do ensino, da pesquisa e da extensão que promovam uma cultura dos direitos humanos e da paz.

**3. Geração e troca de conteúdo.** Durante o período analisado, pudemos perceber que dentro da rede o conteúdo era gerado e difundido coletivamente por todos os atores participantes da rede como professores e estudantes universitários, membros de organizações da sociedade civil organizada, defensores de direitos humanos, agentes públicos e movimentos sociais, tanto pela Internet, através de e-mails individuais, e-mail grupo, lista de discussão, *homepages* oficial ([www.fundaj.gov.br/unidadania](http://www.fundaj.gov.br/unidadania)), etc, como presencialmente nos seminários, encontros, oficinas e curso promovidos pela rede.

Vários documentos foram produzidos coletivamente como a proposta pedagógica da rede Unicidadania para cursos de formação em direitos humanos ou o texto sobre certificação profissional de agentes de cidadania e direitos humanos apresentado aos Ministérios da Educação, trabalho, Justiça e a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Esses textos foram construídos com o uso da Internet e em reuniões presenciais até a sua aprovação final e socialização com o público externo a rede. Dentro da rede, as informações partiam de todos os pontos, isto é, apesar da existência de uma coordenação geral em Recife, que tinha o papel de mobilizar e animar a rede e divulgar relatórios das ações. As discussões dentro da rede uncidadania tiveram como foco:

- a) Denúncias de violações aos direitos humanos.
- b) Socialização dos mecanismos de proteção e promoção dos direitos humanos.

- c) Construção de uma proposta de inclusão do tema dos direitos humanos nos currículos do ensino fundamental, médio e superior e de cursos de curta duração promovidos por ONG's de direitos humanos.
- d) Capacitação das entidades de direitos humanos, Ong's e instituições públicas que atuam na área dos direitos humanos.
- e) construção de modelos interventivos em direitos humanos como balcão de direitos, criação de centros etc.e fortalecimento da rede de direitos humanos.

Outra discussão importante travada coletivamente dentro da rede unicity, que merece destaque, diz respeito à profissionalização dos agentes de direitos humanos no Brasil. Além do trabalho de formação de uma rede de promoção e defesa dos direitos humanos e da realização de capacitação para agentes de direitos humanos, a rede Unicity teve como objetivo discutir as possibilidades de profissionalização do agente de direitos humanos e cidadania. A profissionalização era uma antiga reivindicação das pessoas que fazem parte das atividades de formação propostas pelas entidades e movimentos populares, sobretudo, daquelas que não tiveram muitas oportunidades de progresso na educação formal, que gostariam de ter reconhecidas as competências adquiridas em sua prática política e social.

Para as entidades e movimentos populares, o reconhecimento profissional dos agentes, formados nas atividades de extensão e na própria militância poderia significar um maior aceitação desses agentes perante o Estado e a sociedade. Deste modo, a rede Unicity passou a desenvolver uma série de estudos, ações, encontros e seminários para discussão dessa proposta extrapolando, inclusive, seus membros e provocando o Estado e outras redes da sociedade civil. Nesse aspecto, a possibilidade mais concreta verificada pela rede, estava na certificação profissional desses agentes com base no artigo 41 da lei 9394/96 -

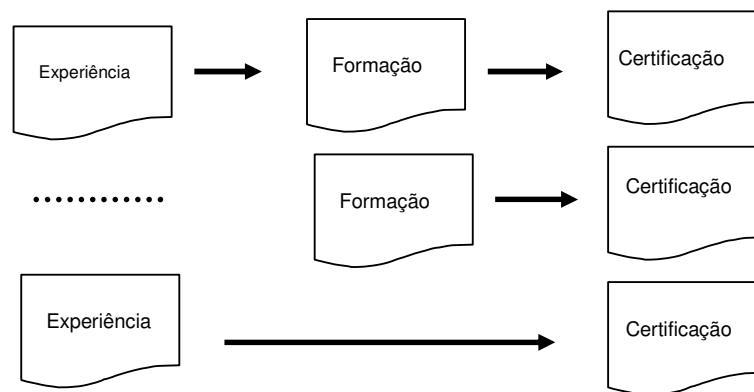
a Lei Darcy Ribeiro de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - no Decreto 2.208/97 e nos pareceres CNE/CEB nº 16/99 e CNE/CEB nº 4/99, que prevêm a utilização da certificação profissional como uma das possibilidades de integrar as diferentes formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia, para conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e para a construção da inclusão social.

Nesse sentido, a Lei 9394/96 (LDB), em seu artigo 41 prevê que “o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, para prosseguimento ou conclusão de estudos”. No Brasil, a discussão sobre certificação profissional baseada em competências está associada à noção de respeito à diversidade, que passou a se tornar obrigatória no debate sobre políticas de desenvolvimento sustentado, de resgate dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais, de promoção de igualdade e de combate a todas as formas de discriminação, em especial a que se manifesta no mundo do trabalho, assumindo que essa é uma dimensão fundamental para se construir um novo modelo de educação no país, focado no enfrentamento da exclusão social e na construção da cidadania.

Essa proposta incorpora as orientações do Plano Nacional de Direitos Humanos e da Convenção nº 111 da OIT que assume que: a qualificação profissional deve atender a uma população economicamente ativa (PEA) em toda a sua diversidade, sem discriminação de qualquer natureza: idade, sexo, raça, cor, escolaridade, aptidões físicas e mentais. A Certificação Profissional baseada em Competências é considerada como uma das inovações do conjunto de mudanças introduzidas nas reformas da educação profissional do país. Ela é entendida, em seu sentido mais amplo, como o reconhecimento formal dos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências do trabalhador, requeridos pela sociedade e definidos em termos de padrões ou normas acordadas previamente, independentemente da forma como foram adquiridos.

A certificação profissional tem, portanto, como princípio o reconhecimento formal dos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências do trabalhador, sem considerar a sua aquisição formal. A certificação deve ter como objetivo principal reconhecer as competências práticas individuais e sociais obtidas pelo trabalhador ao longo da vida profissional e documentar e sinalizar as competências exigidas na realidade prática do trabalhador de modo a permitir a orientação dos programas de formação, preparação para o emprego, as estratégias de negociação, a definição de normas de segurança e desempenho no trabalho e o exercício da cidadania. A figura apresenta os caminhos que podem ser adotados para a certificação profissional baseada em competências.

**Figura 20: Esquema da Certificação Profissional de Agentes de Cidadania e Direitos Humanos baseada em Competências**



Sendo assim, a rede Unicidade realizou dois seminários nacionais e dois seminários internacionais sobre a possibilidade de certificação do agente de direitos humanos e cidadania no Brasil. As ações da rede uniciedade favoreceram a criação de uma comissão interministerial composta do MEC, do MJ e da SEDH com o objetivo de discutir as possibilidades de certificação profissional do agente de direitos humanos e cidadania no Brasil.

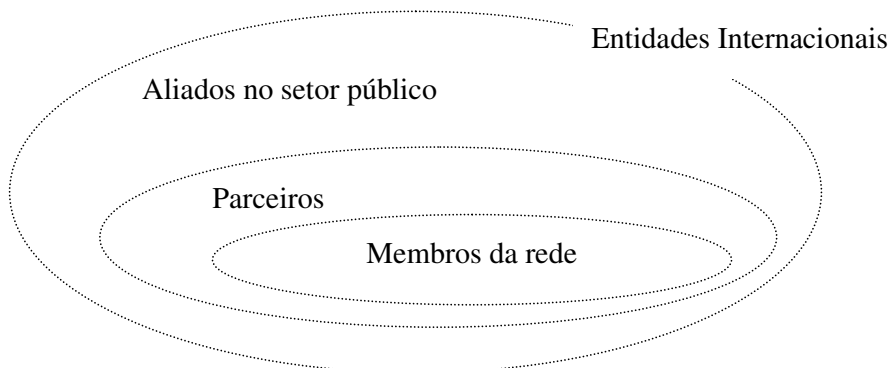
Todos essas ações da Rede Unicidadania deram origem a uma série de produtos como monografias, cartilhas, livros, projetos, ações etc. Boa parte desse conteúdo está disponível na biblioteca Enzo Melegari criada pela UFPB.

**4. Participação.** A participação da rede Unicidadania acontece tanto virtual como presencialmente, pois, a Internet é um potente meio de comunicação que viabiliza diversas ações da rede. A participação virtual acontece por meio das comunicações e debates via *e-mails* e lista de discussão. Além disso, os membros da rede e parceiros podem participar da elaboração de textos que são produzidos coletivamente com o auxílio da ferramenta da Internet. Presencialmente, a participação acontece nos encontros, seminários e reuniões nacionais e regionais promovidos pela rede. Nos espaços presenciais a participação acontece por meio da representação. Além disso, os membros da rede colaborar com artigos, textos, opiniões que são socializados com o coletivo da rede.

A rede Unicidadania é uma rede multiescalar, ou seja, ela tem vários níveis de participação, segundo seus organizadores, no primeiro nível encontramos os membros da rede pouco mais de uma centena de Ong's e universidades; no segundo nível encontramos os parceiros que são as pessoas e entidades parceiras que participam das ações, curso e projetos da rede; no terceiro nível encontramos os agentes públicos que colaboram com os trabalhos da rede; e num quarto nível organizações internacionais de apoio aos direitos humanos. A cada esfera de participação significa um determinado domínio de informação dentro da rede.



**Figura 21 – Níveis de Participação dentro da Rede Unicidadania**



A participação política dentro da Rede Unicidadania se relaciona ao processo democrático por possibilitar o desenvolvimento de versões complementares de participação política como a exposição, difusão e troca de idéias públicas e informalmente, entre indivíduos, organizações populares e apresentação de demandas e interesses concernentes ao ativismo *on line*

**5. Interatividade e conectividade.** A conectividade e a interatividade podem ser consideradas altas dentro da rede Unicidadania, uma vez que a comunicação constante era um indicador da participação efetiva dos membros. Os atores interagem divulgando informações sobre eventos, campanhas, cursos, seminários, violações aos direitos humanos etc; divulgando textos com idéias, opiniões e teses sobre direitos humanos; tornando públicas suas demandas para toda a rede. Ao abrigar e agrupar entidades congêneres a Rede Unicidadania possibilita que elas estabeleçam contatos entre si e construam, *on line*, uma estrutura horizontal de articulação, de troca de experiências, de ativismo e de compartilhamento de valores ético-políticos. A rede formada pelas entidades e universidades permite a visibilidade pública de demandas que não podem ser agregadas em maiorias políticas e que se tornem, através da interação on-line, capazes de fortalecer suas alianças, de criar novas alternativas de

participação a distância e de fortalecer as redes locais de participação, aumentando suas chances de influenciar processo de tomada de decisão.

**6. Adesão de novos atores.** No período estudado percebemos a ampliação da rede Unicidadania com a adesão de novos atores, principalmente, de entidades de direitos humanos.

**7. Ações da Rede Unicidadania.** Em Pernambuco, foi criado pela rede o projeto de extensão *Comunidade de Aprendizagem*, parceria do CENDEHC com a FUNDAJ e a UFPE. A proposta do projeto foi contribuir com o processo de formação e organização política da comunidade do *Entra Apulso* em torno da garantia dos Direitos Humanos. As ações desse projeto se constituíam em um processo formativo com envolvimento da população na resolução dos seus problemas e a sua participação em espaços como conselhos, fóruns e associações voltados para a efetivação de propostas e ações. Também foi realizado um seminário sobre *Educação em Direitos Humanos no contexto da Organização Comunitária*, que teve como objetivo refletir sobre a temática da educação popular em direitos humanos no processo de formação sócio-política da comunidade, autogestão dos direitos humanos e qualidade de vida.

O projeto teve como objetivos socializar a experiência sócio-pedagógica desenvolvida na comunidade para o exercício efetivo dos direitos humanos e avaliar as contribuições do processo de formação e organização comunitária para a melhoria da qualidade de vida e a autogestão dos direitos humanos. Os resultados apresentados pela coordenação desse projeto em Pernambuco foram a qualificação de 87 agentes de cidadania em direitos humanos, no período de 2001 a 2004, a criação de um balcão de direito na comunidade do *Entra Apulso* e o fortalecimento da rede de direitos humanos no Estado.

Também em Pernambuco foi desenvolvido o projeto de extensão *Capacitação em Agentes de Cidadania e Direitos Humanos na Prisão*, desenvolvido pelo Instituto de

*Formação Profissional* da FUNDAJ, em parceria com o *Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões* (SEMPRI) e a UFPE. Esse projeto tinha como objetivo oferecer aos familiares de preso o instrumental teórico-prático para sua atuação como agente monitor do sistema prisional. O resultado apresentado pelos coordenadores desse projeto de extensão foi a formação de 60 monitores do sistema prisional, articulação de familiares de presos com as redes de direitos humanos no estado e a reintegração de presos a sociedade através da assistência a família do preso. Esse projeto foi inclusive premiado no ano de 2002 pela organização internacional *Brazil Foundation*.

Na Paraíba, foi desenvolvido no período estudado o projeto de extensão *Formação de Agentes de Direitos Humanos* com a participação de agentes de diversas instituições sociais interessadas e comprometidas com atividades relacionadas ao trabalho precoce no estado da Paraíba e professores, estudantes e funcionários da UFPB. O projeto foi coordenador pela UFPB tendo sido contemplado com o prêmio Elo-Cidadão concedido em 2001 pela própria UFPB. Segundo Maria de Fátima Pereira Alberto, coordenadora do programa: *além da face multidisciplinar reúne-se nesse projeto o fruto de um profícuo entrelaçamento das funções do ensino, da pesquisa e da Extensão Universitária, que, na última década, se revigorou no âmbito do Centro de Ciências Humanas, letras e Artes (CCHLA) da UFPB* (Depoimento registrado no diário de campo).

A experiência efetivou-se durante curso de extensão de *Formação de Agentes de Direitos Humanos que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural*, realizado através do trabalho de uma equipe integrada por 05 setores da Universidade (14 professores, 6 alunos estagiários, 3 técnicos de extensão, 2 oficiais de projetos e 2 representantes de ONG's) e da participação de 24 alunos extensionistas.

O projeto teve como ponto de partida demandas de movimentos sociais, organizações governamentais, e não governamentais, sindicatos de trabalhadores rurais,

pastoral do menor e conselhos de direitos e tutelares, sendo tais demandas feitas junto ao Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares (SEAMPO), que é o setor oficial de Extensão Universitária do CCHLA, bem como ao Grupo de Pesquisa subjetividade e trabalho (GPST), ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESAT) e ao Laboratório de Geografia da Paraíba (LOGEPA).

Além de qualificar agentes que operam direta e indiretamente o eixo temático do trabalho precoce, o projeto representou a abertura de um espaço de disseminação e socialização do conhecimento dos problemas a ele relacionados no Estado e na cidade de João Pessoa-PB. Os resultados desse projeto foram o mapeamento de instituições que atuam na temática do trabalho precoce na Paraíba, mapeamento das áreas onde existe trabalho infanto-juvenil no estado, formação de uma rede de combate ao trabalho infantil no estado.

Também na Paraíba foi desenvolvida uma experiência de curso em direitos humanos que procurou responder a uma crescente demanda de formação profissional por parte da sociedade civil e dos órgãos públicos de tutela e promoção dos direitos humanos. O objetivo geral do curso de direitos humanos foi proporcionar aos profissionais que atuam em órgãos públicos e particulares de defesa da cidadania a possibilidade de aprofundar e fundamentar a sua prática da promoção dos direitos humanos. Entre os objetivos específicos do curso está a proposta de criação na UFPB de um espaço interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão ao redor da questão dos direitos humanos.

Como resultado do projeto foram formados 70 (setenta) especialistas em direitos humanos que produziram 70 (setenta) monografias sobre direitos humanos. Essas monografias estão disponíveis na biblioteca de direitos humanos Enzo Melegari criada pela Rede Unicidade. A experiência exitosa da UFPB levou a conquista do apoio da Fundação FORD para implantação de um mestrado em direitos humanos na Paraíba.

O braço da rede na Paraíba realizou também o seminário *A Contribuição da Universidade na formação em Direitos Humanos* com o objetivo de promover uma troca de experiências entre pesquisadores, professores, alunos, militantes e profissionais que atuam na educação em Direito Humanos e Cidadania nas Universidades, nos Centros de Pesquisas, nas ONG's e nos órgãos públicos da Região Nordeste. Outro objetivo era identificar conteúdos e metodologias formativas no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa e na extensão na área de direitos humanos, a partir das experiências e fortalecer as articulações e as redes de formação em direitos humanos entre universidades, ONG's, movimentos sociais e órgãos públicos, tendo em vista a demanda formativa em direitos humanos no Brasil e, em particular, na Região Nordeste.

A rede na Bahia desenvolveu o curso de extensão em direitos humanos *Violência e Impunidade*, através da parceria entre UNEB, UEFS, AATR, Grupo Tortura Nunca Mais, FEDH, que buscou atender demandas de aprofundamento teórico dos movimentos sociais, fornecendo substratos teóricos para algumas de suas intervenções práticas e teve o objetivo de capacitar lideranças para atuar junto aos movimentos sociais como agentes multiplicadores no campo dos direitos humanos. O projeto violência e impunidade realizou o seminário *Violência e Impunidade* que tratou sobre o impacto da magnitude da violência no Brasil, das altas taxas de criminalidade e das conseqüências sociais, psicológicas e econômicas que as práticas violentas impõem através do medo e do pânico social. O resultado principal desse projeto foi a formação de 70 agentes de direitos humanos no Estado.

Na Bahia foi realizado também o projeto de extensão *Raça e Discriminação* que teve como eixo central a construção de uma reflexão teórica e prática sobre relações raciais e violação dos direitos humanos no Brasil, especificamente na Bahia. O projeto Raça e Discriminação foi fruto da parceria UNEB com o Movimento Negro Unificado (MNU) e a Comissão de justiça e Paz (CJP). Segundo a coordenadora geral do projeto Ronidalva Mello

da FUNDAJ “o objetivo da Rede Unicidade é construir uma cultura de direitos humanos a partir dos cursos oferecidos nas temáticas abordadas acima, consolidando modelos interventivos amparados na concepção ideológica do projeto”.

Esse projeto de extensão promoveu o seminário *Políticas Públicas para o Povo Negro: Rompendo Barreiras* que teve como objetivo central capacitar lideranças para atuar no movimento social, como multiplicadores das políticas, para obtenção dos direitos humanos e da cidadania dos afrodescendentes procurando desmontar a ideologia do racismo e da discriminação racial que constroem e desconstroem a lógica das relações raciais na Bahia.

Além da ação de formação implementada pela rede através dos cursos de formação e da realização de seminários, outras ações foram desenvolvidas pela rede. Uma delas foram as discussões realizadas com universidades e entidades de direitos humanos em 60 municípios do Nordeste brasileiro para criação de uma rede virtual de direitos humanos. Para tanto foram realizados 04 encontros regionais com vistas a extrair subsídios para a formação da rede no Brasil. A idéia central era a de que a rede não partisse de cima para baixo.

Em resumo, podemos concluir que as três redes apresentadas apesar de suas especificidades guardam elementos em comum que são de nosso interesse. Em primeiro lugar, essas redes correspondem a versão eletrônica das redes sociais movimentalistas que floresceram dentro do movimento popular brasileiro no final da década de 70 e início da década de 90. Em segundo lugar, essas redes se constituem em um espaço público que permite a comunicação na esfera pública. Tradicionalmente, a noção de esfera pública estava relacionada a ambientes concretos, tais como assembléias, nas quais as pessoas negociavam desejos e planejavam ações. Entretanto, nos últimos tempos essa noção vem sendo mudada, de modo a assimilar não apenas a contribuição dos críticos e teóricos, como, também, as transformações dos sistemas políticos democráticos e das novas tecnologias de comunicação.

Um dos resultados desse processo é a crescente importância de se introduzir na discussão da esfera pública, o papel dos meios de comunicação de massa. Os cidadãos contemporâneos, envolvidos em inúmeras atividades “não-políticas” que consomem seu tempo, precisam, cada vez mais, de esferas públicas abstratas, que prescindem da co-presença, para continuar manifestando suas opiniões e, dessa maneira, controlar as ações do Estado. A realização desses atos de comunicação e debates, que reúnem virtualmente indivíduos territorialmente distantes, é um primeiro passo para influenciar, mesmo que indiretamente os processo de tomada de decisão. Nesse sentido, as redes citadas se constituem num espaço de exposição, exibição, de articulação de visibilidade e ,ao mesmo tempo, de discurso, de discussão e debate de questões públicas.

## 6. UM OLHAR SOBRE AS REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

---

Diante da análise realizada no item anterior, onde avaliamos os principais aspectos das redes de extensão universitária como interatividade, conectividade, geração de conteúdo etc., cabe agora avaliar nosso problema de pesquisa, ou seja, como a organização da extensão universitária em rede pode contribuir para a efetivação do compromisso social da universidade em construir e socializar conhecimentos, atitudes e valores que tornem os indivíduos (cidadãos) mais éticos, solidários e participativos em uma perspectiva emancipatória.

Cabe ainda lembrar que a nossa hipótese de pesquisa era a de que as redes e fóruns de extensão colaboram para a construção da cidadania e da democracia a partir da interconexão múltipla de seus membros e se apresentam como um significativo recurso organizacional, tanto pelo ângulo das relações pessoais quanto pelo ângulo da estruturação social, para superação dos obstáculos impostos a ela, sejam eles geográficos, hierárquicos, culturais, econômicos, políticos ou sociais.

Sob essa égide, sem querer ser exaustivo quanto aos pontos que revelam o problema e afirmam a hipótese de pesquisa apresentaremos a seguir os principais elementos que fazem das redes a opção de organização mais democrática nos dias atuais, e, como tal, deve ser buscada pelos atores sociais. Com isso, descreveremos alguns pontos que são fundamentais na discussão sobre as redes.

**1. Necessidade de afirmação e positivação do conceito de rede.** A primeira questão a ser destacada de nossa análise é a necessidade de afirmação e positivação do conceito de rede em nossas universidades. Para discutirmos sobre redes é preciso afirmar um conceito, tentando diferenciá-lo das demais formas de organização social, para não cairmos na



armadilha de considerar que toda a forma de organização é rede, pois assim, deixamos de ter condições de explicar alguns fenômenos importantes e complexos. Nesse aspecto, uma das primeiras coisas necessárias a fazer é dizer o que não é rede para então afirmar quais são as características distintivas do conceito de rede que queremos empregar.

Tem sido muito comum a utilização da expressão rede para designar a conexão entre elementos dispersos gerando muita confusão e dúvida na cabeça das pessoas, o simples fato de haver uma conexão entre elementos dispostos à distância no espaço não faz uma rede, este princípio é que tem orientado a denominação de rede para cadeias de lojas, supermercados, bancos, hospitais e até mesmo escolas, ou seja, a concepção de rede como sendo apenas um conjunto de ligações entre elementos dispersos no espaço ou um conjunto de ligações à distância.

Todavia, para que esse conjunto possa ser considerado uma rede, ele deve possuir algumas características diferentes, porque, senão, qualquer burocracia se tornaria uma rede. Uma burocracia nada mais é do que um conjunto de procedimentos e de fluxos ordenados, que liga pessoas situadas em espaços diferentes, qualquer coisa poderá ser tomada como rede se tomarmos essa premissa como verdadeira. Essa é uma das dificuldades que encontramos na discussão, pois, existem diversas experiências no Brasil que se autodenominam redes e na verdade não o são em sentido estrito.

A grande maioria das pessoas ainda tem dificuldade em entender o conceito porque ele está em formação e é pouco conhecido. Na fundamentação teórica vimos que um dos principais divulgadores do conceito de rede é Capra (2003). Esse autor trabalha a partir da teoria da complexidade para identificar o padrão de organização dos sistemas vivos que é a rede. Esse padrão de rede vai do ambiente de uma célula até todo um ecossistema. O ambiente interno de uma célula, com seus componentes interligados, trabalhando colaborativamente e se auto-regulando comporia a rede. Diversos organismos vivos, interagindo num mesmo

ambiente, se auto-regulando de maneira auto-organizada comporiam um ecossistema. E assim um ecossistema disciplinado comporia um grande sistema de rede, que seria, segundo a hipótese de Gaia de James Hovelock (1997) a terra como um ser vivo.

Num outro campo do conhecimento, as ciências sociais, o sociólogo espanhol Manuel Castells (2003) propõe a tese de que, por conta do advento e da vertiginosa disseminação das tecnologias de comunicação e informação, a sociedade estaria hoje configurada tal qual uma rede. Para Castells (2003), nesse momento de ápice dos fluxos de capital, é a primeira vez que o capitalismo consegue conformar as relações sociais numa forma de rede. O interesse é que justamente neste momento de turbocapitalismo que começa a surgir, de maneira mais acentuada um conjunto de formas de organização no campo da sociedade civil que também levam o nome de redes.

No Brasil, esse processo começa desde os anos 60, mas as redes dos movimentos sociais e das organizações não governamentais realmente passaram a ser tratadas como tal e ganharam especificidade funcional e política dos anos 80 para cá. Esse processo se torna mais evidente a partir das articulações que vão culminar na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em função de toda uma discussão nascida no âmbito da sociedade civil. No final dos anos 80 início dos anos 90 as redes explodem e surgem grandes articulações de entidades como a ABONG, que não é uma rede e sim uma associação de ONG's, mas tem um papel importante, porque articula e fomenta redes, sendo a grande organização que congrega ONG's no Brasil inteiro.

Por ocasião da ECO 92, constitui-se o fórum brasileiro de movimentos sociais e ONG's e a rede brasileira de educação ambiental. Ainda na década de 90, tivemos um momento de grande importância numa articulação que pela primeira vez teve consciência das especificidades estruturais e morfológicas da rede, ou seja, o surgimento da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela vida. Chegou-se a dados de que essa campanha mobilizou

cerca de 3,3% da população brasileira, fato que foi atribuído ao seu desenho organizacional horizontal e descentralizado. A ação da cidadania foi um momento importante para a compreensão da dinâmica de rede por parte das organizações da sociedade civil brasileira.

A Internet foi liberada para uso comercial em 1996, onde em 1998 criou-se a rede de informações para o terceiro setor (RITS), que é a primeira organização no Brasil que tem como missão específica, entre outras, a de fomentar redes. Hoje não se tem com segurança quantas redes existem no país. Para onde se olha no campo da sociedade civil organizada, vai-se encontrar redes de todos os tipos, em todas as esferas e em todos os níveis, a universidade não é uma exceção como se percebe pelas redes de extensão demonstrada.

Elas vêm na trilha desse processo, mas ainda descobrindo como se organizar para superar a cultura burocrática de nossos gestores na universidade que estão mais preocupados com as relações de poder do que com o desenvolvimento da universidade e da extensão universitária. Contudo, como as redes pressupõem relações mais horizontalizadas e abertas para o ambiente, paulatinamente, essa herança burocrática vai dando lugar à colaboração e solidariedade. Como já falamos, a medida em que a comunidade vai se aproximando da universidade ambas se modificam.

**2. superação da cultura burocrática autoritária dentro das universidades.** As redes favorecem o avanço da democracia e da cidadania dentro da universidade, fortalecendo seu compromisso social com a sociedade, na medida em que dá passos no sentido da superação da cultura burocrático-autoritária de nossas administrações públicas. Como já informamos, a hierarquização do processo de trabalho foi importante durante um determinado período da história da humanidade para concretização de determinadas metas e objetivos sociais. Face a isto, foram adotadas por empresas e organizações públicas. Contudo, as novas tecnologias de informação e comunicação deram as sociedades modernas o suporte tecnológico necessário para uma mudança radical, as redes se tornaram o meio mais eficiente

de trabalho em grupo superando as velhas estruturas administrativas baseadas em laços de autoridade e responsabilidade. Como se depreende, as redes são, nos dias atuais, a forma organizativa que permite mais eficiência administrativa, levando que o próprio Estado a atuar com regularidade em rede aproveitando os benefícios desse processo. Não poderia ser diferente com as universidades ou com a extensão universitária.

**3. Surgimento de uma nova cultura (*cibercultura*).** Algo que merece relevância em nossa análise tem a ver com mudanças em aspectos culturais de nossa sociedade. Constatamos que essa nova forma de organização social é produto de uma nova cultura, conhecida como *cibercultura*, que tem proporcionado inovações nos relacionamento e articulação social, facilitando a agilidade da comunicação entre os indivíduos, independentemente da localização geográfica e em meio a um quadro de mudanças confusas e incontroláveis. Este contato estimula a tendência nas pessoas de se reunirem em grupos sociais visando compartilhar interesses em comum.

Esse processo corresponde à cotidiana busca humana pela identidade, que é a necessidade do indivíduo em delimitar seu lugar no mundo e se fazer reconhecer como diferente entre tantos, deixando sua marca. Nas redes a possibilidade de ser reconhecido por meio de uma ou várias identidades transforma-se na fonte básica de significação social, num cenário de ampla desestruturação das organizações sociais, da ilegitimidade das instituições e enfraquecimento de importantes atores sociais como os sindicatos e os partidos políticos.

Estamos vivendo uma realidade diferente na qual as barreiras espaciais, temporais e geográficas já não são tão significativas, quanto as redes globais de intercâmbio, que conectam e desconectam indivíduos e grupos, regiões e até países. Tais indivíduos buscam compartilhar seus interesses em comum, ação que se repete, continuamente uma vez que é da natureza humana se relacionar socialmente. A formação de comunidades, na sociedade em rede, passa a ser o meio pelo qual o indivíduo será reconhecido em uma sociedade do

conhecimento, por meio de uma ou várias identidades, assim como, de implementar suas lutas específicas. Durante esse desdobramento, tem-se a fragmentação de outras identidades culturais, como a identidade nacional, que tem foco numa dimensão espaço-temporal.

Essas identidades culturais são fragmentadas para dar lugar a outras híbridas, pois a cultura contemporânea passa a ser caracterizada pelo uso crescente de tecnologias, criando uma nova relação entre a técnica e a vida social de maneira espontânea no ambiente virtual, com práticas culturais específicas que agregadas ao que os especialistas chamam de *cibercultura*. Um fato curioso é que, ao contrário do que se pode imaginar, apesar de muitas redes disporem de meios de formação de comunidades e comunicação, potencializados pelo uso da *internet*, onde a comunicação pode se dar em questão de segundos, as redes despertam em seus participantes a necessidade de se integrar a grupos sociais, de se envolver com pessoas, às vezes pessoalmente que compartilhem algo em comum, com as quais se identifiquem, comprometem, em busca de uma identidade, uma forma de se reconhecer no outro.

Os relacionamentos sociais originados em redes de computação, isto é, no *ciberespaço*, como acontece com as três redes de extensão analisadas, pode ser compreendido como um lugar de circulação de informação, um espaço de comunicação, espaço virtual, que não existe em oposição ao real. O *ciberespaço* é um ambiente simbólico onde as comunidades virtuais se constituem como espaços de discussão, reflexão, troca de experiências etc. Evidente que, nem todas as redes podem ser consideradas comunitárias, porque existem certos agrupamentos sociais em que os participantes não guardam qualquer vínculo afetivo ou temporal, podemos concluir em relação ao nosso problema pesquisado que as redes potencializam o surgimento de comunidades e a agregação de pessoas que, em geral, estão delineadas em torno de interesses comuns, de traços de identificação, pois ele é capaz de aproximar, de conectar indivíduos que talvez nunca tivessem oportunidade de interagir.

Quanto aos relacionamentos dentro da rede, é preciso esclarecer que existem muitos mitos, ela não modifica o comportamento das pessoas, em verdade, as pessoas se apropriam dela suas potencialidades e, assim, amplificam a capacidade de se comunicar e de criar. Os comportamentos são aumentados pelos meios tecnológicos, proporcionando indivíduos localizados em diferentes regiões e munidos de equipamentos adequados possam conectar idéias, crenças, valores e educação. Aqui, a tecnologia empregada funciona como uma força propulsora da criatividade humana, da sensibilidade devido à visibilidade e disponibilidade de material circulante, permitindo que a comunicação se intensifique, ou seja, as ferramentas promovam o convívio, o contato, uma maior aproximação entre as pessoas ainda que por tecnologia.

Por outro lado, a escolha da rede ou comunidade desejada, trilha o aspecto pessoal, eletivo, diferente do modelo tradicional de aquisição das identidades culturais, que é fruto de um processo de imposição. Isso diz respeito a uma característica peculiar das redes seu surgimento espontâneo, quando se conciliam agrupamentos sociais assentados em afinidades. O indivíduo não é obrigado a integrar determinada rede ou comunidade, a motivação é individual, subjetiva. A liberdade de optar por traços de identificação é o que a diferencia do modelo tradicional de atribuição de identidades culturais, como o caso da identidade nacional em que todos são obrigados a aderir a determinados símbolos nacionais, como o hino, a bandeira e a manter vínculos a lugares, histórias e tradições específicas.

Nas redes de extensão os indivíduos escolhem, elegem a qual comunidade devem se associar, tendo como fato agregador o interesse particular em temas ou pessoas com quem possam compartilhar idéias e promover discussões públicas interativamente. A relação recíproca que ocorre entre essas pessoas, é fundamental para o estabelecimento e consolidação da comunidade, torna-se importante esclarecer que é a comunhão de interesses que mantém o liame da comunidade, esse sentimento de pertencimento. Em seu interior

identificam-se elementos extremamente pessoais ou coletivos como: solidariedade, emoção, conflito, imaginação e memória coletiva.

Do mesmo modo, para haver um convívio pacífico, também são adotadas regras de conduta, havendo punição para a desobediência aos valores dos grupos, para que o sentimento de comunhão se propague é necessário que haja compartilhamento de saberes, de conhecimento, de opiniões que podem até mesmo ser divergentes, uma vez que no interior da comunidade seus membros podem e devem ter opiniões contraditórias e conflitantes, uma forma saudável de se verificar o grau de tolerância. Além disso, a idéia de existência de idéias conflitantes resulta na produção de novos saberes.

**4. A auto-regulação (autopoiese) das redes de extensão universitária.** Como as demais, as redes de extensão partem de uma idéia elementar que é bastante simples de que a rede é uma articulação entre diversos pontos (*clusters*) que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novos pontos, os quais, por sua vez, solidificam o conjunto na medida em que são solidificados, permitindo-lhe a expansão em novos pontos ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa um *clusters* e cada fio um canal por onde esses *clusters* se articulam através de diversos fluxos.

Esse é um princípio básico das redes, funcionam como um sistema aberto que se auto-reproduz, isto é, como um sistema *autopoietico* onde a rede conecta comunidades, grupos de determinada área social com outras comunidades. A articulação entre todas fortalece cada comunidade em particular pelos intercâmbios que passam a ocorrer, esse vigor vem contribuir para o surgimento de novas comunidades em outros lugares, desdobrando a discussão em uma área muito maior do que a atingida, inicialmente, pelo conjunto das pessoas previamente organizadas. Essa propriedade das redes dá a esses espaços vantagens em relação a outros modelos de organização.

**5. Intensividade e extensividade das redes de extensão.** Outros dois princípios de rede que a tornam revolucionária são os princípios da *intensividade* e *extensividade*. Ampliar a intensividade significa dizer que cada *clusters* da rede deve atingir e envolver um maior número de pessoas no local onde aquela unidade atua. Isto pode significar o surgimento de outros pequenos nódulos naquela região articulados entre si conectados à rede em geral. Ampliar a *extensividade*, por sua vez, significa expandir a rede para outros territórios colaborando no surgimento de novos nódulos, ampliando a sua abrangência e fortalecendo o seu conjunto.

Uma rede capaz de conectar a diversidade será capaz de integrar, de maneira fecunda e criativa as ações que envolvem todas as organizações que se guiam pelo princípio da colaboração solidária, articulando seus recursos e consolidando a implementação de seus projetos, firmando cada nó na medida em que ele mantém um fluxo constante com os demais.

A intensividade significa que todos os princípios, idéias e valores defendidos pelos diversos nódulos da rede em particular sejam assumidos pelo conjunto da rede. Isso significa que embora a RENEX, a ANEXU e o Unicidadania continuem a lutar em defesa de suas batalhas específicas, elas também colaborarão na medida do possível para avançar as lutas em prol de outros movimentos, a saber, os sem terra, negros, crianças etc. O mesmo acontece com cada nódulo, que assume o compromisso de fortalecer as lutas das demais, contribuindo para que elas possam ampliar sua intensividade e extensividade, encorajando a rede em toda a sua totalidade.

As ações desenvolvidas, através de seus nódulos e articulações, agenciam novas ações, ampliando-a enquanto tal e expandindo o conjunto de suas ações em um círculo virtuoso capaz de envolver cada vez mais pessoas, atuando sobre objetos sempre mais diversos que fazem brotar novos nódulos na medida em que introduzem diversidade e



perpassam os fluxos do conjunto, evidenciando novas transformações em cada nóculo em particular e da rede como um todo.

**6. A horizontalidade das redes de extensão universitária.** Foi observado em nossa pesquisa que não há superioridade entre as redes, elas se articulam ou se combinam. A horizontalidade é típica nas redes sejam elas universitárias ou sociais, por este motivo achamos que as disputas entre os fóruns das universidades públicas, privadas e comunitárias, são contraproducentes, e acabam prejudicando o desenvolvimento da extensão universitária. Também não concordamos com a visão centralizadora de que não há espaço para a existência de fóruns diferentes, em verdade, cada um desses fóruns tem sua identidade própria em razão do tipo de organização que estão na sua base. É preciso é que esses fóruns se comuniquem, dialoguem entre si formando uma teia de experiências de extensão universitária, a interconexão entre os fóruns, redes, conhecimentos é mais um facilitador desse processo.

Quando pensamos, por exemplo, em uma articulação das universidades, através de redes e fóruns de extensão universitária, saudamos a iniciativa, pelo fato de promover o relacionamento, a interlocução, a comunicação o contato entre diversos atores sociais, constituindo-se em excelente legado. Inclusive porque aqui já se derruba uma veleidade, a de organizar num só movimento a ação dos vários atores sociais, já que não é factível uma organização ampla e global congregando a complexidade e multiplicidade de cenários e problemas. O que conseguimos fazer, e acreditamos que seria muito importante, é conectar os vários movimentos levando-os a dialogar em todas as esferas.

Para exaurir com esta pretensão de organizar o todo é necessário conectar o máximo possível de agente e ao promovermos essa conexão estaremos empoderando esses atores e diminuindo as possibilidades de subordinação a outros grupos, assim, apesar das dificuldades apresentadas por essas experiências é possível perceber nas ações o

empoderamento das pessoas envolvidas nesse processo sejam elas, professores estudantes ou membros da sociedade civil.

Estamos diante dessas experiências de articulação chamadas rede, que parece ser o modo de organização mais compatível com uma perspectiva emancipatória, inclusiva e empoderadora dentro da universidade. A forma organizacional rede é muito mais apropriada aos processos de emancipação do que qualquer outra, especialmente, por um componente distintivo da rede – a inexistência de hierarquia – que é o seu aspecto formal, organizacional, metodológico, operacional e político mais importante, que chamamos de horizontalidade, característica por si só empoderadora da rede, quase como se fosse suficiente.

**7) A Conectividade das redes de extensão.** A conectividade e a interatividade são outros elementos importantes para que as redes favoreçam a universidade a cumprir sua missão social. A idéia geral é de que rede é um conjunto de pontos (*clusters*) interligados. O conceito de conectividade diz respeito ao grau presente de interligação ente seus componentes, quaisquer que sejam, isto é, pessoas, instituições, equipamentos etc. e a capacidade de se estabelecer conexões entre esses pontos. A dinâmica da conectividade varia conforme o ritmo, o território, o tipo de elemento envolvido, mas que, de um modo geral, se caracteriza por um processo de multiplicação, de propagação, de expansão e de crescimento não-linear.

Tal dinâmica é considerada não-linear porque a ordem ou a seqüência que a orienta não é rígida. Nesse sentido, ela se diferencia de uma cadeia, não há imposição de que se tenha de conhecer esse ou aquele ponto da rede. A rede é não-linear porque conectividade é um processo que se estende para todos os lados. Essa não-linearidade muitas vezes não é bem compreendida por todos nós que sempre pensamos nas redes como uma cadeia com níveis concêntricos de responsabilidade e autoridade.

Esse processo é relacionado a um espraiamento, uma expansão descontrolada, sem governo, aleatória, o processo não se controla, não tem fim e nem começo. Cada um nasceu inserido num processo de conectividade já iniciado. Como a conectividade é importante para a rede, as conexões, ou seja, as relações, é que determinam o seu caráter, se considerarmos uma relação como fonte de produção de frutos e resultados percebemos que o potencial produtivo de uma rede densa è bem maior do que aquele com baixa conectividade.

O potencial produtivo e criativo que elas mobilizam dependem de uma outra propriedade extremamente importante. A capacidade de estabelecer pontes em cada conexão, uma relação que se estabelece entre dois pontos é capaz de promover a conexão de dois mundos. É isso o que cada um dos componentes de uma rede faz. Vamos imaginar uma comunidade distante que recebe a visita de um estrangeiro e que nenhum membro da comunidade conheça alguém desse país. Ao entrar em contato o estrangeiro traça para a comunidade uma conexão com o mundo e o seu país. A propriedade de fazer a ponte, servir de caminho para um mundo, ganha na teoria matemática dos grafos o nome de transitividade.

Um ponto é a ponte, é o caminho entre um ponto qualquer e outro ponto qualquer na rede, esse princípio é importante quando pensamos a organização e a gestão em rede. Cada pessoa abre um mundo para a outra. Na dinâmica das relações sociais, o processo que se segue aumenta a interconectividade entre os mundos. A rede é um sistema necessariamente aberto. Por isso, é um processo que não tem fim, é a abertura do sistema que permite expandir a rede, que dá condições para ocorrência do processo de multiplicação e divulgação que a caracteriza.

Quando falamos de redes da universidade, de modo geral são pensadas como articulações de alguns atores ou órgãos e fechadas. Mas sua dinâmica não comporta fechamento, pois, necessariamente tem de manter pontes para o meio exterior. Pelo fato de ser aberto, temos um sistema que não é o mesmo, um instante sequer, ele é mutante, instável, o

tempo todo se reconfigurando ou se reorganizando. Daí a grande dificuldade em se avaliar as redes pelos padrões tradicionais. Onde a visão tradicional da ciência vê coisas a visão complexa vê fluxos, padrões, relações, ou seja, são estas relações que importam. É por este motivo que insistimos que a simples conexão desses atores já é um resultado importante das redes. O agir comunicativo é a grande tarefa.

**8) Retro-alimentação e auto-regulação das redes de extensão.** Outra consideração a ser feita é que para a teoria das redes os sistemas vivos se regulam, como a ordem que existe não veio de fora, mas emergiu espontaneamente, a organização surge, do processo de interação, de comunicação, sendo este influenciado pelos mecanismos de retro-alimentação. Com isso, podemos afirmar que em todas as redes há um processo de *feedback* (retro-alimentação), em função dessa retro-alimentação, a rede, como um todo, se auto-regula e essa auto-regulação passa a ser a forma de organização da rede. Essa auto-regulação, que se processa de forma não-linear, aleatória e sem controle, definindo sua constituição. Para todos, é um grande desafio compreender que algo que não tem controle possa ser considerado uma forma de organização.

Essa movimentação do sistema é algo que aflige quem trabalha na universidade e na extensão universitária pois, muitas vezes queremos controlar os processos sociais para que os projetos dêem certo e para que os resultados sejam atingidos, mas ao invés de partirmos da premissa de que vamos conseguir controlar, temos que compreender de que as dinâmicas são incontroláveis. Contudo, podemos sim, tentar nos organizar em função desse dinamismo, considerando-o como pressuposto na composição de nossas estratégias de ação. Não podemos contar com o equilíbrio, haverá sempre imprevistos ou ruídos, as variantes devem ser consideradas, mas, esse aspecto não são problemas e, sim, características da dinâmica aberta e não-linear dos processos sociais.

**9) A multidimensionalidade.** A multidimensionalidade é outra característica importante encontrada nas redes estudadas e que merece atenção com relação ao nosso problema de pesquisas. Diz respeito às múltiplas dimensões das redes de extensão, onde pudemos verificar que existem redes, sub-redes, redes maiores, redes menores, redes locais, redes regionais, uma dentro da outra, uma combinando com a outra, se inter cruzando e se interpenetrando. Não obstante, todas elas têm as mesmas características, tem o mesmo padrão de desenvolvimento. Pela dinâmica das redes, não existem estratos com poder diferenciado no interior desta grande articulação. Esse é outro componente importante a ser considerado na hora de desenhar estratégias operacionais.

**10) Descentralização das redes de extensão.** Mais uma característica percebida nas redes é a descentralização. É um desafio pensarmos a rede operacionalmente, especialmente quando queremos acabar com a idéia de centralidade da rede. O elemento assertivo radical das redes é manifesto no propósito de que as redes são formas de organização não-hierárquica. O que contradiz nossa cultura voltada para a organização vertical, piramidal. O simples fato de estarmos conectados não nos dá uma organização em rede. Apesar da dinâmica das redes sociais ser suficiente, por si, para produzir coisas, eventos, fatos etc não é bastante para termos uma organização em rede, pois, se fosse assim, todas as pessoas estariam de antemão trabalhando colaborativamente e não precisaríamos discutir sobre articulação em rede dentro da extensão universitária. No que diz respeito a extensão universitária essa característica é fundamental na medida em que faz cair por terra a idéia de que há um centro de referência da produção do conhecimento.

**11) Ativação da rede.** Essa questão é bastante importante e diz respeito à animação, é preciso compreender que uma rede não age naturalmente, ela precisa ser acionada, convocada, é preciso animá-la a rede para que ela funcione como tal. De maneira geral, a sociedade costuma funcionar dessa forma nos momentos de crise, dor, doença,

catástrofe, como por exemplo, nas doenças e calamidades. Nesses momentos é que vemos surgir à rede diante de nossos olhos. As redes pretendem que essa solidariedade dos momentos de crise se torne algo permanente.

Para que a rede se torne visível e se transforme de fato num fenômeno organizativo ela precisa ser provocada. Sobre esse prisma, três questões são importantes em relação à rede.

a) Como fazer com que a dinâmica da conectividade de fato passe a regular o modo humano de operar, e trabalhar em conjunto, pois a rede pressupõe união. Nesse sentido, três aspectos são importantes em relação à conectividade à rede: A *participação*; o respeito à *autonomia dos sujeitos* e o *respeito à diferença* que tais sujeitos autônomos representam.

b) Outros aspectos propriamente organizacionais precisam ser levados em conta. O principal deles, aquele que mantém a rede coesa é o *conjunto constituído pelos valores e objetivos compartilhados*. Para que possa haver decisão a participação é condição para o vínculo. É necessário que os objetivos e os meios de alcançá-los estejam claros. Toda organização possui um objetivo compartilhado pelos seus integrantes. Aquilo que se dá o nome de missão que é um elemento comum em qualquer organização. Nas redes o objetivo comum é o instrumento de coesão e orientação da ação.

O que não é óbvio, no caso das redes, é que elas sejam estruturas baseadas na insubordinação, na isonomia e na desconcentração de poder, mesmo que se quisesse concentrar o poder, sua morfologia, com processo de desdobramento aleatório, a abertura por meio externo, seu dinamismo e plasticidade, impediriam ou dificultariam essa concentração. Nosso desafio é o de constituir uma dinâmica de organização baseada num fluxo descentralizado e policéfalo de ações, onde organização emerge do não-controle e a coordenação se faz sem hierarquia.

c) Potencializar a diversidade. As organizações e indivíduos são heterogêneos e tem competências diferenciadas, o desafio das redes é se valer da diversidade, de diferentes virtudes e até defeitos para multiplicar soluções visando os problemas sociais, é importante relembrar a idéia de que as redes têm como característica importante o fato de que, quanto mais se exercitam, mais elas se fortalecem. Capital social multiplica capital social. Então se nós articularmos e desenvolvermos um projeto, com certos resultados que sejam reconhecidos pelo grupo, existe uma grande possibilidade dessa rede multiplicar e crescer.

**12) A *cidadania translocal*.** Outra descoberta que fizemos em nosso trabalho diz respeito a existência de uma *cidadania translocal*. A revolução tecnológica propiciada pelas novas tecnologias de informação (TICs), potencializada pela conexão mundial de computadores, celulares, *paggers*, *palm tops*, satélites etc vem promovendo alterações significativas na base material das sociedades, ao estabelecer uma interconexão global entre os países e modificar as relações entre as economias, Estados e sociedades.

Certamente, o surgimento de redes potencializadas pelo uso da *internet* resultou na criação de um novo tipo de organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais e presenciais, isto é, de grupos humanos constituídos pela identificação de interesses comuns, assim, chegamos a um ponto em que a freqüência, e a participação desses grupos se torna uma nova forma de cidadania. Hoje, com a sociedade em rede é possível criarmos novas comunidades independentes da dimensão territorial. Com as redes nós podemos ser cidadãos de várias comunidades simultaneamente.

A essa possibilidade de comunidades além da dimensão territorial chamamos de *cidadania translocal*, que é uma característica das redes na medida em que comunidades são formadas no espaço simbólico da articulação. A existência de um território, de uma localização geográfica, não é mais necessário para a construção do sentimento de cidadania, embora, o *ciberespaço* se apresente como um espaço público fundamental para a existência

das redes. Deste modo, as redes possuem, uma base, um senso, um lugar, um endereço, um lócus virtual, que é abstrato, limitado a um canal de comunicação, um tópico de interesse ou uma lista de discussão etc., são fronteiras simbólicas não concretas.

As redes analisadas são assim, espaços públicos onde os extensionistas se encontram a partir de determinadas identidades e interesses em comum. É verdade que muitas críticas tem sido feitas ao espaço da *internet* pelo seu conteúdo duvidoso, por ter sido criada com fins militares, por ter sido expandida para fins acadêmicos e comerciais, e por ter atingido todos os setores entre eles os movimentos sociais, a crítica tem relação com as batidas discussões sobre modernidade e pós-modernidade.

Quanto a *internet* é verdade que a rede mundial de computadores tem o predomínio, ainda, dos EUA e da Inglaterra. Entretanto, quando ocupamos esse espaço, ao criamos na *internet* nossas comunidades virtuais, nossa alteridade, nossa forma de participação, nosso ponto de vista, estamos criando uma outra globalização. As redes e suas comunidades formadas são pontos de encontros, *clusters*, nodos de sociedades reais. É o virtual construindo o real e vice-versa. As redes universitárias de extensão, assim como as redes de pesquisa e graduação, são ambientes de agregação onde se constrói uma nova institucionalidade.

**13) Fractabilidade e mundopequenedade.** Outras duas características das redes importantes para a cidadania é a fractabilidade, padrão de desenvolvimento das redes e a mundopequenedade que diz respeito a diminuição das distâncias entre os pontos dentro de uma rede. Ao explorar a estrutura das redes, descobrimos que os sistemas adaptativos complexos obedecem a princípios de organização codificados na sua topologia. Tipicamente, as redes têm características específicas da estrutura local, como agrupamento (*clustering*) e fractalidade, e da estrutura global, como a forma da rede ou a distância média entre os nodos. Tais características podem se tornar critérios para definir a topologia da rede.

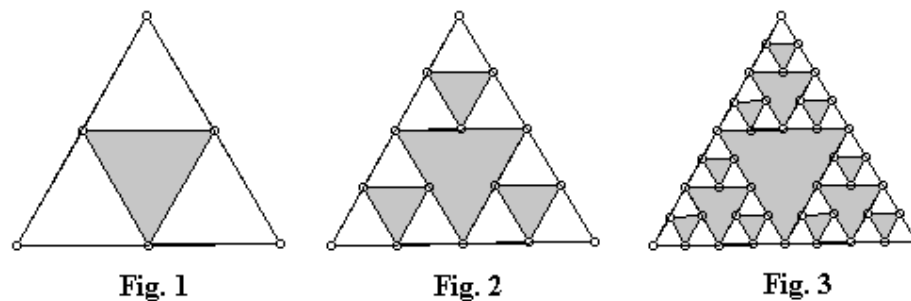


A fractalidade é um conceito matemático que parece adequar-se a algumas estruturas da natureza. Muitos fenômenos naturais podem ser modelados como fractais, por exemplo, as nuvens, as superfícies dos metais, o movimento das partículas sob bombardeio molecular, a distribuição da chuva e até os preços das ações na bolsa de valores. Recentemente, os multifractais têm suscitado muito interesse entre os teóricos de redes. Um multifractal é uma distribuição que dá origem a toda uma hierarquia de fractais, e a análise destes fractais e o cálculo de um “espectro multifractal” dizem muito sobre a distribuição da informação na rede.

A fractalidade é, portanto, a propriedade fundamental das redes cuja estrutura se baseia na recorrência do mesmo padrão gráfico. A definição mais exata de uma rede de redes é um conjunto fractal. Uma estrutura gráfica tão básica pode descrever não só a rede inteira, mas também seus vértices, ao repetir, em diferentes níveis e escalas, o mesmo padrão de organização de nodos, conexões e plexos. Aproximações de tais grafos podem ser observadas no mundo real; por exemplo, em algumas árvores bronquiais ou vasculares<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup>Por outro lado, a fractalidade é o princípio fundamental da nova geometria do micro-infinito, que descreve padrões gráficos repetidos de relações não lineares que são encontradas nas redes. Representações gráficas de funções não recorrentes, condicionadas por parâmetros instáveis, desenhadas por meio de ciclos iterativos, formam pontos no espaço-fase, denominados atratores. Os fractais são um tipo especial de atrator, no qual a estrutura complexa de projeções gráficas é alterada continuamente, onde os pontos e os planos migram pela iteração contínua (a cada novo parâmetro) das respectivas coordenadas. Modelos explicativos (ou cadeias epistêmicas), gerados no contexto do novo paradigma, consideram o que vem sendo chamado de dependência estrutural de elementos interligados; isto é, efeitos de conexão em rede. Isto significa que a complexidade de uma certa estrutura explicativa não depende apenas do número de fatores e elementos envolvidos, mas também da inteireza, diversidade e interatividade das conexões nos processos dinâmicos que compõem as redes. Os conceitos de “rede”, “sistema de rede” e seus correlatos são explorados detalhadamente nas próximas subseções. Os fractais já são, conceitualmente, importantes em algumas áreas da matemática, por exemplo, como atratores em sistemas dinâmicos, em conjuntos associados com a teoria dos números e, evidentemente, na estrutura de grupos de redes especiais. Derivado do latim *fractus*, que significa “quebrar”, o termo “fractal” é atribuído a Benoit Mandelbrot, que propôs seu uso em 1975. A geometria euclidiana baseava-se em pontos de zero dimensões, linhas de uma dimensão, figuras em planos de duas dimensões e sólidos de três dimensões. Porém, muitos fenômenos naturais são mais adequadamente descritos com uma dimensão entre dois números inteiros. Assim, enquanto uma linha reta tem uma dimensão de um, uma curva fractal terá uma dimensão entre um e dois, a depender de quanto espaço ela ocupa ao retorcer-se, curvar-se, dobrar-se e quebrar-se (Peterson, 1984). Ao duplicarmos a magnificação de um fractal, todas as partes previamente visíveis da curva podem, aparentemente, duplicar de tamanho (escala euclidiana), mas novas protuberâncias, curvas e fraturas na margem tornam-se visíveis e acrescentam ao comprimento na escala fractal. Enquanto a geometria clássica trabalha com objetos com dimensões integrais, a geometria fractal descreve dimensões não integrais. Sendo assim, os fractais podem ser construídos, e até desenhados por computador, através da aplicação repetida de uma equação simples. Exemplos bem conhecidos são os conjuntos Julia e Mandelbrot, os quais podem ser construídos pela iteração de transformações do plano (Instituto de hospitalidade, 2004).

**Figura 22 – Exemplo de fractais**

A caracterização de dimensão fractal pode ser usada para descrever o tipo de complexidade que um sistema de rede pode ser considerada como uma característica geométrica dos atratores que têm uma estrutura fractal. Portanto, uma rede à qual pode ser designada uma dimensão fractal é denominada de rede fractal. Muitas redes fractais são descritas por sistemas geradores, que podem, eventualmente, ser chamados de raiz fractal. Se uma rede tiver uma imagem binária, será sempre possível medir sua dimensão fractal. No caso de redes auto-similares, o grafo tem globalmente uma inclinação constante, diretamente relacionada à dimensão fractal.

Teoricamente, um grafo de mundo-pequeno pode ser gerado a partir de uma malha regular (onde os vértices estão ligados aos vizinhos mais próximos) reconectando uma parte dos nodos a outros nodos escolhidos aleatoriamente. As redes de mundo-pequeno são grandes malhas com grupos locais e distância global curta. As teorias de mundo-pequeno, derivadas da matemática teórica, das ciências sociais e da realidade prática, provam que populações, eventos ou ações aparentemente distantes, desconexas e dissimilares podem ser facilmente ligadas umas às outras<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Milgram (1967) realizou um teste para determinar se pessoas selecionadas aleatoriamente em Omaha e em Nebraska conseguiam mandar cartas a um destinatário pré-determinado em Boston, dirigindo suas cartas a algum conhecido, que por sua vez devia encaminhá-las a outro conhecido, formando assim uma cadeia de pessoas

Desde o final da década de 1990, pesquisas revolucionárias sobre a teoria de redes têm produzido um crescente suporte para a hipótese do mundo-pequeno, demonstrando suas muitas aplicações em diversos problemas. O estudo de sistemas organizacionais complexos pode resultar num mapa das interações dinâmicas tanto nas nossas redes físicas quanto nas sociais. Muitas destas redes sociais ou institucionais são, de fato, mundos pequenos. Em estudos empíricos, a transmissão no mundo pequeno das redes pessoais mostra possíveis sinais de ser canalizada através de plexos. As diferenças, classificadas em categorias de identidades organizadas taxonomicamente, permitiram a definição da distância social entre pares de indivíduos. A habilidade de procurar e encontrar alvos específicos depende de a rede ter não apenas pequenas distâncias de rede, mas também conexões construídas com probabilidades que decaem exponencialmente com a distância social.

Os grafos de mundo-pequeno têm um número de características surpreendentes que os tornam particularmente relevantes no entendimento de como as interações entre os metabólicos, as espécies ou os indivíduos levam à robustez e à homeóstase observadas na natureza. Como o mundo-pequeno é um grafo aleatório com forte redundância, agrupamento local e, em média, pequenas distâncias entre os vértices, ele propaga a informação muito eficientemente. Por esta razão, a mundopequenedade numa rede não só promove a resiliência ou a homeóstase, mas também pode resultar em fraquezas e instabilidade na rede. Uma rede com poucos grupos grandes e nodos com um alto grau de conectividade pode ser eficiente em termos da transmissão de informação e tomada de decisões, mas corre também o risco de contágio catastrófico e é muito vulnerável a uma deterioração súbita.

Alguns dos resultados e das teorias produzidas na pesquisa de redes sociais no nível individual podem ser úteis para orientar as estratégias e as iniciativas para criar redes institucionais com as propriedades mencionadas acima, com suficiente quantidade e

---

conhecidas. Este experimento pioneiro gerou a extraordinária hipótese dos “seis graus de separação”, ou a hipótese do mundo-pequeno, uma das pedras fundamentais da pesquisa contemporânea de redes sociais.

densidade para garantir a conformidade com as metas da rede. A interconectividade da rede faz com que a ação local tenha ressonância global, mas as relações entre as dinâmicas locais e globais dependem criticamente da topologia da rede, isto é, do padrão de agrupamento da rede, da sua fractalidade e da sua mundopequenedade.

**14. A Solidariedade social.** Em face de um mundo de complexidade crescente, de maior encontro e freqüentemente, confronto entre culturas diversas, será no apelo à solidariedade entre povos e culturas que a intersubjetividade coletiva pode-se formar com mais facilidade. E será através de um continuado reencontro do sujeito, por meio de redes solidárias, que dizem respeito a suas múltiplas referências identitárias, que uma intersubjetividade coletiva intercultural vai-se constituindo.

Mas, de que solidariedade estamos falando? Que tipo de respostas solidárias as redes querem? Enfim, quando recorreremos à palavra “solidariedade” o que estamos querendo dizer?

Para Sequeiros (2000), cada ser humano, de acordo com a sua própria cultura dá à palavra solidariedade algum conteúdo que lhe é significativo: justiça; amor; proximidade; adesão; auxílio; gratidão; compaixão etc. E aos destinatários nomes bem diferentes em razão do local e do tempo: marginais; excluídos; descamisados; despossuídos; sem-teto; destituídos de direitos; vulneráveis; em situação de risco; pobres; que tem fome; o terceiro mundo etc. Entretanto Sequeiros alerta que:

em um mundo que não só perpetua, mas também aumenta o tamanho das desigualdades sociais, a consciência humana vai-se expandindo cada vez mais para a necessidade da solidariedade, talvez a categoria ética que melhor sintetize os desejos da humanidade neste momento. Então, tornar-se responsável pelo outro, em uma sociedade de relações assimétricas, está em perfeita sintonia como os desejos de nosso mundo (SEQUEIROS, 2000, p.20).

Portanto, o valor fundamental da solidariedade nos dias atuais é o compromisso ético que leva as pessoas a assumirem o desafio de transformação das raízes das situações

geradoras de desequilíbrio e injustiça. Uma atitude que nasce de uma sensibilidade eficaz e transformadora da própria pessoa que reorganiza sua vida em outra direção: a da solidariedade, da responsabilidade e da justiça. Nesse aspecto, o imenso guarda-chuva da solidariedade tem protegido muitos outros valores fundamentais como: participação política; tolerância; interculturalidade; alteridade; diversidade; identidade; compartilhamento de ações; respeitar os valores do outro etc.

Todavia, a solidariedade nem sempre vem acompanhada do diálogo. A exigência de uma solidariedade em escala global supõe que todos superem a tendência a se fechar em si mesmo, de modo a abrir-se à compreensão dos outros, baseada no respeito à diversidade, no respeito à diferença. Reforçar a idéia de solidariedade entre o grupo pode constituir passos positivos e libertadores, mas, quando mal compreendidos, esse tipo de reivindicação contribui, igualmente, para tornar difíceis e até impossíveis o encontro e o diálogo com o outro.

Encontra-se justamente aí os perigos de afirmação das identidades ameaçadas, nos contextos globalizados e multiculturais, virem, ao afirmar suas identidades específicas, a desenvolver ou aprofundar fundamentalismos étnicos, religiosos ou de outra natureza. Nesse sentido, a solidariedade em si mesma não é salvaguarda da alteridade, do mútuo respeito às diversidades, a ação solidária emancipatória, em direção à realização de uma cidadania plena, à medida que, não for acompanhada por um pensamento crítico e auto-reflexivo em relação a suas práticas e experiências.

Nesse sentido as experiências de redes como a RENEX, ANEXU e o Unicidadania adquirem uma feição de luta pela cidadania na medida em que seus sujeitos envolvidos trocam experiências e desenvolvem a auto-reflexão através de suas redes. Esse é o caso das redes pesquisadas que se agregaram à luta pela Universidade questões políticas como a proteção e promoção dos direitos humanos, a reforma agrária, as políticas públicas

etc. Portanto, em face dessa liquidez e pluralidade identitária na sociedade complexa, globalizada, as redes devem ser pensadas para além de sua constituição enquanto redes sociais comunitárias circunscritas por espaços locais, devem ser consideradas as novas possibilidades de interconexões nos espaços virtuais, e assim, verificar quais as implicações em termos de redes estratégicas e auto-reflexivas.

Está, neste ponto, embutida a idéia de que as redes de extensão universitária, assim como as demais redes sociais, seguindo os princípios de democracia, autopoiese, alteridade etc, poderão assumir um caráter propositivo, tendo em vista seu efeito multiplicador e conseqüentemente mecanismos de difusão simbólica de novos valores e de fortalecimento da Extensão Universitária. Dessa forma, a rede desempenha um papel estratégico, enquanto elemento organizador, articulador, informativo e de empoderamento do movimento extensionista na Universidade e sua relação com e contra outras funções instituídas.

Contudo, Warren (2003), alerta que devemos tomar cuidado para não cairmos na armadilha de uma interpretação mecanicista da dinâmica social. Para que isso não ocorra e possamos aprofundar a avaliação do potencial solidarístico e estratégico das redes é que se recomenda a inclusão da dimensão do pensamento crítico. Além disso, a rede, como estratégia, pode ser utilizada tanto como meio libertário quanto totalitário.

A rede em si mesma não é virtuosa, depende do que fazemos com ela e de como os nódulos se relacionam entre si. Uma rede libertária se distingue de uma rede totalitária por sua morfologia, por seu simbolismo e pelo tipo de empoderamento que pratica e almeja. Na morfologia as redes totalitárias se organizam com um número bastante limitado de agentes, reduzindo ao mínimo o risco de penetração inimiga. O critério de afinidade é bastante rigoroso. Nas redes solidárias, todos os membros podem ter visibilidade pública e justamente

o papel dos nódulos é difundir informações, dar organicidade e empoderamento público a rede.

Por outro lado, a multiplicação de redes sociais favorece a desfundamentalização da questão social construindo pontes de comunicação entre as redes na sociedade civil, opondo-se aos códigos das redes dominantes religiosas, nacionais, territoriais e comunidades étnicas fundamentalistas. Seu empoderamento comunicacional se dá através do poder de difusão dos fluxos instrumentais como Internet, mídia eletrônica etc e dos novos códigos culturais desenvolvidos por essas redes. Essas redes comunicacionais e simbólicas contribuem para a construção de redes de solidariedade baseadas nas intersubjetividades que podem vir a ser construídas na interface das redes de múltiplas especificidades.

**15. A Alteridade dentro das redes de extensão.** Outra questão fundamental diz respeito ao princípio da alteridade nas redes de extensão. O pensamento complexo concebe o sujeito com base em suas múltiplas identidades e a transformação resulta da articulação discursiva de variadas comunidades. A alteridade só pode ocorrer quando o eu e o agente humano se relaciona com o “outro” ou com “outros” os quais questiona e pode ser questionado. A desconstrução das subjetividades individuais e a construção de novas intersubjetividades em contextos pedagógicos das redes se beneficiarão com a introdução de um pensamento crítico, desde que debatendo e confrontando percepções de atores multiculturais de múltiplas identidades sociais e ideológicas.

**16. Participação.** É importante também se destacar a participação nas redes estudadas e de como através de praticas emancipatórias ligadas, foi possível trabalhar a relação dialógica conhecimento-reconhecimento-ação política. Trata-se de repensar as interações e articulações necessárias entre academia e a sociedade civil organizada. O intelectual deve colaborar para o empoderamento dos grupos e pessoas envolvidas e as redes universitárias de extensão, assim como as de pesquisa e ensino devem realizar o trabalho de

tradução e mediação com a práxis dos movimentos sociais, criando mecanismo de interlocução e troca de experiências e auto-reflexão das iniciativas locais e globais.

Nas redes sociais, para esclarecer os princípios de estrutura, operação, funcionamento e evolução, os pesquisadores tendem a abstrair o fato de que os nodos, plexos e *routers* são organizações ou indivíduos. Seria difícil assumir que as moléculas plexo do metabolismo químico intracelular e os conectores sociais desempenham papéis estruturais análogos nos seus respectivos ambientes de rede. Na análise das redes sociais, a efetividade de um atuante só pode ser vagamente quantificada em termos de fluxo de mensagens e conectividade.

Portanto, é preciso ter muito cuidado para não levar longe demais a analogia entre as redes gráficas e as redes sociais. Quando a rede não é um computador ou uma malha de arame, e alguns dos nodos são mentes humanas ou organizações sociais, a densidade das conexões e a força destas podem ser elementos fracos e limitados para prever as capacidades de crescimento da rede.

A topologia da rede e as regras de agregação entre os seus constituintes orientam a escolha de parceiros e determinam o padrão de crescimento da rede. Conforme as organizações se unem à malha e os relacionamentos se aprofundam e expandem, mudanças estruturais significativas ocorrem na rede. Para entender estas estruturas emergentes, bem como promover seu crescimento ou controlar sua hipertrofia, uma triangulação de métodos pode ser útil. Em primeiro lugar, a expansão da rede deve ser analisada para verificar se o processo tem um padrão ou é aleatório, as evidências indicam que, quando novas organizações entram na rede, há uma preferência de agregação de maior probabilidade de ligação a nodos que já mantêm conexões. Em segundo lugar, o desenvolvimento do campo pode ser mapeado para criar uma estrutura na qual as configurações e a dinâmica da rede podem ser vistas panoramicamente.



A fim de entender os sistemas altamente interligados, como as redes sociais, é necessário relacionar o comportamento e a dinâmica da estrutura com as propriedades das suas partes constituintes e suas interações e discernir quais são as mais críticas na evolução do campo em determinados momentos. Os atuantes podem ter um bom desempenho com diferentes regras e ou momentos, a depender da experiência dos parceiros e sua posição na estrutura do campo. Certamente, não esperamos, necessariamente, que um mecanismo domine em todo momento e exerça a mesma atração gravitacional sobre todos os participantes, porque, diferentes princípios organizacionais podem dominar em diferentes estágios da formação da rede.

A idéia de agregação preferencial deve suplementar-se com fatores sociais importantes para a formação das conexões sociais e econômicas, a evolução e reprodução das estruturas sociais. A primeira alternativa à agregação preferencial é a hemofilia, um processo social que dá mais valor à semelhança. Uma segunda alternativa é agir conforme a tendência, processo no qual os participantes observam uns aos outros e tentam reproduzir o comportamento dominante da população como um todo. Neste contexto, a ação é motivada pelo sentimento de estar agindo apropriadamente, com o atuante se mantendo em igualdade.

Processos de vantagem prévia ou hemofilia entram em contradição com um modelo baseado na multi-conectividade (a ligação múltipla de parceiros) ou na preferência pela diversidade. Neste argumento, a hemofilia requer que, quando um novo parceiro for selecionado, o alvo tenha atributos similares àqueles que já estão na rede. A alternativa de seguir a tendência significa escolher um parceiro compatível com as escolhas da maioria dos participantes.

Como fator de crescimento da rede, a multi-conectividade tem muitos correlatos. Uma rede com muitos caminhos significa que os participantes podem se interconectar através de diferentes conexões. As estruturas das redes deste tipo são mais resilientes, porque muitos

nodos precisam ser retirados para desconectar uma estrutura tão coesa. Enquanto mais caminhos para a comunicação e o intercâmbio houver, mas rapidamente as novidades serão divulgadas.

Ao mesmo tempo, conforme mais informações, conhecimentos e comprometimentos forem intercambiados, os atuantes responderão às suas necessidades na rede mais intensamente. O maior fluxo de idéias e habilidades torna-se, então, uma atração, fazendo com que unir-se à rede se torne mais atrativo. A transmissão rápida e uma maior diversidade de atuantes aumentam a probabilidade de recombinação e a geração de novidades. Na linguagem do aprendizado organizacional, a diversidade significa uma preferência pela exploração, no sentido de sondar ou perscrutar (*exploration*), e não no sentido de tirar proveito (*exploitation*) (março de 1991).

**17. A passagem do sujeito individual do direito para o sujeito coletivo de direito.** Uma questão importante nessa nossa discussão sobre as redes é o deslocamento do foco da extensão do sujeito individual do direito, para o sujeito coletivo de direito. As questões individuais também precisam ser atendidas e, contudo, o foco principal dos programas e projetos de extensão, possibilitados por uma atuação em rede, seriam as ações que envolvessem direitos coletivos, de grupos de comunidades. Esse sem dúvida, seria um grande avanço em nossa discussão.

## 7. CONCLUSÃO

---

Nos últimos anos temos acompanhado e participado de diversos encontros e debates sobre o futuro da universidade e da extensão universitária no Brasil. Nessas reuniões e debates pudemos constatar que a universidade brasileira está a exigir reformas, não apenas as reformas sintonizadas com a modernização de suas estruturas administrativas, mas, também, aquelas orientadas para uma reforma do pensamento e das práticas acadêmicas que predominam na atualidade. Evidente que essa reforma do pensamento tem como pressuposto religar saberes, dispersos pelas estruturas departamentais e pelo excesso de especialização, buscando unir uma cultura humanística com a cultura científica, em uma perspectiva cidadã e democrática.

Constatamos que antigas visões acadêmicas passaram a se confrontar com uma estrutura social inteiramente nova e desafiadora, trazida em primeira mão pelos estudantes, que tem nos movimentos sociais seus principais atores e potenciais responsáveis, em um momento em que os sindicatos e os partidos políticos parecem ter esgotado seu potencial com agentes autônomos dessa transformação. Ficou evidente a dificuldade que temos em romper com certas barreiras e valores pré-definidos pelos grupos hegemônicos na comunidade científica, sempre muito resistente a mudanças em processos e estruturas acadêmicas já consolidadas.

A rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança são características da universidade. Nesse sentido, é fácil constatar que os acadêmicos têm dificuldade em aceitar as mudanças em razão de um acervo teórico já consagrado. No que concerne ao modelo institucional de universidade vigente no país, podemos constatar que este permanece fundado em um paradigma mecanicista e organicista, fortemente, centrado nos departamentos, em formas de organização

hierárquicas e centralizadas, e na legitimação interpares, que mantêm o conhecimento acadêmico enclausurado *intra muros* e distante da sociedade.

Além disso, as investidas do capital neoliberal sobre a universidade colocam muitas dúvidas sobre o seu futuro e qual o caminho que será adotado pela atual reforma em curso. O tom dos debates em congressos científicos e acadêmicos que freqüentamos reproduzia, na maioria das vezes, um viés teoricista, genérico, abstrato, pessimista e, muitas vezes, hermético, quando não inteiramente distante de questões fundamentais da nossa realidade concreta, com reflexo nos tipos de aulas ministradas, nas pesquisas realizadas, nos programas, projeto e atividades de Extensão e em toda a estrutura curricular.

Nesse formato, ensino e pesquisa sempre formaram um círculo vicioso, em cumplicidade problemática, em pleno desacordo com novas demandas e necessidades advindas, não apenas do meio estudantil, cuja insatisfação com um modelo curricular que superestima as discussões teóricas em detrimento de um olhar mais voltado às questões concretas da sociedade é algo crescente, mas de amplos setores da sociedade, cada vez mais, cobrando resultados e respostas das Universidades para seus problemas mais importantes.

Por sua vez, as avaliações institucionais realizadas pelas universidades buscavam detectar a raiz destes problemas, contudo, apesar do trabalho sério e bem conduzido de algumas dessas avaliações, o viés quantitativista, necessário a estas abordagens, mostrava-se incapaz de compreender questões de fundo, que dizem respeito, por exemplo, à natureza das relações de poder entre os principais grupos, aos entraves da comunicação e os aspectos relacionados às reações corporativas, muito difíceis de serem captados com instrumentos estruturados e mediante diagnósticos fortemente descritivos.

Além disso, faltava a estes trabalhos relacionamentos mais efetivos com o processo de tomada de decisão e de planejamento, por meio dos quais os retornos e os

resultados da avaliação possam ser incorporados ou assimilados visando à correção de rumos e à supressão dos problemas apontados nessas avaliações.

A universidade vem sendo instada a mudar seus processos, rotinas e estruturas, procurando ajustar-se às novas demandas e pressões vindas da sociedade, sob pena de perder sua importância social. Quanto a isso, ela está sendo duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado e não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares.

Existe por parte, sobretudo, dos alunos e da comunidade, uma grande cobrança quanto ao compromisso social da universidade e pelo delineamento de novos campos de atuação profissional voltados para o atendimento de populações carentes e em situação de risco social. Para Santos, esse movimento surge a partir dos anos 60 dando origem a uma outra vertente, de orientação social e política, que consistiu na invocação da “responsabilidade social das universidades” perante os problemas do mundo contemporâneo, uma responsabilidade raramente assumida no passado, apesar da urgência desses problemas e das universidades terem acumulado sobre eles conhecimentos preciosos.

Essa reivindicação pela responsabilidade social assumiu tonalidades distintas ao longo do tempo, se para alguns se tratava de criticar o isolamento das universidades e de omissão a serviço da sociedade em geral, para outros tratava-se de denunciar que o isolamento era tão-só aparente e que o envolvimento que ele ocultava, em favor das elites dominantes, era social e politicamente condenável (1999, p.205).

Diante disso, a universidade passou a ser criticada, quer por raramente ter cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados para solucionar problemas sociais, quer por não ter sabido ou querido pôr seu conhecimento e prestígio a serviço de grupos sociais dominados e de seus interesses. Para alguns o compromisso social da universidade tem a ver com os problemas mundiais em geral e onde quer que ocorram, a exemplo da fome no terceiro

mundo, a preservação ambiental, o desarmamento, o *apartheid*. Para outros, o compromisso social deveria ser com os graves problemas nacionais como a criminalidade, o desemprego, a degradação das cidades, a habitação, ou mesmo com problemas regionais ou locais da comunidade imediatamente envolvida (SANTOS,1999, p.205).

A posição defendida por nosso trabalho é a de que uma universidade que realmente se preocupa com os problemas sociais tende a começar atuando em seu torno, buscando intervir nas questões da pobreza das pessoas que a rodeiam, sem para isso deixar de estar conectada com as grandes questões nacionais. Partimos do pressuposto de que quem realmente está preocupado com a pobreza começa mudando o seu bairro, o seu município, o seu Estado o seu país. Entretanto, para que as mudanças desejadas ocorram não basta uma atuação junto ao poder local.

Entre as reformas exigidas está a aproximação, cada vez maior, com a sociedade fazendo da sua atuação uma contribuição efetiva para a consolidação de um espaço público dentro da universidade, da democracia, da cidadania, da participação, enfim, de uma cultura política democrática em nosso país. A extensão universitária tem um papel decisivo a cumprir frente a construção desse novo paradigma do conhecimento, assim como no que diz respeito a ampliação dos vínculos com a sociedade.

Para que o compromisso social da universidade aconteça, do ponto de vista da extensão, é preciso investir em iniciativas dentro dos programas e projetos de extensão que, de alguma maneira, estimulem uma relação mais orgânica entre universidade e sociedade, favorecendo que a comunidade passe a ser sujeito do processo e não apenas se beneficie dele. Parece importante incentivar as iniciativas voltadas para a democratização da universidade através da formação de núcleos interdisciplinares, com trabalhos voltados para a construção e socialização do saber, fugindo à fragmentação imposta por lógicas ultrapassadas.

Por outro lado, é preciso estudar maneiras de readequar as estruturas de funcionamento das universidades, tendo em vista transformar o conhecimento de maneira a torná-lo menos elitista, mais ativo, mais envolvido nas questões de cidadania e menos dependentes dos programas e das necessidades do capital. Naturalmente, que perspectiva como essa, tem impacto sobre a própria noção de universidade que se deseja, isto é, um paradigma em que os modelos de universidade de qualidade, de excelência acadêmica, não se esgotam no ensino e na sua produção científica, dependendo, também, da gênese e do destino desta produção e da qualidade com que as pessoas e instituição tornam os conhecimentos acessíveis aos alunos e a sociedade, sobretudo, as camadas mais vulneráveis da população.

Nessa perspectiva, diante das questões até agora levantadas, podemos afirmar que para chegarmos a uma universidade mais democrática é preciso *Reinventar a Universidade* porque não é possível construir o novo a partir do que está aí, quanto a isso não temos uma resposta pronta e acabada. Não obstante, existem alguns pontos comuns, indícios veementes, de uma nova estrutura social a realinhar as instituições como as universidades. Nesse sentido, a busca de uma nova proposta para a universidade é um desafio coletivo posto à sociedade brasileira, não existe uma resposta única ao desafio, ou um modelo exclusivo a ser adotado. A busca é árdua, mas promissora.

As universidades chegaram à complexidade de hoje, tendo a sociedade como sua referência normativa e valorativa, ao mesmo tempo em que buscam diferenciar-se por lógica própria, ainda que venham sendo cada vez mais submetidas à dinâmica da interdependência global. Não restam dúvidas, de que a universidade para existir, em um mundo em constante transformação, tem de estar em constante mudança, em perpétua transformação, sendo capaz de mudar a si própria e reinventar seu saber-fazer a cada dia, sob pena de se tornar uma instituição fora do seu tempo.

Nesse processo de reinvenção da universidade a extensão universitária tem um papel importante a cumprir no que concerne à constituição desse novo modelo do conhecimento, assim como no que diz respeito à ampliação dos vínculos com a sociedade. Para tanto, torna-se necessário que a própria extensão universitária seja reinventada, legitimando a universidade, o que se cumprirá quando às atividades ditas de extensão se aprofundarem tanto que desapareçam como tais e passem a integrarem as atividades de investigação e ensino. Essa fórmula da práxis, ao nosso olhar, pode ser invertida onde a pesquisa e o ensino possam acontecer dentro das atividades de extensão.

Em virtude disto, as discussões que fizemos sobre a extensão universitária vêm na trilha das transformações que verificamos em toda a sociedade. Nesse particular, cabe a advertência feita por Jean-Claude Guillebaud (2003, p.15) que “reinventar o mundo não é somente resistir à barbárie, é Redefinir com lealdade o que nos une e para que futuro queremos caminhar”. Por isso, é que buscamos investigar em que bases é possível reinventar a universidade através da prática da extensão universitária.

Como propor uma nova institucionalidade que possibilite as pessoas viverem juntas e em paz? Sobre quais fundações (re) construir o edifício de nossos códigos, convicções comuns, princípios partilhados, certezas admitidas, projetos definidos, fidelidades herdadas? Refundar não é repatriar valores e tradições sem antes reinventá-los: mas a partir de que base se pode dar essa reinvenção? Como discernir as oportunidades adormecidas nas dobras do presente e nos apoderarmos do que está em mudança para reconstruí-lo e/ou recriar um futuro melhor, em que ainda se possa crer e apostar? Em que medida podemos reinventar uma realidade em que a falência das instituições, a subordinação do político ao econômico, e aos interesses do mercado, tornam uma interrogação a própria democracia? Um desafio, pois, o planeta do futuro não será nossa herança e sim nossa criação ou invenção. O mundo que nos espera não está para ser conquistado, está para ser (re) inventado.



Desta forma, as grandes transformações ocorridas na sociedade implicam, sempre, em reconceituações que possam, de alguma forma, responder às novas demandas. De um lado, as relações concretas de poder que vão se desenvolvendo em ritmo frenético, seja na política, na economia ou na educação; do outro, as exigências éticas de regulação dessas relações para que a sociedade humana ainda possa ser reconhecida como tal.

Seria impossível discutir sobre universidade e extensão universitária, sem uma articulação com a sociedade (globalização) e com o Estado na medida em que essas questões estão intrincadas e se constituem em recíproca condição de possibilidade. Não há democracia sem uma universidade autônoma, pública e gratuita. Tão pouco há universidade autônoma, pública e gratuita fora do processo democrático.

Nesse contexto, o resultado de uma reflexão sobre o mundo globalizado pode ser desanimador ou esperançoso e encorajador. Podemos enfatizar os obstáculos que obstruem velhos caminhos já conhecidos, ou identificar, nos contemporâneos campos de possibilidade, novos caminhos que se abrem em meio a elas. Frente a tanto sofrimento, exclusão e injustiça social, redes de colaboração solidária se multiplicam, em diversos países, implementando alternativas que correspondem simultaneamente a demandas locais e globais, firmando novos valores e condutas, integrando ecologia e economia, ética e política, razão e afeto, na promoção do bem-viver das pessoas.

Considerando as questões levantadas acima, é que investigamos como as redes de extensão universitária podem contribuir para a construção e socialização do conhecimento, numa perspectiva democrática, cidadã e emancipatória dos sujeitos históricos. Buscamos adotar uma nova visão científica para estudar a universidade – a partir da extensão universitária – suas redes, e inter-relações com a sociedade em geral.

Em nossa pesquisa verificamos o desenvolvimento da extensão universitária no Brasil, que já vem se organizando em redes de pesquisadores, estudantes, movimentos sociais,

ONG's, em todos os níveis, mesmo que essa realidade ainda não seja facilmente percebida pela maioria das pessoas, por conta da predominância de um padrão cartesiano mecanicista de ciência, que ainda domina o pensamento científico moderno e que crê na importância de estruturas hierarquizadas e em sistemas de normas vinculantes para o desenvolvimento da universidade e da extensão universitária no Brasil.

Nesse sentido, buscamos articular criativamente uma metodologia emancipatória e a teoria da complexidade para tratar dos principais aspectos da chamada revolução das redes, que conjuga as mais diversas práticas solidárias nos vários continentes, para tratar os elementos de um novo paradigma propício ao desabrochar destas redes, nas quais a colaboração solidária entre pessoas, empresas, organizações políticas, sociais e culturais e universidades permitem construir novas mediações humanas, criativas e livres, garantindo-se a cada pessoa as condições materiais políticas, educativas e informativas requeridas ao ético exercício de sua liberdade, ressaltando de maneira vigorosa a realização das liberdades públicas e pessoais, na dialógica construção coletiva da sociedade moderna. Portanto, adotamos uma concepção que vê a extensão universitária como uma rede que tem como base os seguintes pressupostos:

**1. Um novo paradigma da ciência: a complexidade x a unidade analítica.**

Desde o início deste trabalho defendemos que as mudanças na universidade e na extensão universitária passam por uma nova visão da ciência mais integral ou holística. A visão sistêmica ou complexa é a nova forma de compreender a realidade e os problemas que afligem o mundo. A complexidade deve ser o ponto de partida dessa nova visão social.

**2. O princípio da não hierarquização das relações sociais.** Esse também é um pressuposto indispensável para essa reinvenção. A crise de legitimidade da universidade deu lugar a uma visão de construção plural e democrática do conhecimento, onde a universidade é um importante *locus* de produção do conhecimento, mas, não é o único. Não há hierarquia

entre o saber científico e o saber popular e o conhecimento só pode ser produzido em interação com a sociedade.

**3. O estímulo ao conhecimento dos problemas e do mundo presente a partir do entorno da universidade.** Essa também foi uma questão importante no nosso trabalho. O redimensionamento do local nos levou a crer que uma universidade que realmente se preocupa com as questões sociais começa trabalhando pelo seu entorno.

**4. Ação coletiva.** Parte da convicção de que ninguém conseguirá mudar nada sozinho. A ação, solidária e colaborativa é que poderá superar os problemas sociais.

**5. A interdisciplinaridade e articulação e o diálogo entre saberes.** A especialização do saber está dando lugar a uma visão inter, transdisciplinar de produção do conhecimento.

**6. A concepção de que uma obra só se realiza a partir do ator (teoria da recepção).** Com esse princípio a sociedade passa a ser um ator fundamental no processo da extensão. A sociedade deixa de ser destinatária para figurar como agente principal da extensão.

No entanto, não se trata em verdade de induzir a formação de redes de extensão universitária no Brasil, mas de retirar os obstáculos ao florescimento desse processo, que ainda existem, e são fruto da resistência às mudanças que temos nas organizações. O comportamento organizacional é a resultante entre a relação que há entre as barreiras e as habilidades para transpô-las.

**7. A passagem do sujeito individual do direito para o sujeito coletivo do direito.** A preocupação da extensão deve ser, sobretudo, com as ações coletivas que envolvam grupos.

A universidade tem sido concebida, sobretudo como produtora de conhecimentos e formadora de especialistas para responder as demandas sociais. Talvez estejamos no

momento adequado para problematizar essa concepção, sobretudo, porque é preciso ter consciência, que hoje, longe da exclusividade e talvez mesmo da hegemonia, participamos, com outras instituições, da produção e reorganização do conhecimento. Por isso o papel da extensão universitária assume um lugar de destaque na relação universidade e sociedade.

Prover as condições e produção do conhecimento sim, mas, acima de tudo é inadiável implodir e romper as barreiras da difusão do saber acumulado pela ciência e estocamento na academia. Formar os jovens, cultivar o senso de cidadania e justiça social, arquitetar o protótipo do profissional que atuará na sociedade do futuro é, uma meta compulsória do trabalho acadêmico. É preciso ultrapassar a solidez da partilha com os que estão dentro da academia, para atar os nós da religação com *Ágora* maior da qual fazemos parte.

Neste cenário a ampliação da extensão universitária tem um significado muito especial, no momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão, com valorização nos currículos e nas carreiras dos docentes, e concebendo-as de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

A extensão pode cobrir uma vasta área que atinge grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidades locais ou regionais, governos locais, o setor público, o setor privado. Para que a Extensão cumpra este papel é preciso evitar que ela seja orientada para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários. Neste caso, estaremos diante de uma privatização da universidade.

Fugindo desse óbice, as atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão social e da discriminação social e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados (SANTOS, 2003).

Uma extensão universitária participativa consiste na definição e execução de projetos e programas com ativo envolvimento das comunidades, movimentos sociais, organizações populares, ONGs, no enfrentamento de problemas cuja solução pode beneficiar-se dos resultados da pesquisa e da Extensão.

Neste caso, os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção de conhecimento científico ocorre estreitamente ligada a satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder suficiente para pôr o conhecimento técnico e especializado a seu serviço pela via do mercado. A luta contra a mercantilização e transnacionalização da universidade só é possível com a construção de uma alternativa que marque socialmente a utilidade da universidade, mas formule-a de modo contra-hegemônico.

Por esse ângulo, é imperativo criar uma nova institucionalidade na universidade, sobretudo, na extensão universitária, afirmar a identidade da universidade como espaço público onde o debate e a crítica a o longo prazo das sociedades se possa realizar com menos restrições do que se mostra costumeiro. È por isto que se faz urgente implementar na universidade essa nova institucionalidade visando robustecer a legitimidade num contexto da globalização alternativa. È com esse objetivo que a idéia de rede, de democratização da Universidade interna e externa e a avaliação participativa ganham vigor.

A rede tem como foco sedimentar a universidade no seu conjunto ao criar mais polivalência e descentralização. A reforma com vista a uma globalização solidária da universidade como bem público tem de partir da mútua e da cooperação no interior da rede de

universidades, deve estar integrada com universidades estrangeiras e apostar nas formas de interatividade que valorizem o cidadão e não o mercado. Obviamente que essas relações já existem, só que precisam ser intensificadas até o ponto de serem tão constitutivas da rede que deixam de ser consideradas exteriores.

A reflexão sobre essas questões de fundo. É fundamental, nunca é demais lembrar que em nossas hipóteses está a idéia de que a difusão da lógica de rede na extensão universitária modificaria de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência poder e cultura dentro das universidades, públicas ou privadas, permitindo uma autônoma transformação cultural em que se implanta uma ética e visão de mundo mais solidária. São essas questões que veremos a seguir.

A primeira questão que precisa ser esclarecida para a formação de um conceito de extensão em rede é que a extensão universitária em seu uso mais comum está ligada à idéia de existência de um centro intelectual do qual irradiam o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a arte. Com essa concepção é inevitável a consagração de uma relação de subordinação e dependência na qual o mundo universitário (pessoas, instituições e valores) se sobrepõem ao mundo *extra muros*, ou seja, a comunidade.

Essa definição é a senha para uma conduta individual na qual se impõem modelos sociais e se transferem padrões de comportamentos para a sociedade, tal visão não corresponde às necessidades sociais atuais seja no plano global, nacional, seja no plano regional. Sob essa égide da extensão universitária tem-se no mínimo um tipo de relação paternalista, que inclui em sua forma velada uma relação de subordinação, uma relação de hierarquia do conhecimento científico sobre o conhecimento popular. Ao prevalecer esse tipo de relação de hierarquia entre o saber científico e o saber popular, a universidade procura decidir unilateralmente o que a comunidade precisa e executa. A universidade se comporta como a instituição superior que representa uma alta forma de cultura e de vida e a

comunidade, como receptora, representa em seu conjunto a inferioridade à carência de cultura e vida.

Percebe-se inevitavelmente um laço de dominação entre universidade e a comunidade circunvizinha. Na ótica da extensão universitária em rede essa lógica precisa ser quebrada e a universidade passar a reconhecer que não existe um centro de produção do conhecimento, pois, ele pode se produzido em toda a sociedade. Em suma, para que a extensão universitária possa ser autêntica e emancipadora deve ser capaz de colocar todas as pessoas em condições de poder contribuir como seres autônomos na criação cultural e na libertação social. A extensão como toda educação deve ser autêntica realização humana, deve ser libertadora, conscientizar e emancipar<sup>48</sup>.

Ao lado disso, cabe introduzir uma nova institucionalidade, capaz de promover a genuína convivência de todos os componentes das comunidades educativas que existem nas universidades. Criar relações educativas deve ser o diálogo permanente entre universidade e sociedade civil, propiciando a abertura da instituição no que implica ao acesso amplo e livre e uma comunicação constante com a comunidade em um sentido horizontal e integrador.

A sociedade da informação e a organização em rede podem proporcionar o contato imediato com o desenvolvimento desse novo cenário educativo, onde está presente o paradigma da educação permanente que poderá nos permitir ter a chance para ingressar no novo milênio. Os programas de extensão universitária devem nos ajudar a fazer frente aos novos produtos de uma época, sujeita a rápidas mudanças que afetam, inclusive, a própria estrutura do conhecimento e nos obrigam a educar para as mudanças e para as incertezas<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> A conscientização implica no despertar da consciência crítica das pessoas sobre sua situação real e história e sua decisão conseqüente de atuar sobre a realidade, um compromisso de ação transformadora da sociedade. O primeiro passo nesse sentido deve consistir em estabelecer uma dialogicidade no seio da própria comunidade Universitária, superando as formas autoritárias e de dominação que estão na relação Universidade x sociedade.

<sup>49</sup> O PNUD destaca o uso das novas tecnologias de comunicação e informação, dizendo que as novas tecnologias impulsionam a globalização, mas também polarizam o mundo nos que tem acesso e os que não tem acesso. O contraste está nos infóricos e nos infopobres entre os infoglobalizantes e nos infoglobalizados. Em verdade, segundo o PNUD, estamos gerando uma nova desigualdade que alguns chamam de desigualdade digital que onde só metade dos habitantes do planeta tem acesso a linha telefônica, só 2% da população mundial tem acesso

Dessa forma, a articulação da extensão universitária em rede, em contato com outras sociais, pode ser uma ferramenta valiosa para criar os ambientes de aprendizagem multireferenciais e interdisciplinares que a nova realidade social demanda, criando um novo *ethos* acadêmicos. Por essa razão, as novas tecnologias representam uma grande oportunidade para ampliar e fortalecer a função da extensão das instituições de ensino superior, daí a necessidade de introduzir a cultura informática no fazer de nossas universidades. A extensão em rede favorece uma participação mais ativa e democrática da sociedade. Dessa forma, a extensão universitária poderá cobrir uma vasta área que atinge grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidades locais ou regionais, governos locais, o setor público, o setor privado, juntamente com esses parceiros há também toda uma outra área que tem a sociedade e a comunidade como destinatárias.

Entretanto, para que a extensão cumpra este papel é preciso evitar que ela seja orientada para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários, senão estaremos em face de uma privatização da universidade. Para evitar isso, as atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão social e da discriminação social e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados.

Uma extensão universitária em rede pressupõe a definição e execução de projetos e programas com ativo envolvimento das comunidades, movimentos sociais, organizações populares, ONG's, no enfrentamento de problemas cuja solução se beneficie dos resultados da pesquisa e da extensão. Os interesses sociais são articulados com os científicos dos pesquisadores e a produção de conhecimento científico ocorre assim estreitamente ligada à

---

a *internet* e só 3 pessoas em cada 100 tem acesso as fontes de conhecimento contemporâneo, e um terço da população mundial não tem acesso a energia elétrica. Todavia, não podemos subestimar os avanços em direção a democratização do acesso à informática e a comunicação. No Brasil, 10% da população tem acesso a Internet. Os estudos indicam que nos próximos 10 anos teremos mais de 70 % das pessoas conectadas a *Internet* através dos diversos meios existentes como computadores, celulares, satélites etc e da popularização de infocentros e laboratórios de informática nas comunidades.



satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm permissão para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço. A extensão universitária é concebida como uma via de mão dupla.

A luta contra a globalização econômica dentro da universidade só é possível com a construção de uma alternativa que marque socialmente a utilidade social da universidade, mas formule essa utilidade de modo contra-hegemônico. Nessa perspectiva, é preciso criar uma nova institucionalidade na extensão universitária. É preciso afirmar a vocação da extensão universitária como espaço público onde o debate e a crítica se pode realizar com muito menos restrições do que é comum no resto da universidade.

É por isto que se faz necessário implementar na extensão universitária uma nova institucionalidade visando firmar a legitimidade da extensão num contexto da globalização alternativa. Nesta oportunidade a idéia de rede ou padrão de rede surge com veemência total a revelar uma nova forma de organização social que vem sendo experimentada há muito tempo pelos movimentos sociais e que agora começa a chegar nas universidades.

Sob essa posição é urgente a criação de redes locais, estaduais, regionais, nacionais e mundiais de extensão universitária, sobretudo, nas universidades públicas, porque a construção de uma rede de universidades implica em compartilhar conhecimentos, saberes, recursos, equipamentos, mobilizar estudantes e professores com a possibilidade de construção de planos, projetos e programas coletivos, além da adoção de uma avaliação participativa realizada pelos seus integrantes priorizando as especificidades locais.

A manutenção das especificidades se valorizamos no interior da rede. A rede tem como seu objetivo fortalecer a universidade no conjunto ao criar mais polivalência e descentralização. A reforma com vista a uma globalização solidária da universidade como bem público tem de partir da solidariedade e da cooperação no interior da rede de universidades. Essa rede deve estar integrada com universidades estrangeiras e apostar nas

formas de integração que valorizem o cidadão e não o mercado. Obviamente a existência dessas relações já é um fato só que precisam ser intensificadas a ponto de serem tão constitutivas da rede que deixaram de ser consideradas exteriores.

Buscamos evidenciar alguns pontos em comum entre as três experiências relatadas. Como já dissemos, a idéia de rede implica em pensar, desde um ponto de vista epistemológico, na possibilidade de integração de diversidade, pois, a idéia de rede diferencia-se da idéia de unicidade totalizadora. A idéia de rede implica em buscar formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, na interconexão da identidade dos atores com o pluralismo das ações. Enfim, trata-se de buscar o significado das relações sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente e intercomunicativo. Em resumo, busca-se a identidade na diversidade.

A RENEX, a ANEXU e a Rede Unicidadania representam experiências de um processo de agregação de comunidades formadas por estudantes, professores e pessoas da comunidade em redes presenciais e virtuais. Esse processo tem sido mais reconhecido entre as organizações da sociedade civil como ONG's, movimentos sociais etc, mas, ele pode ser percebido também no Estado, que vem buscando implantar uma gestão a partir da noção de rede, nas universidades e na extensão universitária. As características da extensão nos levam a crer que seja um ambiente propício a esse processo.

As universidades caracterizam-se como redes de conversações acadêmico-científicas. Para Maturana (1997), essas conversações são, realmente, condutas consensuais que implicam tanto na reflexão quanto na ação. A universidade apresenta em sua estrutura uma abertura para o novo que deverá ser, necessariamente, re-elaborado segundo sua lógica interna e então absorvido. Esta capacidade de reinvenção e criação do novo tem acontecido mediante pequenas modificações nos mesmo através de grandes mudanças estruturais.

Para Andrade e Silva, a universidade ganha com isso uma dinâmica de criação, de reinvenção, a partir da inclusão do que se definia antes como fora da instituição. Assim, ela se nutre do que lhe era estranho, afirmando-se como processualidade instituinte e não só realidade instituída. A universidade enquanto subsistema do sistema social do país reflete o modo geral das relações sociais, contribuindo decisivamente para a sua reprodução, conferindo e recebendo legitimidade e sendo legitimada pela sua importante função educativa (ANDRADE E SILVA, 2005).

Contudo, as redes de conversações científicas existentes na universidade nem sempre legitimam ou reproduzem aquelas existentes na sociedade e, então, a universidade se reveste, ou passa a ser, potencialmente, um foco original de mudanças estruturais da sociedade. Como parte integrante da sociedade a universidade não pode se contrapor ao movimento da sociedade, sob o risco de anacronismo ou extinção. Em razão de sua autonomia, a universidade também não pode se submeter mecanicamente a todo e qualquer movimento da sociedade é essa capacidade de sinergia e autonomia em relação ao meio que constitui o desafio primário de uma universidade que deseja autonomia e democracia.

A universidade influencia o seu meio ao mesmo tempo em que é influenciada por ele. A manutenção dessa dialógica é o desafio para uma instituição moderna. Tratando da extensão, partimos do pressuposto de que tanto a universidade quanto à sociedade podem ser compreendidas como uma rede, ou seja, encontram-se interligada. Nesse sentido, ela está interconectada com outras redes sociais. Seguindo essa linha de raciocínio, a sociedade é tanto uma totalidade detentora de outras sub-redes dinâmicas, incluindo a universidade, quanto como um meio no qual a universidade opera como uma sub-rede ou sistema.

A fronteira, entre as duas, não é uma barreira física como muros da universidade, mas uma barreira conceitual, uma dinâmica diferenciada, uma fronteira cultural interposta pelas conversações acadêmicas científicas, dentro da universidade, pela afirmação da sua

autonomia, como da sociedade por lhe considerar hermética, fechada. A extensão se diferencia das demais funções da universidade por romper com essa barreira cultural, na medida que, enquanto uma relação, permite aos seus participantes (universidade x sociedade) a construção dessa relação de forma solidária, para resolução de problemas, sejam eles de qualquer natureza.

Freire (1992), adverte que o importante na extensão não é a resolução do problema em si, mas, a ação a *práxis*. Assim a extensão é definida na ação e não no resultado esperado. A ação extensionista não é dirigida para, ou sobre, os objetos e, sim, para com as pessoas, das quais se espera uma transformação cultural e, portanto, do mundo.

Deste modo, a extensão universitária favorece a sinergia entre a universidade e a comunidade fundada na relação, que deve ser marcada pela igualdade, pela simetria. Essas relações requerem autonomia, respeito mútuo, afirmando sua identidade na construção da alteridade, aceitando uns aos outros na convivência. Se isso não ocorrer estará negada a relação de solidariedade entre os membros da universidade e da comunidade.

É importante esclarecer que a nossa definição acima, ao mesmo tempo em que enuncia as bases de um conceito, propõe a explicação para a fenomenologia extensionista. Assim o enunciado é ao mesmo tempo, conceito operacional e explicação para o fenômeno extensionista. Em outras palavras, é conceito porque cria um objeto na linguagem, é explicação porque formula, na linguagem, um mecanismo gerativo ao mesmo tempo em que dá ao conceito proposto um caráter de movimento, recursividade, de práxis.

A discussão de rede traz á luz uma questão de fundo de maior importância. Se no passado a dimensão do conflito entre grupos opostos tendia a ser o principal recurso ideológico legitimador de uma ação mobilizadora coletiva das pessoas organizadas em movimentos sociais, hoje essa tendência vem mudando e a “Solidariedade” tende a ser um importante recurso ideológico para legitimar mobilizações sociais e, especialmente, para a

criação de formas de associação civil e ampliação da participação política das pessoas. Resumindo, os indivíduos se organizam em redes em razão da solidariedade.

Ante o exposto, por tudo quanto o foi dito, é que podemos afirmar que a extensão universitária é uma relação entre a rede de conversações científico-acadêmicas da universidade com as demais redes sociais, em seus vários recortes, mediatizada pelos problemas do mundo, com o objetivo de transformação da realidade, social, econômica, política e cultural, em uma perspectiva de construção da alteridade, igualdade, solidariedade e autonomia.

## REFERENCIAS

---

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada**, João Pessoa:UFPB/Projeto UNICIDADANIA, 2003.

AMARAL, Viviane. **Redes Sociais**. Revista do Terceiro Setor (RETS), RITS:2003.

ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jurgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG), **O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas**. São Paulo: Peirópolis, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **Políticas Públicas de educação superior: desafios e proposições**. Brasília:ABMES/FUNAES, 2002.

AVENA, Armando. **Globalização e suas repercussões**. FUNDESP, Salvador, 1997.

BABBIE, Earl. **Método de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BANCO MUNDIAL. Disponível em <[http:// www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br)>. Acesso em 21 nov. 2003.

BELLONI, Isaura, MAGALHÃES, Heitor e SOUSA Luzia. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção questões da nossa época).

BEVENUTO, Jayme. **Extrema pobreza no Brasil: a situação do Direito à alimentação e moradia adequada**. Recife: Edições Loyola, 2002.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Metodologia da pesquisa: monografia dissertações e teses**. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_. **Universidade e multiversidade**. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1986.

\_\_\_\_\_. **Como ordenar as idéias**. São Paulo: Ática, 1999.

BOBBIO Norberto. **Estado, governo, sociedade - para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1995a.

\_\_\_\_\_. **O conceito de sociedade civil**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. **O futuro da democracia, uma defesa das regras do jogo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- \_\_\_\_\_. **Qual socialismo? debate sobre uma alternativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- \_\_\_\_\_; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Tradução de Carmem C. Varriale et al. 8. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1995.
- BERNHEIM, Carlos Tunnermann. **El nuevo concepto de la extensión universitaria.** In: FARIA, Dóris. Construção conceitual da extensão universitária. Brasília:UNB,2001.
- BOFF, Leonardo. Conferência Magna. In: Os Desafios Contemporâneos para os Direitos Humanos, 2005, Recife. **Anais do Seminário Internacional Os Desafios Contemporâneos para os Direitos Humanos,** Recife:FUNDAJ, 2005. p.36-43.
- BONAVIDES, Paulo. **Do Estado liberal ao Estado social.** São Paulo:Malheiros, 2001
- BORGES, Celma. **Relações de grupo e representações sociais no contexto educacional.** Revista Gestão em ação, v. 7, n. 2, maio/agosto, 2004.
- BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária.** Vozes, Petrópolis, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Construção conceitual da extensão na América Latina.** Construção conceitual da extensão na América Latina. FARIA, Dóris. Construção conceitual da extensão na América Latina. Brasília:UNB,2001.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** Campinas:UNICAMP,2004.
- BRASIL. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Ministério da Educação e Cultura.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras/>> Acesso em: 19 jun. 2001.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 5 de outubro de 1998: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 8069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. **Senado Federal.** Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras/>> Acesso em: 19 jun. 2002.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 8142/90, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do sistema único de saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e da outras providências. **Ministério da Saúde.** Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras/>> Acesso em: 19 jun. 2001.
- \_\_\_\_\_. Lei n.º 9424/96, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências. **Ministério da Educação e Cultura.** Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/legbras/>> Acesso em: 19 jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Plano Brasil de Todos - PPA 2004-2007. Dispõe sobre a participação da comunidade na elaboração do Plano Plurianual do Governo Federal e das outras providências. **Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.planobrasildetodos.gov.br>> Acesso em: 07. jul. 2003.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio (org). **Ação comunitária: uma outra face do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Olho d'água, 2004. Coleção socializando experiências, nº3.

\_\_\_\_\_. **Experiências universitárias: experiências solidárias**. São Paulo: Olho d'água, 2001. Coleção socializando experiências, nº2.

\_\_\_\_\_. **Juventude, capacitação profissional e inclusão social: uma experiência de extensão universitária**. São Paulo: Olho d'água, 2000. Coleção socializando experiências, nº1.

\_\_\_\_\_. **Extensão universitária: ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo: Olho d'água, 2002. Coleção socializando experiências, nº3.

CAPRA, Frijof. **A teia da vida: the web of life**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAROS AMIGOS ESPECIAL. **A Universidade no Espelho: para onde caminha o ensino superior no Brasil**. Edição especial, Editora Casa Amarela. São Paulo, novembro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai a democracia?** Edição especial, Editora Casa Amarela. São Paulo, novembro, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos**. Tema abril de 2004. Revista eletrônica RETS, Rede Interna do Terceiro Setor (RITS), Rio de Janeiro, 2004. Disponível em [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br). Acesso em 23 de julho de 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Galáxia da Internet. Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CHATELET, François; DUHAMEL, Evelyne P. K. O. **História das idéias políticas**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2000.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CIÊNCIA HOJE. **Universidade para que e para quem? O desafio da reforma no ensino superior**. São Paulo: Revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), vol 36, abril, 2005.

COMCIÊNCIA. **Revista eletrônica de jornalismo científico**. Disponível em [www.comciencia.com.br](http://www.comciencia.com.br). Acesso em 30 de outubro de 2004.



CONSEJO INTERUNIVERSITARIO NACIONAL (CIN). **Documento consensuado em la reunión de la comisión de extensión.** Buenos Aires. In: FARIA, Dóris. A construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília:UNB,2001.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

COUTINHO, Luciano. **Nota sobre a natureza da globalização.** Campinas: Revista Economia e sociedade, nº 4, jun/95 p.21 a 26.

CURY, Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira.** Rio de Janeiro: Dp&a, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 2002.

\_\_\_\_\_, Dalmo de Abreu. **O futuro do Estado.** São Paulo:Saraiva,2001.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação.** Petrópolis:Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Lugar da extensão. In: Santos (org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.** Brasília:UNB, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.** Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa e informação qualitativa.** Campinas:Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa: princípios científicos e educativos.** São Paulo:Cortez,2000a.

\_\_\_\_\_. **Política social do conhecimento: sobre futuros do combate À pobreza.** Petrópolis: Vozes,2000.

DESCARTES, René. **Discurso do método.** São Paulo:Martins Fontes, 1999.

DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima. **Redes, Sociedades e Territórios.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

DINIZ, Regina Toscano. **O que é extensão universitária.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

DOMINGUES, Ivan. **Conhecimentos e Transdisciplinaridade II.** Aspectos Metodológicos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DOS SANTOS, Clóvis Roberto. **Educação Escolar Brasileira.** Pioneira, São Paulo, 1999.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

\_\_\_\_\_. **Il nome della rosa**. Fronteira, São Paulo, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FAGUNDES, j. **Universidade e compromisso social. Extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 170p. (Tese de Doutorado), 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro, vol 1 e 2).

FARIA, Dóris Santos (org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília:UNB, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro. 1994.

FERNANDES, Karina Ribeiro. **Constituição de redes organizacionais como nova forma de gestão das organizações do terceiro setor**. RITS:2004. Disponível em [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br). Acesso em 30 de dezembro de 2004.

FÓRUM DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Institucionalização da extensão passo a passo**. Brasília: Fórum das IES brasileiras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de extensão universitária**. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (coleção extensão universitária, v.1).

\_\_\_\_\_. **Sistema de dados e informações da extensão**. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. (coleção extensão universitária, v.2).

\_\_\_\_\_. **Avaliação nacional da extensão universitária**. Brasília: MEC/SESU:UFPR:UESC. 2001. (coleção extensão universitária, v.3).

\_\_\_\_\_. **Plano de trabalho 2003 a 2004**. Brasília, disponível em [www.renx.org.br](http://www.renx.org.br). Acesso em 30 de dezembro de 2004.

\_\_\_\_\_. **Regimento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Florianópolis, disponível em: [www.renex.org.br](http://www.renex.org.br).

\_\_\_\_\_. **Relatório final do grupo de trabalho sistema de dados e informações (SIEX) e rede nacional de extensão universitária (RENEX)**. Brasília:RENEX, disponível em: [www.renex.org.br](http://www.renex.org.br). Acesso em 30 de dezembro de 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio e TIRIBA, Lia. B. **Fios de algumas redes tecidas na correnteza do rio**. In: VILASSANTE, Tomás R. **Redes alternativas, estratégias e estilos criativos na complexidade social**, Petrópolis: Vozes, 2002.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GADOTTI Moacir e ROMÃO J.E. **Prefácio**. In GOMEZ, Margarita Victoria. **Educação em rede: uma visão emancipadora**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo freire, 2005.

GENTILI, Pablo (org). **Universidades na penumbra:neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo:Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos de técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Gilberto. **Cérebro eletrônico**. In: Gilberto Gil. Rio de janeiro:Universal,1969.

GOLDMANN, Lucien. **Ciência humanas e filosofia: o que é a sociologia**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.

GOMEZ, Margarita Victoria. **Educação em rede: uma visão emancipadora**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo freire, 2005.

GUILLEBAUD, Jean-Claude. **A Reinvenção do mundo: um adeus ao século XX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GURGEL, Roberto Mauro, **A construção do conceito de extensão universitária na América Latina**. In: FARIA, Dóris. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina, Brasília:UNB,2001.

\_\_\_\_\_. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade**. In: THIOLENT, Extensão universitária, conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro:UFRJ, 2003.

GRAMSCI. Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1978.

HADDAD, Sérgio. **ONG's e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. São Paulo: ABONG/Peiropólis, 2002.

HOBBES, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo:Cia das letras,1998.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **A rede de redes do turismo para a paz e o desenvolvimento sustentável**. Salvador: Instituto de Hospitalidade, 2004.

JORNAL A TARDE. Salvador, **Caderno Cidadania**, 12 jan. 2003, Diário.

KLAUSMEYER, Affons e RAMALHO Luiz. **Introdução a metodologias participativas: um guia prático**. Recife: SACTES/ABONG, 1995.

LAGO, Benjamim Marcos. **Dinâmica social: como as sociedades se transformam**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LASSANCE, Robert e NASCIMENTO, Alberto Fernando Monteiro. **Avaliação de programas, projetos e atividades universitárias**. Brasília: Universa, 2000.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2003.

LIBERALINO, Francisca Nazaré. **Reforma do pensamento, extensão universitária e cidadania**. Natal: EDUFRN, 2002.

LIMA, Manolita C. **A engenharia da produção acadêmica: uma breve reflexão sobre os quantitativos e qualitativos**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 50-55.

LIMA, Oliveira. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento político brasileiro).

LIMA, Sandra Barbosa. **A participação social no cotidiano**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

LUBISCO, Nádia M. L.; Vieira Sônia C. **Manual de Estilo Acadêmico: monografias, dissertações e teses**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2003.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LOVELOCK J. **A Terra como um organismo vivo**. In: WILSON E. O. (org) Biodiversidade, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 p.619-623.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis : Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, FASE, IFIL, 2003.

\_\_\_\_\_. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos, complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARCOVITCH, Jacques. **Universidade viva: diário de um reitor**. São Paulo: Mandarin, 2001.

MARTINHO, Cássio. **Rede: experiências de articulação**. In: 2º Encontro Nacional de Universidades. Articulação de rede entre as universidades brasileiras: ações de extensão voltadas para a infância e a adolescência. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MELO NETO, José Francisco (org.). **Extensão universitária: diálogos populares**. João Pessoa: UFPB, 2002.

\_\_\_\_\_. **Extensão universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: UFPB, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, 1998.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do Direito**. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MORHY, Lauro (org.). **Universidade no mundo**. Brasília: UNB, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **Universidade em questão**. Brasília: UNB, 2003.

MORIN, Edgar. (a). **A cabeça bem feita: repensar a reforma – reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina: 2002.

\_\_\_\_\_. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Sulina:1999.

\_\_\_\_\_. **O Método 4: as idéias, habitat, vida, costumes, organização**. Sulina:2001.

\_\_\_\_\_. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **O método 5: a humanidade da humanidade, a identidade humana**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, André. **Pesquisa Ação Integral e Sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2004.

MOROSINI, Marília e LEIE Denise B. C. **Universidade futurante: produção do ensino e inovação**. São Paulo: Papyrus, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

NOGUEIRA, Maria das Dores. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual**. In: FARIA, Dóris. *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*, Brasília: UNB, 2001.

NOVAES, Adauto (org). **A crise do Estado nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NUSSENZVEIG, H. Moysés (org.). **(Re) pensando a universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ: COPEA, 2004.

OLIVIERI, Laura. **A importância histórico-social das redes**. RITS:2003. Disponível em [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br). Acesso em 30 de dezembro de 2004.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PENA-VEJA, Alfredo (org). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. Rio de Janeiro: ENAP, 2002.

PETRAGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin: educação e a complexidade do ser e do saber**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINHEIRO, Luiz Umberto. **Universidade dilacerada: tragédia ou revolta**. Salvador: Edição do autor Luiz Umberto Pinheiro, 2004.

PINHO, Antonio. *Evolução do Estado moderno*. In: FUNDAÇÃO LUIS EDUARDO MAGALHÃES. **A gestão pública: desafios e perspectivas**, Salvador, 2001 (Cadernos FLEM, n.1). p.27-42

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: M. Limound, 2000.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Atlas.doc>> Acesso em 21 nov. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação superior, direto e Estado: na lei de diretrizes e bases (Lei 9394/96)**, São Paulo:EDUSP, 2000.

REA Louis M. e PARKER Richard A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (RENEX). **Informativo RENEX de n. 01 a 25**. Disponível em <<http://www.renex.org.br>>

REVISTA ENSINO SUPERIOR, **extensão universitária. Institucionalização sem exclusão**. Edição 53.

\_\_\_\_\_. **O desafio do social**. Edição 71.

\_\_\_\_\_. **Um compromisso com a universidade brasileira**. Edição 54

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das letras/Publifolha, 2000. ( Grandes nomes do pensamento brasileiro).

\_\_\_\_\_. **Universidade para quê?** Brasília: UNB, 1986.

RIQUE, Célia; LIMA, Marcos Costa. **Polícia e sociedade: uma perspectiva emancipatória**. Recife: Bagaço, 2003. 218p.

ROCHA, José Cláudio. Os Desafios da Educação para os Direitos Humanos, 2005, Recife. **Anais do Seminário Internacional Os Desafios Contemporâneos para os Direitos Humanos**, Recife:FUNDAJ, 2005. p.213-219.

\_\_\_\_\_. **A certificação profissional de agentes de cidadania e direitos humanos**. Brasília: Câmara dos Deputados: Unicidade, 2004.

\_\_\_\_\_. **A AATR e a formação e assessoria em políticas públicas e cidadania**. Revista da AATR, nº 1, Salvador:AATR, 2003.

\_\_\_\_\_. **A legalidade da participação**. In: TEXEIRA, Elenaldo; RIBEIRO, Isadora (Org.). Políticas públicas e cidadania. Salvador: UFBA, 2001a.

\_\_\_\_\_. **A participação popular na gestão democrática da educação**. Anais do Congresso virtual brasileiro de administração, Florianópolis: CONVIBRA,2004

\_\_\_\_\_. **A participação popular no poder local: um recorte em educação e lazer**. Anais do VIII colóquio internacional sobre o poder local, Salvador: UFBA/NEPOL, 1999.

\_\_\_\_\_. **A participação popular nos conselhos municipais de educação da Bahia**. Salvador: Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dimensões atuais da cidadania e da democracia**. Anais do Encontro científico internacional de verão (ECI2004), Lima:Peru, 2004.

\_\_\_\_\_. **Dimensões atuais da cidadania e da democracia: a participação popular na gestão pública.** Revista Gestão em Ação, v. 6, n. 1, janeiro a junho, Salvador: UFBA/ISP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Formação e monitoramento de juristas leigos: uma experiência em educação popular na Bahia.** Anais do I Congresso brasileiro de extensão universitária, João Pessoa: UFPB, 2002.

ROMÃO, José Eustáquio. **Pedagogia dialógica.** São Paulo: Cortez, 2002.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

SAMPAIO, Helena Maia Sant'ana. **Expansão do sistema de ensino superior.** In: Universidade em questão, Brasília: UNB, 2003.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. **Política nacional de extensão: referências teóricas-práticas para sua construção.** In: CALDERONA, Ignácio. Ação comunitária: uma outra face do ensino superior Brasileiro. São Paulo: Olhos D'água, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política nacional de extensão: referências teórico-práticas para sua construção.** In: CALDERON, Adolfo Inácio. Ação comunitária: uma outra face do ensino superior, São Paulo: Olhos D'água. 2004.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia.** 7ª edição. Best Seller: São Paulo, 1987.

SANS, jamie. **Dançando o sonho.** São Paulo: Rocco, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no Século XXI: para uma reforma democrática da universidade.** Cortez, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002 (c).

\_\_\_\_\_. **A reinvenção solidária e participativa do Estado.** Seminário sociedade e reforma do Estado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, MARE, 1996.

\_\_\_\_\_. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (b).

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Produzir para sobreviver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (a).

SANTOS, Gislene. **Universidade, formação e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2001.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo.** São Paulo: Cortez, 2000.



SAUL, Ana Maria. Avaliação participante – uma abordagem crítico-transformadora. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANNI, **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. Autores Associados, São Paulo, 1996.

SCHIMDT, Benício Vieiro; OLIVEIRA Renato; ARAGON Virgilio Alvarez. **Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina**. Brasília: UNB, 2000. Ijuí: Unijuí, 2005.

SCHNEIDER, Paulo Rudi. O outro pensar: sobre que significa pensar? E a época da imagem do mundo de Heidegger.

SEQUEIROS, Leandro. **Educar para a solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos**. Tradução. Daisy Vaz de Moraes, Porto Alegre: Artes médicas, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo:Cortez, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 1992. 768 p.

SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Territórios contestados**. Petrópolis:Cortez, 1998.

SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz. **Universidade brasileira: a intenção da extensão**. São Paulo: Loyola, 1987.

SOARES, José Arlindo. **Legitimidade política e reconhecimentos sociais nas gestões municipais inovadoras**. In: SEMINÁRIO PARA QUE PARTICIPAÇÃO NOS GOVERNOS LOCAIS, 1996, Recife. Fórum Nacional de Participação Popular nas Administrações Municipais. São Paulo: SUDENE, Instituto Pólis, 31-39, 1996. 72 p. (Publicações Fórum, 2).

SOBRINHO, José Dias e RISTOFF, Dilvo. **Universidade Construída: Avaliação Institucional e Resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis:Vozes,2000.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **Concepção de extensão universitária: ainda precisamos falar sobre isso**. IN FARIAS, Dóris. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina, Brasília:UNB, 2001.

SOUZA, Nathanael P. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro**. Pioneira, RJ,2003.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul:EDUCS, 2004.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor regulação no Brasil**. São Paulo:Peirópolis, 2004.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Os múltiplos conceitos de extensão**. In: FARIA, Dóris. Construção conceitual da extensão na América Latina. Brasília:UNB,2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociedade civil e participação popular no poder local**. Salvador: EDUFBA, 2000.

\_\_\_\_\_. **As dimensões da participação cidadã**. Caderno CRH, Salvador: EDUFBA, 1998.

THIOLENT. Michel (org.). **Extensão universitária, conceitos métodos e práticas**. Rio de Janeiro:UFRJ,2003.

\_\_\_\_\_. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo:Cortez,2000.

TORO, José Bernardo. **Como mobilizar pela educação**. In: Revista Gestão em Rede. Conselho Nacional de Secretários de Educação, ISSN 1518-5168, Curitiba, 2003, nº 41 e 42.

TOURAINÉ. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis:Vozes,1999.

TRIGUEIRO, Michelangelo G. S. **Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo**. Brasília: UNB, 1999.

UNESCO. **Situação da infância e adolescência no Brasil em 2003**. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/>> Acesso em 21 nov. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Programa pólos de cidadania: a responsabilidade social da administração pública na efetividade dos direitos humanos**. Belo horizonte:UFMG, 2004.

VILLASANTE, Tomás R. **Redes e alternativas: estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Petrópolis:Vozes, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W, Luiz Eduardo W. **ONGs e universidades: desafios atuais**. In HADDAD, Sergio (organizador). **ONGs e universidades: desafios para cooperação na América Latina**. São Paulo: ABONG, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é universidade**. Coleção primeiros passos. Brasiliense, São Paulo, 1999.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo:Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **Redes e sociedade civil global**. In: ONG's e universidades, Petrópolis:Peirópolis, 2003.

WEBER, Max. **Ciência e política:duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEREBE, M.J.G. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1998

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo:Cortez, 2003.

ZUIN, Antonio Álvaro; PUCCI Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos. **Adorno: o poder educativo do pensamento crítico**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.